

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**UM DIPLOMATA NA REPÚBLICA: A MISSÃO DO CONDE DE PAÇO D'ARCOS  
NO BRASIL (1891-1893).**

**JOÃO JÚLIO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR**

Porto Alegre

2010

JOÃO JÚLIO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

**UM DIPLOMATA NA REPÚBLICA: A MISSÃO DO CONDE DE PAÇO D'ARCOS  
NO BRASIL (1891-1893).**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz

Porto Alegre, março de 2010.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

**S237d** Santos Júnior, João Júlio Gomes dos  
Um diplomata na república: a missão do Conde de Paço D'arcos no Brasil (1891-1893). / João Júlio Gomes dos Santos Júnior. – Porto Alegre, 2010.  
162 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.  
Orientação: Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz.

1. Brasil – Relações Exteriores - História. 2. Brasil – História Política. 3. Conde de Paço D'Arcos. 4. Relações Internacionais – Brasil – Portugal. 5. Diplomacia - Brasil – História. 6. Diplomacia - Portugal – História. 7. Revoltas Regionais. I. Heinz, Flávio Madureira. II. Título.

**CDD 981.65056  
981.0622**

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

JOÃO JÚLIO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

**UM DIPLOMATA NA REPÚBLICA: A MISSÃO DO CONDE DE PAÇO D'ARCOS  
NO BRASIL (1891-1893).**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz – PUCRS

---

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira – PUCRS

---

Prof. Dr. Renato Luis do Couto Neto e Lemos – UFRJ

---

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que me concedeu a oportunidade única de cursar o Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. A estrutura de ensino e pesquisa que essa universidade coloca a disposição dos seus alunos é, sem dúvida, um diferencial que coloca essa instituição entre as melhores do país.

Da mesma forma, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que me concedeu uma bolsa integral entre Março de 2008 e Março de 2010. Essa bolsa possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa e que viabilizasse o sonho de cursar uma pós-graduação sem muitas preocupações financeiras.

Gostaria de agradecer nominalmente os membros da banca avaliadora dessa dissertação: Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz (orientador), Helder Gordim da Silveira (PUCRS) e Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ).

O agradecimento ao professor Flávio merece se destacar não só pelo profissional qualificado, sério e dedicado que ele é, mas por ter aceitado a empreitada de assumir a minha orientação depois que o meu antigo orientador, o Prof. Dr. Braz Augusto Aquino Brancato, faleceu no mês de Julho de 2008.

Agradeço, igualmente, à todos professores com quem eu tive a oportunidade de ser aluno durante o mestrado, e que de certa forma, colaboraram para realização deste trabalho: Flávio Madureira Heinz, Helder Gordim da Silveira, Janete Silveira Abrão, Núncia Constantino, Jurandir Malerba, Carla Brandalise (UFRGS). Da mesma forma, agradeço à Carla e o Adílson, secretários da pós-graduação, sempre dispostos a ajudar nas inúmeras dúvidas institucionais.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas e amigos da PUCRS, da UFRGS que fizeram com que os dois anos do mestrado fossem intercalados por inúmeras “discussões banais” e “trivialidades frutíferas” – com o perdão do trocadilho. Entre os colegas da UFRGS, destaco o Icaro Bittencourt, Fabrício Antônio Antunes Soares e Jaisson Oliveira, três grandes amigos desde o tempo da graduação. Dos amigos e amigas da PUCRS, menciono as meninas do “quarteto mágico”, que quando se reúnem, não deixam os outros falar: Sabrina Steinke, Daniela Queiroz Campos, Paula Rafaela da Silva e Mariana Flores da Cunha Thompson Flores. Também os colegas Hugo Hruby, Andrius Estevam Noronha e Alex Jacques da Costa.

Muitos amigos, colegas e professores ficaram de fora dessa lista, porém, não podia deixar de mencionar outros dois amigos em particular, ambos residentes em Santa Maria. O primeiro Cirilo Nunes da Silva, grande amigo desde a graduação. O segundo é Alexandre Maccari Ferreira, companheiro de todas as horas e “professor de cinema” de todos nós. O Alexandre ainda teve a gentileza de aceitar fazer a revisão gramatical dessa dissertação. Sou muito grato a ele por isso.

Gostaria de agradecer a toda minha família que sempre me apoiou incondicionalmente, e acreditou em mim, às vezes mais do que eu mesmo. Hoje eu me orgulho em dizer que graças a esse apoio familiar eu sou o primeiro da nossa família a concluir uma pós-graduação no nível de mestrado. O meu agradecimento vai para: Vó Vany, a grande matriarca da família, Rita Nascimento, Guilherme Nascimento, Getúlio Nascimento, Jadna Nascimento, Alzira Nascimento e todos os “Pires” (são muitos), Alessandro Nascimento, que além de ser meu único irmão, recentemente, junto com a Carol Parissoto, me presenteou com a minha afilhada Luiza. Também agradeço à minha irmã Juliana Nascimento Santos, que eu sei que é uma pessoa que eu posso contar para o resto da minha vida.

Agradeço em especial aos meus pais, Raquel Petri do Nascimento e João Júlio Gomes dos Santos, que são, sem dúvidas, as duas pessoas mais incríveis desse mundo! Todo carinho, apoio irrestrito e incomensurável que vocês me dedicaram me ensinou o significado da palavra amor. Não há palavras de agradecimento que caibam ou que expressem o que eu sinto por vocês. Vocês são as pessoas mais preciosas, honestas, humildes e verdadeiras que eu já conheci, e me orgulho muito em dizer que sou filho de vocês!

Por último, porém não menos importante, um agradecimento em especial à Carolina Cauduro Dias de Paiva, por todo carinho, compreensão, cumplicidade. Você é uma pessoa maravilhosa, amiga e verdadeira. Desde que te conheci os dias são mais coloridos.

A todos,  
Muito Obrigado!

*“Tudo isto que se passa seria por demais caricato se não fosse terrível! O Brazil é grande e novo, salvar-se-ha! Mas parecem todos apostados em o perder!”*

*O Conde de Paço D’Arcos ao Ministro Costa Lobo, 14 de Março de 1892.*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção documental de Carlos Eugênio Corrêa da Silva, o Conde de Paço D’Arcos, que foi o primeiro diplomata a representar Portugal na República brasileira. Sua Missão Diplomática foi entre 2 de Junho de 1891 e 20 de Novembro de 1893. No transcorrer desse período ele produziu um vasto acervo documental sobre a situação política brasileira. Para compreender suas impressões políticas, realizamos um trabalho de contextualização do indivíduo para mostrar que sua visão de mundo foi um reflexo de sua formação político-profissional. Nesse sentido, os argumentos de defesas da ordem social e da hierarquia militar são elementos recorrentes em toda sua Missão Diplomática, com especial destaque para a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. A utilização de fontes diplomáticas no transcorrer da pesquisa em nada diminui a proposta dessa pesquisa, que seja compreender a leitura política de um diplomata na República brasileira.

**Palavras-chave:** Conde de Paço D’Arcos, diplomacia, Brasil e Portugal, política, revoltas regionais.



## ABSTRACT

The present research has the objective of analyse the documental production of Carlos Eugenio Correa da Silva, known as Conde de Paço D’Arcos, who became the first diplomat to represent Portugal in the Brazilian Republic. His diplomatic mission occurred between 2nd June 1891 and 20th November 1893. Throughout this period he produced an extensive documentary collection regarding the Brazilian political situation. In order to comprehend his political impressions, we developed a contextualization of the individual attempting to depict that his point of view concerning the world as a whole was a reflexion of his past politic-professional maturation. Therefore, the supporting reasoning of the social order and of the military hierarchy are recurrent elements across his diplomatic mission, with special noteworthiness to the 'Revolução Federalista' (Federalist Revolution) and the 'Revolta da Armada' (Armed Revolt). The usage of diplomatic sources in the course of the research does not diminish the proposed main subject whatsoever, which is to make sense of the political perspective of a diplomat in the Brazilian Republic.

**Key words:** Conde de Paço D’Arcos, diplomacy, Brazil and Portugal, politics, local revolts.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 – O Conde de Paço D’Arcos em traje militar.....	14
FIGURA 2 – O Conde de Paço D’Arcos em traje civil.....	14
FIGURA 3 – Gravura ilustrativa da repressão ao movimento de 31 de Janeiro de 1891.....	17
FIGURA 4 – Organograma das instituições militares da Marinha portuguesa.....	29
FIGURA 5 – Organograma da formação das escolas navais de Brasil e Portugal.....	30
FIGURA 6 – Organograma da sucessão dinástica de Portugal.....	41
FIGURA 7 – Conde de Tomar, Duque de Palmela, Duque de Saldanha e Duque de Terceira.....	47
FIGURA 8 – Foto de uma caleche.....	51
FIGURA 9 – Organograma da hierarquia diplomática de Portugal no Brasil no fim do século XIX.....	64
TABELA 1 – Relação da história de Portugal com a trajetória do indivíduo Carlos Eugênio Corrêa da Silva.....	36

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRACT</b> .....	8
<b>LISTA DE FIGURAS E TABELAS</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 - FORMADO PARA RESPEITAR, TREINADO PARA CONSERVAR: A contextualização do Conde de Paço D’Arcos</b> .....	26
1.1 A formação militar.....	27
1.2 As origens do conservadorismo político.....	37
1.2.1 A Revolução de 9 de Setembro de 1836.....	42
1.2.2 A Maria da Fonte e a Guerra Civil da Patuléia.....	46
1.2.3 A Regeneração.....	49
1.2.4 As duas fases da política portuguesa após a Regeneração.....	52
Conclusões.....	55
<b>CAPÍTULO 2 - A ORDEM SOCIAL E HIERÁRQUICA À <i>OUTRANCE</i>: A análise das apreciações do Conde de Paço D’Arcos sobre a política nacional brasileira</b> .....	57
2.1 O disciplinador social.....	59
2.1.1 Situação nos estados.....	60
2.1.2 Visões do Caos.....	70
2.2 O disciplinador militar.....	76
2.1.2 Os antecedentes.....	76
2.2.2 As (im)pressões em assuntos militares.....	79
2.3 Análises do meio político.....	89
2.3.1 Jacobinismo.....	90
2.3.2 Monarquismo.....	99

<b>CAPÍTULO 3 - FOCOS DE INSTABILIDADE: A Revolução Federalista e a Revolta da Armada</b> .....	104
3.1 A Revolução Federalista.....	106
3.1.1 A política rio-grandense antes do Golpe de 3 de Novembro de 1891.....	107
3.1.2 A interpretação original.....	114
3.2 A Revolta da Armada.....	124
3.2.1 As primeiras contestações.....	125
3.2.2 Para manter a ordem: <i>ville ouverte</i> .....	130
3.2.3 Os “bailes” da discórdia diplomática.....	138
<b>CONCLUSÃO</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
Anexo 1.....	162

*À memória do Historiador Braz Brancato*

## INTRODUÇÃO

Dom Carlos por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e a'lem mar em Africa Senhor da Guiné o da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Pérsia e da India etc. Queire muito saudar ao Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, como aquelle que muito estimo e preso. Desejando ter junto de Vossa Pessoa quem interpretando fielmente os sentimentos que me animam, possa contribuir para manter e estreitar os laços de amizade que felizmente subsistem entre Portugal e o Brazil, e merecendo-me pelo seu reconhecido prestimo e comprovado zêlo no serviço do Estado, a mais plena confiança o Conde de Paço d'Arcos, Carlos Eugênio Garcia da Silva, capital de Mar e Guerra, do Meu Conselho e Ajudante de Campo honorario Commendador das Ordens de Nosso Senhor de Jesus Cristo e da de São Bento d'Aviz, Cavalleiro das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, da Torre e Espada do Valor, lealdade e merito e São Bento de d'Aviz, Condecorado com as medalhas militares de Gran Cruz da Ordem da Corôa de Sião Commendador de Carlos III de Hespenha e socio de varias sociedades scientificas, resolvi acreditar-o, como por esta o acredito junto da Vossa Pessoa na qualidade de Meu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. As qualidades que distinguem este Ministro dão-Me a bem fundada esperança de que elle saberá desempenhar satisfatoriamente a Missão que lhe é conferida. Rogo-vos pois queiraes dar inteiro credito a tudo quanto o mesmo Conde Vos expuser da Minha parte, especialmente pelo que respeita aos sinceros votos que faço pela prosperidade da Nação brasileira e aos sentimentos de amizade que professo pela Vossa Pessoa.

Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Nosso Senhor Haja a Vossa Pessoa em Sua Santa Guarda. Escripta no Palacio de Belem aos sete dias do mez de Maio de mil oitocentos e noventa e um.

El Rei <sup>1</sup>.

Essa Carta Regia (ou Real Credencial) foi entregue ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Justo Leite Pereira Chermont, no dia 12 de Junho de 1891. Esse documento acreditou o Capitão de Mar e Guerra, o Conde de Paço D'Arcos, como diplomata para representar o governo de Portugal junto ao governo constitucional do Marechal Deodoro da Fonseca. Essa nomeação representou o reatamento das relações diplomáticas oficiais entre Brasil e Portugal após a Proclamação da República brasileira <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (coor.). *Arquivo diplomático do reconhecimento da República/IIº Volume*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre: Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993. p. 198. Ressaltamos nesse documento o erro de grafia no nome do Conde de Paço D'Arcos. Ao invés de Garcia, o sobrenome correto é Corrêa. Dessa forma, o nome completo desse diplomata é Carlos Eugênio Corrêa da Silva. O erro acima pode ser sintoma de desleixo de quem escreveu o documento em nome do Rei Carlos de Portugal, ou então, erro de quem transcreveu. Para nós a segunda hipótese é menos provável porque logo em seguida há o erro de escrita no cargo militar (ao invés de Capitão de Mar e Guerra, aparece escrito a palavra "capital").

<sup>2</sup> De acordo com Eduardo Cordeiro Cândido Gonçalves, "quando eclodiu a revolução republicana no Brasil, Gustavo Nogueira Soares exercia as funções de ministro Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro. Ausentando-se do Brasil dois dias após a revolução, Manuel Garcia da Rosa assume as funções de encarregado de Negócios interino, cargo que mantém até à nomeação do conde de Paço d'Arcos, em 4 de Dezembro de 1890, como novo ministro Plenipotenciário". Ver: GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em*



FIGURAS 1 e 2 – O Conde de Paço D’Arcos em traje militar e civil, respectivamente <sup>3</sup>.

Esse reconhecimento diplomático foi extremamente significativo. Diferentemente da Independência do Brasil em 1822, que manteve a mesma casa dinástica de Portugal no governo brasileiro, o 15 de Novembro representou um rompimento efetivo em relação à Portugal <sup>4</sup>. Contudo, esse reconhecimento não se deu imediatamente após a Proclamação.

Havia uma expectativa de restauração monárquica no Brasil, ainda mais porque D. Pedro II, ao ser deposto, seguiu para o exílio em Portugal, sendo muito bem recebido pelo rei D. Carlos e pelo povo. O ex-Imperador brasileiro era tio do monarca português, e permaneceu em território luso até 28 de Dezembro de 1889 <sup>5</sup>. Dessa forma, era politicamente difícil para Portugal o reconhecimento imediato após a vitória do movimento republicano. Essa decisão seria adiada por alguns motivos.

---

*Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995. p. 143.

<sup>3</sup> FIGURA 1 – disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:1conde\\_PA.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:1conde_PA.jpg) ; FIGURA 2 – IN: SILVA, Henrique Corrêa da Silva (org.). *Missão Diplomática do Conde de Paço D’Arcos no Brasil (1891-1893)*. Lisboa, 1974. p. LXV.

<sup>4</sup> Sobre o processo de Independência brasileiro ver: COSTA, Emilia Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 10ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978. p. 64-125. Para o estudo do reconhecimento diplomático de Portugal à Independência do Brasil, ver: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. (sobretudo o capítulo 2)

<sup>5</sup> CERVO, MAGALHÃES, 2000. op. cit. p. 201.

O primeiro deles foi que no início do ano de 1890, em 11 de Janeiro, estourou em Portugal a crise do chamado *ultimatum* inglês. Esse *ultimatum* se deu a partir das ambições portuguesas de unir suas possessões coloniais africanas de Angola e Moçambique, anexando parte de um território inglês. A ambição lusa entrou em choque com as aspirações inglesas, personificadas nos interesses de Cecil Rhodes, de construir uma estrada de ferro que unisse os territórios do Cabo (futura África do Sul) até o Cairo <sup>6</sup>. A partir dessa situação de choque de interesses internacionais, os republicanos portugueses utilizaram politicamente esse acontecimento para iniciar uma forte campanha nacionalista que exorcizava a “passividade monárquica” frente à clara “intervenção nos assuntos internos” de Portugal <sup>7</sup>.

Dada essa situação interna, o governo de Portugal não reconheceu a República brasileira sob pena de estar legitimando o movimento republicano português, optando por um momento de cautela e utilizando o argumento de que nem a França republicana havia reconhecido a República. O governo de Portugal, portanto, entendeu que não lhe caberia ser a primeira Nação da Europa a reconhecer o novo governo <sup>8</sup>.

Contudo, os argumentos portugueses para evitar o reconhecimento vão se esgotando quando a França o fez em 20 de Junho de 1890 <sup>9</sup>. De acordo com Clodoaldo Bueno, a França só não havia reconhecido a República para não legitimar as reivindicações republicanas em Portugal e na Espanha. Porém, quando foi do seu interesse tentar solucionar a questão de limites que envolviam a Guiana e o Brasil, não hesitou em fazê-lo <sup>10</sup>. A partir de então, o último argumento português para adiar o reconhecimento foi declarar que esperava a realização das eleições para o Congresso Constituinte, como sendo essa a expressão de adesão do povo brasileiro à nova instituição<sup>11</sup>.

Dessa forma, Portugal optou por uma saída legalista para a questão do reconhecimento da República. Esse argumento possibilitou a prorrogação do reconhecimento, e

---

<sup>6</sup> MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. 3 ed. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, LDA. 2000. p. 196-201. O governo de Portugal no momento do *ultimatum* era do Partido Progressista, presidido por José Luciano de Castro. Após aceitar a intimação inglesa, esse governo se demitiu no dia 14 de Janeiro de 1890. O Partido Regenerador assumiu em meio de uma grande crise política. A chefia do governo estava a cargo de Antônio de Serpa Pimentel, a pasta dos Negócios Estrangeiros com Hintze Ribeiro, e o Governo Civil de Lisboa foi deixado à cargo do Conde de Paço D’Arcos.

<sup>7</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. “Jacobinos, Liberais e Democratas na edificação do Portugal contemporâneo”. IN: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p.263-281.

<sup>8</sup> BRANCATO, 1993. op. cit. p. 188-189.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, José Manuel Cardoso de. *Actos Diplomáticos do Brasil*. Tomo II. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997. p. 171.

<sup>10</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 154.

<sup>11</sup> BRANCATO, 1993. op. cit. p. 190-191.



consequentemente, o adiamento da legitimação política dos republicanos portugueses até o dia 20 de Setembro de 1890, cinco dias após a primeira sessão do Congresso Constituinte<sup>12</sup>.

Após o reconhecimento, era preciso decidir quem ocuparia esse “cargo de confiança” de representante diplomático de Portugal no Brasil. O Comandante Henrique Corrêa da Silva, filho do Conde de Paço D’arcos, contou que um grupo de “figuras elevadas da colônia portuguesa do Brasil”, entre eles o Dr. Figueiredo de Magalhães (depois Conde de Figueiredo Magalhães) e o Barão de Itanhaem de Andrade foram “(...) procurar meu pai perguntando-lhe se anuía a que o seu nome fosse indicado ao Governo pelos representantes da colônia afim de ir representar Portugal no Brasil”<sup>13</sup>.

O Comandante Henrique afirmou que a nomeação foi feita pelo decreto de 14 de Outubro de 1890. Entretanto, para Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves, a nomeação foi em 4 de Dezembro de 1890, e contou com contestações da facção republicana e da oposição progressista, já que o Conde de Paço D’Arcos era político ligado aos Regeneradores. Gonçalves salientou que o jornal *A Província* (Progressista), da cidade do Porto, noticiou que,

O reconhecimento da republica brasileira acaba de ser feito em testamento pelo governo demissionário, e sabem de quem este governo se lembrou para nos representar no Rio de Janeiro? De Paço D’Arcos, o mais extraordinário governador civil de Lisboa que tem havido, mas o que nós não sabemos ainda à hora de fechar nosso jornal, é se a lembrança foi por troça ou se foi a sério<sup>14</sup>.

Assim, Carlos Eugênio Corrêa da Silva, foi indicado para o cargo de Ministro Plenipotenciário em meio a uma grande instabilidade política nos fins de 1890. O governo progressista de José Luciano de Castro (1886-90) havia somado um acréscimo de 100% no déficit comercial<sup>15</sup>. A difícil situação financeira interna era explorada pelos republicanos portugueses habilmente. Esse estado ainda foi agravado com a queda de remessas dos lucros dos portugueses que viviam no Brasil, em função da instabilidade econômica do novo governo brasileiro<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, 1997. op. cit. p. 174.

<sup>13</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. XLVIII.

<sup>14</sup> As disputas político-partidárias portuguesas no transcorrer do século XIX serão desenvolvidas ao longo do capítulo primeiro. Sobre as diferenças de datas na nomeação e o trecho citado do periódico *A Província*, ver: GONÇALVES, 1995. op. cit. p. 147.

<sup>15</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da. “Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918)”. IN: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, et al. (orgs.) *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 49-86.

<sup>16</sup> Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves demonstrou que a implantação da República não afetou as relações comerciais entre Portugal e Brasil de imediato. Foram a instabilidade política do novo regime e a concorrência internacional no ramo de vinhos, que abalaram as relações comerciais entre os dois países. Ver: GONÇALVES, 1995. op. cit. p. 3-37. Ver também: PEREIRA, Mirian Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002. p. 55-78.

Enquanto o Conde de Paço D’Arcos não assumia seu posto diplomático no Brasil, ele teve a oportunidade de acompanhar o crescimento do Partido Republicano Português. Em janeiro de 1891 foi lançado o “Manifesto e Programa” republicano que fez com que o quadro político português ganhasse contornos mais nítidos. Poucos dias após essa publicação, em 31 de Janeiro de 1891, aconteceu uma sedição militar-republicana na cidade do Porto, sendo rapidamente abafada pelas autoridades monárquicas<sup>17</sup>.



FIGURA 3 - Gravura ilustrativa da repressão ao movimento de 31 de Janeiro de 1891<sup>18</sup>

Cada vez mais a Missão Diplomática ganhava um contexto político delicado. Carlos Eugênio Corrêa da Silva foi o escolhido para representar uma Monarquia que atravessava um contexto interno conturbado, em um país que recentemente havia abolido essa mesma forma de governo através de um golpe militar. Para o governo de Portugal seria interessante que não houvesse incidentes nessa Missão que pudessem ser utilizada politicamente pelos republicanos. Porque, então, nomear um diplomata sem experiência anterior? A nomeação se

<sup>17</sup> Sobre a revolta portuguesa, ver: PEREIRA, Gaspar Martins. “Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa”. IN: *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. Série III, Volume I, 2000. p. 113-125. Ver também: SOUSA, Fernando de. “O jornal de notícias e a revolta de 31 de janeiro de 1891”. IN: *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. Série II, Volume VII, 1990. p.255-264.

<sup>18</sup> Gravura publicada na Revista Universal Impressa em Paris, 1891, v. 8. Fonte: <http://www.arqnet.pt/portal/imagemsemanal/janeiro0204.html>.

deu, em nossa opinião, em função de dois motivos: a) a sua inquestionável dedicação política ao Partido Regenerador; b) a intenção de nomear um militar de carreira que acatasse as ordens enviadas de Lisboa.

Nesse contexto, o Ministro Plenipotenciário de Portugal chegou ao Brasil em 2 de Junho de 1891. No transcorrer de sua Missão Diplomática, o Conde de Paço D’Arcos produziu diversos relatórios, ofícios e telegramas informando ao governo de Portugal a situação política brasileira. Após pouco mais de dois anos decorridos do início da sua Missão, esse diplomata foi chamado à Lisboa (oficialmente ele entregou a Legação portuguesa para o Secretário Manoel Garcia da Rosa em 20 de Novembro de 1893). Em seguida, embarcou para Portugal e nunca mais retornou ao Brasil até falecer em 5 de Novembro de 1905.

No transcorrer de sua Missão, o Conde de Paço D’Arcos teve o cuidado de produzir cópias da sua correspondência com o governo de Lisboa. Essa documentação permaneceu guardada pela sua família que pretendia publicá-la. O Comandante Henrique Corrêa da Silva, seu filho, escreveu um prefácio narrando a biografia de seu pai. Porém, ele faleceu antes de ver a obra publicada, ficando a cargo dos netos de Carlos Eugênio Corrêa da Silva a finalização e a publicação em 1974, juntamente com o prefácio biográfico<sup>19</sup>.

Essa documentação já foi utilizada anteriormente em outros trabalhos<sup>20</sup>, contudo, não é do nosso conhecimento que algum pesquisador tenha se perguntado: O Conde de Paço D’Arcos seria capaz de se libertar de toda sua visão de mundo, e exercer suas funções diplomáticas de forma “neutra” quando desembarcou no Rio de Janeiro, carregando consigo a Real Credencial?

Acreditamos que não.

Entretanto, a historiografia permaneceu relegando a esse diplomata apenas o epíteto de “observador estrangeiro”. A documentação só serviu como complemento documental para outras pesquisas – num sentido instrumental – e nunca foi desenvolvido nenhum estudo sobre essa publicação ou sobre esse diplomata. Em nosso entendimento, isso é um sintoma historiográfico interessante.

Na década de 30 houve um movimento de renovação na historiografia francesa que ficou conhecido como a *Escola dos Annales*<sup>21</sup>. Esse movimento pensava na necessidade de redimensionar as abordagens históricas, passando a se preocupar com a história daqueles que

---

<sup>19</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. X.

<sup>20</sup> Os trabalhos que utilizaram essa documentação são explicitados no item 3.2.3. desta dissertação.

<sup>21</sup> Para um panorama sobre o a Escola dos Annales e suas três gerações, ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

foram desprestigiados pela história política tradicional. Esse novo modo de fazer a história, parafraseando Peter Burke, foi a “Revolução Francesa” da historiografia.

Entre as críticas que a história política tradicional recebeu está sua preocupação em narrar a história dos vencedores, dos heróis, dos fatos e das batalhas. Críticas que envolviam o seu método de contar a história a partir do ponto de vista do Estado-nação, exaltar suas origens e projetar seu futuro glorioso, ser factual e privilegiar as análises do particular <sup>22</sup>. Entre esses tipos de abordagens tradicionais se encontrava, igualmente, a história da diplomacia.

Para essa nova corrente historiográfica era necessário estudar a história “vista de baixo” em oposição àquela “vista de cima”. Entretanto, mesmo que houvesse alteração nos objetos de pesquisa, não significaria, necessariamente, que o tipo de abordagem seria modificado. Era preciso se distanciar do indivíduo e buscar explicações mais “científicas” da realidade. Portanto, era necessária uma reformulação do método histórico. A história, dessa forma, aproximou-se da sociologia, e de seu aparato metodológico, em busca do caráter de ciência social.

Jaques Revel nos lembra que, vinte e cinco anos antes dos *Annales*, o durkheimiano François Simiand já alertava que “os historiadores deveriam, dali em diante, se afastar do único, do acidental (...) para investir na única coisa que poderia tornar-se objeto de um estudo científico: o repetitivo e suas variações, as regularidades observáveis (...)” <sup>23</sup> para que fosse possível se chegar a Leis.

Com a aproximação entre as duas disciplinas (história e sociologia), a ênfase das pesquisas centrou-se nos estudos sobre a sociedade e a economia. A história quantitativa ganhou espaço, e tudo aquilo que pudesse ser quantificado era bem visto – no sentido de trazer um respaldo mais científico à história. Nesse contexto, fundamentou-se o predomínio de estudos: do coletivo sobre o individual; da longa duração em detrimento do tempo curto, essa temporalidade incapaz de dar uma explicação sobre as estruturas sociais; das diferentes realidades de trabalho; dos meandros da produção; das relações de trocas; tudo em detrimento daquilo produzido anteriormente, que ganhou a alcunha de “tradicional”.

Essa crítica fez com que as temáticas que procurassem historicizar as relações políticas ou relações entre Estados fossem logo identificadas como sendo “tradicionais”, “reacionárias” e “conservadoras”, justamente por privilegiar a história das classes dominantes.

---

<sup>22</sup> RÉMOND, René. “Uma História Presente”. IN: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.13-36.

<sup>23</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. IN: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

No entanto, dentro dos *Annales* houve quem defendesse o estudo da política como legítimo. Para Jacques Julliard, a História Política nunca desapareceu, e “não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica”<sup>24</sup>. Portanto, a aproximação da história com outros campos do conhecimento (dentre eles a sociologia, a ciência política, o direito público, a linguística, etc.) proporcionou alterações metodológicas que alteraram a própria significação do que é o político. Nesse sentido, para Pierre Rosanvallon, o político não seria apenas uma “instância” ou “domínio” entre outros da realidade, mas sim “o lugar em que se articulam o social e sua representação”<sup>25</sup>.

Também houve, dentro da tradição dos *Annales*, quem propusesse outras questões metodológicas à história. Como bem salientou Jacques Revel, a produção historiográfica dos *Annales* entrou em crise no final dos anos 1970 e início dos 1980<sup>26</sup>. Ao mesmo tempo, na Itália, um grupo de historiadores ofereceu uma alternativa à escassez documental daquele país, onde havia dificuldades de realização de estudos quantitativos<sup>27</sup>.

Entre esses historiadores italianos, destacaram-se principalmente três: Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. Foi a partir de suas discussões intelectuais e de pesquisa, que a revista *Quaderni Storici* foi editada, publicando os trabalhos desses pesquisadores. Mais tarde a revista seria dirigida por C. Ginzburg e G. Levi, e editada pela Editora Einaudi, mudando de nome para *Microstorie* e durando de 1981 a 1993.

Esse grupo se reuniu em torno de “um conjunto de proposições e questionamentos sobre os métodos e os procedimentos da história social, articulando discussões esparsas em torno da relação da história com as outras ciências sociais (...)”<sup>28</sup>. Enrique Espada Lima acrescentou que essa reação italiana acompanhou uma crítica de fora da Itália, desde os anos 1960, sobre os limites da história quantitativa e serial, assim como a história estrutural<sup>29</sup>.

A reunião desses historiadores em um mesmo empreendimento, não está necessariamente relacionada com uma identificação teórica clara entre eles. Henrique Espada Lima analisou a trajetória de pesquisa, assim como a produção de cada um desses três historiadores, e percebeu uma dicotomia entre eles.

---

<sup>24</sup> JULLIARD, Jacques. “A política”. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-198. (citação pg. 181)

<sup>25</sup> ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.15, n. 30, 1995, p. 9-22.

<sup>26</sup> REVEL, 1998. op. cit. p. 18.

<sup>27</sup> REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. IN: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 7-37.

<sup>28</sup> LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 16.

<sup>29</sup> Idem, p. 384.

Por um lado, havia antes de tudo uma reflexão em torno da microanálise, que partia da história social, afirmando a centralidade do estudo das relações interpessoais na investigação histórica. Por outro lado, uma micro-história “cultural”, que partia de outra ordem de discussões e referências, perseguindo objetivos distintos. (...)

Entre a construção do objeto de análise e a forma de sua contextualização havia também uma distinção quanto aos procedimentos analíticos postos em prática. Enquanto a perspectiva de Ginzburg colocava no centro de suas indagações a relação dos sujeitos com a cultura, partindo da interpretação de “indício” – entendido como via de acesso a um universo de fenômenos cujo significado permaneceria, de outra forma, encoberto -, a microanálise social voltava-se para a “reconstrução de redes de relações” e a “identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas)”<sup>30</sup>.

Mesmo não havendo um consenso entre os próprios fundadores da revista, no sentido de estabelecer uma plataforma teórica comum, existiam algumas questões praticadas comumente entre os pesquisadores. Dentre elas, destaca-se a questão da variação da escala de análise. Não se trataria, apenas, de reduzir a escala de análise da perspectiva macroscópica para a microscópica, mas “é o princípio da variação que conta”<sup>31</sup>. Cada enfoque escolhido traria possibilidades de explicações diferentes. Nesse sentido, a questão do indivíduo retornou à tona enquanto uma das possibilidades que a redução de escala proporcionaria. Jacques Revel resumiu a questão do indivíduo para micro-história:

Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve<sup>32</sup>.

A partir do princípio que a abordagem biográfica foi reabilitada nos últimos anos, seria necessário pensar em outra questão. Qual indivíduo? Essa pergunta coloca em xeque o retorno da biografia dos grandes reis, políticos, heróis, ou diplomatas<sup>33</sup>.

Sabina Loriga comenta que as discussões em torno do método biográfico estão relacionadas com as experiências historiográficas sobre o “cotidiano” e “subjetividades outras”, tais como a história oral, cultura popular e história das mulheres – objetos vinculados

---

<sup>30</sup> Idem, p. 366-167. Esse panorama historiográfico já havia sido explicitado em: REVEL, 1998. op. cit., contudo, consideramos essa citação mais elucidativa. O texto base que define a perspectiva de Ginzburg, e que também foi considerado o panfleto teórico dos micro-historiadores culturais é: GINZBURG, Carlo. “SINAIS: Raízes de um paradigma indiciário”. IN: GINZBURG, C. *A Micro-História e outros Ensaio*s. Lisboa: DIFEL, 1989. Jacques Revel, partidário da microanálise social, lembra que esse texto do Ginzburg não é elucidativo daquilo que foi produzido posteriormente, sendo portanto, apenas uma das vertentes possíveis de microanálise. Ver: REVEL, 1998. op. cit. p. 16. Um texto que elucida o ponto de vista da microanálise social é: LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161. As obras citadas não visam dar conta dos meandros da produção microanalítica, apenas elucidar suas vertentes historiográficas.

<sup>31</sup> REVEL, 1998. op. cit. p. 20.

<sup>32</sup> Idem. p. 21.

<sup>33</sup> Peter Burke chamou a atenção para diversos autores relacionados com os Annales que permaneceram publicando obras biográficas. “A biografia histórica é praticada por diferentes razões e assume formas diferentes. Pode ser um meio de entender a mentalidade de um grupo. Uma dessas formas é a vida de indivíduos mais ou menos comuns (...)”. Ver: BURKE, 1997. op. cit. p. 103-104.

com a terceira geração dos *Annales*. Assim, realizar a história dos indivíduos comuns foi uma alternativa metodológica encontrada para escapar à maneira que a história tradicional fazia uso da biografia.

Contudo, Loriga salienta que, “não é necessário que o indivíduo represente um caso típico; ao contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre as especificidades do destino pessoal e o conjunto do sistema social”<sup>34</sup>. Parece-nos que Sabrina Loriga concorda com os argumentos de Philippe Levillain. De acordo com ele, “tudo depende do nível significativo do personagem. E é certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento têm chance de ser rico. Trata-se então de uma questão de fonte”<sup>35</sup>.

Tanto a micro-história quanto a nova história política, que derivam da tradição dos *Annales*, parecem, assim, excluir a possibilidade de estudar um diplomata. Ambas as escolas tendem concordar em relação à necessidade de estudar o indivíduo comum. Porém, para a segunda, o empreendimento da biografia pode servir para “homologação seja do conhecimento adquirido, seja das idéias prontas sobre um homem, seja das relações entre um sistema político e a coletividade”<sup>36</sup>. Parece-nos que mesmo na nova história política há um constrangimento em deixar-se guiar pelas impressões de um diplomata. A “Revolução Francesa” da historiografia parece tão institucionalizada que até mesmo o movimento que preconiza o retorno da temática política limita os seus objetos.

Para Maria de Fátima Bonifácio o problema reside na própria definição de política para a nova história (*Annales*). Para ela, René Rémond considera “(...) a política, enquanto fenómeno estudável, sob a forma padronizada e repetitiva das suas manifestações legais-institucionais, quer dizer, como uma prática social formalizada desprovida de sujeito (...)”. Em sua opinião, a política deveria ser entendida como ela é:

*idéias, decisões, projectos e vontades concebidos por sujeitos concretos, individuais ou coletivos, consonantes ou concorrentes entre si, que se manifestem como acção; está acção desenrola-se em todos os domínios da existência social e tem por objecto directo ou indirecto a organização da vida em sociedade – da polis, portanto; no cerne de tudo quanto respeita à organização da vida em sociedade encontra-se a luta pelo poder, a resistência ao poder, o exercício do poder e a definição das relações entre comando e obediência*<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> LORIGA, Sabrina. “A biografia como problema”. IN: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pg. 225-249. (citação p. 248-249)

<sup>35</sup> LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. IN: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Idem. p. 141-184. (citação pg. 175)

<sup>36</sup> Idem. p. 175.

<sup>37</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999. p. 71. (grifos originais)

Essa definição acompanha toda uma visão específica de entender a história, e a história política em particular. Maria de Fátima Bonifácio entende que existem limites nos *Annales* que impedem essa tendência historiográfica de compreender a política. Esse entrave residiria na vontade da nova história em se tornar uma ciência social. Para alcançar esse *status*, teria sido preciso “romper com o senso comum, deixando de submeter os seus questionários à ditadura das fontes para passar, tal como a ciência, a ‘construir o seu objeto’”<sup>38</sup>. Essa mudança teria deslocado a ideia de “compreensão” para a de “explicação”.

Sobre esse deslocamento, Rui Ramos elaborou um artigo significativo dedicado à análise da obra de dois autores: Gertrud Himmelfarb e Leo Strauss<sup>39</sup>.

Himmelfarb defendeu que a nova história se colocou fora da opinião herdada do passado, enquanto que a “velha história” tenta entender essa opinião. Esse esforço de compreender a história “como os contemporâneos a compreendiam, de modo a descobrir como é que eles acreditavam no que faziam, porque é que essas crenças lhes pareceram ‘críveis’, isto é, uma interpretação fiel das experiências deles” que distinguiria a maneira de fazer história política<sup>40</sup>. A conclusão de Rui Ramos sobre a tese de Himmelfarb diz que a história política “não o é tanto pelo seu conteúdo, como pela sua atitude: aceitar o real tal como ele foi percebido. Rompe assim com o cientismo (e por isso não pode ser positivista) para fundar a objetividade numa percepção política”<sup>41</sup>.

Leo Strauss, por sua vez, sustentou que a filosofia clássica não estava interessada na política (vida cívica). Contudo, aceitava a política como ponto de partida para filosofar. Ao aceitar a política “tal como ela se praticava, ao perguntar pelo ‘bom regime’ (e não pela ‘virtude’, que era a verdadeira questão filosófica), a filosofia aceitava as categorias da vida política tal como tinham sido postas pelo senso comum”<sup>42</sup>. Rui Ramos concluiu, a partir dessa leitura de Leo Strauss, que a história política faz parte do “mundo clássico”. Dessa forma, “ela aceita uma relação directa com os seus materiais, assumindo os factos e as opiniões, os problemas que os próprios materiais expressamente colocam. Isto é um sinal de sabedoria. É nesse sentido que ela é política”<sup>43</sup>.

A opinião de Rui Ramos é compartilhada por Maria de Fátima Bonifácio, que discutiu sobre o perigo, já expresso por Karl Popper, de se cair em um historicismo. Sobre esse historicismo ela comentou que:

---

<sup>38</sup> Idem. p. 43. (grifos originais)

<sup>39</sup> RAMOS, Rui. “A causa da História do Ponto de Vista Político”. IN: *Penélope*. n.º5, Lisboa, 1991. p. 27-47.

<sup>40</sup> HIMMELFARB apud RAMOS, 1991. op. cit. p. 30.

<sup>41</sup> RAMOS, 1991. op. cit. p. 39,

<sup>42</sup> Idem. p. 40.

<sup>43</sup> Idem. p. 41.



(...) Estou consciente de que afloro aqui o *historicismo* que Popper se propõe precisamente a demolir. Mas apenas afloro: porque bem sei que “não pode haver uma história ‘do passado tal como efectivamente ocorreu’; pode haver apenas interpretações históricas, e nenhuma delas definitiva”. Sei igualmente que “somos nós quem selecciona e ordena os factos da historia”. Mas recuso-me a admitir a radical impossibilidade de essa selecção e ordenação respeitarem, ainda que de forma imperfeita, as “interpretações gerais” dos contemporâneos que viveram a historia que agora se narra. E ao contrário do que afirma Popper, não vejo que esta tentativa implique a crença ingênua de que, “contemplando a historia, possamos descobrir o segredo, a essência do destino humano”. A “Miséria do historicismo” vergasta a ambição profética implicada na presunção científica que supõe possível formular leis do devir histórico e, por seguinte, ler o sentido do futuro. Mas o “historicismo” que aqui defendo é mais modesto e mais sensato: não reclama nenhuma prerrogativa científica nem, por conseguinte, nenhum privilégio de previsão. Limita-se a recusar a brutal opacidade do passado<sup>44</sup>.

Nesse sentido, objetivando *compreender* as percepções políticas que Carlos Eugênio Corrêa da Silva teve no transcorrer de sua Missão Diplomática no Brasil, caminhamos entre esses pressupostos teóricos para justificar a escolha do nosso objeto de pesquisa. Essa documentação possui uma pertinência para elucidar alguns aspectos de uma determinada época que foram “deixados de lado”, já sendo tempo, portanto, de reabilitar a pesquisa histórica que tenha um diplomata como objeto.

Então, cabe voltarmos àquela pergunta que originou a discussão teórico-metodológica: O Conde de Paço D’Arcos seria capaz de se libertar de toda sua visão de mundo, e exercer suas funções diplomáticas de forma “neutra” quando desembarcou no Rio de Janeiro carregando consigo a Real Credencial?

Nossa resposta permanece a mesma. Acreditamos que não. Porém, os trabalhos que utilizaram essa documentação parecem não ter levado essa questão em consideração.

Dessa forma, em um primeiro momento, o que chamou nossa atenção nessa documentação foi a *interpretação original*<sup>45</sup> que o Conde de Paço D’Arcos fez da Revolução Federalista. Aparentemente, essa explicação destoava das demais interpretações historiográficas. A partir desse indício passamos a procurar no restante da documentação subsídios para tentar compreender sua visão de mundo.

No transcorrer da análise documental, percebemos que os argumentos de defesas da ordem social e da hierarquia militar se apresentavam frequentemente. Assim, passamos a procurar na sua trajetória de vida elementos que elucidassem essa visão de mundo, como o prefácio biográfico escrito pelo seu filho que nos ajudou a encontrar referências sobre o passado desse diplomata. Entre essas informações, a mais detalhada diz respeito à sua vida profissional dentro da Marinha portuguesa. Há muito pouco sobre a filiação política desse

---

<sup>44</sup> BONIFÁCIO, 1999. op. cit. p. 96-97.

<sup>45</sup> Esse aspecto será trabalhado no item 3.1.2.

indivíduo, assim como os cargos ou os mandatos que cumpriu na política. Da mesma forma, os nomes das instituições que ele estudou mal são mencionados.

Nesse sentido, o nosso **capítulo primeiro** foi uma contextualização do indivíduo. Esse objetivo iniciou com uma breve retomada das instituições educacionais responsáveis por sua formação profissional. Em um segundo momento, foi a partir do exercício de inserir a trajetória pessoal de Carlos Eugênio Corrêa da Silva no quadro mais amplo da afirmação do liberalismo português do século XIX, que encontramos elementos que ajudaram a compreender sua visão de mundo.

Após realizar a contextualização do indivíduo e analisar as instituições que ele estudou, foi possível voltar à documentação produzida no transcorrer da sua Missão Diplomática. O objetivo agora era compreender como a sua formação político-profissional, que condicionou sua visão de mundo, influenciou a leitura política que o Conde de Paço D’Arcos fez da política brasileira. O **capítulo segundo**, portanto, foi separado em três partes. A primeira mostrando a sua defesa da ordem social nos estados da federação e na Capital Federal. O segundo foi sua defesa da hierarquia militar. Por último, como ele percebeu dois grupos políticos antagonicos, os “jacobinos” e os monarquistas.

O **capítulo terceiro** foi dedicado para analisar suas percepções da Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Em um primeiro momento analisamos a *interpretação original* desse diplomata sobre a revolta no Rio Grande do Sul. Posteriormente, analisamos suas impressões política e participação na insurreição naval no Rio de Janeiro.

Antes de começarmos a analisar a documentação do Conde de Paço D’Arcos, pensamos que talvez seja ilustrativo ver como que essas impressões eram descritas em seus relatórios. O próprio diplomata nos fornece a pista de sua leitura política.

Desculpar-me-há V. Ex.<sup>a</sup> que estas confidenciais sobre a política interna deste paiz sejam divididas às vezes por partes e não componham um só officio. São escritas, como V. Ex.<sup>a</sup> verá pelas diversas datas, à medida que os acontecimentos se vão dando e com as apreciações da ocasião. Não é possível a maior parte das vezes reservar representar o sentir do momento e não concordar em absoluto com os telegramas de ocasião <sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 149. [despacho de 15.04.1892 à ultima hora]

## **1 – FORMADO PARA RESPEITAR, TREINADO PARA CONSERVAR: A contextualização do Conde de Paço D’Arcos.**

O presente capítulo tem por objetivo identificar elementos que ajudem a explicar a leitura da política brasileira que o Conde de Paço D’Arcos fez no transcorrer de sua Missão no Brasil. Em nossa análise, existem dois elementos-chave que são essenciais para compreensão da visão de mundo desse personagem. Ambos os elementos estão ligados à trajetória político-profissional desse sujeito antes da sua atuação como diplomata no Brasil.

O primeiro deles diz respeito à formação militar e à carreira dentro da Armada portuguesa. Nossa hipótese é que a partir dessa formação e escolarização dentro das instituições que visavam à educação da elite portuguesa, Carlos Eugênio foi moldado e treinado para ser um respeitador da hierarquia e da ordem, sobretudo a militar. Portanto, as suas experiências adquiridas dentro da Armada, assim como os altos postos administrativos que ele assumiu dentro do império colonial, são elementos importantes para analisarmos esse indivíduo enquanto um funcionário da monarquia portuguesa<sup>1</sup>.

O segundo elemento explicativo é a sua participação enquanto político do Partido Regenerador. A experiência de ter assumido mandatos parlamentares chegando a ser Governador Civil de Lisboa, ajuda a entender as origens do conservadorismo político-social em suas análises sobre a política brasileira no início da República. Dessa forma, a compreensão do ambiente interno de Portugal permite dimensionar o que representava ser um político ligado ao Partido Regenerador no final do século XIX, momento em que Carlos Eugênio é nomeado diplomata no Brasil.

Para dar conta de nosso objetivo buscamos as origens sociais e ideológicas dessa agremiação desde a Revolução Liberal do Porto, e procuramos reconstituir, em linhas gerais, o ambiente político de Portugal em que se deu a formação político-profissional de Carlos Eugênio. Nossa hipótese é que a Revolução Regeneradora de 1851, que proporcionou o início de um novo período político em Portugal, causou uma enorme influência na escolha política de Carlos Eugênio.

---

<sup>1</sup> Aqui resolvemos considerar os cargos administrativos que Carlos Eugênio ocupou no império colonial português, assim como os cargos administrativos na Marinha, enquanto vinculados a sua formação militar. Isso porque os oficiais portugueses que circulavam pelo império ultramarino eram sempre recompensados por uma promoção. Essas promoções por vezes os levam a exercer funções alheias à origem militar. Pensamos ser esse o caso de Carlos Eugênio. Ver mais em: SOUZA, Adriana Barreto de. “A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)”. IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 159-178.

## 1.1 A formação militar

Carlos Eugênio Correia da Silva, o Conde de Paço D’Arcos, deve ser compreendido, antes de qualquer outra análise, enquanto um profissional formado nos moldes da carreira militar. Essa característica em sua formação é percebida na documentação na nítida predileção pelo argumento da manutenção da ordem e da hierarquia, tanto profissional quanto social.

Esta característica de ser o Conde de Paço D’Arcos um defensor da ordem social e hierárquica, não é apenas uma percepção nossa a partir da análise documental, mas também uma percepção do próprio sujeito, que via nesses elementos traços de sua personalidade. Essa “auto-imagem” é referendada na seguinte passagem:

O que é verdade indubitável (e para mim de muito valor, como homem ordeiro que sou, mas homem de ação) é que o governo sem mostrar tibieza nem frouxidão conseguiu assegurar a ordem pública, mostrando que tem forças e conta com o exército, *malgré tout* que se dizia e que se diz. (...)

Para mim, apaixonado pela ordem e pela força de acção governativa como sempre tenho sido, estou em que o governo andou bem pacificando os distúrbios; (...) <sup>2</sup>.

Portanto, ao analisarmos a documentação, devemos ter claro que os posicionamentos do Conde de Paço D’Arcos são pautados por essa lógica “da ordem”. Nossa hipótese é que esses atributos de defensor da ordem social e hierárquica são resultados de um longo treinamento e socialização a qual Carlos Eugênio foi submetido durante sua escolarização e atuação enquanto militar e administrador colonial<sup>3</sup>.

Faz-se necessário, dessa forma, analisar a estrutura institucional da Marinha portuguesa e as escolas em que Carlos Eugênio estudou para que se possa avaliar a influência que essas instituições tiveram em sua formação. Também se faz necessário que alguns aspectos de sua origem familiar sejam destacados, justamente para refutar a possível relação simplista entre classe social e posicionamento político<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> SILVA, 1974. p. 95-96.

<sup>3</sup> Pensamos que as conclusões de José Murilo de Carvalho sobre o treinamento e a socialização da elite imperial brasileira em Portugal podem ser aplicadas ao caso de Carlos Eugênio, justamente por ser esse indivíduo formado em instituições portuguesas no mesmo período. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Uma referência sobre os processos de socialização dos militares, porém em outro corte cronológico é: CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990. O brasilianista Alfred Stepan também ressalta que existem certas normas burocráticas e racionais, como a estrutura de educação e de promoção, que ajudam a socializar o quadro de oficiais e a criar um forte espírito de corporação. Ver: STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. (Sobretudo a Primeira Parte)

<sup>4</sup> A relação simplista a que nos referimos seria considerar que o indivíduo pertencente a uma determinada classe social teria, obrigatoriamente, um comportamento político condizente com os interesses da sua classe social. Outra vez, Alfred Stepan é claro ao afirmar que “no tocante a indivíduos e ao efeito das origens sociais sobre seu

Destarte, convém destacar que em Portugal, a Marinha de guerra, ou a Armada, como era mais popularmente chamada, começou a ter um destaque na vida social e política portuguesa a partir do final do século XV, período em que se iniciavam os processos das Grandes Navegações<sup>5</sup>. Essas navegações estão inseridas no contexto europeu de aumento populacional, na necessidade de buscar novas rotas comerciais, que barateassem as especiarias orientais, e na aceção de acúmulo de metais preciosos – o metalismo, que era uma típica prática preconizada pelo mercantilismo, que via na acumulação de metais a verdadeira forma de comparar as riquezas entre as nações<sup>6</sup>.

Até então, as práticas de navegação, que envolviam conhecimentos específicos como a astronomia e cartografia, por exemplo, não eram ensinadas publicamente, sendo esses conhecimentos profissionais típicos de corporações de ofícios do fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Os segredos da profissão eram passados de geração para geração, sendo que no caso da navegação, esses ensinamentos se davam dentro dos próprios navios com a prática de navegação. Contudo, com a expansão portuguesa para as regiões dos Oceanos Atlântico e do Índico, as necessidades de especialização da prática do marinheiro também aumentaram, dando início às primeiras tentativas de reunir os conhecimentos sobre a navegação e ensiná-los em cursos de especializações. A primeira tentativa, nesse sentido, foi à criação do “Regimento do Cosmógrafo-Mor”, em 1592. O alcance dessa instituição dentro da prática da navegação tem que ser relativizada, já que mais importava a prática da navegação ao invés da sua teorização<sup>7</sup>.

Em 7 de Março de 1761 foi criado o Real Colégio dos Nobres, instituição essa, que dava a primeira formação militar para a elite portuguesa, com “a finalidade explícita de dar aos filhos da nobreza uma alternativa para o serviço do Estado que não fossem as carreiras eclesiástica e judiciária”<sup>8</sup>. Mais tarde, em 1779, foi criada em Lisboa a Real Academia da

---

comportamento político, está claro, em vista de numerosos exemplos históricos, que muitos aristocratas lideraram movimentos populistas, e líderes da classe baixa ou caudilhos foram os chefes ou sustentáculos de governos tradicionais de classe alta. (...) Não pretendemos afirmar aqui que a origem de classe é irrelevante na determinação do comportamento político, mas antes sugerir que ela, por si só, quase nunca determina a atitude política das elites”. Ver: STEPAN, 1975. op. cit. p. 42.

<sup>5</sup> Para uma História mais detalhada da Marinha de Portugal ver o site do governo português em: <http://www.marinha.pt/Marinha/PT/Menu/DescobrirMarinha/Historia/historiamarinha/>. Nesse site é possível encontrar detalhes sobre a História dessa instituição desde a Independência de Portugal até os dias de hoje. Para uma História mais detalhada dos combates navais portugueses conferir no mesmo site a seção: [http://www.marinha.pt/Marinha/PT/Menu/DescobrirMarinha/Historia/combates\\_navais/](http://www.marinha.pt/Marinha/PT/Menu/DescobrirMarinha/Historia/combates_navais/).

<sup>6</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Mercantilismo e transição*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>7</sup> MATOS, Rita Cortez de. “O Cosmógrafo-Mor: O Ensino Nautico em Portugal nos séculos XVI e XVII”. IN: Revista *Oceanos: Navios e Navegações. Portugal e o Mar*. Lisboa. Número 38. Abril/Junho de 1999. p. 55-64.

<sup>8</sup> CARVALHO, 2008. op. cit. p. 69. Aqui escolhemos deixar de fora uma análise mais sistemática do ensino universitário português, centrando-se na formação das elites militares. Para uma análise do ensino universitário

Marinha, que a partir de um ensino teórico visava à formação de oficiais da Marinha de Guerra, da Marinha Mercante e dos Engenheiros do Exército. Já em 1782, foi criada a Real Academia dos Guardas Marinhas, que recebia os melhores alunos da Real Academia da Marinha, ou aqueles com ascendência nobre, e os preparava como oficiais da Marinha Real.

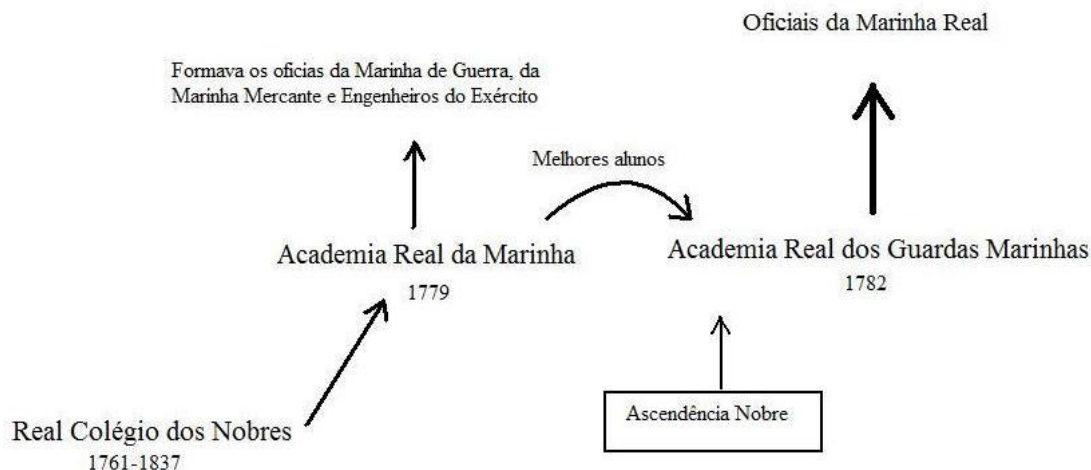


FIGURA 4 – Organograma das instituições militares da Marinha portuguesa

Sobre o tipo de formação que esses oficiais tinham, Adriana Barreto de Souza destaca que:

Matemática era a base da formação desses oficiais. O estatuto das duas academias – A Real Academia de Marinha de Lisboa e a Academia de Guardas Marinhas – previa um curso de três anos. A estrutura era a mesma. Nesses três anos, estudava-se matemática superior, e, no último, técnica naval. Assim, quem pretendia servir no Exército cursava apenas os dois primeiros anos. Mas a Academia de Marinha de Lisboa oferecia ainda um ano complementar, com lições de fortificação e engenharia para os oficiais que pretendessem servir como engenheiros. Depois disso, eles seguiam para os regimentos<sup>9</sup>.

A Academia Real dos Guardas Marinhas, em 1807, em função da invasão napoleônica foi transferida conjuntamente com toda a Corte portuguesa para o Brasil, onde funcionou entre 1808 e 1822. Em função da Independência brasileira, a Academia Real dos Guardas Marinhas se dividiu em duas, a brasileira e a portuguesa. A vertente brasileira deu origem a Escola Naval no Brasil. A co-irmã portuguesa retornou a Portugal e funcionou até 1845, ano em que D. Maria II, em um decreto, mudou seu nome para Escola Naval de Portugal, ficando

português principalmente após a Reforma Pombalina de 1772, ver: GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

<sup>9</sup> SOUZA, 2004. op. cit. p. 168.

essa instituição como a responsável por formar os oficiais da Armada Real portuguesa<sup>10</sup>.

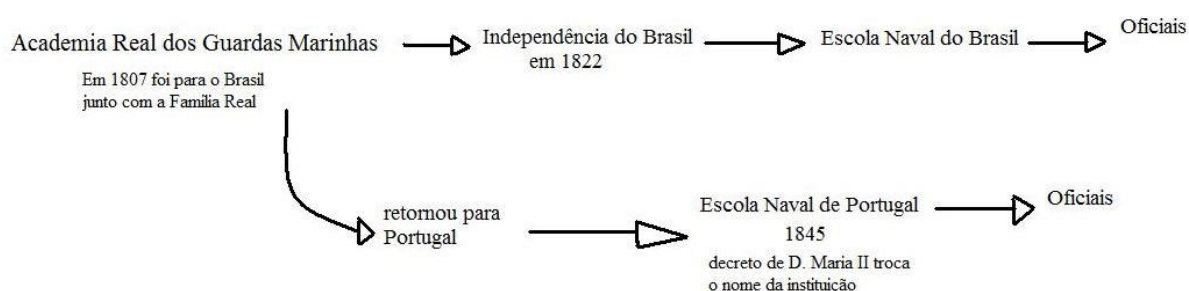


FIGURA 5 – Organograma da formação das escolas navais de Brasil e Portugal

O Real colégio dos Nobres funcionou até 4 de Janeiro de 1837. A instituição foi extinta por decreto por ser incompatível com o regime liberal. As suas instalações deram origem à Escola Politécnica, que era tutelada pelo Ministério da Guerra e pelo Ministério da Marinha e Ultramar, e tinha por objetivo preparar os estudantes para as carreiras militares que necessitavam de base científica. Ou seja, a Escola Politécnica passou a ser a responsável por dar a primeira formação militar das elites, e a Escola Naval, por sua vez, formava o quadro de oficiais da Marinha portuguesa.

Contudo, convém destacar que a formação militar costumava ser um privilégio da aristocracia, sendo necessário provar a origem nobre para entrar nessas instituições. A abertura do oficialato português para outros grupos sociais só ocorreu em 1792 para o Exército, e 1832 para a Marinha<sup>11</sup>.

Dentro desse contexto institucional de formação dos quadros de oficiais da Marinha é que se insere a formação de Carlos Eugênio Correia da Silva.

Carlos Eugênio nasceu em 17 de Dezembro de 1834, em Lisboa. O seu pai, João José da Assumpção e Silva, era um funcionário público que começou trabalhando como amanuense na Estação da Saúde Marítima, na região de Paço D`Arcos. João José prestou alguns serviços à causa liberal, e como recompensa obteve acesso à carreira, chegando ao posto de Pagador da Marinha - instituição que tinha em Lisboa uma única Tesouraria<sup>12</sup>. A

<sup>10</sup> Sobre a formação da Escola Naval de Portugal ver o site: <http://escolanaval.marinha.pt/>.

<sup>11</sup> CARRILHO, Maria. "Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX". IN: *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1982 - 3.º - 4.º - 5.º. p. 1155-1164.

<sup>12</sup> Seu pai foi um liberal ferrenho na época política mais radical de Costa Cabral, fase que ficou conhecida como *arsenalista*. Essa temática será desenvolvida adiante.

mãe de Carlos Eugênio, Jesuina Amália Corrêa de Almeida<sup>13</sup>, era de família de lavradores e comerciantes de nome Almeida, da região de Paço D'Arcos e dos arredores.

As informações disponíveis sobre a sua origem familiar são poucas e esparsas. Porém, o pouco que se sabe permite esboçar uma idéia do cenário em que Carlos Eugênio foi criado. O pai enquanto funcionário público, provavelmente, seria a maior fonte de renda desta família, uma vez que a família da mãe teria empobrecido antes mesmo do nascimento de Carlos Eugênio<sup>14</sup>.

Mesmo tendo uma infância pouco abastada, a primeira educação de Carlos Eugênio foi a Escola Politécnica, e sua iniciação na Marinha portuguesa foi a partir da Escola Naval de Portugal. Ou seja, a trajetória educacional que Carlos Eugênio traçou foi, sem dúvidas, uma trajetória de elite.

A primeira viagem em que Carlos Eugênio teve contato com a vida de marinheiro foi a experiência de instrução pelas ilhas de Madeira e Açores, a bordo da corveta *Porto*<sup>15</sup>. Aos 18 anos de idade, em 1853, Carlos Eugênio realizou sua primeira viagem pelo império colonial português a bordo da corveta *D. João I*, que tinha a China como destino.

Com apenas 20 anos de idade Carlos Eugênio, que ainda era um Guarda-Marinha, recebeu o comando da escuna *Vênus*. Aos 23 anos, já havia sido promovido à Oficial de Guarnição, e ao embarcar no transporte à vela *Martinho de Mello*, assumiu as responsabilidades: de pilotagem, de oficial astrônomo do navio, e de calculador responsável pela navegação.

---

<sup>13</sup> O nome da mãe de Carlos Eugênio, e outros dados biográficos desse indivíduo podem ser encontrados em: [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=21129](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=21129) (acessado em 22 de Maio de 2009).

<sup>14</sup> Vale à pena conferir a passagem no prefácio do livro feito pelo filho de Carlos Eugênio que fala sobre a origem da família por parte da mãe de Carlos Eugênio: “Minha avó, mãe de meu pai, era uma senhora de família de lavradores e comerciantes de Paço D'Arcos e regiões vizinhas. Fora família opulenta. Exceção feita do palácio dos Arcos, que dera nome à vila e que desde todo o tempo vinha pertencendo à família Alcáçovas, a maioria das ‘terras de pão’ que se estendiam por aquelas encostas, os grande prédios da beira-mar da vila, que ainda lá estão erguidos, casais dos arredores, entre eles a Quinta da Terrugem, feita vínculo na família, tudo isso, que era muito, que era uma grande fortuna, fora de lavradores-comerciantes de nome Alemeidas, representados ao tempo do Marquês de Pombal por José de Almeida, a quem o estadista, desejoso de erguer uma nova aristocracia, quisera em vão fazer titular para que a sua casa opulenta pudesse ofuscar o palácio dos fidalgos, seus vizinhos de vila. Do casamento da filha de José de Almeida com outro lavrador, de nome Manuel Corrêa, senhor de olivedos por essa Estremadura e grade comerciante de azeite, que tinha sempre na baía de Paço D'Arcos navios à carga por sua conta, chegou ao apogeu a riqueza da casa. Desmoronou-se ainda na vida de Manuel Corrêa, sendo tradição familiar que, aquando da galopada de Junot para S. Julião, Manuel Corrêa, assistido da mãe e da mulher, enterrara o grosso dos seus cabedais em uma cova num armazém e que, tempos depois, indo em busca de suas riquezas, encontrara o buraco vazio. Foi porém ainda em casas de sua família, na vila de Paço D'Arcos, que meu pai viveu a sua infância. A pobreza, porém, acentuou-se, e alguns anos depois nada tinham”. Ver: SILVA, 1974. op cit. p. XXIII.

<sup>15</sup> Idem. p. XXIV-XXX



Entre os 23 e 25 anos, Carlos Eugênio navegou nos vapores *Infante D. Luis*, *Bartholomeu Dias* e *Sagres*. Em 1862, com 25 anos, foi o responsável pela escuna *Napier*, no Tejo. Aos 27 anos foi promovido a Segundo-Tenente.

Em 27 de Fevereiro de 1864 Carlos Eugênio, que continuava no comando da escuna *Napier*, aprisionou o navio espanhol *Virgem Del Refugio*, que realizava tráfico de escravos ao norte de Benguela, em Angola. Foi a última apreensão da Marinha portuguesa de navios com escravos.

A partir de Dezembro de 1865, em função da debilitação da sua saúde, Carlos Eugênio permaneceu pouco mais de um ano longe dos mares, realizando a atividade de escritor e de estudioso de táticas de batalha, balística e artilharia. Nesse período, colaborou com os *Anaes da Marinha e Ultramar* uma compilação de artigos diversos, dentre os quais, alguns de sua autoria.

Em 1867, retornou ao mar no comando do navio *Pedro Nunes*. Esse navio ficou marcado pela disciplina, uma característica do comando de Carlos Eugênio, quando então esse já havia sido promovido à Primeiro-Tenente. A descrição de seu filho sobre esse período a frente do navio *Pedro Nunes* diz que do “refugio das guarnições dos outros navios”, Carlos Eugênio fazia “marinheiros disciplinados e trabalhadores”<sup>16</sup>. Concomitantemente às funções de comandante do *Pedro Nunes*, também assumiu o comando da Estação Naval na costa de Angola. Após quase 4 anos assumindo “comissões” dentro da Marinha, Carlos Eugênio retornou para Lisboa, trazendo ao peito, “além da Torre e Espada, mais três ordens do seu país, sendo uma delas uma comenda”<sup>17</sup>.

Mais tarde, por volta de 1870, assumiu a canhoneira *Zarco*, um navio a vapor, sendo então promovido à Capitão-Tenente. Simultaneamente ao comando desse navio, assumiu o comando da Estação Naval no Índico. Após três anos retornou à Lisboa.

Por volta de 1873, Carlos Eugênio iniciou sua vida política assumindo uma cadeira na Câmara dos Deputados. No mesmo período, Carlos Eugênio ainda assumiu o comando das corvetas *Sagres* e *Estefânia*.

Em 6 de Setembro de 1876 casou com Emília Angélica de Castro Monteiro, com quem teve três filhos<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Idem. p. XXIX. Vale salientar que em função da escassez de fontes sobre o passado de Carlos Eugênio Corrêa da Silva, nos baseamos nas informações contidas no prefácio biográfico elaborado pelo seu filho, que por vezes assume um tom apologético do passado de seu pai.

<sup>17</sup> Idem. p. XXX.

<sup>18</sup> Jesuina Amélia Corrêa da Silva (nascida em 29.09.1877); Henrique Monteiro Corrêa da Silva (nascido em 08.12.1878); Isabel de Castro Corrêa da Silva (nascida em 07.11.1880). ver nota 13.

No fim de 1876, Carlos Eugênio foi nomeado administrador colonial, ocupando o cargo de governador de Macau e Timor. Ele permaneceu nessa função durante três anos, e no transcorrer desse período, foi feito Visconde de Paço D’Arcos. Além de governar Macau, também fazia parte de suas atribuições administrativas ser o Ministro Plenipotenciário português na China, Japão e Sião <sup>19</sup>.

No transcorrer dessa administração colonial, Carlos Eugênio foi confrontado por diversas dificuldades. Destacam-se três: havia uma desordem financeira na colônia; a criminalidade era alta; e o contexto diplomático era difícil em função da proximidade da China, que não havia reconhecido a soberania portuguesa naquela região.

Uma de suas ações foi a regulamentação do jogo em Macau (os jogos *Fantan* e a loteria *Vae-seng*). A maneira encontrada por Carlos Eugênio de aumentar os lucros financeiros e investir em outras áreas foi o estabelecimento de licitações para definir os monopolistas do jogo na cidade <sup>20</sup>.

As relações diplomáticas nessa região foram extremamente conturbadas nesse período, não sendo resolvida, durante o seu governo, a questão do reconhecimento do território português pela China. Porém, a criminalidade foi combatida na cidade. Para dar conta dessa tarefa, Carlos Eugênio teve que tomar algumas atitudes, e para conseguir a “segurança na colônia, despertou em si a energia do comandante da Marinha. Foi severo, foi inquebrantável, mas limpou Macau de bandidos” <sup>21</sup>.

Em fins de 1879, o Visconde de Paço D’Arcos adoeceu gravemente e foi retirado da administração colonial de Macau. Após se recuperar, já em 1880, foi nomeado Governador-Geral do Moçambique. Nessa colônia, o cenário administrativo era o mais preocupante de todas. Havia uma guerrilha nativa que não reconhecia a soberania portuguesa; Carlos Eugênio solicitou recursos materiais, humanos e financeiros para combatê-los, porém sua solicitação não foi aceita por Portugal.

Somava-se a essas dificuldades a falta de estrutura administrativa que fazia com que as contas devidas fossem desconhecidas ao certo. A solução foi estruturar uma alfândega e realizar algumas obras de infra-estrutura, contraindo empréstimos. O tempo que Carlos Eugênio esteve à frente do governo da colônia de Moçambique, foi insuficiente para dar conta da desordem administrativa e de liquidar a guerrilha local.

---

<sup>19</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. XXXI-XXXII.

<sup>20</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000. 4v. [3º volume]. p. 52.

<sup>21</sup> SILVA, op. cit. p. XXXI. Ver nota 16.

Em Março de 1882, Carlos Eugênio foi nomeado para o posto mais alto da administração colonial portuguesa daquela época, o Governo Geral da Índia portuguesa<sup>22</sup>.

O cenário encontrado nessa colônia era de inúmeros problemas decorrentes das dificuldades de execução do tratado luso-britânico que foi assinado em 26 de Dezembro de 1878, e ratificado em Agosto de 1879. A idéia primordial do tratado era criar uma união aduaneira que buscava: o desaparecimento de fronteiras para o trânsito de indivíduos e do comércio; igualdade de bandeira na navegação; e uma harmonia monetária e de medidas.

Um dos pontos decorrentes desse tratado colocava em perigo uma indústria local de sal. A indústria portuguesa estava se chocando com interesses britânicos, e Carlos Eugênio passou 14 meses negociando esse ponto do tratado. A negociação teve que ser deslocada para Europa para se tentar achar uma solução em função da irredutibilidade de Carlos Eugênio.

Dentre as realizações durante o seu governo, destacam-se a supervisão dos trabalhos de construção de uma importante estrada de ferro (Mormugão) e de um porto; a construção de pontes que facilitavam as ligações entre algumas regiões; e a regulamentação de uma polícia e de uma estrutura de saúde, em função da demanda dos mais de 22 mil funcionários que trabalhavam nessas obras.

O seu Governo-Geral da Índia portuguesa perdurou até Março de 1885. Em Abril de 1885 foi de licença para Lisboa, em função de uma doença da esposa. No final de 1885, exonerou-se do cargo de Governador Geral da Índia, pelo mesmo motivo, terminando com isso, a sua carreira na administração colonial.

Ao ser exonerado do cargo de Governador Geral da Índia, o visconde de Paço D`Arcos foi eleito Par do Reino pelo distrito de Lisboa. Em 20 de Fevereiro de 1886, o governo Regenerador de Antônio Maria Fontes Pereira de Melo terminou, dando lugar ao governo Progressista de José Luciano de Castro Pereira Corte Real, que duraria até o dia 14 de Janeiro de 1890.

Nos dois primeiros anos do governo Progressista, Carlos Eugênio, que era político ligado aos Regeneradores, ficou sem cargos públicos. No início de 1888, o Superintendente do Arsenal da Marinha morreu envenenado, e o capitão-de-mar-e-guerra Visconde de Paço D`Arcos foi lembrado para ocupar esse cargo. Entre as funções desempenhadas, Carlos Eugênio acompanhou a construção de alguns navios para a Armada portuguesa, fez parte da Junta Consultiva da Marinha, do Conselho de Instrução Naval, e colaborou com mais duas

---

<sup>22</sup> Idem. p. XXXVIII-XLV.

comissões, inclusive presidindo uma delas que visava uma nova organização do Arsenal. Foi na mesma época que foi-lhe concedida a honra de Ajudante do rei D. Luís.

Com o fim do governo progressista de José Luciano em 14 de Janeiro de 1890, iniciou o governo regenerador de Antônio de Serpa Pimentel. Em 16 de Janeiro de 1890, Carlos Eugênio foi nomeado Governador Civil de Lisboa<sup>23</sup>. Ao mesmo tempo em que assumiu o Governo Civil de Lisboa, foi eleito novamente Par do Reino.

O contexto em que o Visconde de Paço D’Arcos assumiu esse cargo era de extrema instabilidade. O rei D. Luís havia morrido em Outubro de 1889, e o seu filho D. Carlos I recém o havia substituído. A crise financeira que o governo progressista de José Luciano deixou para os regeneradores era enorme. E a situação se agravava em função da crise política do *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro<sup>24</sup>.

Dessa forma, o fato de Carlos Eugênio ser lembrado para o cargo de Governador Civil de Lisboa nesse contexto de crise, mostra que o seu nome era visto como capaz de manter a ordem na capital. Sobre as atribuições do Governador Civil de Lisboa, vale à pena salientar que:

O lugar tinha naquele tempo importância superior à de hoje, porque não havia o fraccionamento de atribuições que hoje se dá e todos os vários serviços de ordem e divisões de política, de qualquer natureza que fossem, tinham a chefia superior do Governador Civil. Dada porém a excitação pública, a eferescência política que haviam explodido com a agressão britânica, o lugar era, no momento, mais especialmente grave e difícil<sup>25</sup>.

O seu período à frente do governo de Lisboa durou só até Setembro de 1890. Carlos Eugênio foi exonerado do cargo em função da substituição do Ministério de Antônio de Serpa Pimentel pelo Ministério de João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Ao ser exonerado, foi feito Conde de Paço D’Arcos.

Após ser procurado por “figuras elevadas da colônia portuguesa do Brasil”, entre elas o “Dr. Figueiredo de Magalhães (depois Conde de Figueiredo Magalhães) e o Barão de Itanhaem de Andrade”, Carlos Eugênio aceitou o cargo de diplomata<sup>26</sup>. Em 4 de Dezembro de 1890 foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Portugal nos Estados Unidos do Brasil. No

---

<sup>23</sup> Idem. p. XLV-XLI

<sup>24</sup> Logo após a virada do ano de 1890, em 11 de Janeiro, estourou a crise do chamado *ultimatum* inglês. Esse *ultimatum* se deu a partir das ambições portuguesas de unir suas possessões coloniais africanas de Angola e Moçambique, anexando parte de um território inglês. Essa ambição entrou em choque com as aspirações inglesas, personificadas nos interesses de Cecil Rhodes, de construir uma estrada de ferro que unisse os territórios do Cabo (futura África do Sul) até o Cairo. Ver mais em: MAGALHÃES, 2000. op. cit.

<sup>25</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. XLVI-XLVII.

<sup>26</sup> Idem, p. XLVIII. Ver nota 16.

entanto, só assumiu suas funções em 2 de Junho de 1891 e permaneceu no cargo até 20 de Novembro de 1893.

Depois de ter encerrado suas funções como diplomata no Brasil, Carlos Eugênio retornou para Portugal. Em 14 de Fevereiro de 1895 foi nomeado Contra-Almirante reingressando na Marinha.

A sua primeira comissão dessa fase final da sua vida pública foi a de vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Em 1896 foi nomeado também vogal permanente da Junta Consultiva do Ultramar. Promovido a Vice-Almirante em 19 de Novembro de 1896, foi nomeado vogal do Conselho do Almirantado, e mais tarde, quando da reorganização da Armada, que extinguiu esse Conselho, passou a Diretor-Geral da Marinha. Em 2 de Agosto de 1900 assumiu o cargo de Major-General da Armada, ponto culminante da carreira da Marinha militar<sup>27</sup>.

Carlos Eugênio permaneceu nesse cargo até o limite da idade permitida para serviço ativo. Em Dezembro de 1904, deixou o serviço público e em 5 de Novembro de 1905 faleceu.

História de Portugal no XIX		Trajetória de Carlos Eugênio	
Revolta Liberal do Porto	1820		
Golpe de <i>Vilafrancada</i>	1823		
Golpe da <i>Abrilada</i>	1824		
Início da Guerra Civil	1828		
Fim da Guerra Civil	1834	1834	Nascimento de Carlos Eugênio
Revolução de 9 de Setembro	1836		
Revolta dos Marechais	1837		
Golpe de Costa Cabral	1842		
Revolta da Maria da Fonte	1846		
Guerra Civil da Patuléia	1846-47		
Revolução Regeneradora	1851		
Ato Adicional à Carta de 1826	1852		
		1853	Viagem pela China
		1854	Comando da <i>Vênus</i>
		1857	Oficial de Guarnição
		1862	Comando da <i>Napier</i>
Fusão Regeneradores e Históricos	1865	1865	Afastamento por motivo saúde
Ministério Partido Reformista	1868-69	1867	Comando do <i>Pedro Nunes</i>
		1870-71	Capitão Tenente/Comando <i>Zarco</i>
Criação do Centro Republicano	1873	1873	Câmara dos Deputados
Criação do Partido Progressista e do Partido Republicano	1876	1876	Governador de Macau e Timor
		1880	Governador do Moçambique
		1882	Governador da Índia Portuguesa
		1885	Retorno para Lisboa/Par do Reino
Proclamação da República Brasil	1889	1888	Superintendente do Arsenal da Marinha
Crise do <i>ultimatum</i> inglês	1890	1890	Governador Civil de Lisboa/Par do Reino
Revolta de 31 de Janeiro na Cidade do Porto	1891	1891	Início da Missão Diplomática no Brasil
		1893	Fim da Missão Diplomática no Brasil

TABELA 1 – Relação da história de Portugal com a trajetória de Carlos Eugênio Corrêa da Silva

<sup>27</sup> Idem. p. LXII.

## 1.2 As origens do conservadorismo político.

A formação política de Carlos Eugênio é um ponto essencial para analisar os seus posicionamentos e reflexões acerca da política brasileira no transcorrer de sua Missão. Portanto, as suas experiências político-administrativas, referidas no item anterior, devem ser contextualizadas na situação da política interna de Portugal no transcorrer do século XIX. Esse esforço será útil para que possamos melhor compreender as origens conservadoras do liberalismo português, assim como dimensionar o que significava ser um político ligado ao Partido Regenerador.

Para dimensionarmos o conservadorismo político português que estamos referindo, faz-se necessário buscar as próprias origens do liberalismo em Portugal desde a Revolução Liberal de 1820. Pensamos que dessa forma será possível esboçar tanto o contexto em que se deu a formação político-profissional de Carlos Eugênio, quanto analisar o impacto que a Revolução Regeneradora de 1851 causou naquela sociedade ao sedimentar a ordem político-social. Da mesma forma será possível pensar sobre a opção política de Carlos Eugênio após esse ser formado em instituições que prezavam a disciplina social e hierárquica.

Para dar conta dessa tarefa, concordamos com Rui Ramos ao definir o *republicanismo* enquanto uma “visão de mundo” que seria “a grande alternativa à tradição cristã na Europa”<sup>28</sup>. Nesse sentido, em Portugal, a Reforma Pombalina foi um grande passo rumo a essa cultura política republicana.

A Reforma Pombalina, ocorrida em Portugal em 1772, é percebida como uma estratégia política que visou eliminar a influência jesuíta no ensino português a partir de um conhecimento científico baseado na filosofia moderna <sup>29</sup>. Portanto, essa reforma estaria intimamente relacionada com aquela noção de *republicanismo* que Rui Ramos defende. Contudo, a influência que o processo da Revolução Francesa teve na Europa faz com que também esse acontecimento seja considerado como relevante para contextualizarmos o liberalismo português. Assim, não só as estruturas do ensino se modificaram, mas também a sociedade portuguesa como um todo se modificou no mesmo contexto.

Isso se explica a partir da invasão do território português pelas tropas francesas com o objetivo de impor o Bloqueio Continental à Inglaterra. Como consequência dessa invasão, a “opção mais razoável” dentre as quais possuía a Coroa portuguesa, era a transferência da

---

<sup>28</sup> RAMOS, Rui (coord.). A Segunda Fundação (1890-1926). IN: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Editorial Estampa. 2001. [v.6.]. p. 65-66.

<sup>29</sup> GAUER, 1996. op cit.

Corte para o Brasil, que era a colônia mais importante do Império português <sup>30</sup>. Em função dessa transferência da Corte para o Brasil é que se dão as condições necessárias para a origem do movimento constitucionalista português, que após algumas tentativas frustradas, materializa-se na Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, na cidade do Porto.

A Revolução Liberal do Porto não se limitou a essa cidade. Esse movimento liberal teve reflexos também em outras cidades importantes de Portugal, tal como Lisboa, onde eclodiu a Revolução Liberal em 15 de Setembro de 1820. Portanto, esse movimento não deve ser visto enquanto circunscrito apenas a uma cidade isolada das demais, e sim enquanto um movimento que teve alcance nacional, passando para historiografia portuguesa como Revolução *vintista*.

Essa revolução foi uma articulação entre juristas e militares descontentes. Os primeiros preconizavam reformas jurídicas-constitucionais com um teor liberal que limitasse os poderes da realeza, os últimos queriam o retorno da Corte portuguesa do Brasil, uma vez que a invasão napoleônica já havia sido resolvida desde 1814 e já não havia mais desculpas para a continuidade da família real portuguesa em terras brasileiras. Soma-se a esses fatores o aprofundamento da crise econômica após as guerras napoleônicas e o destaque que o comandante militar inglês Beresford passou a possuir na organização política portuguesa, causando um aumento do sentimento nacionalista português. A Revolução *vintista*, dessa forma, colocou em lados contrários os portugueses do reino e os portugueses da Nova Corte, os quais já haviam enraizado interesses em terras brasileiras, em um processo que estava em curso desde 1808 de “interiorização da metrópole” <sup>31</sup>.

Essa Revolução *vintista* foi uma manobra política liderada pelo jurista Manuel Fernandes Tomás. O grande objetivo desse conluio era submeter o rei D. João VI a uma Constituição liberal, limitando seus direitos divinos e hereditários, e conseqüentemente, colocando o absolutismo português em xeque <sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> BRANCATO, Braz A. A. *Don Pedro I de Brasil, possible rey de Espana (uma conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 84.

<sup>31</sup> DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da metrópole”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

<sup>32</sup> HOMEM, 2000. op. cit. p. 264. Para melhor entendermos as diferenças entre o Antigo Regime (Absolutismo) e o Novo Regime (Liberalismo) vale a pena brevemente aqui defini-los. Na conceituação de Alberto Vivar Flores, o Antigo Regime possui uma visão teocêntrica do mundo; um regime político centralizado na figura do monarca; uma sociedade estamental rigorosamente estruturada em Nobreza, Clero e Terceiro Estado; uma economia que prioriza a agricultura ao invés da indústria, baseando a produção em relações de trabalho feudais. Na definição de Novo Regime, a visão antropocêntrica de mundo é predominante; um regime político representativo e democrático; uma sociedade composta por indivíduos-cidadãos livres e iguais em dignidade e direito; e uma economia baseada no modo de produção capitalista, apoiada na Revolução Industrial. Ver mais em: FLORES, Alberto Vivar. *El Liberalismo en Iberoamerica. Um pensamiento “fuera” de lugar: El caso de la Constitucion Política del Imperio de Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (tese de doutorado). p. 164-165.

Esse movimento liberal fez com que o rei D. João VI retornasse para Lisboa e jurasse a Constituição que estava sendo elaborada pelas Cortes portuguesa, deixando Pedro de Alcântara como Príncipe Regente no Brasil. Nesse contexto, em 7 de setembro de 1822, Pedro de Alcântara declarou a Independência do Brasil, e assumiu o comando do império brasileiro como D. Pedro I, e em 23 de setembro do mesmo ano, Portugal promulgou a sua constituição liberal feita aos moldes da constituição espanhola de 1812<sup>33</sup>.

Contudo, D. Miguel e D. Carlota Joaquina se recusaram a jurar a mesma constituição por considerarem uma afronta aos direitos reais e divinos da Monarquia. Dessa forma, em torno deles se formou um grupo de conspiração com o intuito de liquidar os ideais liberais e restaurar o absolutismo em Portugal.

É nesse contexto de dois projetos políticos antagônicos que se inserem os dois golpes de Estado que visavam à restauração absolutista em Portugal<sup>34</sup>. O primeiro deles entrou para a historiografia portuguesa como *Vila-francada*, ocorrido em 27 de Maio de 1823. Nesse pronunciamento<sup>35</sup>, D. Miguel saiu com a tropa revoltosa para a Vila Franca de Xira, nos arredores de Lisboa. Nesse primeiro movimento, o rei D. João VI aceitou os fatos consumados e suspendeu a validade da Constituição de 1822, além de dissolver as Cortes<sup>36</sup>. Entre as outras atitudes que tomou, o rei nomeou um chefe para o governo que era um absolutista moderado, o Conde de Suberra, e ainda nomeou D. Miguel como Comandante-em-chefe do Exército português<sup>37</sup>.

Em 30 de Abril de 1824 aconteceu a *Abrilada*. O infante D. Miguel tentou um segundo golpe, sitiando o Palácio da Bemposta onde vivia o Rei. O golpe visava tomar para si o governo monárquico. Após uma intervenção dos diplomatas estrangeiros acreditados em Lisboa, D. João VI foi solto do cerco ao Palácio Real, e embarcou no navio inglês *Windsor Castle*. A bordo desse navio, o Rei conseguiu retomar o pleno controle do governo em 14 de Maio do mesmo ano, e decretou o exílio de D. Miguel, o qual seguiu para Viena, de onde só retornou em 1828.

---

<sup>33</sup> BRANCATO, 1999. op. cit. p. 111.

<sup>34</sup> Sobre essas duas revoltas, ver: BRANCATO. 1999. p. 127-138.

<sup>35</sup> Aqui adotamos a classificação conceitual de Vasco Pulido Valente que define “pronunciamento” enquanto “uma intervenção de oficiais de carreira e de unidades, ou fracções de unidades regulares, que pretende substituir um governo ou um regime sem violência. O pronunciamento não depende de forças estranhas ao exército de primeira linha e normalmente rejeita a sua colaboração. O seu objetivo consiste em conseguir a colaboração (ativa ou passiva) da totalidade ou da maioria do exército para depois impor a vontade dos militares ao poder político”. Ver: VALENTE, Vasco Pulido. *Os militares e a política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 9.

<sup>36</sup> SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, 1978. [coleção saber]. p. 263.

<sup>37</sup> FERREIRA, João. “Pedristas X Miguelistas: A luta continua”. IN: *História Viva*. Ano 1. Nº 1. Nov 2003. p. 88-94.



Em 4 de Março de 1826, D. João VI adoeceu gravemente, e no dia 5, decretou a regência da sua filha D. Isabel Maria, que era irmã de D. Pedro e D. Miguel. Essa regência acabou desagradando os setores conservadores da sociedade, que esperavam que a regência fosse concedida à rainha D. Carlota Joaquina, que via com bons olhos a restauração absolutista. O rei viria a morrer em 10 de Março, e a regência de D. Isabel Maria foi marcada por uma forte repercussão externa. Essa repercussão se deu em função do rei da Espanha, Fernando VII, que era irmão da D. Carlota Joaquina, e que tentou convencer os demais países europeus a não reconhecer como legítima a regência de D. Isabel Maria<sup>38</sup>.

Os intuítos de Fernando VII iam muito além da simples proteção dos direitos reais de sua irmã. Seu objetivo era não permitir que Portugal tivesse um governo constitucionalista, e sim que se mantivesse uma orientação absolutista no país vizinho. Esse objetivo se explica a partir da própria situação interna da Espanha, que era uma Coroa absolutista e que não desejava que o exemplo do vizinho ibérico se transformasse em argumentos para a oposição ao governo conservador na própria Espanha. Fernando VII, assim, defendia que o verdadeiro sucessor de D. João VI deveria ser D. Miguel, e não D. Pedro, já que esse havia renunciado aos direitos reais portugueses ao declarar a Independência do Brasil. No entanto, a defesa dos partidários de D. Pedro utilizava o mesmo argumento, pois D. Miguel havia tentado dois golpes de Estado contra o governo de seu pai, perdendo, portanto, os direitos monárquicos<sup>39</sup>.

A situação de Portugal, na visão dos outros países europeus, dava como legítima a sucessão da Coroa portuguesa para D. Pedro, desgostando assim, o governo espanhol. A diplomacia da época mostra que até mesmo a guerra contra Portugal foi pensada pelo governo absolutista de D. Fernando VII, hipótese que foi logo abandonada pelo receio de que a Inglaterra fosse ao socorro de Portugal, e a Espanha não tinha condições econômico-militares para enfrentar tal embate. Quando a Inglaterra reconheceu a regência como legítima, influenciando a atitude da França, da Rússia e da Áustria, só restou à Espanha, isolada, reconhecer a regência em Junho de 1826.

D. Isabel Maria, irmã dos dois príncipes, assumiu a regência de Portugal, e avisou D. Pedro que pelo testamento do seu pai, ele acumularia os títulos de D. Pedro I, Imperador do Brasil, e D. Pedro IV, Rei de Portugal. Em 29 de abril de 1826, D. Pedro IV outorgou a Carta Constitucional em Portugal. As características dessa Carta eram basicamente as mesmas da Constituição portuguesa de 1822, no entanto, divergiam sobre os níveis de dominância entre

---

<sup>38</sup> MAGALHÃES, 2000. op. cit.

<sup>39</sup> BRANCATO, Braz Augusto Aquino. "A Espanha e a questão sucessória portuguesa – 1826". IN: *História Debates e Tendências*. Passo Fundo: Ed. UPF. v. 3, n. 1. Julho de 2002. p. 43-53.

os Poderes. A Carta de 1826, assim como a Constituição do Brasil, era marcada pelo poder Moderador, o qual se sobrepunha aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Essa é a base daquilo que Amadeu Carvalho Homem chama de “origem constitucional bicéfala do liberalismo português”, em função das duas constituições do período de formação de um Estado liberal em Portugal, ou seja, a Constituição de 1822 e a Carta outorgada de 1826<sup>40</sup>.

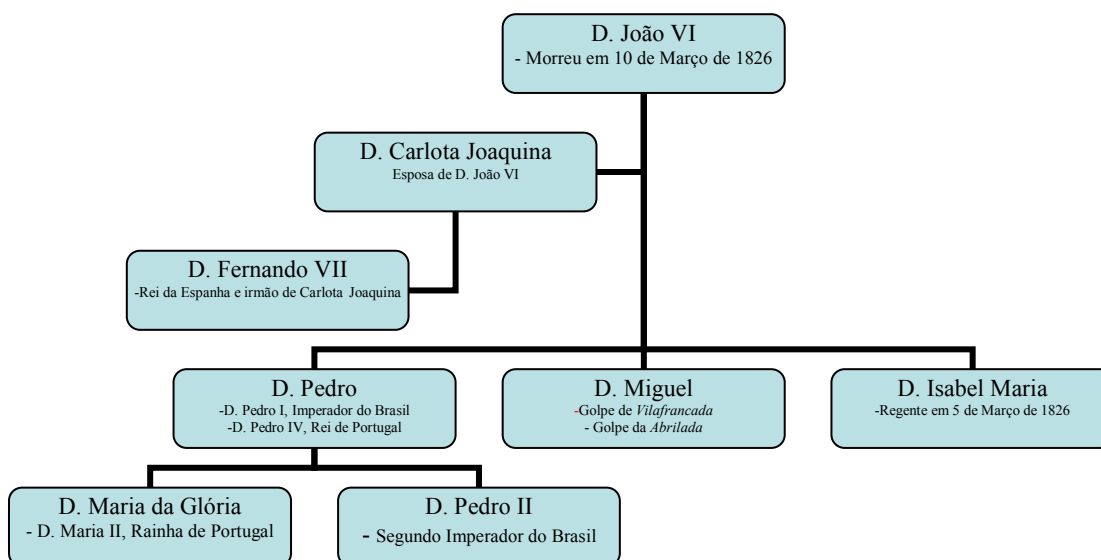


FIGURA 6 – Organograma da sucessão dinástica de Portugal

Após outorgar a Constituição, D. Pedro abdicou do trono a favor de sua filha, D. Maria da Glória e ainda planejou a união matrimonial dela com o seu tio, D. Miguel. O acordo previsto era que se D. Miguel jurasse a constituição, esse poderia assumir a condição de Regente quando completasse 25 anos<sup>41</sup>. Nesse ínterim, permaneceria a Regência de D. Isabel Maria, a irmã de D. Pedro e de D. Miguel. Essa foi a maneira encontrada por D. Pedro para tentar conciliar os interesses dos liberais, desejosos por uma Constituição, e dos absolutistas, entregando o poder para D. Miguel, que jurou a Constituição de 1826 no dia 4 de outubro de 1827. Alguns dias depois, os esponsais com a sobrinha foram realizados por procuração, e logo depois retornou para Portugal vindo do seu exílio em Viena, em 22 de Fevereiro de 1828, após uma longa viagem pela Europa<sup>42</sup>.

Contudo, ao principiar sua Regência, D. Miguel passou a nomear conhecidos antiliberais para compor o Governo. Aos pouco foram crescendo as manifestações para que D. Miguel fosse aclamado Rei. Nesse contexto, em junho de 1828, D. Miguel convocou as

<sup>40</sup> HOMEM, 2000. op. cit.

<sup>41</sup> Uma ótima referência sobre as uniões matrimoniais portuguesas ao longo da História se encontra em: MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986.

<sup>42</sup> MAGALHÃES, 2000. op. cit. p. 154-159.

Cortes (Clero, Nobreza e o Povo) para se legitimar como soberano absoluto e revogou a Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV.

Ao mesmo tempo, os partidários do governo legítimo de D. Maria da Glória organizaram a resistência aos *miguelistas* na ilha de Terceira, onde se constituiu uma Regência que mais tarde viria a ser presidida por D. Pedro que, após sua abdicação ao trono imperial brasileiro ostentava apenas o título de Duque de Bragança. A Guerra Civil entre *Pedristas* e *Miguelistas*, só findaria em 27 de maio de 1834, com a assinatura da paz na Convenção de Évora-Monte, e com D. Miguel partindo para o exílio, sedimentando a vitória do constitucionalismo em Portugal.

As conclusões de Amadeu Carvalho Homem sugerem-nos a existência daquilo que o autor chama de “conservadorismo liberal”. Esse conservadorismo se baseia na configuração social específica da sociedade portuguesa do século XIX. Mesmo representando certo avanço político em relação ao absolutismo, o liberalismo português *cartista*<sup>43</sup> era conservador em sua essência. As elites dominantes desconfiavam da iniciativa privada, preferiam comprar títulos nobiliárquicos e compor a administração pública, transformando-se em “notáveis locais”, ao invés de, à semelhança de outros Estados da Europa, permitir a ascensão da burguesia como investidora industrial, e perder o controle do Estado. Dessa forma, configurou-se um “conservadorismo liberal” que se diferenciou do absolutismo, mas que estava longe das reformas liberalizantes<sup>44</sup>.

No entanto, o *cartismo* ainda seria diversas vezes contestado em Portugal pela esquerda radical, tanto que o período que vai do fim da Guerra Civil em 1834, até 1851, ficou marcado por diversas convulsões políticas. Dentre essas convulsões destacam-se a Revolução de 9 de Setembro de 1836, a revolta da Maria da Fonte e a Guerra Civil da Patuléia.

### *1.2.1 A Revolução de 9 de Setembro de 1836*

Após dois anos de experiência constitucional *cartista* era clara a divisão existente dentro do liberalismo português. De um lado a ala moderada que tinha o apoio do Paço, e consequentemente, ocupava cargos políticos no governo. Do outro lado a ala radical, ou a “oposição constitucional” como ela mesma se chamava, passou a perceber que a Carta

---

<sup>43</sup> O *cartismo* é como ficou conhecida na historiografia portuguesa o movimento político-social de defesa da Carta Outorgada por D. Pedro em 1826.

<sup>44</sup> HOMEM, 2000. op. cit.

Outorgada de 1826 não dava margem política para mudanças na distribuição de poder dentro do Estado. Dessa forma, aos poucos ficou claro que não havia chances da “oposição chegar ao poder no quadro do sistema político instituído pela Carta”<sup>45</sup>.

No dia 9 de Setembro de 1836 o povo foi às ruas de Lisboa receber e saudar os deputados que vinham do Norte do país e que seriam nomeados representantes na Assembléia Constitucional. Entre a população constava um grande número de membros da Guarda Nacional que compareceram fardados a essa festividade. Uma indisposição entre o comandante da Guarda Nacional, recém nomeado para o cargo, e que tinha substituído um comandante da ala radical, teria precipitado os acontecimentos.

Uma multidão postou-se à frente do comandante exigindo que ele desse “vivas à rainha e a Constituição de 1822”. Como ele teria se recusado a saudar a antiga Constituição, os batalhões da Guarda Nacional se organizaram sob o comando de Soares Caldeira na região do Rossio e se prepararam para um enfrentamento. Os oficiais enviaram uma mensagem à rainha solicitando que ela aceitasse a Constituição que havia sido proclamada (1822) e que formasse um novo Ministério e um novo Conselho de Estado. A rainha anuiu. O Governo que saiu dessa Revolução e assumiu o Ministério ficou conhecido como *setembrista*. Dessa forma, “a palavra *setembrismo* serve, até meados do século XIX, para exprimir a ala mais avançada do liberalismo”<sup>46</sup>.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade da revolta, ou seja, do direito do povo a rebelar-se, e a decisão de proclamar a Constituição de 1822, Maria de Fátima Bonifácio nos lembra que:

À luz da doutrina política da Carta, a insurreição é um acto intolerável. Mas é um direito implícito na Constituição de 1822, visto que esta designa a nação como origem *exclusiva* da soberania. Revoltando-se contra um poder opressor, o povo não faz senão exercer a sua mais sagrada prerrogativa. A reposição em vigor da lei fundamental de 1822 funda uma legitimidade nova que transforma os insurretos de ontem nos legais detentores do poder de hoje e apaga o pecado original que presidiu à sua investidura<sup>47</sup>.

Dentre os batalhões que participaram da Revolução de 9 de Setembro, destaca-se os artífices do Arsenal da Marinha, ou os *arsenalistas* como também eram chamados. Os *arsenalistas* eram funcionários públicos organizados em uma manufatura, talvez a maior de todas as manufaturas de Lisboa contando com mais de dois mil funcionários. Por serem funcionários públicos recebiam os pagamentos de salários do governo. Desde o fim da Guerra

---

<sup>45</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “A Revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos”. IN: *Análise Social*. Vol. XVIII (71). 1982 (II.º). pg. 331-370. citação p. 340.

<sup>46</sup> SARAIVA, 1978. op. cit. p. 279.

<sup>47</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)”. IN: *Análise Social*. Vol. XVII (65), 1981 (I.º). pg. 29-65. citação da p. 54-55.

Civil em 1834 e a subida ao poder dos moderados *cartistas*, o que se viu foi uma péssima administração financeira do Arsenal. Os salários sempre atrasavam o que obrigava os trabalhadores a recorrerem a empréstimos e, conseqüentemente, tendo que pagar usura; as promoções dos aprendizes para oficiais demoravam mais do que o normal, chegando a demorar anos, o que prejudicava financeiramente os trabalhadores. Todo esse cenário de insatisfação fez com que surgisse dentro do Arsenal um grupo político favorável ao radicalismo. Entre esses *arsenalistas* estava o pai de Carlos Eugênio, o funcionário público João José da Assumpção e Silva.

A Revolução de Setembro não se estabeleceu como vitoriosa facilmente, tendo que responder a algumas contestações, tanto no plano externo quanto no plano interno. Ainda em 1836 houve uma tentativa de contra-golpe com apoio da Inglaterra e da Bélgica, que chegaram a desembarcar tropas em Portugal. A rainha chegou a demitir o Ministério *setembrista*, porém a população pegou em armas e marchou sobre o Palácio de Belém, onde a rainha estava, fazendo o contra-golpe falhar. De acordo com Vasco Pulido Valente, houve uma “intervenção passiva do exército”, que permaneceu quieto no restante do país<sup>48</sup>. Essa tentativa de contra-golpe ficou conhecida como *Belenzada*.

As tentativas de retirar do governo os radicais *setembristas* continuaram. De Julho de 1837 até Setembro do mesmo ano, aconteceu a revolta de quartéis em várias cidades. Os marechais Saldanha e Terceira assumiram o comando desse movimento, que ficou conhecido como *Revolta dos Marechais*<sup>49</sup>. De acordo com Hermano Saraiva, esse movimento tinha “maquinações inglesas provocadas pela legislação tributária, que procurava diminuir a importação pela agravação da pauta alfandegária”<sup>50</sup>.

A contestação aos *setembristas* não ficou na *Belenzada* e na *Revolta dos Marechais*. Os próprios civis que haviam feito a Revolução estavam desapontados com os rumos da revolta e se organizaram novamente. O batalhão dos artífices do Arsenal, o mais ativo de todos os batalhões da Guarda Nacional, foi comandado novamente por Soares Caldeira em 1838. Na noite do dia 13 de Março, “as tropas do Governo cercaram os arsenalistas no Rossio e metralharam-nos implacavelmente”<sup>51</sup>.

Em 4 de Abril de 1838 foi jurada a nova Constituição portuguesa originada a partir do governo *setembrista*. Essa Constituição era uma tentativa de compromisso entre a Constituição de 1822 e a Carta de 1826.

---

<sup>48</sup> VALENTE, 2005. op. cit. p. 117.

<sup>49</sup> Para mais detalhes sobre a *Revolta dos Marechais*, ver: VALENTE, 2005. op. cit. p. 118-127.

<sup>50</sup> SARAIVA, 1978. op. cit. citação da p. 279.

<sup>51</sup> Idem. p. 280.

Voltava-se à divisão tripartida dos poderes, desaparecendo portanto o poder moderador do rei, mas mantém-se-lhe o veto absoluto e robustece-se a chefia do executivo. O Parlamento continuou, como na Carta, a ser formado por duas câmaras, mas a Câmara Alta passou a ser constituída por senadores eleitos e temporários, e não vitalícios e de escolha régia, como sucedia na Carta<sup>52</sup>.

Um dos personagens que tiveram projeção política a partir da Revolução de Setembro de 1836 foi o principal responsável pela curta duração da Constituição de 1838. Político de orientação ideológica radical, Antônio Bernardo da Costa Cabral foi um dos comandantes dos *arsenalistas*. Fez parte da Assembléia Constituinte de 1837-1838 e defendeu a Constituição de 1822 na íntegra. Porém, em 1839 rompeu com os radicais da esquerda e foi aos poucos defendendo a manutenção da ordem e o progresso social. Costa Cabral passou da esquerda radical para a direita conservadora<sup>53</sup>.

Em 27 de Janeiro de 1842, o governista e então Ministro de Justiça, Costa Cabral dirigiu um pronunciamento militar, a partir da cidade do Porto, contra o governo que ele próprio fazia parte. O objetivo desse pronunciamento foi acabar com a Constituição de 1838 e forçar a rainha a revigorar a Carta Constitucional de 1826.

O que sobretudo estava em jogo, com o golpe de Costa Cabral, era o reforço da disciplinação dos estratos sociais que alimentavam e eram alimentados pelo radicalismo matizado, de carácter populista e democrático, que mantinha como referência a organização do poder e o projecto de inspiração vintista<sup>54</sup>.

Em 10 de Fevereiro de 1842, a Rainha decretou a volta da Carta de 1826. No mesmo Decreto havia a promessa de convocar as Cortes Constituintes para reformar o texto constitucional, agradando assim as correntes *setembristas*. Porém, a reforma não aconteceu.

O governo de Costa Cabral, que meses depois de chegar ao poder foi feito Conde de Tomar, ficou marcado pela substituição de indivíduos que ocupavam cargos administrativo-militares, sempre priorizando aqueles que faziam parte da sua rede clientelística. O *cabralismo*, como ficou conhecido o seu governo, procurou no plano administrativo a centralização política que visava o reforço da autoridade estatal. Para tentar equilibrar as finanças foram tomadas medidas como: o reforço da ação fiscal; a criação de Companhias e de Caixas Económicas que buscavam aplicações em fundos de poupanças. No plano

---

<sup>52</sup> Idem. p. 280-281.

<sup>53</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário”. IN: *Análise Social*. Vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º - 5.º). p. 1043-1091.

<sup>54</sup> MARQUES, Fernanco Pereira. *Um Golpe de Estado: Contributo para o Estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Fragmentos, 1989. citação p. 67.

econômico, a orientação do governo foi anti-protecionista, em uma defesa dos setores ligados às exportações e importações<sup>55</sup>.

Aos poucos foi se organizando uma oposição ao governo de Costa Cabral. Todos os descontentes com os rumos do *cabralismo* se aglutinaram em uma oposição. A única coisa que unia os opositoristas era o *anti-cabralismo*, já que havia *setembristas*, *miguelistas* e *artistas críticos*, todos juntos combatendo o governo do Conde de Tomar.

Os anos compreendidos entre 1842 e 1845 ficaram marcados pelas eleições fraudulentas e o progressivo avanço da oposição. O governo *cabralista* buscava responder a esses avanços opositoristas reforçando suas tendências autoritárias e centralistas. As medidas do governo começavam a se fazer sentir no interior do país.

Dentre essas medidas destaca-se a Lei de Saúde do governo, que proibia a realização de enterramentos nos campos da Igreja e exigia o pagamento de um imposto (covato) para o enterro em solo público e pelos custos do serviço religioso<sup>56</sup>. Outra medida era a necessidade de registro das propriedades rurais para posterior lançamento do imposto predial. Essas medidas fizeram precipitar uma revolta camponesa no norte do país.

### 1.2.2 A Maria da Fonte e a Guerra Civil da Patuléia

A revolta iniciada em Abril de 1846 ficou conhecida como *Maria da Fonte*. A revolta teve esse nome porque as mulheres tiveram um papel de destaque e o local que aconteceram os primeiros incidentes foi a freguesia de Fonte Arcada, conselho da Póvoa de Lanhoso. Os camponeses invadiram prédios administrativos e queimaram os registros de propriedade e de cadastro predial; arrombaram cadeias e até atacaram algumas tropas na cidade de Braga<sup>57</sup>.

O irmão de Costa Cabral, José Bernardo da Silva Cabral foi destacado para reprimir a revolta. O Duque de Terceira, que acumulava no governo os cargos de Presidente do Conselho, Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior do Exército, teve o cuidado de não se meter diretamente na repressão dessa revolta. José Bernardo, após alguns meses de combate à guerrilha camponesa, passou a ter dificuldade de se fazer obedecer pela tropa. O Duque de Terceira comunicou então à Rainha que a única forma de radicar a revolta era atender a

---

<sup>55</sup> MARQUES, 1989. op. cit. p. 79-80.

<sup>56</sup> VALENTE, 2005. op. cit. p. 127-132.

<sup>57</sup> SARAIVA, 1978. op. cit. p. 281-283.

reivindicação de demissão do governo dos “Cabrais”<sup>58</sup>. A Rainha, seguindo a orientação do Presidente do Conselho, fez com que a 20 de Maio de 1846 os “Cabrais” caíssem do governo de Portugal e se exilassem na Espanha<sup>59</sup>.



FIGURA 7 – Conde de Tomar, Duque de Palmela, Duque de Saldanha e Duque de Terceira

A Rainha entregou o governo ao Duque de Palmela, o qual aboliu a Lei da Saúde e os impostos criados pelo Conde de Tomar. Em 27 de Julho, Palmela convocou as Cortes extraordinárias para enfim fazer a reforma constitucional, que havia sido prometida pelo Decreto de 10 de Fevereiro de 1842.

Nesse momento, o Duque de Saldanha, que havia encabeçado a *Revolta dos Marechais*, em 1837, juntamente com o Duque de Terceira, era esperado de volta a Portugal como sendo um nome capaz de pacificar a situação política portuguesa. O Marechal havia imigrado em função da vitória do *setembrismo*. Mesmo que junto com a Constituição de 1838 houvessem dado uma anistia geral, Saldanha permaneceu no exterior representando o governo de Portugal em Cortes estrangeiras. Nesse período fora de Portugal, Saldanha passou a ver nos partidos políticos os verdadeiros problemas que causavam a instabilidade governativa.

Permanecia disposto a trabalhar a bem da Pátria, disponível para regressar em salvador, determinado a cortar o mal pela raiz. Por outras palavras, tencionava elevar-se acima dos partidos e propunha-se discipliná-los a partir do alto pedestal da sua independência<sup>60</sup>.

Com a queda do *cabralismo* e a ascensão da oposição ao poder, que era composta por *setembristas*, o Duque de Saldanha via com maus olhos esse novo governo por ser formado pelo mesmo grupo político que liquidou a *Revolta dos Marechais* em 1837, a qual ele havia tomado parte. O marechal retornou a Portugal em 23 de Julho de 1846. Desde então passou a negociar com os *cabralistas* a possibilidade de chefiar esse partido *cartista*. Aceitou a chefia

<sup>58</sup> VALENTE, 2005. op. cit. p. 132.

<sup>59</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *História da Guerra Civil da Patulêia 1846-47*. Lisboa: Estampa, 1993. citação p. 22.

<sup>60</sup> Idem. p. 25.



do partido com a condição de manter longe os personalismos políticos – uma condição que propunha excluir os “Cabrais” do poder, o que nunca veio a acontecer de fato.

Na noite do dia 5 para 6 de Outubro de 1846, a Rainha D. Maria II tirou Palmela do comando do governo e nomeou o Duque de Saldanha para presidir o governo. A oposição pegou em armas para combater o governo de Lisboa a partir da cidade do Porto, porque via nesse governo de Saldanha o retorno do *cabralismo*. Essa guerra civil ficou conhecida como *Guerra Civil da Patulêia*.

A oposição se organizou em uma Junta na cidade do Porto. Lá se formaram batalhões cívicos para combater o governo de Saldanha. Ao mesmo tempo, o Marechal Saldanha organizou a ofensiva do governo saindo com tropas em direção ao Norte do país.

O que se viu no transcorrer dos meses de guerra civil foi uma verdadeira falta de vontade de combater o adversário, tanto por parte do governo de Saldanha, quanto por parte da Junta do Porto. Aconteceram alguns encontros militares, mas sempre com poucas baixas de ambos os lados e uma constante comunicação entre os adversários, o que propiciava os movimentos táticos de ambas as tropas pelo território português de forma a evitar um enfrentamento mais decisivo.

Para Saldanha não valia a pena esmagar a guerra civil originada no Porto porque se o fizesse, acabaria com a oposição ao governo, dando total liberdade para a volta dos “Cabrais”, o que findaria o seu sonho de eliminar os partidos políticos e unir a família liberal portuguesa. Da mesma forma que existia divisão dentro da Direta governista, a Esquerda também possuía as suas divisões internas. A ala mais radical era controlada pelos moderados, que não queriam ganhar a guerra para não dar chances de esses radicais chegarem ao governo.

Ambas as partes evitavam a vitória e corriam contra o tempo para realizar um acordo que favorecesse a todos. A política internacional foi acionada para tentar dar conta dessa tarefa de organizar um tratado de paz digno, de forma que não houvesse vencidos nem vencedores. Os governos da Inglaterra, França e Espanha se uniram em uma Aliança para negociar a paz entre os portugueses. Após muitas dificuldades, ficou decidido que o acordo de paz seria estabelecido observando-se principalmente quatro pontos essenciais:

O primeiro seria uma anistia plena e geral sem exceções para ninguém; o segundo a revogação de todos os decretos anticonstitucionais publicados desde Outubro de 1846; o terceiro ponto seria a realização de eleições indiretas e reunião de Cortes ordinárias; o quarto item seria a nomeação de um governo ministerial composto por personalidades neutras, que

não estivessem nem na Direita *cabralista* nem na Esquerda *juntista*. Esse Protocolo foi proposto em 21 de Maio de 1847, mas só assinado em 5 de Junho do mesmo ano <sup>61</sup>.

Após a assinatura do Protocolo, o problema levantado era que a Junta do Porto só iria se render para as tropas internacionais da Aliança, e não para as tropas do governo.

O espaço de tempo que mediou entre a aceitação dos quatro pontos do protocolo de Londres (5 de Junho) e a celebração da convenção de Gramido (29 de Junho) foi consumido na luta obstinada pela obtenção de condições de desarmamento que garantissem “a posse do que se tem obtido” <sup>62</sup>.

Após muitas dificuldades de negociação, a Junta rendeu as armas às tropas estrangeiras. A Rainha manteve o seu reinado e a Constituição de 1826 voltou a revigorar em Portugal.

Porém, a situação política que se encontrava antes da guerra civil permaneceu inalterada. O governo ministerial se manteve com o Marechal Saldanha à sua frente. Mesmo sendo um dos itens do Protocolo a necessidade de formar um governo neutro, isso se mostrava impossível na prática. Não existia um Centro político forte para fazer frente à Direita e à Esquerda. Isso explica a decisão da rainha de sustentar o seu o governo a partir da força oculta do *cabralismo*, que se mostrava forte na composição da administração pública, o que veio a facilitar, inclusive, a sua vitória eleitoral em Dezembro de 1847. Em 2 de Janeiro de 1848, o *cabralismo* retornava ao poder.

### 1.2.3. A Regeneração

A vitória do *cabralismo* nas eleições de Dezembro de 1847 só foi possível em função da reaproximação dos irmãos Costa Cabral e José Bernardo. Desde o início de Guerra Civil da Patulêia, os dois irmãos estavam fora de Portugal. José Bernardo regressou vários meses antes para Portugal, e “acabara por se tornar o verdadeiro chefe do ultraconservadorismo e Costa Cabral não se sentia inclinado a ajudá-lo a conquistar o poder” <sup>63</sup>. Porém, a facção de José Bernardo, apoiada no periódico *O Estandarte*, passou a reivindicar os louros da vitória nessas eleições. Essa disputa familiar se acirrou de tal forma que logo em 14 de Abril de 1848 era anunciado o rompimento definitivo entre os dois irmãos.

---

<sup>61</sup> Idem. p. 88.

<sup>62</sup> Idem, p. 116.

<sup>63</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851). IN: *Análise Social*. Vol. XXXII (142), 1997 (3.º). pg. 537-556. citação p. 541.

Saldanha continuava na chefia do governo após as eleições. Porém, o país se encontrava em uma situação em que era difícil governar. O Estado estava desorganizado, e a oposição se utilizava de todas as oportunidades que surgiam para desestabilizar o governo.

Na Câmara dos Deputados, na imprensa, no exército e na Câmara do Porto, José Bernardo movia-lhe uma oposição tenaz, transformada em guerra aberta a partir de Julho de 1848. Disfarçada de “Partido Nacional”, a esquerda, ainda enleada nos compromissos da Patuléia e reanimada pela “Primavera dos Povos”, eximia-se a toda a espécie de colaboração. Dispunha de quase nenhuns votos no Parlamento, mas combatia arduamente nos jornais e corroia a disciplina no exército. Os *radicais*, através do *Patriota* e da *Revolução de Setembro*, por vezes, faziam coro em o *Estandarte*, provando assim, para escândalo dos espíritos moderados, que os extremos acabam, afinal, por se tocar<sup>64</sup>.

A situação de Saldanha se agravou após uma reaproximação dos irmãos no início de 1849. Os periódicos que apoiavam Costa Cabral e José Bernardo trabalharam em conjunto para conseguir a demissão de Saldanha do governo, o que aconteceu de fato em 19 de Junho de 1849, quando D. Maria nomeou Costa Cabral novamente para chefiar o governo. Porém, a reconciliação entre os irmãos duraria pouco. Em 27 de Agosto de 1849, José Bernardo retornou para a oposição ao irmão.

No final de 1849, começaram a aparecer uma série de acusações contra o governo de Costa Cabral. Entre essas acusações, estourou o escândalo da caleche (Ver figura 8). Um negociante teria ganhado uma comenda de Costa Cabral em troca de uma caleche<sup>65</sup>. No início do ano seguinte, estourou o escândalo da *affidavit*. “Desta vez era a própria honra da rainha, como ‘mulher’, ‘esposa’ e ‘mãe’, que resultava salpicada pela contenda jurídica em que Costa Cabral se envolvera com o jornal inglês *Morning Post*”<sup>66</sup>.

A Câmara dos Pares estava disposta a discutir a questão, e Saldanha apoiou tal parecer. Como punição a tal atitude, a rainha despediu Saldanha do cargo de mordomo-mor. Esse reclamou da punição e ainda foi demitido dos cargos de Conselheiro do Estado, vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar e de ajudante de campo d’el-rei D. Fernando, marido de D. Maria II. Foi a partir desse momento, em Março de 1850, que ficou marcado o princípio da decadência do segundo governo de Costa Cabral.

---

<sup>64</sup> Idem. op. cit. p. 541-542.

<sup>65</sup> SARAIVA, 1978. op. cit. p. 284.

<sup>66</sup> BONIFÁCIO, 1997. op. cit. p. 548-549.

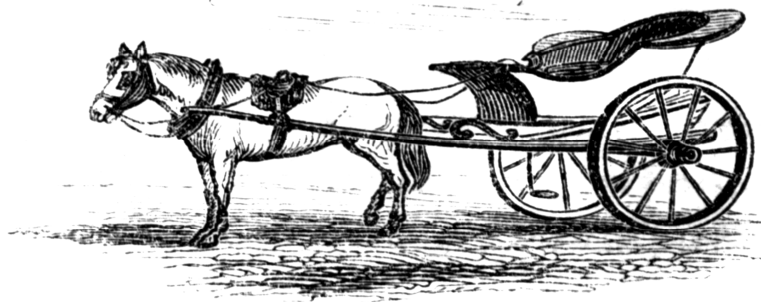


FIGURA 8 - Foto de uma caleche.

Todos os olhos estavam agora voltados para Saldanha, que era o único capaz de unir o exército e derrubar o governo do Conde de Tomar. José Bernardo, que havia apoiado timidamente o irmão no escândalo do *affidavit*, retomou o discurso de críticas a Costa Cabral, e em Outubro de 1850 já dizia que a reconciliação era impossível.

A conjuntura internacional também não ajudava a rainha. Na Espanha vigorava um governo chefiado por Narváez, que havia prometido proteção à rainha portuguesa. Porém, em Janeiro de 1851, após o fim das revoluções na Europa, o general espanhol deixou de ser útil e saiu do governo. Como diz Maria de Fátima Bonifácio, “passara o medo da anarquia revolucionária, o pavor da subversão social, e passara também, por conseguinte, a hora de Cabral”<sup>67</sup>.

Em 7 de Abril de 1851, Saldanha foi para Sintra e Mafra acompanhado do filho e de dois ajudantes de ordem realizar um pronunciamento. A sua vontade era unificar o exército e acabar com a lealdade política existente dentro da corporação que separava o exército entre os *cartistas* e os *setembristas-radicaís*. Porém, quando o rei D. Fernando assumiu o comando-em-chefe do Exército para reprimir os movimentos de Saldanha, certa hesitação tomou conta das tropas fiéis à Saldanha.

Contudo, o que o próprio D. Fernando não esperava era, ao percorrer pelas províncias e cidades do interior, encontrar uma população tão descontente. A infelicidade dos funcionários administrativos era clara; A indisciplina nas instituições militares evidenciava as dificuldades do momento. A própria tropa que D. Fernando comandava apresentava atos contra a disciplina. D. Fernando reconheceu assim, a necessidade de retirar Costa Cabral do governo, reconhecendo assim, sua derrota<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Idem, p. 545.

<sup>68</sup> Idem, p. 551.

Da noite do dia 24 para o dia 25 de Abril de 1851 houve um pronunciamento no Porto em favor de Saldanha. A rainha nomeou o duque de Saldanha chefe do Governo e dele esperava a salvação do trono. A partir desse momento, tanto a Esquerda quanto a Direita passaram a apoiar Saldanha em busca de cargos e mercês. Porém, o marechal não queria o apoio de nenhum partido político. O que ele buscava era justamente o apoio do exército, para não precisar dos partidos.

Uma de suas primeiras medidas foi uma série de promoções dentro do exército, para tentar unificar de fato a instituição. Contudo, em um primeiro momento, ele teve que compor um ministério com algumas personalidades *patuléias* para conseguir manter a ordem. Depois de um curto período de experiência dos progressistas *patuléias* no governo, Saldanha despediu os políticos do “Partido Nacional” – como se auto-proclamava esse partido *anticabralista* – e, em 7 de Julho de 1851, compôs um novo ministério com Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo. Nas palavras de Maria de Fátima Bonifácio, “estava concluído o golpe e podia começar a Regeneração”<sup>69</sup>.

#### 1.2.4. As duas fases da política portuguesa após a Regeneração

Com a Regeneração, houve uma diminuição dos conflitos abertos entre as facções políticas, restringindo-se os conflitos no âmbito das eleições<sup>70</sup>. A Carta de 1826 continuou em vigor, e pode ser realizada a tão esperada modificação em seu texto a partir do Ato Adicional de 5 de Julho de 1852<sup>71</sup>. As plataformas políticas de desenvolvimento e reformas foram retomadas, sendo essa idéia de “regeneração da vida nacional” a aspiração central do movimento liderado por Saldanha<sup>72</sup>.

O grupo político progressista que tinha apoiado Saldanha nos primeiros meses da revolução, após a reforma ministerial de 7 de Julho de 1851, cindiu. Parte desses políticos continuou a apoiar Saldanha e ficaram conhecidos como Partido Progressista Regenerador. A dissidência progressista histórica, que tinha origem no *setembrismo* e na *patulêia*, se organizaram e deram origem ao Partido Histórico.

---

<sup>69</sup> Idem, p. 556.

<sup>70</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “A guerra de todos contra todos: ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração”. IN: *Análise Social*. Vol. XXVII (115), 1992 (I. °). p. 91-134.

<sup>71</sup> A principal inovação que o Ato Adicional instituiu foi a realização das eleições a partir do sufrágio direto. Ver: ALMEIDA, Pedro Tavares de. *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991. p. 33-34.

<sup>72</sup> SARAIVA, 1978. op. cit. p. 284.

Portanto, em um primeiro momento, o papel de oposição ao Partido Progressista Regenerador, foi desempenhado pelo Partido Histórico.

(...) os regeneradores valorizam as reformas econômicas, administrativas e sociais: a ‘regeneração’ da Fazenda, da administração, das obras públicas, da instrução. Os progressistas dissidentes, ou históricos, (...) divulgam princípios mais radicais: sufrágio universal e não censitário, cortes constituintes e seleção dos administradores dos conselhos por eleição popular. Adeptos de uma política descentralizadora, os históricos defendem uma estrutura política assente na organização municipalista. Os regeneradores entendem, pelo contrário, que a centralização política e administrativa é imprescindível para atingir a riqueza, a prosperidade, o desenvolvimento industrial e ainda como sustentáculo do próprio equilíbrio e coesão nacionais<sup>73</sup>.

Mesmo com certa diferenciação de programas políticos, concordamos com José Miguel Sardica, quando esse diz que na primeira fase da Regeneração não há uma fronteira clara entre os partidos. Há uma clara vinculação personalista nos partidos, e esses partidos se organizam a partir da rede clientelística de cada indivíduo. Na visão de Sardica, os partidos eram:

Estruturas organizativas bastante informais, construídas a partir de cima e prioritariamente vocacionadas para a luta eleitoral e para a formação de blocos de apoio ou de oposição aos governos no interior do parlamento. Nessa condição, tratava-se de agrupamentos que reforçavam o “isolamento” relativo do mundo da política face ao geral do país, por não apostarem numa implantação social e geográfica mais alargada e por não se afirmarem como verdadeiros instrumentos de modelação e representação da opinião pública. Este como que autofechamento estava de acordo com uma deliberada atitude característica dos políticos do tempo, que confiavam mais nos círculos chegados de parentesco, amizade e influência do que em organizações partidárias formais e “extensivas” para manterem as suas margens de poder<sup>74</sup>.

O Partido Regenerador tinha o apoio do Paço justamente por ser ordeiro e defender a Carta de 1826. Na sua oposição estavam três outros partidos políticos. Além do já citado Partido Histórico, ainda existiam o Partido Cartista e o Partido Legitimista. Porém, em épocas de eleições, as composições políticas evidenciavam a proximidade ideológica entre essas agremiações.

Dentro do Partido Cartista ainda havia duas divisões. De um lado a ala *cabralista* que continuava fiel ao Conde de Tomar. De outro lado, a ala que apoiava Antônio José de Ávila, que ficou conhecida como *avilista*. A divisão entre esses dois campos de influência se deu nas

---

<sup>73</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “A Regeneração e o seu significado”. IN: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coordenadores.). *O Liberalismo*. IN: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998. [V.5]. citação p. 102.

<sup>74</sup> SARDICA, José Miguel. “A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração”. IN: *Análise Social*. Vol. XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º). p. 747-777. citação p. 749.

eleições de Maio de 1858, em que os *avilistas* queriam colaborar com os Históricos, enquanto os *cabralistas* preferiam uma união com os Regeneradores<sup>75</sup>.

O Partido Legitimista, por sua vez, era uma agremiação de menor vulto. Alternou o comportamento entre a disputa partidária, através das eleições, e a abstenção de concorrer às urnas. Nas já referenciadas eleições de Maio de 1858 estiveram unidos aos Regeneradores. Porém, diferentemente dos demais partidos liberais em que a Maçonaria tinha grande participação e influência, entre os Legitimistas era a Ordem de São Miguel da Ala que tinha certa preponderância. Essa Ordem era uma sociedade secreta em que o próprio D. Miguel era o grão-mestre, colocando dúvidas em relação à filiação liberal desse partido.

A proximidade entre os partidos era tamanha que, em setembro de 1865, ocorreu a fusão entre os Regeneradores e os Históricos. Essa fusão causou diversos rompimentos de membros mais radicais descontentes com a hegemonia política dos Regeneradores. A partir desses rompimentos se formou o Partido Reformista, “último avatar do radicalismo monárquico-liberal”, que veio a ocupar o poder somente entre 22 de julho de 1868 e 11 de agosto de 1869<sup>76</sup>.

Os grupos políticos contrários aos Regeneradores tiveram que se reunir para disputar o mando político, o que reforçou a engrenagem de partilha de poder<sup>77</sup>. No início de setembro de 1876, aconteceu a fusão entre os remanescentes do Partido Reformista e do Partido Histórico, formando o Partido Progressista. Inaugurava-se assim, o *rotativismo* entre agremiações políticas já mais consolidadas do que na primeira fase da Regeneração<sup>78</sup>.

Aqueles que estavam alijados do jogo político do *rotativismo* entre Regeneradores e Progressistas, os dissidentes e descontentes, reivindicavam a herança dos ideais do radicalismo *vintista* como um atestado de patriotismo genuíno. O contexto internacional com os acontecimentos da Revolução Espanhola de 1868, e da Comuna de Paris em 1871, ainda colaboraram para que houvesse ressonância em alguns radicais liberais portugueses os ideais de socialismo e republicanismo.

Foi a partir desses excluídos do jogo político que surgiu o Partido Republicano em 1876, que se apresentou como a alternativa política ao conservadorismo liberal, tanto dos Regeneradores quanto dos Progressistas, já que na prática política esses partidos pouco se

---

<sup>75</sup> Idem. p. 763.

<sup>76</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Propaganda Republicana 1870-1910*. Coimbra: EDILIBER, 1990. p. 5-10.

<sup>77</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. “Liberalismo, democracia e socialismo na História Contemporânea de Portugal”. IN: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, et al (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e ideologia*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 15-28.

<sup>78</sup> SARDICA, 1997. op. cit. p. 777.

diferenciavam entre si<sup>79</sup>. Dessa forma, em 1873 foi fundado o Centro Republicano e em 1876 foi criado o Partido Republicano Português<sup>80</sup>. E o PRP passou a ser o herdeiro político da tradição liberal *vintista*, e a única alternativa política ao liberalismo conservador monárquico português.

A partir desse contexto, o cenário político português pouco se modificou. O *rotativismo* entre Regeneradores e Progressistas pacificou de vez a política portuguesa. O Partido Regenerador representava o partido liberal mais conservador, e a sua vitória representava a vitória da ordem sobre a desordem.

### *Conclusões*

Em um estudo sobre as “origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX”, Maria Carrilho nos mostra que é importante levar em consideração a origem social dos profissionais militares para melhor compreender o seu comportamento político<sup>81</sup>. Em contrapartida, José Murilo de Carvalho nos mostra a relevância que a socialização e o treinamento têm na formação de uma elite homogênea no Brasil do século XIX<sup>82</sup>.

A descrição das origens sociais do Conde de Paço D`Arcos, assim como as instituições nas quais estudou, tal qual foi feito na primeira parte deste capítulo, seriam suficientes para deduzirmos o seu conservadorismo e a sua obstinada vontade de manter a ordem social e militar. Se somarmos o argumento que Carlos Eugênio teria se socializado com outros indivíduos com a mesma formação no transcorrer de suas experiências na Marinha, o argumento do conservadorismo ganha corpo.

Porém, ao analisarmos mais atentamente sua trajetória pessoal e o contexto de sua formação, percebemos que existem outros elementos explicativos para o seu conservadorismo que vão além do treinamento e da socialização. Concordamos com a opinião de Fernando Pereira Marques, que diz não ser na origem social que se encontrará as explicações das opções políticas dos militares<sup>83</sup>. Esses outros elementos explicativos estão relacionados, na nossa opinião, com o processo de afirmação do liberalismo em Portugal.

---

<sup>79</sup> HOMEM, 2000. op. cit.

<sup>80</sup> NETTO, José Paulo. *Portugal: do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 15.

<sup>81</sup> CARRILHO, 1982. op. cit.

<sup>82</sup> CARVALHO, 2008. op. cit.

<sup>83</sup> “Ou seja, entre os militares as práticas políticas estão submetidas a condicionalismos diversos dos não militares, na medida em que encolceram a condução de homens, a submissão de hierarquias e um sistema estruturado de prêmios e punições”. MARQUES, 1989. op. cit. p. 28.



O período em que Carlos Eugênio teve sua formação educacional e suas primeiras experiências profissionais, tanto na Escola Politécnica quanto na Escola Naval, foi um período de agitação política. Desde a Revolução Liberal de 1820 o país sofria com os distúrbios e disputas entre facções políticas pelo controle do governo, pelas disputas eleitorais e pelos cargos administrativos do Estado<sup>84</sup>. A instabilidade política e social só foi contornada após a Revolução Regeneradora de 1851, em que marcou a ascensão do Partido Regenerador e o início de um período político menos convulsivo em Portugal.

Quando aconteceu a Revolução Regeneradora, Carlos Eugênio tinha apenas 17 anos de idade. Os ganhos políticos do novo momento político português eram evidentes. Os pronunciamentos que marcaram o período anterior tinham acabado e agora se podia pensar em uma organização das facções políticas em partidos políticos mais sólidos. O Partido Regenerador representava naquele momento a vitória da ordem. Ao receber uma formação profissional-militar em que as defesas da hierarquia e ordem são dois elementos essenciais, Carlos Eugênio viu nos Regeneradores a agremiação política condizente com as ideias e valores que ele havia aprendido, sobretudo na Escola Naval. Mesmo que o seu pai tivesse sido alinhado politicamente com radicalismo *setembrista*, Carlos Eugênio seguiu o caminho aberto pela Regeneração, e entrou para esse partido liberal conservador.

Esse “conservadorismo liberal”, dessa forma, como bem definiu Amadeu Carvalho Homem<sup>85</sup>, gerou aquilo que Rui Ramos chamou de uma “cultura do patriotismo cívico”, em que os homens bem educados pertenceriam a uma comunidade que defenderia a atividade política como sendo a forma mais alta de realização pessoal<sup>86</sup>. Esse patriotismo estava colado à manutenção da ordem social e o fim dos pronunciamentos e levantamentos militares, típicos da época anterior à Revolução Regeneradora de 1851<sup>87</sup>.

Portanto, em nossa análise, existiriam dois tipos de patriotismo: em primeiro lugar, aquele que defendia a ordem social e se importava com o destino das instituições liberais – geralmente eram aqueles que estavam inseridos no jogo político; em segundo lugar, aquele patriotismo que via nessa ordem conservadora as raízes das mazelas sociais, e identificavam a monarquia como principal obstáculo aos interesses da população. Carlos Eugênio estava inserido no primeiro grupo de patriotas, ou seja, um defensor da ordem social e hierárquica.

---

<sup>84</sup> BONIFÁCIO, 1992. op. cit.

<sup>85</sup> HOMEM, 2000. op. cit.

<sup>86</sup> RAMOS, 2001. op. cit. p. 47.

<sup>87</sup> VALENTE, 2005. op. cit.

## **2- A ORDEM SOCIAL E HIERÁRQUICA À *OUTRANCE*: A análise das apreciações do Conde de Paço D’Arcos sobre a política nacional brasileira.**

No capítulo anterior buscamos desenvolver dois argumentos que consideramos essenciais para compreensão da leitura que Carlos Eugênio Corrêa da Silva fez da política brasileira no transcorrer de sua Missão Diplomática no Brasil, entre os anos de 1891 e 1893. Os dois elementos estão ligados a sua trajetória político-profissional antes de assumir o cargo de Ministro Plenipotenciário de Portugal no Brasil.

O primeiro deles foi a sua formação para carreira militar. O fato de ter estudado na Escola Politécnica e na Escola Naval e, conseqüentemente, ter sido treinado para respeitar a ordem social e hierárquica, e ter se socializado com outros indivíduos com a mesma formação, fazem com que esse indivíduo tenha incorporado esses valores e os tenha reproduzido no transcorrer sua vida.

O segundo argumento, e que se soma ao primeiro, diz respeito à sua opção política pelo Partido Regenerador. Para tentar compreender essa opção contextualizamos a política portuguesa desde a Revolução Liberal de 1820 para evidenciar a importância da Revolução Regeneradora de 1851 para a sociedade portuguesa como um todo. Dessa forma, procuramos mostrar que o estabelecimento da disciplina social foi um grande atrativo para que Carlos Eugênio optasse pelos Regeneradores e que viesse a ser um político ligado a essa agremiação, inclusive desempenhando mandatos parlamentares na Câmara dos Deputados, na Câmara dos Pares e ocupando o cargo de Governador Civil de Lisboa.

Com esses dois argumentos trabalhados no capítulo anterior pensamos ser agora possível evidenciar, a partir da documentação produzida pelo Conde de Paço D’Arcos em sua Missão Diplomática, seu conservadorismo político na análise da política brasileira. As defesas da ordem e da hierarquia são um reflexo de sua formação político-profissional. Dessa forma, consideramos que a leitura dessa documentação produzida por Carlos Eugênio deve ser orientada a partir desses pressupostos, evitando a simples reprodução das percepções que esse diplomata teve no transcorrer de sua Missão.

Neste segundo capítulo, portanto, o objetivo será avaliar a documentação produzida por Carlos Eugênio, centrando a análise no cenário político nacional. Ou seja, partindo destes pressupostos de defensor da ordem social e hierárquica e de político conservador, vamos

procurar dialogar com algumas referências historiográficas do período republicano brasileiro que julgamos essenciais para ilustrar suas análises políticas<sup>1</sup>.

Para evitar uma análise simplesmente cronológica da fonte, o exame documental será orientado a partir de três eixos temáticos que visam dar conta de suas percepções em relação à instabilidade política brasileira: o primeiro é sua preocupação constante com a ordem social brasileira; o segundo é uma análise de sua inconformidade com a falta de respeito com a hierarquia militar; por último, suas percepções em relação ao meio político brasileiro, sobretudo em relação a determinados grupos.

O Conde de Paço D'Arcos chegou ao Brasil em 2 de Junho de 1891<sup>2</sup>. Nesse momento já havia terminado o Governo Provisório e o Marechal Deodoro da Fonseca já havia sido eleito o primeiro Presidente da República do Brasil. Carlos Eugênio permaneceu no seu cargo até o dia 20 de Novembro de 1893, acompanhando, portanto, diversos momentos críticos da consolidação do regime republicano brasileiro. Entre esses momentos, destacamos o Golpe de Estado de Deodoro, o Contra-Golpe de Floriano Peixoto e Custódio de Melo, as revoltas deodoristas e a eclosão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista.

---

<sup>1</sup> Dada a brevidade desse trabalho não procuramos de forma alguma dar conta de toda a historiografia sobre o início da Primeira República brasileira. A escolha das obras analisadas se baseia em alguns critérios de seleção. O primeiro é a existência ou não de referências à documentação produzida pelo Conde de Paço D'Arcos. O segundo é a relevância da obra para melhor contextualizar a documentação analisada. Ainda procuramos ter como base e orientação as classificações sobre a historiografia da República feitas por Emília Viotti da Costa, assim como pelas adicionais informações feitas por Francisco Falcon. Também levamos em consideração algumas indicações feitas por Marieta de Moraes Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. Sobretudo os capítulos: “Sobre as origens da República” e “A proclamação da República”. FALCON, Francisco. “historiografia republicana, historiografia da República. IN: HOMEM, Amadeu Carvalho; ISAÍIA, Artur César; SILVA, Armando Malheiro da. (coords). *Progresso e Religião: A República bo Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. p. 389-409. GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989. p. 244-280.

<sup>2</sup> BRANCATO, 1993. op. cit. p. 197-198. [despacho de 12.06.1891]

## 2.1 - O disciplinador social

Após a Proclamação da República em 15 de Novembro de 1889, formou-se um Governo Provisório chefiado por Deodoro da Fonseca. O jornalista francês Max Leclerc foi enviado ao Brasil para acompanhar os primeiros momentos do novo regime político. A tarefa desse repórter do *Journal des Débats* era, além de trazer notícias periódicas da nova situação política do Brasil, esboçar um panorama das possibilidades de investimentos que se abriam aos capitalistas franceses com o novo regime político brasileiro. O jornalista se preocupou em retratar a situação política, social, econômica, cultural do Brasil no início da República<sup>3</sup>.

Leclerc desembarcou no Rio de Janeiro no dia 21 de Novembro de 1889 e em 24 de Novembro sua primeira carta era enviada para França. Após uma breve descrição da sua viagem a bordo de um navio com destino à Buenos Aires e Montevidéu, a situação política da recém-instaurada República dominou suas observações. A metodologia adotada por esse repórter foi a de inquirir, durante três dias, diferentes pessoas as quais anotava e comparava os testemunhos.

As primeiras impressões que Leclerc teve foram de que “aqueles que fizeram a Revolução não tinham tido a intenção de fazê-la”. Na verdade “o objetivo era a derrubada de um ministério” e que “a monarquia caiu como um fruto maduro”. Além disso, a Revolução teria tido a “cumplicidade dos fazendeiros das províncias” que teriam sido prejudicados com a abolição<sup>4</sup>.

No dia 27 de Dezembro de 1889 o jornalista francês questionou o longo prazo que o Governo Provisório fixou para si próprio para reunir a Assembléia Constituinte. De 15 de Novembro de 1889 até o 15 de Setembro de 1890 – data em que se reuniu a Assembléia Constituinte – teriam se passado onze meses, e a sua preocupação residia em “como esperar que [o Governo Provisório] escape à lei comum e não cometa erros graves durante um período tão longo, em que talvez ninguém erga a voz para adverti-lo?”<sup>5</sup>. As descrições de Max Leclerc, que permaneceu no Brasil até fins de Janeiro de 1890, ajudam a dimensionar o ambiente político brasileiro antes da chegada de Carlos Eugênio ao Brasil.

O diplomata português chegou ao Rio de Janeiro em 2 de Junho de 1891, e desde o início da sua Missão passou a observar as dificuldades de sedimentação do novo regime. Para Carlos Eugênio a defesa da ordem social sempre foi um ponto importante. Mostramos que no

---

<sup>3</sup> LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Trad., prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.

<sup>4</sup> Idem. p. 17-21.

<sup>5</sup> Idem. p. 30.

transcorrer de sua formação profissional, na Escola Politécnica e na Escola Naval de Lisboa, a sociedade portuguesa experimentou um período de convulsão social. Essa instabilidade só foi contornada após a Revolução Regeneradora de 1851 que trouxe para Portugal um período de relativa ordem social, mesmo que no campo da disputa eleitoral ainda houvesse conflitos.

Os ganhos sociais que a ordem trouxe para a sociedade portuguesa foram, sem dúvidas, um grande atrativo para que Carlos Eugênio optasse em seguir as orientações do Partido Regenerador. Ao mesmo tempo em que esse partido representava o estabelecimento da ordem, ele também representava a vitória da ala mais conservadora do liberalismo português. A defesa da disciplina social sempre esteve presente nas preocupações de Carlos Eugênio, tanto nos tempos em que foi militar e administrador colonial como quando assumiu o cargo de Ministro Plenipotenciário de Portugal no Brasil.

A partir do momento em que chegou ao Brasil, Carlos Eugênio passou a observar as questões relativas à estabilidade social. Mesmo sendo um monarquista convicto, a sua função era representar a Monarquia portuguesa na República brasileira. Em seus telegramas e relatórios enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Paço D’Arcos sempre buscou descrever os conflitos que estavam impedindo o estabelecimento da ordem social e que, conseqüentemente, dificultavam a implantação do novo regime.

### *2.1.1. Situação dos estados*

As descrições de Carlos Eugênio sobre a consolidação do novo regime, por vezes, parecem trazer novos elementos para a historiografia da Primeira República. Esse é o caso dos tumultos regionais que dificultavam o estabelecimento da República. O contexto em que se dão essas agitações nos estados, de acordo com Edgard Carone, é de definição das lideranças coronelísticas que disputavam a hegemonia política <sup>6</sup>. Em cada estado a notícia da Proclamação foi recebida distintamente, dependendo das relações específicas existentes entre os grupos republicanos históricos, ex-monarquistas e os militares. Esse é o caso das observações referentes à situação da “Província do Pará” <sup>7</sup>.

Em 30 de Junho de 1891, o Conde de Paço D’Arcos escreveu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Valbom, descrevendo a situação do Pará. As

---

<sup>6</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha: A Evolução Política (1889-1930)*. 4ed. São Paulo: DIFEL, 1983. 2v. p. 36 a 43.

<sup>7</sup> Na documentação original consta como “Província do Pará”. Contudo, desde 24 de Fevereiro de 1891, com a promulgação da nova Constituição, se formou um Estado Federal brasileiro composto por Estados federados. Dessa forma, vamos tomar a liberdade de sempre manter as referências no original do documento, por considerar que assim se mantém a idiosincrasia do indivíduo, porém, sempre colocando as expressões entre aspas.

notícias que ele recebia daquela região diziam que “continua[va]m os animos a estar bastante agitados tendo-se já dado na propria capital ocorrencias de certa gravidade”. Também dizia que “não parece haver a menor duvida é de que se tem dado graves ferimentos e se tem feito muitas prisões”<sup>8</sup>. Esses tumultos regionais são, para Carlos Eugênio, um “período de inevitável transição pela mudança de instituições, vê-se que ainda não acabou e tarde terá seu termo”<sup>9</sup>.

As previsões do Conde de Paço D’Arcos se confirmaram e os tumultos regionais se disseminaram, sobretudo, quando o Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, depois de uma tentativa de Golpe de Estado em 3 de Novembro de 1891, foi substituído pelo Vice-Presidente, o Marechal Floriano Peixoto, no dia 23 de Novembro. Após esse incidente, houveram diversos tumultos regionais entre os governadores que apoiaram Deodoro no Golpe de Estado, e aqueles que substituíram esses primeiros com o apoio “branco” de Floriano, sendo a única exceção do Estado do Pará, que manteve o mesmo governador<sup>10</sup>.

O Estado do Rio de Janeiro não foi diferente dos demais Estados da federação. O estudo de Renato Lemos sobre a implantação da ordem republicana no Estado do Rio de Janeiro desenvolveu adequadamente essa questão<sup>11</sup>. O autor buscou delinear as vinculações políticas entre os republicanos e monarquistas desde a Proclamação da República para dar conta das diversas alianças políticas realizadas no início do regime republicano. Essas alianças se compunham de acordo com os ventos da política nacional.

Antes do Golpe de Estado de Deodoro, governava o Estado do Rio de Janeiro o médico Dr. Francisco Portela. Portela havia realizado diversas mudanças administrativas com o claro intuito de fortalecer seu poder pessoal e alijar do poder a oposição em todos os municípios, prática que ficou conhecida como *portelismo*. Porém, sua base de sustentação era o governo federal, já que havia alcançado o cargo de governador por indicação de Quintino Bocaiúva, além de ser apoiado por Deodoro. A oposição, por sua vez, tinha como base de

---

<sup>8</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 81. [despacho de 30.06.1891]

<sup>9</sup> Idem, p. 89. [despacho de 04.09.1891]

<sup>10</sup> Edgard Carone comenta as disputas políticas ocorridas com as quedas dos governadores nos seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Amazonas. Nos demais estados Edgard Carone diz que os governadores renunciaram voluntariamente. Esses estados seriam: Paraná, Espírito Santo, Goiás, Sergipe, Alagoas, Piauí, Maranhão. O estado do Pará é a única exceção em que o governador Lauro Sodré revelou sua discordância com a Ditadura e permaneceu no cargo após a derrubada de Deodoro. Ver CARONE, 1983. op. cit. p. 65-66 e 71 a 84. De acordo com John Schulz, o que explica a permanência de Sodré como Governador é que, Deodoro só poderia atacar o Pará pelo mar, porém, ele não possuía o apoio da Marinha nesse momento. Ver: SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 170.

<sup>11</sup> LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. “O Republicanismo fluminense”; “A disputa de Poder”; “A Oligarquia no Poder”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 27 a 93.

sustentação as elites político-econômicas do Estado que estavam sem representação formal na burocracia estatal.

Em 3 de Novembro de 1891, o governador Dr. Portela apoiou o Golpe de Estado de Deodoro. Porém, ao falhar o golpe, a sua situação se tornou insustentável, uma vez que ele havia perdido a base de sustentação do governo federal e Floriano Peixoto dava sinais de que não o ajudaria a se manter no poder, renunciando em 10 de Dezembro de 1891. Após a derrubada de Portela, iniciou-se um período de conciliação entre as correntes políticas no Estado do Rio de Janeiro. Mais tarde, assumiu o governo do Estado o Dr. José Tomás da Porciúncula, que manteve relações de “sustentação mútua e apoio recíproco” com Floriano Peixoto<sup>12</sup>.

Carlos Eugênio observou com muita atenção esses acontecimentos políticos do Estado do Rio de Janeiro. Esse diplomata informou no despacho de 10 de Dezembro de 1891 enviado ao Ministro Conde de Valbom que em “Nytheroy, [a] capital do Estado, sustenta[va] o governador Dr. Portella, enquanto [em] outras cidades, revoltando-se, proclama[va]m governador o Dr. Porciúncula, e sustenta[vam] com as armas o seu escolhido”. A disputa pelo governo estadual chegou inclusive a causar distúrbios em Petrópolis, local em que funcionava a sede dos Corpos Diplomáticos estrangeiros. De acordo com Carlos Eugênio, o Dr. Porciúncula havia nascido em Petrópolis e possuía família residindo naquela localidade, e os partidários do Dr. Portella se aproveitavam disso e perseguiam os partidários do adversário. O cenário percebido pelo Conde de Paço D’Arcos era de “violência com os transeuntes, que são levados à estação policial com maus tratos por simples suspeitas” e que à noite, se ouvia “gritos repetidos de ‘alerta’ como numa cidade militar, e os tiros ressoam, logo após as intimações e perguntas do ‘quem vem lá’ ou ‘passe de largo’ !”<sup>13</sup>.

As violências praticadas por policiais alcançavam, inclusive, o Corpo Diplomático em Petrópolis. Esse foi o caso do Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Chile, Álvaro Bianchi Tupper, que “apezar das suas reclamações e de se fazer reconhecer por vários indivíduos, foi levado ao calabouço aos empurrões e pancadas, bem como os que se atreveram a querer defendê-lo!”<sup>14</sup>. Esse episódio foi mais bem detalhado em um documento de 16 de Dezembro de 1891. Ao Conde de Paço D’Arcos foi solicitado o envio de um relatório para o

---

<sup>12</sup> LEMOS, 1989. op. cit. p. 78.

<sup>13</sup> Idem. p. 114. [despacho de 10.12.1891]

<sup>14</sup> Idem. p. 114. [despacho de 10.12.1891]

Ministro das Relações Exteriores do Brasil<sup>15</sup>, expondo aquilo que os seus secretários, o Conde de Salir e Alfredo de Castro, sabiam sobre o caso do diplomata chileno.

De acordo com o referido no documento, encontravam-se os dois secretários em companhia do Encarregado de Negócios da Itália na varanda do Hotel Orleans à noite, quando foram surpreendidos por “uma viva discussão sobressaindo gritos de ‘deixe-me, deixe-me’ em língua espanhola”<sup>16</sup>. O Ministro chileno, que voltava para sua residência pelas nove horas da noite, foi surpreendido por quatro policiais que o espancaram com o intuito, segundo o próprio Ministro chileno, de lhe roubarem a carteira e o relógio. Ou seja, a força institucional que deveria manter e prezar pela ordem, muitas vezes, era a responsável pelos distúrbios sociais.

A situação em Petrópolis só se acalmou alguns dias depois. O governador Dr. Portella foi deposto e em seu lugar assumiu o Dr. Porciúncula, que imediatamente entregou o cargo para o contra-almirante Dr. Carlos Balthazar da Silveira, um delegado de Floriano<sup>17</sup>. Esse novo governador apurou os fatos e após alguns meses acabou por castigar com a “demissão do serviço da polícia os oficiais, e com prisão rigorosa e expulsão as praças inferiores do corpo policial”. Para Paço D’Arcos, “este castigo tardio é mais um acto de política de partidos do que uma satisfação diplomática, com a qual contudo tem de contentar-se à falta de melhor a pobre vítima do estranho desaforo e falta de respeito pelas garantias diplomáticas”. A conclusão que ele tira dessa questão é que “no Brazil *continua a não haver segurança nem socego*, e que os homens e as cousas continuam a correr em perigoso desvairamento”<sup>18</sup>.

A agitação social parecia se alastrar para todos os cantos do país. A estrutura consular de Portugal registrava esses incidentes estaduais e comunicava-os ao Conde de Paço D’Arcos. Esse por sua vez, elaborava relatórios para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Esse foi o caso do estado de Pernambuco.

---

<sup>15</sup> Naquele momento o Ministro é Fernando Lobo Leite Pereira. Esse Ministro permaneceu no cargo entre 30.11.1891 até 13.02.1892.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (Est.288/Prat.02/Maço 11/ documento de 16.12.1891).

<sup>17</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 120. [despacho de 22.12.1891]

<sup>18</sup> Idem. p. 134-135. [despacho de 09.02.1891] (grifos nosso)



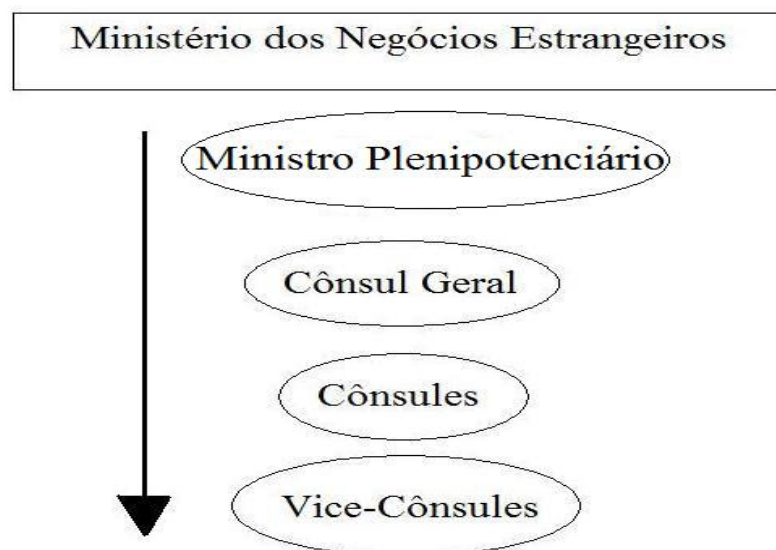


FIGURA 9 - Organograma da hierarquia diplomática de Portugal no Brasil no fim do século XIX

Em 22 de Dezembro de 1891, já durante o governo de Floriano Peixoto, uma revolta tomou conta de Pernambuco<sup>19</sup>. Carlos Eugênio avisou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal que o “Cônsul [de] Pernambuco anuncia[va] luta sangüinária [entre a] tropa [culminando com a] deposição [do] governador”<sup>20</sup>. No dia seguinte em um longo relatório, Carlos Eugênio dá mais informações sobre o que aconteceu. A luta entre a polícia, que sustentava o antigo governador, e a tropa, que queria sua deposição, “foi tremenda porque logo em resultado do primeiro combate se enterraram 69 mortos!”. A luta prosseguiu até que as autoridades fugissem e fosse nomeado um delegado do governo federal<sup>21</sup>.

Esse ambiente de instabilidade social prosseguiu no ano de 1892, e continuou a ser preocupação central de Carlos Eugênio. Em 7 de Janeiro, em relatório enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Valbom, disse, sobre a situação no Brasil, “que a *anarquia continua*”. O relatório prossegue dizendo que “nos diversos Estados não cessa a deposição dos governadores, das intendências, das autoridades militares ou administrativas e até mesmo dos vigários ou parocos!” Aos olhos do diplomata inglês Mr. Wyndham, colega do Conde de Paço D’Arcos, “tudo que se passa é tão ridículo que precisava [ser] cantado com musica de Offenbach”<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Ver CARONE, 1983. op. cit. p. 81-82.

<sup>20</sup> Idem. p. 119. [despacho de 22.12.1891]

<sup>21</sup> Idem. p. 119. [despacho de 23.12.1891]

<sup>22</sup> Idem. p. 125. [despacho de 07.01.1892] A composição mais famosa de Offenbach é “Can-Can”, que geralmente é associada a dançarinas de casas noturnas como Moulin Rouge. A idéia que é transmitida com essa

Carlos Eugênio concordava com a opinião do seu colega inglês. Ainda no mesmo relatório ele descreveu um grave tumulto ocorrido no estado do Espírito Santo e outro em Santa Catarina, com um nítido ar de sarcasmo frente à inconstância social que atingia níveis surpreendentes:

O governador do Espírito Santo é deposto às 3h da noite por meia dúzia de encapotados, a que só faltaria a gravata branca para serem os conspiradores da ‘Angot’, e que do proprio palacio do governo começam a despejar ordens e a telegrafar para toda a parte, que está feita a revolução no Estado e eles constituídos em junta governativa! O governador de Santa Catarina, tendo por si o povo e os voluntários, apregoa que tem força e defenderá a sua eleição legal até à morte, chama os seus patricios alemães de Blumenau, mas apesar de tanta arrogancia cede à intimação dos oficiais do 25.º regimento, ou aos telegramas do Presidente da Republica, como se diz, e entrega o governo ao oficial que este nomeie! E assim por toda a parte, aparecendo (como já disse noutra ofício) a intervenção do exercito e um *tertius gaudet* da confiança do Itamaraty, que empolga o governo disputado pelos diversos galos que pretendem o poleiro.

Esse episódio em Santa Catarina contra o governador Müller causou a manifestação de diversos cidadãos da colônia portuguesa. Esses contestavam a legalidade do Governador e cobravam do Conde de Paço D’Arcos alguma atitude ou intervenção por parte desse diplomata. Esse, por sua vez, nada fez ou respondeu para evitar se meter na política interna do Brasil.

Entretanto, as notícias vindas de Santa Catarina eram acompanhadas de perto. A política no estado era de instabilidade desde a Proclamação da República. Quando houve o Golpe de Deodoro em 3 de Novembro, o governador do estado era Lauro Müller, um político republicano apoiado pelos antigos conservadores, que apoiou o Golpe Deodoro. Quando Floriano subiu ao poder, Lauro Müller foi deposto e a oposição federalista, composta por antigos liberais, assumiu o governo estadual. A reação de Floriano foi nomear o Tenente Manoel Joaquim Machado interventor para o governo do estado, contudo, o nomeado, foi absorvido pela política dos federalistas e foi para oposição a Floriano. As arbitrariedades cometidas por Machado fizeram com que esse fosse, por sua vez, substituído por Cristóvão Nunes Pires<sup>23</sup>. Todas essas disputas e notícias de indivíduos que se alternavam no poder eram acompanhadas pelo Conde de Paço D’Arcos.

Por um lado o tenente ou capitão Machado, o antigo sequaz de Floriano e a quem este retirara a sua confiança, querendo tirar-lhe o governo que ele não larga; por outro um

---

associação entre a política e a música é de um cenário de comédia teatral em que os personagens subiriam e cairiam do poder no ritmo musical.

<sup>23</sup> CORRÊA, Carlos Humberto P. “O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina 1893-1894”. IN: *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. X. N.º 2. Dezembro de 1984. p. 55-67. Para uma análise mais detalhada dessas disputas ver: CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil 1893-1894*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1990. (sobretudo capítulo 6 “a instalação do Governo revolucionário e as primeiras divergências”).

tal Elyseu Guilherme, vice-presidente ou vice-governador, ou quer que seja, que fora nomeado ou se apresentara a si próprio para substituir o primeiro e ainda por outro lado um Dr. Hercílio Luz, que se diz aclamado agora por diversas municipalidades ou populações; podendo ainda acrescentar-se um quarto, um coronel comandante geral das tropas do governo Federal, que ora parece deliberar por ordens superiores do Presidente da República, ora obedecer a este ou àquele dos três governadores! É uma confusão que não posso entender, quando vejo as colunas dos jornais prenhes de telegramas em que os três ou quatro anunciam vitórias, combates, revoltas, deposições, aclamações, e tudo legal, como apregôam, e tudo por bem, segundo dizem. *Quais são os que teem por si a legalidade e a razão, não sei, mas afigura-se-me tudo a mais completa anarquia*<sup>24</sup>.

O realismo político de suas observações sobre essa conjuntura social se expressa de maneira límpida frente à confusão das deposições e alianças da política catarinense. Para Carlos Eugênio, “afigura-se-me que não vou errado quando diga que a *legalidade* cifra-se no interesse de aquêles que conseguem prevalecer-se do capricho do Presidente da República”<sup>25</sup>. O mês de Fevereiro de 1892 trouxe mais contestação à ordem social, o que causava preocupação em Paço D’Arcos. No dia 9 desse mês, ele resumia o cenário nacional, dizendo que “*a mesma desordem pelos Estados, ainda pela maior parte em conflagração*, e a mesma falta de confiança na força do governo superior da federação e até na sua *estabilidade*”<sup>26</sup>.

No dia 3 de Março, Carlos Eugênio achava que a situação parecia ainda pior. Havia boatos sobre uma grande revolução que era adiada todos os dias. As notícias que chegavam dos estados traziam mais preocupações em relação à conservação da ordem.

Esse foi o caso das agitações ocorridas no Ceará, que são significativas e valem à pena serem mais detalhadas. O governador do estado no dia 3 de Novembro de 1891 era o General Clarindo de Queiroz, que apoiou o golpe do Deodoro, e seu vice-governador era o Tenente-Coronel Liberato Barroso, que foi contra o golpe. A reação de Deodoro ao ficar sabendo do posicionamento de Barroso, foi de destituir o vice-governador. Isso fez com que os ânimos oposicionistas se inflassem no apoio ao Tenente-Coronel Barroso. Quando se deu o contra-golpe de Floriano Peixoto e Custódio de Melo, a política adotada por ambos foi tirar o poder de reação do governador General Queiroz. O 11º Batalhão de Infantaria e a frota da marinha estacionados em Fortaleza foram solicitados a deixar o Ceará.

Essa atitude deu margem para que os estudantes da Escola Militar do Ceará, que eram florianistas e tinham rixas com a polícia do Estado, entrassem em conflito aberto com essa força policial depois de assaltar os armamentos e canhões da escola. Essa luta aberta entre os estudantes ajudados por alguns civis e a força policial estadual se deu no dia 16 de Fevereiro

---

<sup>24</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 243. [despacho de 20.07.1893] (grifos nosso)

<sup>25</sup> Idem. p. 249. [despacho de 12.08.1893] (grifo nosso)

<sup>26</sup> Idem. p. 132. [despacho de 09.02.1892] (grifos nosso)

de 1892, e teria durado 13 horas. Como resultado dessa luta, o Tenente-Coronel Barroso assumiu o governo do Estado sob aclamação popular, sendo depois substituído por Nogueira Acioli<sup>27</sup>. A maneira com que Paço D’Arcos comentou esses acontecimentos demonstra toda a sua apreensão com a disciplina social.

*A desordem e a conflagração continuam por toda a parte nos Estados, e enquanto no Rio Grande do Sul é definitivamente hasteada a bandeira da revolta de que se não sabem os fins, no Ceará a Escola Militar com parte da tropa e muitos populares dão combate sangrento ao governador, General José Claudino, que resistindo do seu palacio à frente de 200 policiais e outros tantos guerrilhas, vê, apoz uma luta em que houve muitos mortos e feridos, o palacio arrazado pela artilharia inimiga e é forçado a entregar o governo e fugir. (...)*

O caso do Ceará parece apoiado pelo actual governo superior da republica. Pelo menos o ministro da Marinha, almirante Custódio de Mello, o autor do golpe de 23 de novembro, em seus telegramas para o Comandante da flotilha do Amazonas, sob calor de *manutenção da ordem*, determinou que *se não opozesse ao movimento da Escola Militar ou, o que é o mesmo, que não obedecesse ao governador*, que soltasse os presos que aquêle mandara para bordo dos navios e que não guerresse o povo<sup>28</sup>.

Logo após a queda do governador do Ceará, ocorreu a queda do governador do Amazonas. No dia 4 de Março de 1892, o Conde de Paço D’Arcos enviou um relatório para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Costa Lobo<sup>29</sup>, informando que o governador Tenente Coronel José Thaumaturgo de Azevedo havia “resignado o governo” e fugido<sup>30</sup>. Passados alguns dias desse comunicado, Carlos Eugênio produziu um novo documento comentando a agitação que o Brasil atravessava.

A queda do Governador do Amazonas teria sido a última das quedas dos “governadores eleitos” durante o governo Deodoro. Em todos os estados, “(...) o auxílio ou a imposição do governo federal, que fez escolher novos governadores, *quando mesmo os não nomeou a pretexto de assegurar a ordem*”<sup>31</sup>. As deposições dos governadores nomeados por Deodoro, seja de forma violenta ou não, foram seguidas pela substituição dos indivíduos que compunham a administração em cada estado. Essas mudanças no funcionalismo público eram acompanhadas de perto por Carlos Eugênio, que se surpreendia com o alcance que essas alterações tinham na prática. Após a deposição do governador Thaumaturgo, “o último dos últimos como dizem os jornais, e agora, assim como já não há governadores de tempo de Deodoro, também não deve existir nem um só cabo de polícia dessa época”.

<sup>27</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 83-84. Sobre o domínio dos Acioli no Ceará ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>28</sup> Idem. p. 135-136. [despacho de 03.03.1892] (grifos nosso). A instabilidade no Ceará provocou inquietações no Rio de Janeiro com o pronunciamento de alguns militares proeminentes. Essas atitudes de quebra de hierarquia serão trabalhadas separadamente no item 2.2.2.

<sup>29</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre: 17.01.1892 e 06.07.1892.

<sup>30</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 138. [despacho de 04.03.1892]

<sup>31</sup> Idem. p. 139. [despacho de 14. 03. 1892] (grifos nosso)

Ainda no documento do dia 14 de Março de 1892, Carlos Eugênio dizia que até mesmo os párocos estavam sendo substituídos por sacristães tal era o alcance prático das mudanças políticas em cada estado. Em sua opinião, tudo isso ridicularizava a política. E para ilustrar bem a caricatura da situação social no Brasil, ele comunicava outro caso “ridículo”. Esse foi o caso da deposição de um frade que administrava um convento carmelita da Bahia, e que foi imposta por alguns estudantes que o fizeram fugir para um convento de outra ordem. Depois disso os próprios estudantes passaram a administrar as rendas do convento. Para Paço D’Arcos, tudo não passava de “*notas cômicas destas revoluções continuadas, que não deixam pedra sobre pedra! Notas cômicas que o humorismo dos jornais aproveita, fazendo esquecer o horror de tanto sangue derramado para satisfação de feroz faccionismo*”<sup>32</sup>.

O documento prossegue com uma caracterização do panorama político-social. De acordo com Carlos Eugênio, os tribunais estaduais eram dissolvidos, os juízes nomeados de acordo com as circunstâncias, e a administração da justiça sustada. Da mesma forma, as autoridades militares eram “substituídas por ordem do governo, quando não despedidas pelos subalternos”. As autoridades policiais estavam na mesma “contradança”. Nos estados, “*a anarquia geral continua na mesma por toda a parte, sem que se saiba onde isto irá parar!*”.

o Rio Grande armado e em luta, sem que saiba bem o que quer fazer; Minas dividido em dois Estados, cada qual com seu governador, suas intendência municipais e seus partidos; o Pará, Pernambuco e a Baía em *permanentes arruaças*; São Paulo em greves constantes, os telegramas dizendo de toda a parte que reinam a *ordem e a legalidade, dando ao mesmo tempo notícias da anarquia*, e finalmente os jornais apresentando miseráveis artigos políticos sem verdadeiro critério da tremenda situação, substituindo a análise pelos doestos, pelas verrinas ou pela chalaça, mas sempre cheios de correspondências e “a pedidos” em que cada um dos articulistas busca razão na força das injúrias aos adversários!<sup>33</sup>

No mês de Maio de 1892 aconteceu uma revolta no estado do Mato Grosso. Um Coronel, chamado Barbosa, partidário da facção de Deodoro, iniciou uma revolta de cunho separatista e independentista naquele estado. O seu plano era fundar a “República Transatlântica”. O Conde de Paço D’Arcos explicou em seu relatório a importância relativa que aquele estado ocupava na federação. Mesmo sendo um estado pouco povoado e predominantemente agrário, possuía um peso militar significativo em função de ter sido palco da Guerra contra o Paraguai<sup>34</sup>. A tentativa de separação não deu em nada, e no mês seguinte,

---

<sup>32</sup> Idem. p. 139-140. [despacho de 14.03.1892] (grifos nosso)

<sup>33</sup> Idem. p. 140. [despacho de 14.03.1892] (grifos nosso)

<sup>34</sup> Idem. p. 156-157. [despacho de 14.05.1892]

em Junho, Carlos Eugênio já comunicava a Portugal que “caiu pois por terra a nova e embrionária republica transatlântica”<sup>35</sup>.

No mês de Junho de 1892, houve uma aparente calma político-social no Brasil. Contudo, no dia 22 do mesmo mês, as condições de estabilidade nos estados voltam a ser abaladas. “Na Bahia as sessões do Congresso Estadual são interrompidas pela invasão do povo das galerias que, descendo à sala, quere intervir nas deliberações e impor o seu *veto* aos deputados, renovando as scenas da Convenção Francesa de 93”<sup>36</sup>. Assim como a Bahia, o estado do Mato Grosso voltou a se agitar com as manifestações populares e a violência nas eleições.

O ano de 1893 iniciou um conturbado período para a política brasileira. Os estados apresentavam manifestações e ocorrências graves, e, enquanto a revolução federalista se desenrolava no Rio Grande do Sul, aconteciam incidentes no Pará e na Bahia. Porém é na capital federal que o cenário político espalhava insegurança social. As reuniões políticas “que se fazem publicamente nos clubes mais exaltados, proferindo-se grande número de discursos e, fazendo-se as mais disparatadas propostas para a *salvação da República*”<sup>37</sup> assustavam pelo radicalismo de suas propostas.

Uma destas, elaborada por um deputado vinculado a esses clubes, sugeria “que todos os republicanos fossem jurar por escrito os seus princípios (os altares da pátria!)”. A proposta ainda dizia que cada bairro seria encarregado de elaborar uma lista com os nomes dos indivíduos que fossem suspeitos de “não aderentes à república de alma e coração! (os comitês de vigilância de 93 e a lei dos suspeitos!)”. Essas listas, que Carlos Eugênio compara à Revolução Francesa, serviriam para mandar prender todos aqueles que estivessem em envolvidos em movimentos subversivos da ordem<sup>38</sup>.

Para o Conde de Paço D’Arcos existia o receio que os movimentos estaduais, sobretudo no Rio Grande do Sul, obtivessem êxito. Dessa forma, os republicanos exaltados da capital federal estariam dispostos a espalhar o ódio aos demais. Portanto, Carlos Eugênio defendia que a ordem social era necessária ao Brasil para que houvesse aquilo que Lincoln Penna chamou de “Progresso da Ordem”<sup>39</sup>. Porém, no mês de Maio de 1893, essa tão almejada ordem social ainda estava distante.

---

<sup>35</sup> Idem. p. 158. [despacho de 08.06.1892]

<sup>36</sup> Idem. p. 161. [despacho de 22.06.1892] (grifo no original)

<sup>37</sup> Idem. p. 192. [despacho de 01.03.1893] (grifo no original)

<sup>38</sup> Idem. p. 193. [despacho de 01.03.1893]

<sup>39</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

No dia 6 de Maio, em relatório enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que na época era Hintze Ribeiro, dizia que “tudo continua no mais completo descalabro (...)”. A segurança pública era perturbada com os “abusos de autoridade”, com “actos de desgoverno” que geravam “verdadeiros *pronunciamentos* (grifo no original) da força armada (...)”<sup>40</sup>. Toda essa “anarquia” acabava por influir nas questões econômicas do país.

Entretanto, mesmo com todas essas dificuldades, o prognóstico político do Conde de Paço D’Arcos sobre o Brasil era positivo. Para ele, o país era grande e estavam dadas as condições para que alguém pacificasse a política e encaminhasse o governo para o progresso, mesmo que isso levasse um determinado tempo.

O resultado infalível de tôda esta miserável marcha política é o *desassocêgo dos espíritos, a falta de confiança nas instituições e no govêrno superior*, o receio constante duma grande revolução, e portanto o descrédito da fazenda pública, a baixa dos fundos, ou a sua oscilação sempre em baixas cotações e a bancarrôta constantemente ameaçadora como a espada de Damocles.

O Brasil há-de levantar-se desta medonha crise como país riquíssimo, quasi virgem e de imensos recursos, *quando um govêrno ilustrado, firme e enérgico tomar o poder*; assim o tenho dito sempre nestas minhas apreciações políticas, mas continuo a avançar – como também o tenho feito – que por enquanto, no estado actual, está à mercê de qualquer aventureiro audaz, de coragem e de talento, que tenha por si o apoio dum Rotchild a levantar-lhe o crédito, ou o auxílio de uma potência de 1.<sup>a</sup> ordem a cobrir-lhe a audácia. Um tal homem – fôsse quem fôsse – não viria aqui empoleirar-se numa *perche* – como Maximiliano no México, segundo a frase dum nosso distinto político – viria como César – ver e vencer – levantado nos escudos de todos os partidos cançados da luta e aclamado por *tôda a população, cordata e ordeira*, fatigada de perigos de fortuna e de vida. Infelizmente há muito ainda para ver, e muito sangue para correr, antes que o Brasil socegue<sup>41</sup>.

### 2.1.2. *Visões do caos*

As violências e distúrbios se alastravam por toda a parte. Quando essas desordens ocorriam próximo ou na capital federal, evidentemente, as descrições feitas por esse diplomata são de uma qualidade maior. Essas desordens intrigavam esse diplomata, pois “*qualquer pequena ocorrência das ruas dá logar aos gritos de ‘fecha-fecha’ com que se cerram as portas e fica em campo a arruaça*”<sup>42</sup>. Para Carlos Eugênio, a população se exaltava facilmente e logo se colocava contra a ordem pública.

Uma simples querela de dois transeuntes, dá o motivo a crescida reunião de populares e a intervenção da polícia; trocam-se ditos, soltam-se gritos, começam os vivas a esta ou àquela ideia política, a este ou àquele caudilho, e a breve trecho os sabres policiais

<sup>40</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 196-197. [despacho de 06.05.1893]

<sup>41</sup> Idem. p. 197. [despacho de 06.05.1893] (grifos nosso)

<sup>42</sup> Idem. p. 137-138. [despacho de 03.03.1892] (grifos nosso)

entram em scena cortando sem dó nem consciencia, os revolvers dos populares começam a disparar, a *desordem primitivamente insignificante torna-se numa arruaça* e as baionetas e as descargas de infantaria ou as cargas de cavalaria não se fazem esperar<sup>43</sup>.

Esse é o caso de uma revolta ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1891. Em um telegrama enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos Eugênio é peremptório ao afirmar que “Grande desordem povo policia teatro lírico produzindo graves tumultos cidade barricadas cargas cavalaria descargas serradas tiroteio governo conseguiu socego”<sup>44</sup>.

Esse tumulto se parecia com aquelas desordens que Raul Pompéia descrevia como nascidas “da surpresa, do disparate, ninguém sabe como nem por quê; mas também, com o mesmo estouvamento e inopinado, desaparecem e à francesa vão-se embora”<sup>45</sup>. Contudo, passados alguns dias do episódio, o diplomata português enviou um longo relatório trazendo informações detalhadas desse conflito. A explicação que o próprio Carlos Eugênio deu para o envio do telegrama do dia 8 é de que “esta noticia a V. Ex.<sup>a</sup> [Ministro Conde de Valbom] foi assegurar o governo sobre tão tristes ocorrências, para que V. Ex.<sup>a</sup> e seus dignos colegas se não preocupassem com quaisquer noticias desfiguradas em telegramas”<sup>46</sup>. De acordo com o diplomata, isso seria importante para evitar a especulação nas bolsas de valores e afastar a idéia de alguma revolução.

Esse tumulto no Teatro Lírico causou uma forte impressão no Conde de Paço D’Arcos. No transcorrer desse relatório do dia 16 de Outubro, todo o seu conservadorismo político e sua obstinada defesa da ordem ficaram explícitos. A descrição que ele fez desse episódio é um cenário de completa convulsão pública.

Tudo não teria passado de um “tumulto de teatro, em que a policia abusou da força”. De acordo com o relato de Carlos Eugênio, alguns espectadores queriam “patear”<sup>47</sup>, e um sub-delegado mandou “massacrar os espectadores”. Isso fez com que diversas “vítimas inofensivas”, como “as senhoras e crianças que estavam nos camarotes”, fossem “maltratados, pizados e espadeirados”. Os “pateantes” em grande número, “se armavam e combatiam a policia com tudo que alcançavam à mão, arremessando à arena do combate, na platéia e salões, bancos, cadeiras, candieiros e tudo que se pudesse tornar um projectil de arremço”.

---

<sup>43</sup> Idem. p. 126. [despacho de 07.01.1892] (grifos nosso)

<sup>44</sup> Idem. p. 93. [despacho de 08.10.1891]

<sup>45</sup> POMPÉIA apud CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 73.

<sup>46</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 93 e 94. [despacho de 16.10.1891]

<sup>47</sup> Significado de “patear”: Censurar ou reprovar, batendo com os pés no chão: patear um drama. Ver: <http://www.lexico.pt/patear/>



Esse conflito teria sido “medonho e sangrento”. A polícia, para disfarçar a sua atuação repressiva, teria divulgado um número muito reduzido de feridos. Como consequência à atuação da polícia, no dia seguinte houve um grande protesto da “mocidade irriquieta das escolas”<sup>48</sup>. Esse protesto ganhou a adesão de centenas de pessoas que “em breve tornadas milhares pela reunião dos discolos, dos ociosos, dos vadios e de quantos nas grandes cidades fazem as arruaças, procurar o governo e pedir justiça”<sup>49</sup>.

Esse protesto arreventou em uma verdadeira batalha campal descrita assim por Carlos Eugênio:

Porem antes mesmo que o ministerio tivesse tempo de tomar providencias, fazer inqueritos e castigar os culpados, a multidão, *passando de repente da atitude tranqüila de representantes à de agitadores da desordem*, tornou-se agressiva, fazendo uma verdadeira caçada, como se fosse a feras bravas, a tudo e a todos que pertenciam à policia. Como represalias, esta fez proezas de crueldade no massacre, a multidão reagiu com armas, o tiroteio tornou-se geral de parte a parte no centro da cidade, as estações foram atacadas por massas populares em grito de guerra, das janelas atirava-se não só à bala, mas com tudo que se podia arremessar, e a luta, muito mais na noite de 7, tornou-se num verdadeiro combate de rua!<sup>50</sup>.

A dimensão do conflito foi tão grande que a atitude do governo foi substituir a polícia pela tropa de linha do exército. De acordo com Carlos Eugênio a reação da população foi, em um primeiro momento, de aclamar as tropas, pensando que elas fossem se unir a eles, porém, quando viram que o papel do exército era reprimir esse conflito, “continuou a resistência, *ou melhor, a agressão e o ataque*, formando-se barricadas, dando-se combate, em que houve cargas de cavalaria, descargas cerradas, enfim verdadeira batalha”<sup>51</sup>.

O resultado desse conflito foi de muitos mortos, feridos e presos. A descrição do Conde de Paço D’Arcos diz que ele próprio viu marcas pelo centro da cidade de “milhares de balas, das descargas cerradas da tropa, descargas feitas com pontaria baixas, à altura da cinta, e que certamente não passaram inofensivas pelas massas de povo aglomerado!”. Além disso, “muitas pessoas sérias” teriam dito que viram por entre as frestas das portas e janelas os maqueiros da polícia dando sumiço nos feridos, e que como consequência, muitas pessoas estavam procurando os seus parentes que estavam desaparecidos sem ter notícias dos mesmos. Aos olhos desse diplomata o governo fez muito bem em reprimir esse tumulto.

---

<sup>48</sup> No próprio relatório o Conde de Paço D’Arcos abre parênteses para falar sobre essa “mocidade irriquieta das escolas”. Essa mocidade era vista por ele da seguinte forma: “nesse paiz como entre nós e em toda a parte, mas aqui ainda mais irriquieta por ter tomado um papel importante na revolução de 15 de Novembro, de tão inesperados resultados que até deu uma republica quando mal se atreviam a esperar a queda de um ministro”. A melhor referência sobre a atuação dos estudantes da Escola Militar na queda da Monarquia é: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

<sup>49</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 94. [despacho de 16.10.1891]

<sup>50</sup> Idem. p. 94-95. [despacho de 16.10.1891] (grifos nosso)

<sup>51</sup> Idem. p. 95. [despacho de 16.10.1891] (grifos nosso)

O que é verdade indubitável (*e para mim de muito valor, como homem ordeiro que sou, mas homem de acção*) é que o governo sem mostrar tibieza nem frouxidão conseguiu assegurar a *ordem publica*, mostrando que tem forças e conta com o exército, *malgré tout* que se dizia e que se diz. Não foi um revolta, *foram arruaças, mas arruaças graves*, embora nascidas de uma causa fútil para a marcha da política, mas que quem sabe onde teriam chegado, quando bem aproveitadas pela oposição, se o governo não se mostrasse destemido, *assegurando a ordem à outrance!* [...] Para mim, *apaixonado pela ordem e pela força de acção governativa como sempre tenho sido*, estou em que o governo *andou bem pacificando os disturbios*; e encarando as cousas pelo lado político, estou em crer que o governo, tomando os tumultos como pretexto, ou provocando-os e exagerando-os mesmo, para ter ocasião de mostrar a sua força, prepara a mão para maior golpe, que já tive ocasião de prever em meus officios a V. Ex.<sup>a</sup> <sup>52</sup>.

O tumulto descrito pelo Conde de Paço D’Arcos ocorrido no Teatro Lírico em Outubro de 1891 é, portanto, extremamente significativo. Ele pode ser incluído como um excelente exemplo para desmistificar algumas observações da época que diziam que não havia um “povo” no Brasil, e que se existia, era “bestializado”. Concordamos com José Murilo de Carvalho quando esse afirma que se na Proclamação não houve de fato a participação e manifestações populares espontâneas, no início da República esse tipo de agitação se tornou frequente. Foi a maneira encontrada pela população de participar da política por canais não-oficiais, já que foi excluída da política através das exigências eleitorais<sup>53</sup>.

Outro exemplo que se destaca, é o conflito ocorrido na estação das Estradas de Ferro Central. Paço D’Arcos enfatizou no ofício do dia 7 de Janeiro de 1892, que a “restauração da ordem” (o movimento de 23 de Novembro), que levou a situação de Floriano Peixoto ao poder, foi antecedida por dois dias por uma greve de operários da Estrada Central. Para Carlos Eugênio, “essa gente, na maioria italianos, muitos portugueses, e em todo o caso quase todos estrangeiros, *é desordeira* e pronta para tudo, apta portanto para ser aproveitada pelos fautores de *movimentos populares*” <sup>54</sup>.

O relato prossegue dizendo que durante a ditadura de Deodoro, a Companhia Geral de Estradas de Ferro ameaçou “trazer armados à Capital Federal dez mil operários” e que essa era “uma força de ameaça latente, que qualquer governo pode recear e com a qual precisa tomar cautela”. O governo de Floriano Peixoto teria se precavido para liquidar esse foco de instabilidade, entretanto, os trabalhadores resistiram às investidas do governo durante dois

---

<sup>52</sup> Idem, p. 95-96. [despacho de 16.10.1891] (grifos nosso). Desde 4 de Setembro de 1891, o diplomata português já havia avisado o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal sobre boatos de uma ditadura militar, o que de fato veio a ocorrer em 3 de Novembro quando Deodoro fechou o Congresso Nacional e declarou Estado de Sítio.

<sup>53</sup> CARVALHO, 2009. op. cit. p. 66 a 90. (capítulo 3)

<sup>54</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 126. [despacho de 07.01.1892] (grifos nosso)

dias. A Estação Cantral teria sido “(...) teatro de verdadeira batalha. Os operários entrincheiraram-se, as tropas atacaram aquela Malakoff, o combate foi sangrento, os destroços e avarias consideráveis e o trânsito interrompido por dias”<sup>55</sup>.

A manifestação que ocorreu no dia 10 de Abril de 1892, pretextando apoio ao Marechal Deodoro da Fonseca, soma-se aos exemplos anteriores, porém, essa ganhou mais destaque na historiografia sobre período.

A oposição pretendia iniciar um movimento revolucionário a partir desse evento de jubilo à Deodoro. Porém, em função de doença, esse não compareceu no Largo da Lapa às 18 horas, local e horário da manifestação. Os ânimos se exaltaram e a tropa interveio iniciando-se um tiroteio. No mesmo dia 10, o governo decretou Estado de Sítio por 72 horas para poder prender alguns membros do Congresso Nacional que tinham direitos constitucionais<sup>56</sup>.

Quase na madrugada do dia 10 para o dia 11 de Abril, o Conde de Paço D’Arcos foi procurado pelo Ministro alemão creditado no Brasil, para informar-lhe que o governo brasileiro havia lhe comunicado que suprimira uma revolta naquele dia. Nessa comunicação por telegrama, o governo brasileiro dizia que “vários anarquistas” sob pretexto de manifestação de apoio a Deodoro, pelo restabelecimento de sua saúde, “tramaram sedição e pretenderam perturbar a ordem política. Governo tomou providencias enérgicas. Ordem publica não foi alterada e está garantida”. Para ambos os diplomatas, a prática governamental de informar o Corpo Diplomático das tentativas revolucionárias da oposição eram “talvez o alarde do fraco blasonando de forte para a si próprio se animar”<sup>57</sup>.

Após comentar largamente quais políticos e militares que foram presos durante o dia 10 de Abril, Carlos Eugênio comenta a práticas do governo Floriano de enviar para um “exílio” os indivíduos que tomaram parte naquela manifestação. Nesse comentário, certo desagrado com tais práticas fica sugerido:

Seja como fôr, os homens influentes, a maior parte cabecilhas da oposição, estão aniquilados por largo tempo, se não para sempre pagando com a vida, vitimados pelos incômodos e pelas febres, a guerra a Floriano, que, ou seja um ditador audaz do gênero Rosas, Lopes e Balmaceda, com coragem e raivas finas, como agora alguns crêem, ou seja, um manequim manobrado por outros mais hábeis e mais decididos, está usando de feridade e rigor, que se não provam força própria, indicam pelo menos fraqueza dos adversários. O melhor de tudo, é que os homens cordatos e ordeiros

---

<sup>55</sup> Idem. p. 126-127. [despacho de 07.01.1892]

<sup>56</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 93-95. Aqui é possível encontrar a lista completa dos nomes dos presos políticos que foram deportados, inclusive discriminando o local em que foram presos. Os locais dos deportados foram: São Joaquim, no Rio Branco, Estado do Amazonas; Tabatinga, no Amazonas; Fortaleza de Lage; Fortaleza de Villegaignon; e Fortaleza de São João.

<sup>57</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 150. [despacho de 15.04.1892]

assistem impassíveis a todo este barulho, almejando só por paz e socego, quer governem gregos quer troyanos<sup>58</sup>.

Essa manifestação do dia 10 de Abril de 1892, e a reação do governo de deportar os revolucionários, acabaram gerando outra questão. No mês de Junho do mesmo ano estava se discutindo se deveria ser concedida anistia aos deportados pela revolta de 10 de Abril e do Manifesto dos 13 Generais<sup>59</sup>. Para alguns a questão da anistia ofendia os deportados porque esses não iam ser julgados. Para outros, a anistia era uma ofensa ao governo, que absolvía, também, sem julgar. Para o Conde de Paço D'Arcos, os depoimentos das testemunhas nos inquéritos que foram publicados, “torna-se bem evidente que *havia uma larga e audaz conspiração(...)*”<sup>60</sup>.

Contudo, a questão da anistia ainda não havia sido solucionada no mês de Agosto. De acordo com Carlos Eugênio, mesmo que fosse decretada, provavelmente ela não seria aproveitada por todos, “por que as ultimas noticias dão muitos dos deportados como gravemente doentes, em resultado do mau clima e dos trabalhos por que teem passado para alcançar os pontos do desterro”<sup>61</sup>. Somente em Novembro de 1892 que os desterrados retornaram<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup> Idem. p. 153. [despacho de 15.04.1892] Para uma comparação de Balmaceda com Floriano Peixoto ver: NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Inst. Processo Editorial, 1949.

<sup>59</sup> O Manifesto dos 13 Generais será trabalhada mais adiante no item 2.2.2.

<sup>60</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 162. [despacho de 22.06. 1892] (grifos nosso)

<sup>61</sup> Idem. p. 167. [despacho de 03.08.1892]

<sup>62</sup> Idem. p. 172. [despacho de 02.11.1892]

## 2.2 - O disciplinador militar

Ao analisarmos as observações que o Conde de Paço D’Arcos fez da política brasileira, chama atenção o destaque que esse diplomata conferiu em seus relatórios para o exame da atuação dos militares. Os casos descritos nos relatórios mostram inúmeras ocorrências de participação de militares na política – episódios de levante contra a ordem social provocados por estudantes, soldados e oficiais, permeados pela insubordinação hierárquica.

A sua avaliação sobre os militares brasileiros foi balizada pela questão da ordem e da disciplina. Para esse diplomata, formado em instituições militares e que teve uma longa carreira dentro da Marinha portuguesa, e que atuou no partido político que sedimentou a ordem social em Portugal<sup>63</sup>, a disciplina social e hierárquica eram fundamentais.

O período que compreendeu a sua Missão Diplomática foi extremamente conturbado do ponto de vista das relações entre civis e militares. Porém, essa instabilidade tem origens mais antigas. A conjuntura histórica da segunda metade do século XIX até sedimentação da República brasileira foi marcada pelo progressivo acirramento das relações entre civis e militares até desencadear a participação de fato dos militares na política.

Dessa forma, vamos analisar brevemente as relações entre civis e militares para depois avaliar de que forma o Conde de Paço D’Arcos percebeu alguns desses episódios no transcorrer da sua Missão.

### 2.2.1 – Os antecedentes

O brasilianista John Schulz procurou explicar porque os militares, que estiveram à margem das decisões políticas brasileiras durante praticamente todo segundo reinado, conquistaram o poder nos cinco primeiros anos da República e depois saíram de cena só retornando setenta anos depois<sup>64</sup>. O autor procurou destacar algumas razões que explicariam esse fenômeno político.

Entre essas razões, Schulz destacou a efetividade da lei de 6 de Setembro de 1850, que regulou as promoções por tempo de serviço, mérito e educação. Essa alteração abriu a carreira militar ao talento, proporcionando a profissionalização do Exército e que outros grupos

---

<sup>63</sup> Ver primeiro capítulo item 1.2.3 “A regeneração”.

<sup>64</sup> SCHULTZ, 1994. op. cit.

sociais compusessem o quadro de oficiais<sup>65</sup>. Porém, progressivamente isso causou o distanciamento entre os oficiais subalternos e a alta oficialidade. Enquanto os primeiros almejavam o “progresso”, os segundos só se preocupavam com a “ordem”<sup>66</sup>.

Essas questões foram colocadas temporariamente de lado em função da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai<sup>67</sup>. Porém, após o término do conflito, o Exército passou a se sentir desprestigiado frente ao desprezo com que o Império tratou essa instituição. Houve redução de efetivos da tropa e não houve reajustes salariais após o conflito, o que causou uma perda de poder aquisitivo dos militares, já que os salários não acompanharam os níveis de inflação.

Soma-se a esse desprestígio a receptividade que a teoria positivista, que chegava da Europa, encontrou nos colégios militares, sobretudo, no Rio de Janeiro<sup>68</sup>. Essa teoria que priorizava o conhecimento científico, fez com que se formasse uma geração de oficiais críticos à situação política nacional<sup>69</sup>. Isso fez com que progressivamente o Exército tivesse consciência de sua importância e o seu valor enquanto instituição, e que progressivamente deixasse de se identificar com o Imperador para encontrar no povo um aliado contra a elite<sup>70</sup>.

Esse foi contexto que antecedeu o momento em que os militares começaram a reivindicar o direito de se expressar politicamente através da imprensa<sup>71</sup>. Após garantirem esse direito, o Exército teve uma grande participação na Abolição ao se recusar a caçar escravos fugidos pois, “(...) constituía uma imoralidade e estava abaixo da dignidade do

---

<sup>65</sup> Idem. p. 23-33.

<sup>66</sup> Idem. p. 49.

<sup>67</sup> Idem. p. 54-73. A melhor referência sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai é: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>68</sup> Nessa instituição, Benjamin Constant teve um papel fundamental na divulgação das idéias positivistas. Sobre Benjamin Constant, ver: LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. *Benjamin Constant: Vida e História*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>69</sup> Sobre o cientificismo do século XIX e a influência que o positivismo teve na formação dos oficiais durante o império ver: CASTRO, 1995. op. cit. p. 52-84.

<sup>70</sup> SCHULZ, 1994. op. cit. p. 89.

<sup>71</sup> A reivindicação de expressão política por parte dos militares está inserida dentro da ideologia de intervenção que ficou conhecida como “soldado-cidadão”. A ideologia que se contrapôs à primeira foi a ideologia do “soldado profissional”, que defendia a não participação política dos militares. A terceira forma foi a ideologia da “intervenção moderadora”, que imputava aos militares uma função arbitral. Sobre essas ideologias ver: CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador”. IN: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 13-61. (sobretudo as p. 38-43). Ver também: COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. (sobretudo os três primeiros capítulos). Sobre os episódios daquilo que ficou conhecido como “questão militar”, ver: SCHULZ, 1994. op. cit. p. 95-112. Ver também: CASTRO, 1995. op. cit. p. 85-103.

exército”<sup>72</sup>. Com o fim da escravidão, só restava aos militares “desejar um governo honesto”, imagem que o Império já não mais conseguia transmitir<sup>73</sup>.

Com a Proclamação da República em 15 de Novembro de 1889, os militares assumiram o poder, porque, mesmo que houvesse participação civil no Governo Provisório, o poder estava de fato nas mãos dos militares<sup>74</sup>. Contudo, alguns empecilhos se colocaram ao governo castrense, o que dificultou o seu sucesso. John Schulz elencou três obstáculos: a inexperiência em assuntos financeiros; a necessária partilha do poder com os fazendeiros paulistas; e a falta de controle sobre todo o Exército<sup>75</sup>.

A política financeira do Governo Provisório ficou a cargo de Rui Barbosa. As medidas adotadas por esse civil procuravam aumentar a quantidade de dinheiro circulante no mercado, pois havia muitos anos que o Império não emitia novas cédulas. A solução encontrada por Rui Barbosa foi criar bancos de emissão de dinheiro que seriam os responsáveis e teriam a exclusividade na emissão de papel moeda. Porém, essas medidas geraram uma inflação galopante e a política do “Encilhamento”, como ficou conhecida, causou uma enorme especulação financeira que fez com que o valor da moeda brasileira, em relação à libra esterlina, caísse à níveis alarmantes no mercado internacional<sup>76</sup>.

No que diz respeito à falta de controle do governo sobre o Exército nos primeiros anos da República, o estudo de José Murilo de Carvalho é esclarecedor<sup>77</sup>. A partir de uma análise organizacional das Forças Armadas, porém, centrando a análise no Exército e usando a Marinha enquanto elemento de comparação, o autor esclarece de que forma as Forças Armadas exerceram um papel desestabilizador no início da República.

A participação política dos militares entre o final do Império e o início da República ficou marcada pela política reformista, tanto no aspecto social quanto político. Os principais atores dessas políticas reformistas eram os jovens oficiais que “apoiavam movimentos contestatórios, seja contra o sistema imperial, seja contra a política dos estados”<sup>78</sup>. Dessa forma, após a Proclamação, com a progressiva preponderância política do Exército, houve um aumento das divisões internas dos militares. A Marinha se sentindo desprestigiada, e parcelas

---

<sup>72</sup> *O Paiz*, 13-14 de Junho de 1887 apud SCHULZ, 1994. op. cit. p. 113.

<sup>73</sup> SCHULZ, 1994. op. cit. p. 129.

<sup>74</sup> Porém, não havia unidade de pensamento nas Forças Armadas em relação à República, nem entre os oficiais, nem entre os subalternos. Houve casos de revoltas de soldados contrários ao fim do Império. Ver: CASTRO, Celso. “Revoltas de soldados contra a República”. IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 301-313.

<sup>75</sup> SCHULZ, 1994. op. cit. p. 141-142.

<sup>76</sup> Idem. p. 145-163. Aqui é possível encontrar uma descrição para leigos sobre o descalabro financeiro do início da República.

<sup>77</sup> CARVALHO, 2005. op. cit. p. 13-61.

<sup>78</sup> Idem. p. 59.

do Exército disputando o poder, fizeram com que não houvesse uma unidade nem das instituições, muito menos das Forças Armadas. Isso criou as condições para que as divisões entre os militares fossem exploradas pelos civis.

Em relação à partilha de poder dos militares com os latifundiários paulistas no início da República, o estudo de June Hahner é ilustrativo<sup>79</sup>. A autora mostra de que forma o estado de São Paulo somou as condições necessárias para se impor enquanto força política, uma vez que já possuía a força econômica baseada nas exportações de café. Entre os fatores elencados, a criação de uma polícia estadual forte e bem equipada foi fundamental para rivalizar em números com os efetivos do Exército e defender a sua autonomia estadual<sup>80</sup>. Essas condições que possibilitaram que os “paulistas” explorassem as divisões internas no meio militar e sedimentassem sua influência política, garantido, o retorno dos civis ao poder com a eleição de Prudente de Moraes.

Esse foi o cenário político-social conturbado que o Conde de Paço D’Arcos presenciou no transcorrer de sua Missão Diplomática. Portanto, é importante ter claro que o ambiente político descrito por esse diplomata é o resultado de um processo que teve suas origens a partir da segunda metade do século XIX. A exacerbação dos ânimos entre civis e militares no início da República chamou sua atenção e foi uma preocupação constante em seus relatórios.

### 2.2.2 – *As (im)pressões em assuntos militares*

Entre Junho de 1891 e Novembro de 1893 – o período da Missão Diplomática do Conde de Paço D’Arcos – ocorreram diversos tumultos e revoltas em que houve a participação de militares. Entre essas agitações algumas se destacam em função do alcance que tiveram para a política nacional brasileira, outras por terem sido cometidas por indivíduos proeminentes. Mesmo havendo diferenças quanto à natureza dessas revoltas, se foram feitas por oficiais ou subalternos, aos olhos do Conde de Paço D’Arcos, essas revoltas eram, sobretudo, um atentado contra a ordem social e a hierarquia militar. Vejamos de que forma esse diplomata acompanhou, portanto, esse quadro de instabilidade.

Em relatório de 21 de Agosto de 1891, Carlos Eugênio relatou que as promoções no Exército e na Armada, que ocorreram durante o Governo Provisório, estariam sendo revistas

---

<sup>79</sup> HARNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.

<sup>80</sup> Idem. p. 127.



por uma comissão de sindicância na Câmara. Paço D'Arcos diz que “os oficiais militares respondem a isso formando uma *Liga* (grifo no original), e nas suas reuniões, ao que conta a imprensa, passam-se e discutem-se *cousas incríveis contra a disciplina*”. Aquele que seria o responsável por cuidar desses assuntos, o Ministro da Guerra General Frota, preocuparia-se somente com “questões fúteis”, como “proibindo aos oficiais que usem os casacos desabotoados ou que passem de chapéu de sol quando fardados”<sup>81</sup>.

No mês seguinte, Carlos Eugênio expôs o “assombro geral” que o discurso do deputado Zama causou na Câmara dos Deputados. Esse deputado, que havia sido um crítico da monarquia, agora despontava como um dos defensores do antigo regime e fazia duras críticas em seu discurso aos homens que fizeram o 15 de Novembro. O discurso que Zama proferiu na Câmara, foi anexado por Paço D'Arcos em seu relatório para corroborar o argumento dele, Paço D'Arcos, que apontava,

(...) a influencia perniciosa da *Liga* (grifo no original), ou Club militar, que aqui existe, é ainda mais provada com uma acta desse clube, que malevolamente apareceu publicada, e em que se vê que além de *verdadeiros actos de indisciplina*, ali se trocam vehementes acusações de peculato e concussão, sobre a venda de favores por um deputado militar, que faz parte do estado-maior presidencial e que é um dos fautores da revolução de 15 de novembro. Esse coronel deputado veio depois à imprensa também, não desmentir a acta publicada, mas dizer “que na mesma havia exageros, que suas intenções tinha sido honestas, patrióticas e só destinadas a favorecer a associação militar, e que, em todo o caso fôra um abuso a publicação”<sup>82</sup>.

O mês de Novembro de 1891 foi decisivo para os rumos da política nacional brasileira. O Golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no dia 3, fechou o Congresso Nacional e declarou o estado de sítio. No dia 12 de Novembro, ainda sob vigência da ditadura, Carlos Eugênio enviou um extenso relatório ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, explicando o alcance dos acontecimentos recentes.

Os seus comentários diziam que “(...) o governo tomava todas as medidas de segurança contra qualquer movimento oposicionista” e que uma dessas medidas foi o estabelecimento de um “tribunal militar do estado de sitio para julgar sumariamente os perturbadores, se os houvesse”. O documento ainda relatava um acontecimento curioso, segundo esse diplomata, “um jornal, que quiz deixar de publicar-se como protesto à *lei da força* (grifo no original), foi forçado a sair e intimado de que se consideraria como acto hostil o seu desaparecimento!”<sup>83</sup>.

No dia 23 de Novembro, o Conde de Paço D'Arcos enviou um telegrama às 14h30minutos para Lisboa. Esse telegrama informava que a Marinha de Guerra havia deposto

---

<sup>81</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 88. [despacho de 21.08.1891] (grifos nosso)

<sup>82</sup> Idem. p. 90. [despacho de 04.09.1891] (grifos nosso)

<sup>83</sup> Idem. p. 102. [despacho de 12.11.1891]

o Presidente da República, e que o governo havia sido entregue ao Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente. Este, por sua vez, convocou o Congresso Nacional e que tudo parecia estar tranquilo<sup>84</sup>. Dois dias depois, Carlo Eugênio enviou um longo relatório, detalhando o episódio.

Nesse relatório do dia 25, ele informou que a ditadura de Deodoro estava planejando prender os almirantes Wandenkolk e Custódio de Mello, o marechal José Semeão de Oliveira, alguns senadores congressistas e outros suspeitos. As suspeitas dessas prisões teriam precipitado os acontecimentos<sup>85</sup>.

A descrição desses eventos é interessante não apenas do ponto de vista factual, mas sim em função das descrições dos grupos militares envolvidos. De acordo com o relatório do Conde de Paço D'Arcos, "(...) um punhado de oficiais subalternos e entre estes só um oficial superior (capitão-tenente)", teriam sido os responsáveis por se apossar dos couraçados e torpedeiros "sem resistência". A ausência de resistência teria se dado em função de estarem essas embarcações sob os cuidados de outros oficiais subalternos em horário de serviço, e que os mesmos teriam colocado os navios em "(...) ordem de batalha, com artilharia e metralhadoras prontas à resistência ou ao ataque". Dessa forma, eles não permitiram que os oficiais superiores – os comandantes, o Intendente e o Comandante Geral da Armada – subissem à bordo. Para Carlos Eugênio, esses oficiais superiores "(...) a más horas se dirigiram a ocupar os seus postos, que nunca deveriam ter abandonado em ocasião de crise".

O mais importante nesse documento do dia 25 de Novembro de 1891 é o juízo que esse diplomata fez dos acontecimentos. As suas impressões dessa situação política reforçam o nosso argumento de ser o Conde de Paço D'Arcos um defensor da ordem social e hierárquica, sobretudo, em função de sua formação militar e política.

*É triste dizê-lo, e a mim, militar e oficial de marinha como sou, confrange-se-me o coração quando tenho de contar destes actos de indisciplina (embora a negregada política haja de os desculpar), que só indicam falta de previsão, carência de força, pobreza de energia da parte de chefes militares que assim deixam as suas praças de guerra confiadas a subalternos que, menos leais e imbuídos das idéias modernas em que prevalece a falta de brio militar e a indisciplina sua consequência, as entregam sem defesa à revolução que as move no sentido dos seus interesses! É a política, desgraçadamente! Emquanto ela não fôr por completo banida do meio da força armada, nenhum governo contará com a estabilidade, nenhum paiz contará com a segurança publica<sup>86</sup>.*

---

<sup>84</sup> Idem. p. 105. [despacho de 23.12.1891]

<sup>85</sup> Idem. p. 108. [despacho de 25.12.1891]

<sup>86</sup> Idem. p. 108. [despacho de 25.11.1891] (grifos nosso) Porém, é interessante perceber a contradição do pensamento desse sujeito com as suas ações. Mesmo sendo um crítico da participação de militares na política, o próprio Carlos Eugênio foi Governador-Civil de Lisboa antes de vir para o Brasil. Ver capítulo 1, item 1.1.

Após dar mais detalhes sobre a renúncia de Deodoro frente à intimação da Marinha com a participação do Exército, Carlos Eugênio concluiu suas impressões sobre o momento político brasileiro dizendo que “parece pois inaugurada uma época de pronunciamentos; porque assim como estes, mais fortes ou mais audazes, derrubaram aqueles, nada assegura o paiz que outros ainda mais fortes e mais atrevidos não derrubem estes também”<sup>87</sup>. Essas previsões seriam confirmadas nos meses seguintes nas tentativas revolucionárias dos partidários de Deodoro, naquilo que Edgard Carone chamou de “revoltas deodoristas”<sup>88</sup>.

A primeira dessas revoltas foi no dia 13 de Dezembro de 1891. Um motim na Marinha foi abafado pelo Contra-Almirante José Marques Guimarães, e, no dia seguinte, um novo motim fez com que mais de sessenta marinheiros fossem presos e enviados à Fortaleza de Santa Cruz. Nesses motins houve a participação do Sargento Silvino Honorário de Macedo, que era um entusiasta de Deodoro da Fonseca. De acordo com o inquérito realizado ficou claro que era esperada a revolta de outras unidades da Marinha e do Exército, porém não houve adesão de outros batalhões, o que fez com que esses movimentos fossem facilmente combatidos pelo governo.

No dia 23 de Dezembro de 1891, o Conde de Paço D’Arcos enviou para Portugal algumas apreciações sobre esses motins. Essa revolta, ocorrida a bordo dos navios *Javary* e o *1º de Março* era apresentada como “uma tentativa de restauração monárquica”, e somente alguns jornais falavam em “muitas prisões de praças da marinha”<sup>89</sup>. O que chamava a atenção desse diplomata era que dois barcos, compostos por indivíduos de confiança do governo, haviam se dirigido para Ilha Grande, e teriam recebido “uma comissão secreta” para executar o “fusilamento dos presos pela tentativa de restauração monárquica”. Carlos Eugênio tinha dúvidas sobre a veracidade desses fatos. Porém, aquilo que ele descrevia, era “assegurado por muita gente de consideração (mesmo da actual situação) e acreditado por todos”<sup>90</sup>. Essa situação extremamente “tensa” fez com que esse diplomata considerasse que “não seria fora de propósito que estivessem na baía do Rio de Janeiro alguns navios de guerra das potencias européia”<sup>91</sup>.

No dia 19 de Janeiro de 1892, o Sargento Silvino Honório de Macedo, que recém havia sido absolvido no processo dos motins dos dias 13 e 14 de Dezembro, acompanhado de outros deodoristas, revoltaram a Fortaleza de Santa Cruz. A Fortaleza da Lage apoiou a

---

<sup>87</sup> Idem. p. 109. [despacho de 25.11.1891]

<sup>88</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 85-93.

<sup>89</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 120. [despacho de 23.12.1891]

<sup>90</sup> Idem. p. 121. [despacho de 23.12.1891]

<sup>91</sup> Idem. p. 122. [despacho de 23.12.1891]

revolta, fazendo com que parte da Baía de Guanabara ficasse dominada pelos revoltosos. Porém, assim como os motins de Dezembro, faltou articulação mais precisa com as tropas de terra, as quais não apoiaram o movimento liderado pelo Sargento Silvino. O governo agiu rápido e neutralizou o movimento. Tropas cercaram as fortalezas por terra e navios pelo mar. Logo, a Fortaleza da Lage se rendeu. Porém, a Fortaleza de Santa Cruz resistiu e foi tomada por assalto pelas tropas governistas, e durante o ataque, o Sargento Silvino foi ferido <sup>92</sup>.

A revolta da Fortaleza de Santa Cruz foi comentada pelo Conde de Paço D’Arcos no relatório de 24 de Janeiro de 1892, enviado para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que naquele momento era Costa Lobo. De acordo com o documento, alguns “marinheiros e soldados da guarnição da fortaleza, acompanhados pelos presos militares e capitaniados por um sargento, revoltaram-se, prenderam os oficiais”. A exigência feita foi a “deposição imediata de Floriano e entrega do governo à Deodoro, tudo sob pena de bombardeamento da cidade”. Porém, o que chamou a atenção de Carlos Eugênio era a maneira contraditória com que o governo tratava a revolta. De acordo com ele, “o Marechal Floriano e seu governo estão premiando, abraçando e dando postos de distinção aos vencedores e seus sequazes, como se tivesse havido verdadeira campanha”. Ao mesmo tempo, a imprensa governista se esforçava no sentido de mostrar que “(...) aquilo tudo não passou de uma revolta de presos que pretendiam quebrar as cadeias” <sup>93</sup>.

O comentário final do Conde de Paço D’Arcos no documento do dia 24 de Janeiro nos ajuda a perceber o verdadeiro alcance que essa revolta teve.

O que é certo porem, segundo o parecer da gente sensata e ao facto da política, é que havia uma conspiração planeada, que abortou não se sabe porquê, talvez mesmo por precipitação do próprio sargento em Santa-Cruz. E o que posso assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> é que dias antes me fôra dito muito em segredo, por um banqueiro nosso patricio e amigo do grupo Lucena, que em poucos dias, sob a proteção do ex-ditador, estaria à testa do poder o general Almeida Barreto, fazendo-se uma revolução já tramada e para a qual contavam com poderosos elementos. O meu colega alemão, o Conde Doenoff, também me assegurou que sabia de via fidedigna o que se tramara, e que só falhara por precipitação; sendo pois fora de duvida, que, o que houve, não foi como se quere fazer acreditar, um simples levantamento de prisioneiros.

Essa revolta ainda repercutiu no mês de Fevereiro em função do inquérito instaurado para apurar os fatos. De acordo com um artigo publicado no *Jornal do Comércio*, o Sargento Silvino teria feito “(...) importantes e graves revelações, comprometendo altas personagens (...)” <sup>94</sup>. Somou-se a essa publicação do artigo, alguns boatos que diziam que a precipitação do movimento teria acontecido em função da explosão de alguns foguetes em um determinado

---

<sup>92</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 86.

<sup>93</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 131. [despacho de 24.01.1892]

<sup>94</sup> Idem. p. 133. [despacho de 09.02.1892]

ponto da cidade, que casualmente, era o lugar de onde se esperava o mesmo sinal para iniciar a revolta.

Carlos Eugênio via com muita reserva tanto o artigo quanto os boatos. Contudo, chamava-lhe a atenção a coincidência que o Ministro da Guerra, o General José Simeão, havia pedido demissão do seu cargo nos mesmos dias. O motivo alegado para sua saída era de que ele não contava com o apoio do Exército ou de uma parcela dele. O relatório deixa a entender que o referido pedido de demissão estivesse relacionado com as revelações do Sargento Silvino.

Como consequência da saída do General José Simeão, o cargo de Ministro da Guerra foi ocupado interinamente pelo Ministro da Marinha, o Almirante Custódio de Mello, que na descrição de Carlos Eugênio era “o audacioso autor do golpe de mão de 23 de Novembro, que o levantou ao poder com o actual governo, derrubando a ditadura Deodoro”. A soma das responsabilidades sobre os dois ministérios, que representavam as Forças Armadas brasileiras, fazia com que Custódio de Mello concentrasse bastante poder em suas mãos. Contudo, a rivalidade existente entre a Marinha e o Exército seria o suficiente para deixar esse poder instável. O Conde de Paço D’Arcos julgava que “isto parece-me verdadeiro e não julgo que ele, embora dispondo agora de todos os meios militares de acção na terra e no mar, possa considerar-se firme e seguro de si, bem como à situação em que prepondera”<sup>95</sup>.

No início de Março de 1892, a instabilidade política no estado do Ceará provocou o pronunciamento de dois oficiais do Exército que eram sobrinhos do Marechal Deodoro da Fonseca. O tenente-coronel Hermes da Fonseca e o capitão Clodoaldo da Fonseca publicaram um manifesto em apoio ao Governador do Ceará, que estava resistindo a ataques dos estudantes da Escola Militar de Fortaleza. Esses ataques contaram com o apoio do Ministro da Marinha, Custódio de Mello, que solicitou que a flotilha daquela região se mantivesse neutra frente ao conflito entre o Governador e a Escola Militar. O manifesto dos dois oficiais censurou o ministro e defendeu “a legalidade da resistencia do general governador, que, diziam eles, era o eleito do povo e por consequência a única e verdadeira autoridade”. A atitude de Custódio de Mello foi mandar prender os oficiais e submetê-los a um Conselho de Guerra “*para serem castigados com todo o rigor das leis militares, por ofensas ao seu superior hierárquico, o Ministro da Marinha (grifos no original)*”<sup>96</sup>.

Contudo, dois dias depois, o Comandante da Divisão Militar da Capital Federal resolveu soltar os dois oficiais e não cumprir as ordens do Ministro, e apresentou como

---

<sup>95</sup> Idem. p. 134. [despacho de 09.02.1892]

<sup>96</sup> Idem. p. 136. [despacho de 03.03.1892]

justificativa a falta de “(...) *base para procedimento militar, quando eles só tinham ‘agido’ como cidadãos*”. O Conde de Paço D’Arcos assistia a tudo isso perplexo, e dizia em seu relatório que “o ministro parece por enquanto ter-se conformado com *esta nova e mais grave insubordinação*; contudo os que o conhecem dizem que não há que fiar nessa aparente concordância, e que se ele se retrai, é para melhor saltar”<sup>97</sup>.

A partir do mês de Março de 1892 começou ser discutida a questão da eleição presidencial. Carlos Eugênio informou que “sabem-se ou apregoam-se os nomes de nove, que todos mais ou menos tem probabilidades, ou, o que é o mesmo, são candidatos poderosos seguidos por grupos”<sup>98</sup>. O documento prossegue dizendo que uma pessoa entendida da política<sup>99</sup> assegurava que o Marechal Floriano Peixoto não tinha ambições de ser candidato à Presidência, e que só não havia decretado ainda a data da eleição porque havia divergências no Conselho de Ministros.

Entre os ministros que compunham o Conselho, Carlos Eugênio destacou o Almirante Custódio de Mello, “que é homem predominante e enérgico da situação presente, quer a eleição para a qual é candidato, e nesse sentido prepara a maquina eleitoral, apoiando as revoluções nos Estados e nomeando homens seus como governadores”. Também destacou o ministro Serzedello, que mesmo não tendo ainda projeção política suficiente para se candidatar, apoiava o Almirante Custódio de Mello, para vir a ser ministro dele, e um dia, se candidatar à Presidência.

O Conde de Paço D’Arcos continuou o seu relatório sobre a questão eleitoral, baseando-se nos subsídios de alguém “envolvido na política”, que dizia que os outros ministros eram contrários à eleição. De acordo com esse informante, os outros ministros “(...)sustentam que Floriano deve exercer a suprema magistratura até ao fim do quadriênio, porque com ele são ministros e não tem esperanças de o ser com outros presidentes”<sup>100</sup>. Naquele momento, portanto, os dois principais candidatos à Presidência, “segundo o parecer dos entendidos (...)”, eram o Marechal Deodoro e Silveira Martins. Contudo, o próprio Conde de Paço D’Arcos parecia duvidar dessas previsões.

Contudo isto não passa de suposições e estudos políticos, e de aqui até à ocasião necessariamente as coisas hão-de mudar muito e póde mesmo sobrevir qualquer caso inesperado, porque no estado de turbação geral em que ninguém se entende, o Brazil

---

<sup>97</sup> Idem. p. 136. [despacho de 03.03.1892] (grifos nosso)

<sup>98</sup> Os nove candidatos citados por Carlos Eugênio são: Silveira Martins, Paulino José Soares de Sousa, o Conselheiro Dantas, Quintino Bocayuva, Almirante Custódio de Mello, Almirante Wandenkolk, General José Simeão, Prudente de Moraes e Deodoro da Fonseca. Idem. p. 141. [despacho de 14.03.1892]

<sup>99</sup> Não foi possível descobrir o nome desse informante.

<sup>100</sup> Idem. p. 142. [despacho de 14.03.1892]

está sujeito como tenho dito ao golpe de mão de qualquer audacioso feliz que surja de repente no meio desta conflagração<sup>101</sup>.

No mês de Abril de 1892 ficou marcado pelo questionamento da constitucionalidade do governo de Floriano Peixoto. Desde o golpe de 23 de Novembro de 1891, o governo do Vice-Presidente não havia sido questionado. Contudo, a oposição passou a exigir a realização de um novo sufrágio. Os argumentos oposicionistas se baseavam em uma interpretação constitucional bem fundamentada. Entretanto, os argumentos governistas estavam explicitados nas “Disposições Transitórias” da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891.

O que se diz é que pelo art. 47 da Constituição, as eleições serão feitas “por sufrágio direto da nação e maioria absoluta de votos”; e que pelo art. 42, “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houver ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á nova eleição”. Porém, as *Disposições Transitórias* estipulam, no seu art. 1.º, a eleição indireta do Presidente e Vice-Presidente: “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial”(par. 2) e “para essa eleição, não haverá incompatibilidades” (par.3)<sup>102</sup>.

A campanha à favor da realização de novas eleições passou a aglutinar a oposição e progressivamente esse movimento passou a ter “contornos revanchistas”, uma vez que foi liderado por civis e militares que haviam sido depostos no contra-golpe de 23 de Novembro de 1891<sup>103</sup>. No início de Abril de 1891, um Manifesto de 13 Generais surpreendeu o governo<sup>104</sup>. Esse documento era assinado por “(...) oficiais Generais do Exército e da Armada” descontentes com a política de substituição de governadores, que foi procedida de forma direta ou indireta por Floriano Peixoto. Esse Manifesto defendia que “(...) só com a eleição do Presidente da República, feita o quanto antes (...) poderá restabelecer a confiança, o sossego e a tranqüilidade na família brasileira (...)”<sup>105</sup>.

No despacho do dia 8 de Abril o Conde de Paço D’Arcos informou o governo português sobre o Manifesto que “treze generais de terra e mar dirigiram ao Vice-Presidente

---

<sup>101</sup> Idem. p. 143. [despacho de 14.03.1892]

<sup>102</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 88-89.

<sup>103</sup> Idem. p. 91.

<sup>104</sup> Edgard Carone lembra que o Manifesto é datado de 31 de Março, mas só foi tornado público no dia 6 de Abril, porque era esperado o desfecho de uma sublevação que não ocorreu.

<sup>105</sup> O Manifesto dos 13 Generais, como ficou conhecido, foi assinado por: Vice-Almirante Wandenkolk; Generais de Divisão José C. de Queiroz, Antônio Maria Coelho e Cândido José da Costa; os Contra-Almirantes José Marques Guimarães, Dionísio Manhães Barreto e Manuel Ricardo da Cunha Couton; os Generais de Brigada João José de Bruce, José Cerqueira de Aguiar Lima, João Luís de Andrade Vasconcelos, João Severiano da Fonseca e João Nepomuceno de Medeiros Mallet; e o Marechal José de Almeida Barreto. Ver: CARONE, 1983. op. cit. p. 91-92. O autor José Murilo de Carvalho insiste em seu artigo sobre as Forças Armadas que eram 12 Generais. Contudo, não explica o porquê. Ver: CARVALHO, 2005. op. cit. p. 15 e 43.

da República *exigindo* (grifo no original) que se faça breve a eleição de novo presidente”<sup>106</sup>. Depois de comentar brevemente alguns dos nomes que assinaram o Manifesto, a sua opinião era de que esse documento fundamentava mais as suas impressões de que ocorreriam grandes acontecimentos em breve.

No dia seguinte, em um telegrama, Carlos Eugênio comunicou a decisão do governo brasileiro de retirar dos cargos que ocupavam e reformar todos os generais que assinaram o Manifesto<sup>107</sup>. E ainda no mesmo dia 9, elaborou um relatório pormenorizado sobre os fatos recentes. Nesse relatório, ele informou que recebeu um telegrama do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que nessa época estava sob os cuidados de Serzedello Correia, participando o diplomata português do recente Manifesto dos 13 Generais. Ficava claro, portanto, “que o governo não quer ocultar o facto, antes, de contrario, pretende fazê-lo conhecer, por alarde da sua força”<sup>108</sup>.

O documento prossegue fazendo apreciações sobre o atrevimento tanto dos generais que assinaram o Manifesto quanto do governo que reformou os mesmos. Para o Conde de Paço D’Arcos, esses generais deveriam contar com algum apoio que na última hora não foi posto em prática. Portanto, nem o governo havia eliminado a questão, nem a oposição estava de fato derrotada. A aparente força do governo residia, segundo esse diplomata, no “valor e na acção do almirante Custódio de Mello, Ministro da Marinha, auxiliado pelo Ministro do Exterior”. Porém, para Carlos Eugênio, isso era difícil de entender.

Mas o que é notável nestas variantes da política, aqui maiores e mais acentuadas do que em qualquer outro paiz, é que Custódio de Mello ainda a pouco queria que se fizesse a eleição, segundo se dizia para apresentar a própria candidatura, e agora combate com um acto de força os que vinham a defender as suas idéias de então. E da mesma forma é notável que Wandenkolk, um dos autores da *restauração* (grifos no original) de 23 de novembro, preso nessa noite pelo general Almeida Barreto, homem de Deodoro, tenha conseguido arrastá-lo e a outros deodoristas à sua campanha contra Floriano, que ajudou a levantar nos escudos, e a quem hoje combate por ambição pessoal, mas mais ainda pela rivalidade com Custódio de Mello. (...) É geral a anciedade e esperam-se graves acontecimentos<sup>109</sup>.

Esse clima de instabilidade e incerteza do dia 9 de Abril acabou por desencadear o protesto do dia 10 de Abril no largo da Lapa<sup>110</sup>. Como resultado desse protesto, diversos militares, políticos e jornalistas foram deportados para Estados longínquos da federação.

Já no ano de 1893, outro episódio tomou a atenção de Carlos Eugênio. Uma proposta do General Deputado Frederico Sólton causou grande repercussão na imprensa nacional. A

---

<sup>106</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 144. [despacho de 08.04.1892]

<sup>107</sup> Idem. p. 145. [despacho de 09.04.1892]

<sup>108</sup> Idem. p. 146. [despacho de 09. 04.1892]

<sup>109</sup> Idem. p. 147. [despacho de 09.04.1892]

<sup>110</sup> Esse protesto já foi trabalhado no item 2.2.



proposta consistia em fazer com que todos os militares, tanto do Exército quanto da Marinha, que aceitassem cargos políticos ou administrativos, quer sendo eleitos ou nomeados, deveriam abdicar de suas patentes militares nunca mais as reavendo – exceto os nomeados ou eleitos para comissões científicas, técnicas ou diplomáticas<sup>111</sup>. A impressão de Carlos Eugênio dizia que o “o espírito público está cansado deste abuso de militarismo que tem continuado; e se o Brasil não tem a energia da França para escolher um chefe do poder, entre os civis, tem como ela o receio da espada que se pode tornar absoluta”.

Para o Conde de Paço D’Arcos os próprios generais e coronéis estariam cansados de “(...) servir sob as ordens de alferes, tenentes ou capitães escolhidos para governadores dos estados (...)”, pois “(...) *pesa-lhes essa quebra de hierarquia*, que os força à obediência aos palradores, que esquecem o ‘direita volver’ e o ‘braço armas’ pelas frases sacramentais e os narises de cêra da oratória das câmaras”.

Entretanto, Carlos Eugênio via com muita dificuldade a aprovação dessa proposta, uma vez que o próprio Marechal Floriano se apoiava nos militares e tinha a maioria no Congresso nacional. No dia 30 de Junho de 1893, a sua previsão de rejeição da proposta Sólon era reiterada nos mesmo argumentos<sup>112</sup>.

No mês seguinte, outra ocorrência marcou a insubordinação militar e foi descrita pelo Conde de Paço D’Arcos. O relato informava que o deputado Valadares, um civil, teria questionado a verba pedida para as escolas militares. Isso teria causado uma “*estudentada*” à semelhança das que ocorriam em Paris, porém, aqui “faltavam as barricadas e o proletariado socialista (que aqui não há) a defendê-las e a farçada foi ridícula, embora constituísse uma verdadeira insubordinação militar e social”.

Esses estudantes<sup>113</sup> teriam sido “conduzidos, capitaneados e influídos por um tenente, um alferes e um cadete também estudantes da escola superior de guerra” para um protesto na Câmara dos Deputados. O protesto consistia em “dar vaias ao deputado e assentar-lhe nas solas um par de ferraduras”<sup>114</sup>. Para Carlos Eugênio, “tudo ridículo; e mais ridículo ainda, mais triste, porque os estudantes de São Paulo, querendo também entrar na comédia, tomaram por pretexto uma questão de teatro e travaram luta com a polícia (...)”<sup>115</sup>. No dia 29 de Julho de 1893, o Conde de Paço D’Arcos relatou que “em São Paulo os estudantes e a policia

---

<sup>111</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 218. [despacho de 17.06.1893] (grifos nosso)

<sup>112</sup> Idem. p. 222. [despacho de 30.06.1893]

<sup>113</sup> Sobre a participação dos estudantes das escolas militares como percussores do movimento republicano de 15 de Novembro ver: CASTRO, 1995. op. cit.

<sup>114</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 228. [despacho de 12.07.1893]

<sup>115</sup> Idem. p. 229. [despacho de 12.07.1893]

continuam a guerrear-se (...)”, o que ajudar a dimensionar o alcance de tais eventos. A conclusão dele sobre esses episódio é lacônica ao afirmar que “é o costume”<sup>116</sup>.

### 2.3 - análises do meio político

Carlos Eugênio Corrêa da Silva, o Conde de Paço D’Arcos, analisou em diversos momentos o meio político brasileiro. As caracterizações que ele fez dos grupos que atuavam nesse cenário são interpretações pautadas pelo conservadorismo na defesa da ordem social e hierárquica. Essa maneira particular de perceber as questões políticas do Brasil teve suas origens, como já foi trabalhado no primeiro capítulo, em sua formação educacional e profissional, assim como no ambiente político em que Carlos Eugênio experimentou em Portugal na segunda metade do século XIX.

Para compreender as formas pelas quais esse diplomata definiu esses grupos políticos, assim como as interpretações que ele fez do processo político brasileiro, vamos procurar caracterizá-los a partir de algumas referências bibliográficas da historiografia do período republicano, e relacioná-las com a documentação do Conde de Paço D’arcos. Esse exercício nos ajudará não só a compreender o período em questão, como também, a evidenciar os usos que foram feitos dessa documentação.

O primeiro grupo político que será analisado através da documentação do Conde de Paço D’Arco será aquele que entrou para a historiografia como *jacobinos*. Posteriormente trabalharemos como esse diplomata percebeu os *monarquistas* que atuavam na jovem república. Pensamos que a análise desses dois grupos políticos feita por Carlos Eugênio nos possibilita visualizar a sua preocupação com a disciplina social, sobretudo a partir da atuação desses dois grupos políticos antagônicos.

---

<sup>116</sup> Idem. p. 243. [despacho de 29.07.1893]

### 2.3.1 Jacobinismo<sup>117</sup>

O primeiro trabalho que analisou sistematicamente o jacobinismo foi o de Suely Robles Reis de Queiroz<sup>118</sup>. Ao realizar uma retrospectiva de como a historiografia havia trabalhado esse grupo social, Suely aludiu a obras que remontam à Proclamação da República. Contudo, essas interpretações, assim como as de Edgard Carone, que fala em “jacobinismo deodorista”, para ela, são equivocadas. A autora é categórica ao afirmar que o movimento jacobino iniciou em 1893, com a Revolta da Armada, em 6 de Setembro. O equívoco seria decorrente da não separação entre a ação, e o pensamento jacobino. De acordo com Queiroz, “O movimento tem limites cronológicos precisos enquanto alguns elementos do discurso são anteriores a ele ou lhe sobrevivem, mas não bastam para caracterizá-lo”<sup>119</sup>. Entre as características desse discurso que são anteriores ao movimento desses radicais das “classes médias urbanas”<sup>120</sup>, ela cita a lusofobia, o republicanismo e o antimonarquismo como exemplos.

Realmente, ao analisarmos a documentação produzida pelo Conde de Paço D’Arcos que foi transcrita e publicada, e que foi consultada pela autora, é possível encontrar várias referências à lusofobia anteriores à Revolta da Armada<sup>121</sup>. Porém, também é possível encontrar documentos originais, não consultados pela autora, que remontam a lusofobia para o início da Missão do Conde de Paço D’Arcos, ainda durante o governo Deodoro.

---

<sup>117</sup> De acordo com Bongiovanni, “(...) para os historiadores, o Jacobinismo se resume essencialmente à década de 1789-1799. Os jacobinos são os ardorosos representantes do terceiro Estado que, relacionados com a Assembléia Nacional, se reuniram primeiramente sob o nome de *club breton* e, depois, de *Société des amis de la Constitution*: a partir de outubro-novembro de 1789, congregavam-se no convento dos dominicanos (ou *jacobins*) da *rue Saint-Honoré*, sendo apelidados pelos adversários de ‘jacobinos’. O Jacobinismo tem de comum com o marxismo o fato curioso de haver recebido o seu nome dos adversários”. Ver: BONGIOVANNI, Bruno. “Jacobinismo”. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. 11ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 653-655. Para Lincoln de Abreu Penna, o Jacobinismo brasileiro só teria de semelhança com o europeu o fato de ter recebido essa denominação dos seus adversários. De acordo com Penna, três argumentos desautorizariam o emprego desse termo para qualificar os nossos radicais. Os três pontos seriam: (a) a composição sócio-econômica do jacobinismo clássico, (b) o grau de radicalidade das propostas deste jacobinismo, e (c) a maneira pela qual concebiam o poder político. Dessa forma, como veremos ainda nesse item, Penna propôs a utilização do termo *florianimos de rua* para melhor definir esse grupo político. Ver: PENNA, 1997. op. cit. (Sobretudo p. 107-125)

<sup>118</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Há também um artigo clássico de June Harner, porém centrado a análise na relação entre os jacobinos e os portugueses. Ver: HAHNER, June E. *Jacobinos versus Galegos: Urban Radical versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 18. Nº. 2. May 1976.

<sup>119</sup> QUEIROZ, 1986. op. cit. p. 263.

<sup>120</sup> A autora defende a heterogeneidade desse grupo social e prefere utilizar o termo “classes médias urbanas” para definir a composição social desse movimento. Ver: Idem. p. 207-208.

<sup>121</sup> Para lusofobia ainda no primeiro reinado: Cf. RIBEIRO, Gládis Sabyna. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

A maneira como esse diplomata constrói o argumento da lusofobia, deixa transparecer o seu conservadorismo e será útil para diferenciação dos documentos que falam sobre os jacobinos. Em nossa opinião, existe uma clara distinção nas percepções do Conde de Paço D’Arcos entre o que é lusofobia e o que é o jacobinismo, mesmo sendo a lusofobia um dos aspectos do discurso jacobino. Essa diferenciação será explicitada por acreditarmos que é possível encontrar indícios do jacobinismo na documentação do Conde de Paço D’Arcos, antes da Revolta da Armada, mesmo que seja de uma forma “embrionária” como sugere Lincoln de Abreu Penna <sup>122</sup>.

A lusofobia pode ser constatada no relatório enviado pelo Conde de Paço D’Arcos ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que naquele momento era Justo Leite Pereira Chermont, comunicando sobre os “abusos de autoridades, violências, e verdadeiros actos de barbaridades praticados por autoridades brasileiras, contra súditos portugueses” <sup>123</sup>. Carlos Eugênio, que recém havia chegado ao Rio de Janeiro, relatou um incidente ocorrido em “Terra Santa, cidade de Petrópolis”, onde funcionava a sede do Corpo Diplomático.

Após um desentendimento entre alguns trabalhadores brasileiros “desordeiros”, e alguns italianos, “sem a participação de portugueses”, um policial caiu ferido e desmaiado, e os seus companheiros o abandonaram no local do conflito. Só então que, por “meios sucessórios e com boas maneiras”, alguns portugueses intervieram para “socegar o tumulto e conter os luctadores”. Foi então que o capataz da obra, o português Bento Fernandes, de 49 anos, que habitava uma barraca no local, foi, com a ajuda de sua esposa, recolher o ferido e dar-lhe os primeiros socorros para “o chamar a vida e estancar o sangue do ferimento”.

O conflito aparentemente havia acabado, e de acordo com Carlos Eugênio, “restando só à polícia, que fugira, levantar mais tarde auto e inquérito contra os que se mostraram auctores, ou cúmplices n’aquele acontecimento criminoso”. Porém, a força policial retornou ao local do tumulto com reforços comandados pelo alferes comandante e o subdelegado em exercício, possivelmente para resgatar o companheiro ferido. Não achando os “desordeiros” que haviam fugido para o mato, os soldados, “parece que por ordem desses chefes”, abriram fogo contra as barracas “num desespero louco”, mesmo não tendo quem combater, uma vez que não havia resistência. Sendo a barraca de Bento Fernandes “varada de ballas” esse apareceu na porta e “advertiu à polícia”:

Que tinha ali um ferido policial a quem estava soccorrendo! Que tinha também ali seus innocentes filhos, inoffensivas crianças que corriam perigo de serem feridas! E

---

<sup>122</sup> PENNA, 1997. op. cit. p. 166.

<sup>123</sup> Esse relatório não foi transcrito no livro que contém a documentação Carlos Eugênio. Ele pode ser encontrado em: (Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 11 – 16.07.1891)

que demais tinha em sua casa arrecadado grande porção de pólvora e dynamite das obras da estrada, o que collocava toda a gente em gravíssimo risco d'uma explosão terrível se o fogo alcançasse o paiol!  
Malfadada foi ao pobre homem a sua benéfica e bem intencionada intervenção!

A reação de um dos soldados da polícia, “malvado, sanguinário”, foi disparar “à queima roupa” a sua espingarda no ventre de Bento Fernandes, disparo que atravessou o seu corpo “dando-lhe morte instantânea”. Esse ato de barbárie foi seguido de “scenas de verdadeiro canibalismo! De revoltante brutalidade! De indigna violência!”. Os soldados depuseram as armas e sacaram os sabres distribuindo “espadeiradas” nas mulheres e crianças. Uma das mulheres, em adiantada gravidez, ficou extremamente ferida correndo perigo de morte. Todos os homens que foram encontrados no local foram presos, entre eles, um português. O documento termina, dizendo confiar na bondade do governo brasileiro para apurar os fatos acima descritos.

Essa descrição do caso de Bento Fernandes é um exemplo de uma “prática recorrente” no Rio de Janeiro no final do século XIX, e que foram relatadas pelo Conde de Paço D’Arcos diversas vezes no transcorrer da sua documentação enviada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil<sup>124</sup>. Essa prática é a lusofobia, que consistia na sistemática violência contra os portugueses, que naquela época, eram vistos como relacionados com o antigo regime monárquico, ou por considerá-los exploradores dos aluguéis. No caso de Bento Fernandes, foi a polícia quem praticou as violências. Porém, a violência contra os portugueses não era primazia da instituição policial, sendo muitas vezes praticada por determinados grupos sociais, como os jacobinos.

Os argumentos utilizados pelo mesmo diplomata quando ele procura relatar a ação do jacobinismo se diferem daqueles que retratam a lusofobia.

Esse é o caso do relatório enviado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 18 de Dezembro de 1891, que nesse momento é Fernando Lobo Leite Pereira. Esse relatório está transcrito no livro que foi publicado com documentos do Conde de Paço D’Arcos<sup>125</sup>. O conteúdo desse documento é sobre “uma ameaçadora e inconveniente carta” que o diplomata recebeu pelo correio, aparentemente dirigida por “grupo qualquer de anarquistas e perturbadores da ordem”, carta essa que foi enviada em anexo a esse relatório para o Ministro brasileiro. Essa carta não foi transcrita no livro, mas tivemos acesso a ela<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> Ver: Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 11 e 12 – diversos documentos).

<sup>125</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 118. [despacho de 18.12.1891]

<sup>126</sup> (Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 11 – 18.12.1891)

Ela inicia dizendo que no “mais difícil” momento de organização republicana, a “colônia portuguesa”, que “enriqueceu e prosperou” no Brasil, veio se somar a um pequeno grupo de deportados que propalaram que o governo português e demais monarquias européias eram “a favor do movimento restauracionista”. Logo “os portugueses!” que vieram “pobres” de Portugal e foram acolhidos “indistinctamente”. O documento prossegue, dizendo que os “portugueses que ainda há tão pouco tempo, na questão inglesa receberam do Brasil as provas mais solenes de amizade e quase solidariedade, consentindo que se formasse um batalhão patriótico a fim de seguir para a guerra, felizmente evitada, contra a Inglaterra”<sup>127</sup>, que era igualmente uma nação amiga.

Em função dessas atitudes dos portugueses, “um grupo de patriotas deliberou responder essa provocação, organizando represálias que chegarão até a dynamite, o punhal e o incêndio às pessoas e bens dos súditos portugueses suspeitos de conspiradores”. Para tal empreendimento, esse “grupo de patriotas” contaria, de acordo com a carta, com o apoio de “todos homens de cor” e de “grande parte da colônia italiana que justamente odeiam essa nação de exploradores sem entranhas”. E termina dizendo que “Recomeça a Guerra dos Mascates! Guerra à Nação portuguesa! Fora essa raça de judeus do occidente!”. A carta é assinada pelo “O Grupo Vermelho” e “A Sociedade Irredentista”.

O Conde de Paço D’Arcos, no relatório a que essa carta foi anexada, afirma não ter sido a primeira vez que recebera esse tipo de intimidação. Contudo, a carta havia sido a repetição de algumas ameaças que foram publicamente proferidas em um *meeting* na Capital Federal, que fora assistido pela polícia sem que essa fizesse nada a respeito. O propósito desse relatório é claro ao reivindicar a manutenção da ordem social, sobretudo com relação à integridade dos súditos portugueses:

O abaixo assinado pede, pois ao Ex.mo Ministro das Relações Exteriores parra que o Governo Federal, *amigo da ordem como mostra ser*, tome da devida consideração estas ameaças persistentes contra os súbditos de uma nação amiga e contra funcionários que respeitam como devem as instituições que o Brazil adotou e em nada se envolvem nas questões de política interna, com as quais nada tem<sup>128</sup>.

Para o Conde de Paço D’Arcos, como já foi dito anteriormente, o governo Floriano fez a defesa do Congresso Nacional frente ao Golpe de Estado em 3 de Novembro de 1891, era, portanto, um governo “amigo da ordem como mostra ser”. A descrição do *meeting* jacobino que mostrara o seu radicalismo contra os portugueses e o movimento restauracionista, foi só o primeiro relatado por Carlos Eugênio.

<sup>127</sup> Sobre a questão entre Portugal e a Inglaterra na questão do *ultimatum* inglês, ver: MAGALHÃES, 2000. op. cit.

<sup>128</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 118. [despacho de 18.12.1891] (grifos nosso)

Sobre os *meetings*, vale à pena conferir o que diz Suely Robles de Queiroz. Para ela, o Parlamento e a Imprensa foram dois meios importantes de divulgação das idéias do movimento jacobino. Porém, os *meetings* não eram prática exclusiva dos jacobinos, uma vez que quaisquer grupos políticos se utilizavam desse recurso para divulgar suas idéias. O que diferenciava esses comícios era “o tom incendiário dos discursos o traço distintivo dos “*meetings*” jacobinos”. De acordo com Suely, nas passeatas “os participantes se viam incitados a ações radicais, das quais resultavam agressões físicas, destruição de próprios particulares, empastelamento de jornais”<sup>129</sup>.

Esse relatório do dia 18 de Dezembro de 1891 é, portanto, significativo. Ele foi redigido no início do governo Floriano e contém todas as características que Suely Robles de Queiroz julga comum ao discurso jacobino – lusofobia, antimonarquismo, republicanismo. Ao analisar o relatório e a carta ameaçadora anexada parece ficar clara, em nossa opinião, a existência do jacobinismo antes da Revolta da Armada.

Outro exemplo de documentação que ajuda a perceber a caracterização feita por Carlos Eugênio acerca dos jacobinos foi o telegrama enviado alguns dias depois, em 22 de Dezembro de 1891, para Lisboa, informando que no “Rio de Janeiro [foi] criado [o] *batalhão Jacobino* exaltado contra [os] monárquicos. *Club Tiradentes* publica nos jornais lista de suspeitos. Desassocego geral”<sup>130</sup>. Esse telegrama é o primeiro documento disponível na documentação transcrita que Carlos Eugênio que faz referência direta aos jacobinos.

Nesse momento é necessário fazer um questionamento que ajudará a perceber o conservadorismo do Conde de Paço D’Arcos, nesse telegrama e em outras passagens que serão trabalhadas mais adiante: qual é a diferença entre os “Batalhões Patrióticos” e os “Clubes Jacobinos”?

Acreditamos que o estudo de Suely Robles de Queiroz nos fornece algumas pistas para essa pergunta, embora não os diferencie sistematicamente. Vejamos de que forma ela os caracterizou: a autora lembra que os clubes eram usados para “arregimentação” em uma prática que remonta ao período de propaganda republicana, e que “muitos transformaram-se em focos jacobinos e estimularam a criação de outros nos anos subseqüentes, como se pode ver nos despachos do Conde de Paço D’Arcos”<sup>131</sup>. Para Suely Robles de Queiroz, a composição social dessas associações jacobinas era:

---

<sup>129</sup> QUEIROZ, 1986. op. cit. p. 81. (grifos nosso)

<sup>130</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 119. [despacho de 22.12.1891] (grifos nosso)

<sup>131</sup> QUEIROZ, 1986. op. cit. p. 82.

(...) exclusivamente de brasileiros natos e geralmente presididas por militares de baixa ou mediana patente. Possuíam estatutos e a direção compreendia o presidente, o vice-presidente, primeiro e segundo secretários, um tesoureiro. (...)

Suas atividades incluíam reuniões de caráter político onde se decidia a participação de atos bélicos, a organização de comícios e homenagens e representações ao governo. Juntamente com os jornais jacobinos, tais associações mantinham vivo o culto a Floriano, promovendo romarias ao seu túmulo em datas cívicas. Delas saíam, em grande parte, os integrantes dos “batalhões patrióticos”, espécie de milícia formada para defender a República em caso de perigo e que constituíram outro foco de jacobinismo.

A criação desses batalhões data dos primeiros dias da República, da época do Governo Provisório, quando se temia uma reação anti-republicana<sup>132</sup>.

Dessa forma, para Queiroz existe uma diferença entre os “Clubes Jacobinos” e os “Batalhões Patrióticos”. Ainda segundo a autora, a composição social desses “Batalhões Patrióticos” era de “(...) homens de negócios, funcionário, guarda-livros, enfim, elementos dos mesmo heterogêneos extratos sociais civis que, juntamente com militares, compunham os clubes jacobinos”<sup>133</sup>.

O que ficou claro com essas citações? Que os batalhões eram grupos armados para agir em defesa da república, e eram compostos por jacobinos selecionados nos clubes. Também pode-ser concluir que tanto os “Clubes Jacobinos” quanto os “Batalhões Patrióticos” eram compostos por civis e militares. Parece-nos haver certa confusão até mesmo para a autora, na definição dos limites existentes entre os Clubes e os Batalhões, se é que existiam esses limites.

Dessa forma, não é de se estranhar, que na documentação do Conde de Paço D’Arcos nós encontremos essa confusão conceitual. Ainda mais vindo de um diplomata estrangeiro que, mesmo tendo a facilidade da mesma língua, possui toda uma formação política e educacional que condicionou a sua percepção em relação à política nacional brasileira. Assim, a dificuldade de identificar as diferenças entre essas associações ajuda-nos a compreender que ambas as agremiações eram vistas por Carlos Eugênio como as responsáveis pela desordem social.

O exemplo por nós selecionado na documentação é elucidativo da mistura que Carlos Eugênio fez dessas associações de radicais. Aqui, o Batalhão Tiradentes é chamado de “Clube dos Jacobinos”, e depois o mesmo clube forma um batalhão. Mas o que salta aos olhos, além da confusão conceitual, é a descrição da composição social dessas agremiações, que demonstra o seu apego pela ordem social:

O Club Tira-Dentes, um verdadeiro club dos Jacobinos da 1ª. república francesa, celebra *meetings* (grifo no original) nas praças em que se vitoriam os exaltados e se

---

<sup>132</sup> Idem. p. 83.

<sup>133</sup> Idem. p. 84.



proferem e aclamam as proposições mais audazes e inconvenientes com respeito à França e a Portugal por causa das honras prestadas ao falecido Sr. D. Pedro de Bragança! O mesmo Club, em sessão de que a acta veio publicada nos jornais, decreta uma lista de suspeitos e vota-os à morte! E para em tudo se procurar a imitação de 93, o Club forma um batalhão de voluntários da peor espécie que, quais novos marseheses, se preparam com o seu Barbaroux para alguma repetição de um 10 de Agosto!

O receio é geral; não só entre os que são apontados e votados à morte, mas entre todos os homens de ordem e de bom senso. O presidente desse Club, aclamado logo comandante de tal batalhão de voluntários da morte, é um Dr. Sampaio Ferraz, deputado federal que foi chefe de polícia com a primeira ditadura (Bocayuva). Quando chefe da política, mandou para Fernando de Noronha toda a gente de que lhe conveiu desfazer-se sobre pretexto de capoeiragem; mas deixou na cidade os homens de sua confiança, capangas, capoeiras, vadios, de quem compõe agora o seu batalhão de sicários, que por força de consoantes se chamam voluntários, como as formigas se chamavam brancas.

Os tumultos das praças e os ataques à mão armada a cidadãos inermes, só por suspeitos de monarquismo, são obra desses sicários arvorados em defensores da republica e de outros exaltados congregados num chamado batalhão acadêmico; e o mais notável é que o governo Floriano dá as armas (e dos melhores sistemas) a estes bandos que pregam o extermínio! Há o exército e a Guarda Nacional que deve ser o povo armado, e ajunta-se-lhe agora os *voluntários* (grifo no original), isto é os *condottieri* (grifo no original), os que nada teem a perder e tudo a ganhar, a escuma social, a que se dá armamento!<sup>134</sup>

Vejamos agora como outro autor caracterizou o movimento jacobino. De acordo com Lincoln de Abreu Penna, para alcançar a ordem social e garantir ao menos o cumprimento do seu mandato presidencial, Floriano Peixoto teve que conviver com uma ambigüidade<sup>135</sup>. De um lado, “na grande política”, ele tinha o apoio da bancada que defendia um federalismo, sobretudo os representantes da oligarquia paulista. Por outro lado, “na pequena política”, ele tinha a adesão espontânea de um grupo heterogêneo de radicais que o apoiava irrestritamente para consolidar a República e expurgar os seus inimigos.

Esse antagonismo de projetos políticos (federalista x presidencialista) que conviveram no mesmo período, é aquilo que Lincoln Penna chama de *florianismo*. Esse seria a expressão de um meio político, que por sua vez, se dividiria, respectivamente, em *florianismo de governo* e *florianismo de rua*.

Essas arruaças descritas pelo Conde de Paço D’Arcos podem ser interpretadas a partir daquilo que Lincoln de Abreu Penna chamou de *florianismo de rua*. Seriam as manifestações espontâneas de grupos políticos que estavam à margem do jogo político convencional. Seriam a “mais pura adesão a uma liderança política convencional ignorando as instituições e mantendo com o Marechal uma relação de absoluta fidelidade”. Essa adesão se daria pela compreensão de que a partir da manutenção do poder e do exercício presidencial, garantir-se-

---

<sup>134</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 121-122. [despacho de 23.12.1891]

<sup>135</sup> PENNA, 1997. op. cit.

ia ao presidente as condições necessárias de proporcionar o bem público e a integração dos cidadãos à sociedade.

O *florianismo de governo*, por sua vez, seria a maneira pela qual os apoiadores do Marechal Floriano encontraram para tirar proveitos políticos. Os principais proveitos viriam da composição dos quadros da administração pública, controlando a máquina estatal<sup>136</sup>. A categoria *florianismo de governo* seria, portanto, a mesma coisa que *estadania* para José Murilo de Carvalho<sup>137</sup>.

Uma das conclusões de Lincoln de Abreu Penna, diz que é na Revolta da Armada que aconteceu a fusão entre os *florianismo de governo* e de rua. Outra conclusão é que os Batalhões Patrióticos são a expressão da relação entre o *florianismo de rua* e o *florianismo de governo*<sup>138</sup>. Sobre esses batalhões, o autor acredita que é possível encontrá-los de “forma embrionária” antes da Revolta da Armada. “Esses primeiros embriões da organização associavam República a Floriano e esse ao patriotismo, elementos básicos da coesão desses núcleos, a partir dos quais eram identificados seus oponentes”<sup>139</sup>.

Parece-nos mais prudente considerar, portanto, a partir da documentação produzida pelo Conde de Paço D’Arcos, que existiu um jacobinismo de forma “embrionária” antes da Revolta da Armada. Esse jacobinismo, aos olhos do Conde de Paço D’Arcos, causava desordens e, por vezes, alguns grupos ousavam enfrentá-los em confrontos em praça pública. Vale a pena ver dois exemplos.

O primeiro foi o caso de uma manifestação em função da utilização de imagens de Cristo nas salas do tribunal de justiça na capital federal. Com a República houve a separação entre Estado e Igreja, e para esse grupo de radicais, era inconcebível que houvesse símbolos religiosos em ambientes institucionais. Isso causou uma polêmica chamada “Cristo no jury”, e teve “consequências tristíssimas”, de acordo com Paço D’Arcos.

Uns fanáticos da igreja evangelista foram ao tribunal e quebraram as sagradas imagens. A este desacato, que se diz encomendado pela seita, e não nascido simplesmente do propósito escandaloso ou fanático de alguns, responderam os católicos romanos com subscrições para a restauração das imagens e para a fundação de uma capela votiva e ainda mais com uma procissão de desagravo, percorrendo as ruas publicas. O *jacobinismo exaltado e intransigente* recebeu com vaías e apupos a manifestação católica-romana, e esta que era acompanhada, decerto propositalmente, por caceteiros e capoeiras armados, mostrando-se mais fanática e mais intransigente do que os contrários, respondeu com força, *levantando-se medonha desordem, correndo o sangue e tornando-se tudo um infernal tumulto*. Desacato contra desacato,

---

<sup>136</sup> PENNA, 1997. op. cit. p. 164.

<sup>137</sup> “A reação, pragmática, antes que ideológica, a esta situação por parte dos que se viam excluídos do sistema foi o que chamamos de *estadania*, ou seja, a participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela”. Ver: CARVALHO, 2009.op. cit. pg. 65

<sup>138</sup> PENNA, 1997. op. cit. p. 165.

<sup>139</sup> Idem. p. 166.

com desprestígio das crenças e grande gaudío dos que querem deitar por terra todos os bons sentimentos<sup>140</sup>.

O segundo caso, também ocorrido antes do início da Revolta da Armada, foi a idéia posta em prática pelo “clube e batalhão Tiradentes”<sup>141</sup>, que gerou uma resposta dos monarquistas. Vejamos como o Conde de Paço D’Arcos relatou esse episódio, em que mais uma vez deixa transparecer a sua condenação daqueles que atentam contra a ordem social.

o façanhudo corpo de marseheses (de Sampaio Ferraz) que tanto faz falar de si pelas ideas jacobinas as mais avançadas, *composto de capoeiras, de facinoras, de vadios e infelizmente também de portugueses renegados*, batalhão que todos receiam porque se diz pronto a fundar um *novo terror* (grifo no original) e ao qual o governo deu outrora armamento do mais aperfeiçoado, esse club e batalhão pediram e obtiveram imediatamente licença da Intendência, ou Município (...) <sup>142</sup>

Esse batalhão ergueu um coreto com andaimas em torno da estátua de D. Pedro I na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, para os festejos ao “mártir da República”<sup>143</sup>. A idéia era tapar a estátua de D. Pedro I para impedir que ela fosse vista nesse dia de jubilo a Tiradentes. Disseminou-se a idéia de que a estátua seria derrubada “sem querer” quando fossem retirados os andaimas, ou então, intencionalmente, tapada com um tapume, fazendo parecer uma mágica em que simbolicamente a monarquia era derrubada pela república.

Os boatos chegaram até “alguns monárquicos exaltados” que se juntaram para destruir o tal coreto e salvar a estátua que eles conheciam desde a infância. “(...) foi o coreto apeado num pronto, a madeira lançada aos quatro cantos da praça, e a estátua descoberta *ao som de vivas à ordem e morras à anarquia*”. As conclusões que o Conde de Paço D’Arcos tirou desse episódio diz que foi a primeira vez que houve um “verdadeiro levantamento popular”. O que era sintomático “*senão de afeições ou aspirações monárquicas, pelo menos de que cesse a anarquia dos exaltados, e se entre na ordem, que haja paz e socêgo, menos pregações republicanas e mais trabalho efetivo que traga crédito e a segurança pública*”<sup>144</sup>.

Esse último exemplo deixa clara a aspiração de outro grupo social que foi igualmente percebido por esse diplomata.

---

<sup>140</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 144. [despacho de 08.04.1892] (grifos nosso)

<sup>141</sup> Para ver a composição dos comandantes e administradores dos batalhões patrióticos na cidade do Rio de Janeiro ver: PENNA, 1997. op. cit. p. 159-161.

<sup>142</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 200-201. [despacho de 06.05.1893] (grifos nosso)

<sup>143</sup> Sobre a construção de Tiradentes como “mártir da República”, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 55-73. (capítulo 3).

<sup>144</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 201. [despacho de 06.05.1893] (grifos nosso)

### 2.3.2. *Monarquismo*

Os *monarquistas* fizeram parte do cenário político da época e, em nossa apreciação, eram levados em consideração por Carlos Eugênio por dois motivos. O primeiro motivo é por ser o próprio Conde de Paço D’Arcos o representante oficial da mesma dinastia que vigorava no Brasil antes do 15 de Novembro de 1889. Ele acompanhou de perto as possibilidades de restauração monárquica e a força política que esse grupo possuía, assim como o alcance que as idéias monárquicas tinham na população. O segundo motivo é em função da imagem de que havia uma experiência passada de ordem social que o império brasileiro desfrutou, e que, conseqüentemente, a república proporcionou a desordem social. As avaliações do Conde de Paço D’Arcos são críticas dos rumos políticos do Brasil sob o regime republicano, por esse estar causando a instabilidade político-social.

Outra questão que deve ser levada em conta para avaliarmos a documentação produzida por esse diplomata, é a importância que era conferida aos monarquistas pelo próprio governo brasileiro, sobretudo na possibilidade de restauração. Essa imputação de valor à esse grupo político, de acordo com Maria de Lourdes Mônaco Janotti, era uma estratégia para obter apoio político e institucional para combater os inimigos da República e sedimentar o regime<sup>145</sup>.

Segundo Janotti, essa atribuição de importância aos monarquistas, muitas vezes baseados em infundados boatos, causavam tanto ataques à fraqueza do governo quanto alimentava a ilusão de força dos próprios monárquicos<sup>146</sup>. Porém, o movimento monarquista possuía diversos problemas que prejudicavam enormemente a sua iniciativa política. Entre esses problemas, Janotti destacou: a falta de uma sólida liderança autorizada pela família imperial; as divergências sobre quem seria o herdeiro do trono, se D. Pedro ou D. Augusto, a desarmonia sobre as táticas de atuação da imprensa monarquista, e a inexistência de uma sólida coordenação geral<sup>147</sup>.

Dessa forma, as análises do Conde de Paço D’Arcos sobre esse grupo político devem sempre ser compreendidas nessa relação dialética entre as suas expectativas em relação à restauração – enquanto um funcionário de uma monarquia, um político conservador, defensor da ordem social e hierárquica – e a construção política dos monarquistas feita pelo governo

---

<sup>145</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>146</sup> Idem. op. cit. p. 90.

<sup>147</sup> Idem. p. 43-54.

para justificar a necessidade de reprimir toda a oposição. Vejamos, portanto, de que forma Carlos Eugênio percebeu o movimento monarquista a partir dessas duas condições.

Em relatório enviado ao Conde de Valbom em 4 de Setembro de 1891, Carlos Eugênio descreveu o clima de disputas entre projetos políticos distintos<sup>148</sup>. Essa descrição do meio político brasileiro prosseguiu, no mesmo documento, fazendo alusão a questão do *veto* presidencial do Marechal Deodoro ao decreto do Congresso Federal que limitava os poderes dos governadores dos estados. A interpretação de *veto* presidencial, aos olhos desse diplomata, causava a descrença da “proficuidade” do sistema republicano e proporcionava previsões até mesmo da restauração, mesmo que com ressalvas.

A Constituição permite ao Presidente negar a sua sanção às leis votadas pelo Congresso; e como o Presidente fez uso desse direito conclui-se que acabou o poder dos representantes da nação, que está extinto o parlamentarismo, que o Congresso com tal constituição só serve para chancela da ditadura! E ajunta-se que, quando havia um imperador constitucional que reinava mas não governava, quando os ministros eram responsáveis, nunca se deu o caso do *veto* (grifo no original), nem era preciso, porque os ministros caíam do poder com qualquer votação contrária às suas idéias governativas.

Fala-se pois muito numa reforma geral das instituições ou numa ditadura da força; mas quando esses casos se dêem, *se não sobrevier uma restauração – quase impossível de supor, ou pelo menos bem difícil, por falta da pessoa competente e estimada na família imperial* – poderá dar-se a desanexação ou a fuga à federação dos Estados ricos, que se farão independentes, deixando a cargo da federação sómente os pobres, que não podem ter a independência viável e que mal poderão sustentar o laço federal.

(...) É pois de presumir que estejamos em vésperas de grandes acontecimentos<sup>149</sup>.

A situação de incerteza sobre os rumos da República brasileira após o *veto* presidencial foi novamente indicada pelo Conde de Paço D’Arcos em relatório de 1º de Outubro de 1891<sup>150</sup>. No dia 4 de Novembro, em despacho enviado ao Conde de Valbom, Carlos Eugênio comunicou que “esta previsão que eu fizera, (...) vejo-a agora confirmada pelos artigos de alguns jornais, que só hoje conhecem para onde caminhavam”<sup>151</sup>. As previsões feitas por esse diplomata de graves acontecimentos se concretizaram com a dissolução do Congresso por Deodoro, e foi justificada pela sistemática oposição que essa instituição fazia às propostas do seu governo, além de uma suposta conspiração monárquica. Na opinião desse diplomata, essa justificativa não passaria de um pretexto, pois “*a fraqueza do partido monárquico não lhe deixaria tentar qualquer movimento*”<sup>152</sup>.

---

<sup>148</sup> Sobre a disputa entre projetos políticos no início do período republicano, nomeadamente entre positivismo, liberalismo e jacobinismo, e a utilização da simbologia monárquica na república brasileira, ver: CARVALHO, 2000. op. cit.

<sup>149</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 91. [despacho de 04.09.1891] (grifos nosso)

<sup>150</sup> Idem. p. 92-93. [despacho de 01.10.1891]

<sup>151</sup> Idem. p. 98. [despacho de 04.11.1891]

<sup>152</sup> Idem. p. 101. [despacho de 12.11. 1891] (grifos nosso)

As apreciações do Conde de Paço D’Arcos sobre os monarquistas e a possibilidade de restauração monárquica prosseguiram durante todo ano de 1892. Em 7 de Janeiro, de acordo com esse diplomata, estavam os “partidaristas da monarquia, muito animados com o manifesto da Princesa Isabel, declarando que está pronta a volta ao Brazil e não desiste dos seus direitos(...)”. Os partidários do antigo regime diziam que se a monarquia não fosse restaurada “(...) na pessoa da princesa (que é em geral mal vista e mesmo odiada por muitos, quer pelo nome de seu marido, quer pela libertação completa dos negros) proclamando-se algum dos Príncipes, sob a regência de Silveira Martins e outros”<sup>153</sup>.

Essas apreciações sobre a possibilidade de restauração eram vistas por Carlos Eugênio associadas à questão da disciplina social. A imagem de um Império sem conflitos internos era contrastada com a instabilidade do início da República.

Ainda no mês de Janeiro, no dia 24, o Conde de Paço D’Arcos retomou as suas apreciações sobre os monarquistas e a restauração e desenvolveu melhor o argumento da necessidade da ordem. Ao comentar a possibilidade de que alguma revolução derrubasse o atual governo Floriano, Paço D’Arcos é categórico ao afirmar que esta não era uma suposição gratuita. De acordo com ele, não havia segurança em nenhum lugar do território porque as arruaças revolucionárias continuavam a espalhar insegurança. O panorama político era, portanto, favorável para um “golpe de mão audacioso” de algum “aventureiro com talento”, ou então poderia ser,

*(...) qualquer príncipe, que traga consigo o ramo de oliveira da paz e do esquecimentos dos factos passados, com a restauração do credito nacional, apoiado para isso com a proteção de uma grande potencia que lhe facultasse meios de acção com a intervenção de qualquer força armada e a abertura ou garantias do credito à divida externa. E não seria isto, como fez outrora o poder napoleônico, colocar sobre uma percha um novo Maximiliano porque no Brazil há muitos e muitos monárquicos e há, sobretudo, a grande maioria que ambiciona somente o socego e a ordem, quer governe este quer aquêle, e que, sem ter mesmo convicções políticas, conserva a tradição da monarquia como norma de paz e de tranqüilidade*<sup>154</sup>.

Se havia esperança no restabelecimento da ordem a partir do retorno da monarquia, igualmente, nutria-se a esperança que fosse Silveira Martins o homem capaz de realizar tal empreendimento. Em relatório enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Costa Lobo, o Conde de Paços D’Arcos comentou que essas esperanças estavam associadas aos sucessos da marcha política no estado do Rio Grande do Sul<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> Idem. p. 124. [despacho de 07.01.1892]

<sup>154</sup> Idem. p. 130. [despacho de 24.01.1892] (grifos nosso)

<sup>155</sup> Idem. p. 135. [despacho de 03.03.1892] O caso do Rio Grande do Sul será trabalhado no próximo capítulo.

As observações que esse diplomata fez sobre as possibilidades de restauração monárquica estavam em consonância, portanto, com a necessidade de consolidar a ordem social. Nos seus relatórios, é possível encontrar trechos em que a organização do Estado brasileiro é avaliada. Para o Conde de Paço D’Arcos, a forma governativa que a República adotou logo após a Proclamação, era a responsável pela desordem social. Portanto, ou se substituía a forma governativa da federação pela forma unitária, ou se dava a restauração monárquica, o que lhe parecia menos provável, ou ainda, o desmembramento do Estado em várias repúblicas.

Vejamos de que forma Carlos Eugênio constrói o argumento da necessidade da ordem a partir da substituição da forma de governo. A longa citação que segue comenta a situação de “anarquia geral” do país e depois faz um exame da Proclamação da República, dos rumos políticos do Brasil, e afirma a necessidade de ordem social.

Tudo isto que se passa seria demais caricato se não fosse terrível! O Brazil é grande e novo, salvar-se-há! Mas parecem todos apostados em o perder! Bem sei que *três anos são nada na historia dos povos para consolidar uma mudança tão radical como aqui se fez*; mas em todo o caso, tudo isso mostra que *nem o espírito dos homens nem as cousas estava educados e preparados para passarem sem transição da centralização de uma monarquia par as diversas autonomias de uma republica federativa.*

Se os fautores do 15 de Novembro de 1889, dado o golpe inesperado, nascido da ocasião, pela proclamação da republica, tivessem aproveitado a força que então lhes deu o assombro e o pasmo geral, para formarem *a republica unitária, ditatorial e forte*, estou que as cousas teriam corrido de outra fôrma, e que de toda a parte seria recebida se não com agrado e confiança, *pelo menos com indiferença e socego*, a substituição de um monarca filósofo e sem acção (que não fosse pela intriga de gabinete), *pela presidência enérgica de um soldado, embora pouco instruído e nada político, mas audacioso.* Porem os próprios fautores da revolta militar, depois chamada revolução ( e que o foi pelos resultados) de 15 de Novembro, não esperavam tão feliz e tão grande golpe! Ficaram espantados com a facilidade da sua obra, tomaram-se de medo, e começaram de congratular-se com todos *para desvanecer atritos e rivalidades provinciais, pregando a autonomia a cada qual*, sem se lembrarem que davam pasto às ambições insofridas, em que todos queriam tudo! Ou medo, ou desejo de embrulhar a situação para pescar nas águas turvas (como dizem muitos) o caso é que Benjamim Constant, Ruy Barbosa e Bocayuva, os homens de então (porque o Marechal Deodoro simples manequim arvorando um pendão, se tem responsabilidade política, não teve nunca a iniciativa) *erram grandemente criando o que existe e que não póde sustentar-se. Isto ha-de mudar forçosamente; e, ou seja a restauração (que me parece difficil), ou a republica unitária, ou a separação e desmembramento dos Estados*, isto tem de ser outra coisa, para que por uma vez se *assegure a paz e prosperidade de uma grande nação, nova, rica, robusta que está gastando a vida numa desordem sem fim, numa batalha de ambições desbragadas de homens e facções!*<sup>156</sup>

Portanto, a avaliação que o Conde de Paço D’Arcos faz do monarquismo é balizada por aquelas duas considerações que elencamos anteriormente. O primeiro é o fato de ser um representante oficial de uma monarquia da mesma casa dinástica da que havia sido

---

<sup>156</sup> Idem. p. 140-141. [despacho de 14.03.1892] (grifos nosso)

destronada, o que fez, portanto, com que ele mencione a possibilidade de restauração do império. Contudo, em sua análise política, essa opção se mostrava difícil de ser efetivada. O segundo elemento que chama atenção nas apreciações desse diplomata, é que a experiência unitária do império teria proporcionado a ordem social, e que toda essa obra havia sido jogada fora com a mudança de regime. A república nos moldes do federalismo, tal qual foi implantada, seria a causadora da instabilidade. Isso era o que importava para esse indivíduo que possuía toda uma experiência político-profissional de prezar e defender a ordem e a hierarquia à *outrance*.



### **3- FOCOS DE INSTABILIDADE: A Revolução Federalista e a Revolta da Armada**

No primeiro capítulo desenvolvemos os dois argumentos que nortearam a nossa análise sobre as percepções que o Conde de Paço D’Arcos teve sobre a situação política do início da República brasileira. O primeiro argumento foi que sua formação em instituições como a Escola Politécnica e a Escola Naval, fez com que esse indivíduo fosse preparado para ser um oficial da Armada portuguesa e que defendesse a hierarquia militar enquanto um valor essencial.

O segundo foi a sua opção política pelo Partido Regenerador de Portugal. O alcance político que a Revolução Regeneradora de 1851 teve para a sociedade portuguesa ao estabelecer a disciplina social foi o grande atrativo para que Carlos Eugênio viesse a ser um político dessa agremiação, assim como um defensor da ordem.

A partir desses dois argumentos, foi possível trabalhar no segundo capítulo a maneira como o Conde de Paço D’Arcos percebeu a situação política brasileira entre os anos de 1891 e 1893. Em um primeiro momento, procuramos demonstrar a que Carlos Eugênio se preocupou com o estabelecimento da ordem social, sobretudo nos estados da federação em que reinava a desordem em função das deposições dos governadores e de golpes civil-militares. Essa desordem nos estados fizera com esse diplomata produzisse relatórios que descreveram o “caos” em que a República estava mergulhada, além de refletir e fazer previsões sobre a política brasileira.

Em um segundo momento, priorizamos a preocupação de Carlos Eugênio com a disciplina militar. As relações dos militares com a elite política vinham, desde a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em crescente atrito. Dessa forma, quando esse diplomata assumiu as suas funções, se admirou com a grande participação dos militares na política e com as constantes quebras de hierarquia militar.

Por último, buscamos mostrar de que forma o Conde de Paço D’Arcos percebeu o meio político brasileiro, especialmente na caracterização de dois grupos antagônicos. Os “jacobinos” eram percebidos como os responsáveis pelos excessos revolucionários, e os monarquistas eram acompanhados em função da remota possibilidade de restauração. Enquanto os primeiros propagavam a desordem, os últimos eram nostálgicos da ordem social desfrutada durante o segundo reinado.

Assim, é possível se passar agora às apreciações do Conde de Paço D’Arcos sobre as duas revoluções que dificultaram a sedimentação da República brasileira. Esses dois focos de instabilidade foram acompanhados com extrema atenção, como é possível perceber nos relatórios de Carlos Eugênio que foram enviados para Portugal, informando a situação política da República frente às revoltas.

Primeiramente, vamos analisar a forma original que esse diplomata percebeu a política no estado do Rio Grande do Sul. Mesmo distante desse estado meridional, uma vez que os diplomatas residiam em Petrópolis, o Conde de Paço D’Arcos acompanhou com atenção a crescente animosidade entre as facções políticas que resultaram na eclosão da Revolução Federalista.

Em seguida, vamos avaliar tanto a sua percepção quanto a sua participação na Revolta da Armada de 6 de Setembro de 1893. A proximidade do palco do conflito, assim como a possibilidade de circular entre os grupos políticos dirigentes, fez das percepções desse diplomata um importante testemunho daquele conflito.

### *3.1 A Revolução Federalista*

O primeiro documento disponível em que o Conde de Paço D’Arcos faz referência a situação política no Rio Grande do Sul é imediatamente posterior ao Golpe de 3 de Novembro de 1891 perpetrado pelo Marechal Deodoro da Fonseca<sup>1</sup>. A partir desse momento, esse longínquo estado da federação passou a ser uma constante preocupação política para esse diplomata. Dessa maneira, é inevitável questionar-se sobre esse fato. Será que a política no Rio Grande do Sul nunca foi objeto de atenção anteriormente? Será que mesmo que Carlos Eugênio não tenha produzido nenhum documento relatando alguma coisa a respeito, ele não acompanhava a situação política do estado?

Parece-nos mais provável acreditar que o Conde de Paço D’Arcos tenha acompanhado a política estadual antes do Golpe de Deodoro, uma vez que, esse diplomata havia chegado ao Brasil em 2 de Junho de 1891. Ou seja, já havia se passado seis meses desde o momento de sua chegada no Rio de Janeiro. Logo, é muito difícil acreditar que um diplomata tão bem informado pela rede consular estadual<sup>2</sup>, e com acesso aos altos funcionários administrativos do governo, nunca tivesse atentado para política rio-grandense.

A partir da premissa que Carlos Eugênio tinha alguma noção da situação política no Rio Grande do Sul, chama-nos atenção a forma original pela qual ele interpretou os acontecimentos políticos desse estado. Não se trata, portanto, de desinformação a respeito de tal situação. Para nós, a sua interpretação política foi pautada pela defesa da ordem social e da hierarquia militar. O nosso ponto de vista se sustenta a partir do momento em que não há nenhuma alteração interpretativa nos demais documentos produzidos sobre essa temática. Ou seja, o entendimento que o Conde de Paço D’Arcos teve sobre a situação política do Rio Grande do Sul não se alterou nos dois anos seguintes em que ele ainda permaneceu como representante diplomático de Portugal no Brasil.

Antes de avaliarmos como Carlos Eugênio compreendeu a política rio-grandense e o início da Revolução Federalista, torna-se necessário contextualizar brevemente esse momento político estadual. Em um primeiro momento, vamos trazer alguns elementos explicativos da política estadual, para depois avaliar as percepções do Conde de Paço D’Arcos sobre a situação política que desencadeou a Revolução Federalista.

---

<sup>1</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 99 [despacho de 11.11.1891]

<sup>2</sup> A rede consular no Estado do Rio Grande do Sul estava estruturada a partir de um Consulado na cidade de Rio Grande, enquanto que os Vice-Consulados estavam localizados em cidades como: Porto Alegre, Jaguarão, Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Bagé. Ver: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul – seção de consulados, maço CN 21, caixa 11.

### 3.1.1 A política rio-grandense antes do Golpe de 3 de Novembro de 1891

No Rio Grande do Sul durante o Império, o Partido Liberal alternou com o Partido Conservador o governo da Província. Porém, a partir de 1872, o Partido Liberal estabeleceu-se hegemônico no estado. O seu líder era Manuel Luis Osório e depois da sua morte em 1879, assumiu a liderança do partido Gaspar Silveira Martins<sup>3</sup>. A disciplina interna e a propaganda a partir do periódico *A Reforma*, eram características que proporcionavam força política a essa organização. Mesmo que no âmbito nacional houvesse alternância entre os Liberais e Conservadores, o domínio dos Liberais na Assembléia Provincial, e nas Câmaras Municipais, dava o controle político do Rio Grande do Sul aos Liberais, sobretudo a partir de 1878, quando o Partido Liberal assumiu o Gabinete Ministerial<sup>4</sup>.

Esse partido político representava os interesses dos proprietários de terra, gado e charqueadas no oeste e sul do estado. Esses grupos eram contrários ao centralismo monárquico e o unitarismo, posições que eram identificados com a predominância daqueles que detinham o poder durante o Império, os cafeicultores do Vale da Paraíba do Sul. Dessa forma, os Liberais defendiam o federalismo e a descentralização<sup>5</sup>. Porém, a partir do momento em que os Liberais assumiram a chefia do Gabinete Ministerial em 1878, Gaspar Silveira Martins passou a buscar aliança política com os novos segmentos sociais que estavam surgindo no cenário político rio-grandense, notadamente os colonos alemães e os comerciantes litorâneos.

Para tentar conseguir o apoio desses grupos Silveira Martins passou a atuar politicamente junto ao governo central na defesa de três questões econômicas que favoreceriam a Província: transportes, impostos e créditos. Na área dos transportes, algumas estradas de ferro foram construídas; Em relação aos impostos, foi conseguida uma flexibilidade nas taxas de importação e exportação; Sobre a obtenção de crédito, foram obtidos empréstimos para os charqueadores e estancieiros. O objetivo era “favorecer a produção e a exportação gaúchas, notadamente a dos produtos pecuários, e preservar os interesses do comércio litorâneo face à presença do contrabando”<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Para biografia de Silveira Martins, ver: ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

<sup>4</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. p. 42-43. Para uma análise da elite política da Província do Rio Grande do Sul e suas relações, sobretudo familiares, com as elites provinciais (âmbito local) e com a Corte, ver: VARGAS, Jonas Moreira. *Entre e Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado. IFCH/UFRGS, 2007.

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 44.

<sup>6</sup> Idem. p. 47.

As medidas foram favoráveis aos produtores de charque das cidades de Bagé, Pelotas e Rio Grande, que escoavam a produção com mais facilidade. Igualmente os comerciantes de Porto Alegre e Rio Grande se beneficiaram da redução de impostos. O único grupo que não saiu ganhando com as medidas foram os contrabandistas da fronteira oeste, mas também não chegaram a ser prejudicados, uma vez que o contrabando não chegou a ser interrompido<sup>7</sup>.

O objetivo de Silveira Martins, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento, era de ampliar ainda mais a sua massa eleitoral de manobra. Para atingir o seu objetivo, passou a atuar em consonância com o governo central. Isso explicaria porque o Partido Liberal passou de crítico da ordem para um defensor das instituições do Império, e porque os Liberais se tornaram hegemônicos na Província.

No entanto, ainda que o Partido Liberal tenha se tornado um partido comprometido com o governo imperial, os problemas estruturais da Província permaneceram sem resolução. “Permanecia a dificuldade da pecuária gaúcha em renovar o seu processo produtivo, à semelhança do platino, para o que se faziam necessários avultados capitais e amplo crédito”<sup>8</sup>. Da mesma forma, a rede ferroviária continuou insuficiente, a arrecadação de impostos diminuiu em função da flexibilidade concedida, e o contrabando permaneceu uma realidade na área de fronteira.

Nesse contexto, a idéia de República reapareceu no Rio Grande do Sul como alternativa política aos partidos monárquicos<sup>9</sup>. O grupo que defendeu a solução republicana era composto por profissionais liberais recém formados nas academias de Direito de São Paulo e Recife, e eram fortemente influenciados pela doutrina positivista<sup>10</sup>. Na sua maioria eram membros de famílias do Norte da Província, uma região ocupada mais tardiamente e menos rica que a região da Campanha. De acordo com Celi Regina Pinto, mesmo que alguns

---

<sup>7</sup> Idem. p. 48.

<sup>8</sup> Idem. p. 49-50.

<sup>9</sup> Pode-se considerar o republicanismo no Rio Grande do Sul como anterior ao Manifesto Republicano de 1870 no Rio de Janeiro. De acordo com Helga Piccolo, as idéias de República já estavam presentes na Revolução Farroupilha (1835-1845). Porém, o republicanismo só ganhou expressão a partir da implantação dos clubes republicanos no final de década de 1870 e início de 1880. Ver: PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século XIX*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. De acordo com Maria Medianeira Padoin, esse pensamento republicano farroupilha estava associado com os ideais de uma parcela majoritária dos revoltosos que defendiam a constituição de um Estado autônomo frente ao Império, mas que aceitaria a união com o mesmo através de uma Confederação de Estados, desde que essa Confederação fosse republicana. Esse posicionamento divergia de outra parcela dos revoltosos que defendiam uma composição administrativa da Província com o Império, mantendo a Monarquia em um modelo federalista, em contraposição ao centralismo administrativo defendido pelo Estado Imperial. Ver: PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: Fronteira platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>10</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 29-31.

desses jovens fossem estancieiros na região Norte, não eram membros da oligarquia política rio-grandense<sup>11</sup>.

Os clubes republicanos já haviam se espalhado pela Província desde o Manifesto Republicano de 1870, mas foi somente em 23 de Fevereiro de 1882, que aconteceu a Primeira Convenção Republicana em Porto Alegre. Nessa Convenção foi fundado o Partido Republicano Rio-grandense e foi estipulado que a propaganda seria o método adotado para o convencimento da superioridade da República em relação ao Império, se afastando, portanto, da via revolucionária. Nessa Convenção definiu-se o lema do partido, “ordem e progresso”<sup>12</sup>.

O Segundo Congresso Republicano, em 21 de Março de 1883, ficou marcado pela criação da *A Federação*, a folha oficial do PRR. Em um primeiro momento o redator foi Venâncio Aires, mas em função de problemas de saúde, coube a Júlio de Castilhos a responsabilidade de redigir o jornal<sup>13</sup>. Progressivamente, o periódico e o partido ficaram subordinados à chefia de Júlio de Castilhos<sup>14</sup>.

No Terceiro Congresso Republicano em 10 de Maio de 1884, as bandeiras defendidas pelo PRR passaram a ser a República Federativa como forma de governo, a defesa da abolição, e outras que foram explicitadas nas “bases para o programa dos candidatos republicanos”, que foi redigida, igualmente, por Júlio de Castilho<sup>15</sup>. Nos anos seguintes até a Proclamação da República em 1889, o PRR disputou as eleições imperiais, porém não fez votos suficientes para eleger nenhum candidato. Contudo, a disciplina e a coesão partidária reuniam novos adeptos, sobretudo entre diversos militares que compartilhavam a ideologia positivista<sup>16</sup>.

A verdadeira mudança no posicionamento do PRR se deu na reunião convocada por Júlio de Castilhos na Fazenda Reserva, de sua propriedade, em 21 de Março de 1889. Nessa reunião, os participantes juraram fazer tudo o que estivesse ao seu alcance, até mesmo se utilizar da via revolucionária, para evitar um Terceiro Reinado. Também, ficou resolvido que Júlio de Castilhos seria o chefe, ao menos provisório, do PRR. Entre os presentes na reunião

---

<sup>11</sup> PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 10.

<sup>12</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Pelotas: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1930. p. 17-18.

<sup>13</sup> Idem. p. 18-19.

<sup>14</sup> Para biografia de Júlio de Castilhos, ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

<sup>15</sup> OSÓRIO, 1930. op. cit. p. 19-22.

<sup>16</sup> Cabe também lembrar o apoio que o PRR e *A Federação* deram para os militares envolvidos na “Questão Militar”. Ver: LOVE, 1975. op. cit. p. 33-35; SCHULZ, 1994. op. cit. p. 95-112.; CASTRO, 1995. op. cit. p. 85-103.

estavam Assis Brasil, Pinheiro Machado, Ernersto Alves, Fernando Abbott, Ramiro Barcellos e Demétrio Ribeiro<sup>17</sup>.

Em Julho de 1889, Gaspar da Silveira Martins foi nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Entretanto, no início de Novembro de 1889, ele entregou o cargo ao Vice-Governador, Justo de Azambuja Rangel, e embarcou para o Rio de Janeiro chamado pelo Imperador para organizar um novo Ministério, por mais que dissesse que só iria reassumir a sua cadeira de Senador<sup>18</sup>. No transcorrer da sua viagem à Capital ocorreu o Golpe de 15 de Novembro.

De acordo com Joseph Love, se houve a sugestão do Imperador de chamar Silveira Martins para organizar um novo Ministério, “dada a inimizade entre Deodoro e Silveira Martins, a sugestão, se adotada, teria provavelmente fortalecido a resolução de Deodoro em derrubar o Império e o governo em exercício”<sup>19</sup>. A consequência foi que Silveira Martins foi interceptado quando ainda estava em Santa Catarina, e seguiu preso para a Capital Federal, onde permaneceu até ser exilado na Europa de onde só retornaria em 1892.

O governo do Rio Grande do Sul após o 15 de Novembro ficou a cargo do marechal José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas. Herói da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, esse militar ligado ao Partido Liberal foi indicado ao Marechal Deodoro pelo próprio Júlio de Castilhos, que assumiu como Secretário do estado. Deodoro e Castilhos eram amigos, e ao indicar o Visconde de Pelotas para o governo, Júlio de Castilhos buscou explorar a incompatibilidade existente entre Pelotas e Silveira Martins<sup>20</sup>.

Ou seja, sabendo do alcance político do Partido Liberal no estado, a nomeação visou atrair para área de influência do PRR uma significativa parcela dos Liberais. Ao assumir o cargo de Secretário, Júlio de Castilhos conquistou o poder de nomear e demitir os funcionários públicos em nível estadual e municipal. Conseqüentemente, Castilhos usufruiu desse direito e destituiu inúmeros funcionários liberais, substituiu comandantes da Guarda Nacional, e nomeou pessoas de sua confiança para cargos-chave da administração<sup>21</sup>.

Progressivamente, iniciou-se uma fase de radicalização política liderada por Júlio de Castilhos. A sua formação extremamente inspirada pelo positivismo, teoria que defendia uma ditadura republicana, não dava margens para que houvesse espaço político para os antigos

---

<sup>17</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 40; OSÓRIO, 1930. op. cit. p. 24.

<sup>18</sup> MORÍTZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1891)*. Porto Alegre: Tipografia Thurmman, 1939. p. 10.

<sup>19</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 42.

<sup>20</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 38.

<sup>21</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 43.

membros do Partido Liberal. No jornal *A Federação*, Castilhos escrevia que “Neste instante supremo, só há lugar para um partido – partido da consolidação da República”<sup>22</sup>.

Apenas três meses depois do início do governo estadual do Visconde de Pelotas as incompatibilidades entre o governador, que tentava uma conciliação de interesses entre os republicanos e ex-monarquistas, e Júlio de Castilhos, que defendia a radicalização e perseguição política dos vencidos, gerou o pedido de demissão do primeiro.

Após essa renúncia, Deodoro ofereceu a Júlio de Castilhos o cargo de Governador do Rio Grande do Sul. Porém, esse recusou e agradeceu o convite, e indicou que fosse nomeado ao governo do estado o General Júlio Falcão Frota. Porém, esse general também permaneceu pouco tempo em seu posto. Depois de se indispor com Júlio de Castilhos em função de uma indicação a um posto federal, o General Frota pediu demissão<sup>23</sup>.

O General Frota foi substituído pelo General Cândido Costa. Contudo, enquanto esse militar não chegava ao Rio de Janeiro, assumiu interinamente o governo o Dr. Francisco da Silva Tavares. Tavares era um ex-Conservador que recentemente havia se declarado republicano. Logo que assumiu o governo, enfrentou um forte protesto organizado pelo PRR com a participação decisiva dos estudantes da Escola Militar de Porto Alegre<sup>24</sup>. Em função desse protesto, no dia 13 de Maio, aniversário da Abolição, Tavares foi forçado a renunciar por não ter meios de suprimir o protesto. O General Carlos Bittencourt assumiu interinamente até que o General Cândido José da Costa assumisse o governo em 24 de Maio de 1890.

No dia 8 de Junho de 1890, em Porto Alegre, foi criada a União Nacional. Essa coligação, composta por membros dos dois antigos partidos monárquicos e republicanos dissidentes, defendia a República parlamentar. A presidência dessa coligação ficou a cargo do Visconde de Pelotas e, a princípio, mantinha uma “expectativa simpática” em relação ao governo do General Cândido Costa<sup>25</sup>. Porém, em 21 de Junho, quando esse nomeou 1º e 2º Vice-Governador, respectivamente, Júlio de Castilhos e Antão de Faria, a União Nacional

---

<sup>22</sup> Idem. p. 44.

<sup>23</sup> O Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, havia decidido criar o Banco Emissor do Sul no Rio Grande do Sul. Essa instituição financeira tinha ligações com o Visconde de Cruz Alta, e o Comendador Frederico Duval, ambos personagens com ligações com a Monarquia decaída. Esse fato, somado a choque de interesses com os acionistas do Banco da Província do Rio Grande do Sul, fez com que o PRR, a partir do jornal *A Federação*, iniciasse uma campanha contrária a criação desse Banco. Ao mesmo tempo, os antigos grupos políticos do Império faziam campanha a favor do Banco a partir das páginas do jornal *Mercantil*. Ao ser efetivada a criação do Banco Emissor do Sul, em 1º de Maio de 1890, o general Frota e seus auxiliares pediram demissão. Ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p.10-11.

<sup>24</sup> O manifesto de Silva Tavares por ocasião da sua renúncia foi publicado na data de 16 de Maio de 1890, e pode ser encontrado na íntegra em: MORÍTZ, 1939. op. cit. p. 113-127.

<sup>25</sup> OSÓRIO, 1930. op. cit. p. 62-67.



rompeu com o governo, uma vez que o PRR passou a compor a administração <sup>26</sup>. Assim, com a participação de Júlio de Castilhos no governo, as perseguições aos ex-monarquistas voltaram a ocorrer no estado.

A partir de 10 Julho de 1890 o jornal *A Federação* passou a defender a candidatura do Marechal Deodoro para Presidente constitucional, já que Deodoro ainda era o chefe do Governo Provisório da República. Essa resolução foi tomada sem consultar as “bases” do PRR, em uma decisão pessoal de Júlio de Castilhos após encontros com o próprio Marechal. Isso fez com que três antigos membros do PRR passassem para a oposição: Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria. Esse último, como ocupava o posto de 2º Vice-Governador, ao abandonar o partido, foi substituído por Fernando Abbott <sup>27</sup>.

Em 15 de Setembro de 1890 houve as eleições para a Assembléia Constituinte. No Rio Grande do Sul, a União Nacional absteve-se do pleito, sedimentando a vitória do PRR que controlou as mesas de votação. A bancada gaúcha na Constituinte era chefiada por Júlio de Castilhos, e fez de tudo para que Deodoro da Fonseca fosse eleito <sup>28</sup>.

Depois da Promulgação da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891, Júlio de Castilhos retornou ao Rio Grande do Sul no final de Março para preparar a Assembléia Constituinte Estadual. No dia 16 de Março, o General Cândido Costa demitiu-se do governo do estado, deixando o cargo de Governador a disposição de Júlio de Castilhos, que era o 1º Vice-Governador. Dessa forma, o caminho ficou aberto para que Castilhos coordenasse as eleições estaduais. Entretanto, ele renunciou ao cargo, deixando o governo nas mãos do 2º Vice-Governador, o correligionário Fernando Abbott <sup>29</sup>.

Nesse contexto, em 23 de Abril, deu-se a fusão da União Nacional com os republicanos dissidentes, formando um novo partido político, o Partido Republicano Federal. A principal bandeira dessa nova agremiação, criada para disputar as eleições estaduais, era a defesa da República presidencial federativa <sup>30</sup>. No entanto, nas eleições do dia 5 de Maio de 1891, mesmo recebendo uma votação expressiva em todo o estado e tendo inclusive vencido em alguns municípios, o recém criado PRF não elegeu nenhum membro para a Assembléia Estadual. De acordo com Love, “esse monopólio do PRR sobre as 32 cadeiras do Legislativo

---

<sup>26</sup> MORÍTZ, 1939. op. cit. p. 192.

<sup>27</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 46

<sup>28</sup> Idem. p. 47.

<sup>29</sup> Idem. p. 48.

<sup>30</sup> OSÓRIO, 1930. op. cit. p. 75.

constituía ao mesmo tempo um desvio radical em relação à representação bipartidária da Assembléia Provincial do Império e uma demonstração prévia do estilo castilhistas”<sup>31</sup>.

A Assembléia Constituinte Estadual era responsável por avaliar o projeto de Constituição que deveria ser elaborado por uma Comissão composta por Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos e Assis Brasil. Contudo, Barcellos estava no Rio de Janeiro, e Assis Brasil, que só foi consultado sobre o projeto escrito unicamente por Júlio de Castilhos na véspera da entrega à Constituinte, divergia teoricamente da inspiração teórica da carta<sup>32</sup>. O positivismo era tão acentuado no projeto que Miguel Lemos, o chefe do Apostolado Positivista, considerava essa Constituição como uma das mais avançadas no Ocidente<sup>33</sup>. A Constituição foi aprovada em 14 de Julho de 1891 e no dia seguinte, Júlio de Castilho assumiu como o primeiro Governador constitucional do Rio Grande do Sul após uma votação unânime na Câmara estadual.

De Julho a Novembro de 1891, a política no Rio Grande do Sul foi controlada por Júlio de Castilhos. No dia 3 de Novembro, quando o Marechal Deodoro fechou o Congresso, o Governador apoiou o Golpe de Estado nacional<sup>34</sup>. Contudo, os políticos opositores ao PRR em conjunto com oficiais militares estaduais, não aceitaram o posicionamento adotado por Castilhos. No dia 11 de Novembro, um movimento liderado por Assis Brasil, Barros Cassal e o General Manoel Luis da Rocha Osório, acompanhados de uma multidão, forçaram a renúncia de Júlio de Castilhos<sup>35</sup>.

Essa disputa dentre o PRR e os partidos da oposição, nos primeiros anos da República, foi interpretada por Hégio Trindade como um enfrentamento de dois projetos de governo. Para o autor, tantos os “conservadores autoritários” quanto os “conservadores liberais” estavam “assentados na estrutura de dominação tradicional, mas que possuem como elemento permanente e característico o conflito entre dois modelos de organização do sistema político: a república liberal versus a república autoritária”<sup>36</sup>.

Loiva Felix propõe uma explicação um pouco diferente. Para ela, além da questão política houve uma importante perda econômica que motivou a disputa. Os Liberais tinham

---

<sup>31</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 48.

<sup>32</sup> TRINDADE, Hégio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937)”. IN: ANTONACC, Maria Antonieta; et all. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. pgs. 119-191 p. 137-139.

<sup>33</sup> DIDONET, Zilah C. *O Positivismo e a Constituição Riograndense de 14 de Julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977. p. 67.

<sup>34</sup> Em telegrama à Deodoro, Júlio de Castilho comunicou, no dia 4 de Novembro, que “ordem pública será plenamente mantida aqui”. Ver: MORÍTZ, 1939. op. cit. p. 234.

<sup>35</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 52.; MORÍTZ, 1939. op. cit. p. 261.

<sup>36</sup> TRINDADE, 1979. op. cit. p. 119-191. citação p. 122.

um “pacto” com o Império. Esse pacto consistia em assegurar as fronteiras do extremo sul do Brasil em troca de vistas grossas ao contrabando, que o governo central só tolerava porque não tinha os meios de extingui-lo. Ou seja, os proprietários da fronteira oeste, região de domínio do Partido Liberal, foram os mais afetados quando os republicanos do PRR assumiram o governo e impuseram o fim das isenções alfandegárias, além de aumentar a fiscalização ao contrabando <sup>37</sup>.

Esse era o ambiente político no Rio Grande do Sul quando o Conde de Paço D’Arcos enviou o primeiro telegrama que temos notícia citando a situação no estado. O telegrama enviado para Portugal dizia que o “Rio Grande do Sul [estava] revoltado contra [a] ditadura”<sup>38</sup>. Vejamos agora de que forma isso possibilitou uma interpretação original acerca da Revolução Federalista.

### 3.1.2. *A interpretação original*

Quando o Conde de Paço D’Arcos enviou o telegrama para Portugal informando que o Rio Grande do Sul estava revoltado contra a ditadura, ele deixou claro que a revolta sulina estava associada à política nacional. Dessa forma, quando aconteceu o contra-golpe, em 23 de Novembro, liderado por Custódio de Mello com a participação Floriano Peixoto, para esse diplomata, a ordem havia sido restabelecida. Em telegrama no dia 23, Carlos Eugênio comunicou ao governo de Portugal que o Marechal Floriano Peixoto havia convocado o Congresso Nacional e que tudo estava tranquilo <sup>39</sup>.

Nesse momento, no Rio Grande do Sul, havia assumido o governo desde o dia 12 de Novembro uma junta governativa. O triunvirato era composto por Assis Brasil, Barros Cassal e o General Manoel Luis da Rocha Osório <sup>40</sup>. De acordo com Joseph Love, o sucesso da revolta no Rio Grande do Sul inspirou os conspiradores de outras áreas do país, até o momento em que Custódio de Mello levantou a Armada contra o governo Deodoro <sup>41</sup>. Porém, essa junta governativa teve um curto período de duração, e no dia 17 de Novembro, o General Barreto Leite assumiu como Governador, sendo Barros Cassal o Vice-Governador.

---

<sup>37</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 68.

<sup>38</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 99. [despacho de 11.11.1891]

<sup>39</sup> Idem. p. 105. [despacho de 23.11.1891]

<sup>40</sup> MORÍTZ, 1939. op. cit. p. 292.

<sup>41</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 52.

No dia 25 de Novembro, Carlos Eugênio enviou um longo relatório para Portugal dando mais informações sobre o contra-golpe do dia 23. Nesse documento ele expôs que “a revolução do Rio Grande a favor do Congresso diz-se acalmada com a queda da ditadura”<sup>42</sup>. Essa é origem do que nós chamamos de *interpretação original*. Para esse diplomata, a revolta no Rio Grande do Sul se fez em função da defesa do Congresso, ou seja, a defesa da legitimidade das instituições e da ordem. Dessa forma, a ditadura de Deodoro representava a desordem, assim como o governo estadual riograndense que a apoiou.

No dia 5 de Janeiro de 1892, Gaspar Silveira Martins chegou ao Rio de Janeiro após seu exílio na Europa <sup>43</sup>. No dia 7 de Janeiro, o Conde de Paço D’Arcos comentou que os partidários da monarquia estavam esperançosos com o retorno de Silveira Martins, e “que se ele levantar o pendão monárquico no Rio Grande do Sul, a Baía e alguns outros estados pronunciar-se-ão logo a favor e a monarquia será restabelecida (...)” <sup>44</sup>.

Com o retorno do líder dos Liberais, a situação política no Rio Grande do Sul ficou mais instável. No dia 9 de Fevereiro o Conde de Paço D’Arcos enviou um documento para Portugal dizendo que “nos ultimos três dias os telegramas chegados do Rio Grande do Sul dão noticia de ter rebentado naquêl estado uma revolução, que expulsara a tiros, a bordo de um pequeno vaso de guerra, o governador nomeado pelo Marechal Presidente” <sup>45</sup>. O documento prossegue dizendo que há poucas notícias a respeito dessa revolução, e que o Cônsul de Portugal no Rio Grande do Sul, Vicente Nunes Tavares, permaneceu sem enviar explicações mais detalhadas sobre o episódio <sup>46</sup>.

A revolução mencionada acima se refere à tentativa frustrada dos republicanos castilhistas de recuperar o controle do estado. De acordo com Sérgio da Costa Franco, ao suspeitar que houvesse uma conspiração que tramava uma revolta naquela manhã de 4 de Fevereiro “o Governo do Gen. Barreto Leite adotou uma série de medias preventivas, começando por refugiar-se a bordo da canhoneira ‘Marajó’, atracada no porto, na certeza de contar com o apoio das unidades do Exército” <sup>47</sup>. Dentre as medidas adotas pelo governo para reprimir a revolta destacam-se duas. A primeira foi o aquartelamento da Guarda Cívica dentro da Escola Militar, que era fiel ao governo estadual. A segunda foi a mobilização da polícia, chefiada por Barros Cassal, para retomar o prédio da Repartição de Terras Públicas, que foi

---

<sup>42</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 109. [despacho de 25.11.1891]

<sup>43</sup> OSÓRIO, 1930. op. cit. p. 90.

<sup>44</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 124. [despacho de 07.01.1892]

<sup>45</sup> Idem. p. 132. [despacho de 09.02.1892]

<sup>46</sup> O nome completo do Cônsul de Portugal foi encontrado no AHRGS, seção de consulados, maço CN 21, caixa 11. documento expedio em 28 de Novembro de 1891.

<sup>47</sup> FRANCO, 1967. op. cit. p. 128.

ocupado pelos castilhistas, e também impedir a tentativa de tomada do Telégrafo Nacional na madrugada do dia 5 de Fevereiro.

De acordo com Joseph Love, os únicos resultados desse “(...) levante abortivo a 4 de Fevereiro foram diversas mortes em todo o Estado, muitas das quais de membros do PRR”<sup>48</sup>. Essas mortes estão associadas às perseguições políticas ocorridas durante o período que ficou conhecido como *governicho*<sup>49</sup>. A oposição havia sido vítima, desde a Proclamação da República, das arbitrariedades cometidas pelos castilhistas. Dessa forma, ao alcançar o governo do estado em 12 de Novembro de 1891, passou a perseguir os castilhistas de forma revanchista, acirrando os ânimos políticos desses grupos.

No dia 21 de Fevereiro de 1892 Gaspar Silveira Martins retornou à Porto Alegre. Desde o retorno do líder dos Liberais ao estado, o governo de coalizão do PRF se dissipou. Os antigos membros do partido republicano histórico que compunham o PRF (dissidentes) se negavam a se submeter ao mando de Silveira Martins<sup>50</sup>. A figura do Conselheiro era associada à antiga ordem imperial a despeito de suas declarações afirmando o contrário. Nesse sentido, no dia 3 de Março, o Conde de Paço D’Arcos enviou outro relatório para Portugal comentando que Silveira Martins havia feito declarações dizendo lutar pelo parlamentarismo, porém, os monarquistas ainda nutriam esperança de que na realidade a mudança seria de instituições, e não de reforma constitucional<sup>51</sup>.

A situação política no estado se tornaria ainda mais complexa com a criação de um novo partido. No dia 31 de Março, na cidade de Bagé, ocorreu um encontro presidido pelo General João Nunes da Silva Tavares, o “Joca Tavares”, irmão do Dr. Francisco da Silva Tavares, que havia assumido o governo do estado interinamente em Maio de 1890<sup>52</sup>. Nesse encontro foi fundado o Partido Federalista, e o Conselheiro Gaspar Silveira Martins foi aclamado chefe político dessa nova agremiação. A principal bandeira do novo partido era a defesa do parlamentarismo<sup>53</sup>.

---

<sup>48</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 54.

<sup>49</sup> Após ser destituído do cargo de Governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos se dedicou inteiramente ao jornal *A Federação*. Nesse período, ele tachou o governo estadual e sua imobilidade administrativa pejorativamente de *governicho*. Esse termo acabou sendo usado pela historiografia do período para se referenciar ao momento político estadual compreendido entre a queda de Júlio de Castilhos, em 12 de Novembro de 1891, e o seu retorno ao poder em 17 de Julho de 1892.

<sup>50</sup> Idem. p. 53.

<sup>51</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 135. [despacho de 03.03.1892]

<sup>52</sup> Para ver a participação desses dois irmãos na Revolução Federalista, ver: AXT, Günter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. [Tomo I – Francisco da Silva Tavares; Tomo II – General Joca Tavares.]

<sup>53</sup> OSÓRIO, 1930. op. cit. p. 89.

Joseph Love destacou que, se por um lado o PF perdia muito adeptos em função da proeminência do seu chefe, por outro, ganhava mais “coesão e unidade de propósito” no combate aos castilhistas <sup>54</sup>. De acordo com Héglio Trindade, o “conservadorismo-liberal” tentou se organizar em um primeiro momento a partir da União Nacional, depois com o Partido Republicano Federal, porém, “somente encontrará condições de viabilidade, para a formação de um partido próprio, após o retorno de seu líder, com a formação do Partido Federalista” <sup>55</sup>.

A partir de do mês de Abril de 1892, o governo do Presidente Floriano Peixoto se encontrava em um momento delicado em relação à política riograndense. Da mesma forma que ocorriam disputas pelo poder no Rio Grande do Sul, outros estados da federação apresentavam situações semelhantes. Para o governo central pacificar e sedimentar a República, era necessário extinguir os focos de instabilidade nos estados. Nesse sentido, estabelecer a ordem no Rio Grande do Sul era primordial.

Os dois grupos políticos que se apresentavam fortes e capazes para assumir o controle do estado eram o PRR e o PF. De um lado estava Júlio de Castilhos, um republicano histórico que havia apoiado a ditadura de Deodoro. De outro Gaspar Silveira Martins, líder político do antigo Partido Liberal que se opunha ao presidencialismo da Constituição vigente e ainda era identificado como monarquista. A única solução para pacificar o estado, aos olhos do General Bernardo Vasques, Comandante da Região Militar local, era permitir que o PRR reassumisse o poder. Um “agente” teria sido enviado por Floriano para averiguar essa leitura política do General Vasques. Ao retornar de sua “missão”, esse “agente” teria confirmado que o retorno do PRR ao poder poderia pacificar o estado. Ou seja, o governo de Floriano não só estava ciente do futuro golpe de Júlio de Castilhos como concordou com ele <sup>56</sup>.

O apoio do governo central foi decisivo para que o golpe de 17 de Junho de 1892 fosse vitorioso. As tropas controladas pelo General Vasques permaneceram passivas à investida castilhista que contava com o apoio da Brigada Militar. Naquele momento, o Governador em exercício era, novamente, o Visconde de Pelotas. Quando esse percebeu que não tinha apoio das forças armadas para resistir, transferiu o governo por telegrama para o Comandante da guarnição de Bagé, o General Joca Tavares. Ao assumir o poder, Júlio de Castilhos se auto-

---

<sup>54</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 54.

<sup>55</sup> TRINDADE, 1979. op. cit. p. 140-141.

<sup>56</sup> De acordo com Joseph Love, “Floriano sabia dos pontos essenciais do golpe proposto e, ao menos tacitamente, concordou com eles, no início de junho”. IN: LOVE, 1975. op. cit. p. 56-57.

proclamou o “governo legal de restauração”. Esse episódio deu margem para que houvesse dois governos que se proclamavam detentores da legalidade no estado <sup>57</sup>.

O Conde de Paço D’Arcos continuou fundamentado em sua *interpretação original* sobre esses acontecimentos. Para o diplomata, a política riograndense era o contra-exemplo daquilo que ele prezava. Isso ficou explícito em seu relatório do dia 22 de Junho de 1892, que dizia que “o *ex-governador deodorista Castilhos*, ajudado pelas massas populares, expulsa do governo o general Visconde de Pelotas, eleito pelos parciais da situação Floriano (...)”. Ou seja, para Carlos Eugênio, o retorno de Júlio de Castilhos representava a desordem, uma vez que ele havia apoiado o golpe de Deodoro que fechou o Congresso. Do ponto de vista da defesa da hierarquia militar, o relatório diz que a revolução continuava apesar de os jornais favoráveis a Floriano defenderem “(...) que tudo aquilo nada importa porque as tropas se conservaram fieis! Mas a ser assim, como é que o general Pelotas, que passa por bravo militar, resignou o poder sem combate?” <sup>58</sup>

No dia 20 de Julho de 1892, em relatório enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Ferreira do Amaral <sup>59</sup>, Carlos Eugênio escreveu que houve uma “ensanguentada revolução” no Estado do Rio Grande do Sul. Os detalhes dessa revolta eram confusos até mesmo para ele que estava no Brasil, portanto, prevendo a dificuldade de seu Ministro em compreender o desenrolar dos acontecimentos, esse diplomata produziu um longo documento explicando a revolução. A sua explicação é nitidamente pautada pela sua *interpretação original*. Vejamos de que forma ele resumiu esse episódio.

Depois da revolta de 23 de novembro, que ergueu ao poder a situação Floriano, - restauração da legalidade- como se apregoava aos quatro ventos, governavam o Rio-Grande indivíduos desta situação, tendo sido derrubado naquele Estado o governo de Julio de Castilhos, que era o *partidário de Deodoro e apoiara a ditadura* do marechal primeiro presidente da Republica. Foi Rio Grande dos últimos Estados que se ligaram à *restauração da legalidade*, (grifo no original). e celebrou-se tal acontecimento como uma vitória que pacificava o Brazil, como se disse.

Ultimamente governava o Estado, em nome ou por conselho do governo federal, o general Visconde de Pelotas, quando de súbito um grupo insignificante de populares, estudantes e alguns policiais, proclamaram em Porto Alegre a restauração de Julio de Castilhos, hastearam a bandeira da revolta, que em breve se estende por todo o Estado, e o Visconde de Pelotas, *apesar dos seus louros de valente militar*, deixa o cargo sem resistência, entrega-o, por telegramas, ao general Silva Tavares, que estava em Bagé, e no entretanto Julio de Castilhos, proclamado novamente governador sem oposição, nomeia vice-governador Vitorino Monteiro, a quem confia as rédeas do governo.

---

<sup>57</sup> Idem. p. 57.

<sup>58</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 161. [despacho de 22.06.1892] (grifos nosso)

<sup>59</sup> Ferreira do Amaral ocupou pela primeira vez o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 06.07.1892 até 28.07.1892. Na segunda oportunidade foi entre 09.11.1892 e 18.11.1892. A terceira foi entre 23.12.1892 e 22.02.1893.

Parte da grossa esquadilha dos navios federais, liga-se aos *revoltosos*, e outra parte conserva-se fiel a *Silva Tavares, que era até então o representante do governo federal*; o mesmo fez o exercito.

No entretanto, sem que nada o fizesse supor (pelo menos a quem está fora de todas estas intrigas políticas), o marechal Floriano reconhece e apóia os *revoltosos de Castilhos e Vitorino Monteiro*, que passam a chamar-se *restauradores da legalidade* (grifos no original), e *os que até ali estava com o governo federal transformaram-se por esse fato em revoltados*, a quem se atira como cães danados!

Dão-se combates, crescem a *desordem*, e por fim, vencido, Silva Tavares foge para o estrangeiro e *proclama-se a legalidade* com o apoio do governo federal <sup>60</sup>.

Essa *interpretação original* do Conde de Paço D'Arcos em relação à política no estado do Rio Grande do Sul permaneceu inalterada durante o período de sua Missão Diplomática. Dessa forma, por mais que tenham existido dificuldades de compreender a política riograndense, esse diplomata teve tempo para reelaborar suas impressões. Porém, o condicionamento de sua formação militar e política conservadora fizeram com que a sua visão permanecesse a mesma.

No dia 3 de Agosto de 1892, por exemplo, em relatório enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Ayres de Gouveia<sup>61</sup>, Carlos Eugênio prosseguiu com os seus comentários acerca da política rio-grandense. Nesse momento, ele já havia identificado a ajuda que o General Vasques havia dado a Júlio de Castilhos, pois essa revolução só tinha sido vitoriosa em função do “apoio que lhe deu o general Bernardo Vasques, comandante das forças militares federais, o qual fingindo completa isenção nas lutas internas do Estado, auxiliava Castilhos, moral e materialmente (...)”<sup>62</sup>. Essa ajuda concedida aos republicanos castilhistas explicaria “(...) como o Marechal Pelotas resignou tão facilmente o Governo do Estado, e como de um dia para o outro o velho General Silva Tavares se viu mudado de governador substituto em comandante de revoltosos (...)”<sup>63</sup>.

No mesmo documento havia críticas a um julgamento militar decorrente da volta de Júlio de Castilhos para o governo do estado. Esse foi o caso do comandante do navio *Marajó*, que permaneceu fiel ao governo estadual deposto pelos castilhistas e, obedecendo às ordens de Barros Cassal, bombardeou a cidade de Porto Alegre<sup>64</sup>. A perplexidade de Carlos Eugênio residia em que o comandante da *Marajó* já se encontrava preso no Rio de Janeiro “(...) como revoltoso, acusado de traição e desobediência à *legalidade* (grifo no original)”<sup>65</sup>.

---

<sup>60</sup> Idem. p. 161-162. [despacho de 22.06.1892] (grifos nosso)

<sup>61</sup> O Ministro Ayres de Gouveia (Bispo de Bethsaida) esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre: 27.05.1892 até 06.07.1892. Depois entre 23.07.1892 até 09.11.1892. E novamente entre 18.11.1892 até 23.12.1892.

<sup>62</sup> Idem. p. 166. [despacho de 03.08.1892]

<sup>63</sup> Idem. p. 166-167. [despacho de 03.08.1892]

<sup>64</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 57;

<sup>65</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 167. [despacho de 03.08.1892]



Todo esse ambiente de instabilidade gerado, sobretudo, a partir das ocorrências no Rio Grande do Sul, gerava previsões políticas para o futuro do Brasil. O Conde de Paço D’Arcos transmitia suas impressões políticas e solicitava “reservas” para o Ministro de Portugal, ainda em 3 de Agosto de 1892.

Tudo isto se apresenta pois como um meio adoptado para destruir o partido de Silveira Martins, e aniquilar a influência que este tinha até agora na sua terra natal. Veremos mais tarde o que este faz no Congresso, e se o Marechal Floriano ganhou com esta nova campanha de que o dizem autor; quando já – ainda que muito escondidamente – se fala em tramas ocultos do Ministro Custódio de Mello, o qual auxiliado pelo outro ministro Serzedello Correia, conspira para se fazer ditador derrubando Floriano, valendo-se desde por enquanto para o obrigar a desbravar-lhe o caminho livrando-o de adversários influentes. Compreende V. Ex.<sup>a</sup> que relato estes boatos com todas as reservas, ainda que deles me tenham falado alguns dos meus colegas, entre outros o Ministro de Inglaterra.

Mesmo tendo passado alguns meses do retorno de Júlio de Castilhos ao governo do estado, em 17 de Junho de 1892, a *interpretação original* desse diplomata permaneceu inalterada. Em 6 de Setembro, ele alertou o governo português para um plano de conspiração que havia sido descoberta no estado. Após prisões de partidários de Silveira Martins, foram apreendidas cartas que explicitavam que o General Silva Tavares, em conjuntos com seus partidários estimados em 15 mil homens armados, planejavam a invasão do estado a partir do Uruguai. O documento prossegue com uma breve explicação político-conceitual dos partidos envolvidos.

Visto que falei em federalistas ou gasparistas, denominações com que indiferentemente são tratados os partidários de Silveira Martins pela imprensa do actual governo do Rio Grande (partido de Júlio de Castilhos) devo lembrar ainda mais uma vez que a gente hoje proscrita do Rio Grande é a que estava com o governo Floriano depois de 23 de novembro, e que aqueles que os depozeram e obrigaram a fugir (partidários de Castilhos), que parece terem sido apoiados por Floriano, são os homens da ditadura Deodoro. Portanto a denominação com que estes tratam os contrários, que agora perseguidos pensam mais, ao que se afigura, em independência e separação do que em federação, é um verdadeiro eufemismo<sup>66</sup>.

Ainda no mês de Novembro de 1892, as notícias das violências que eram perpetradas no Rio Grande do Sul fizeram com que o Conde de Paço D’Arcos arriscasse, inclusive, interpretações sociológicas da composição histórica do estado. Ao falar dos assassinatos cometidos de algumas personalidades importantes, Carlos Eugênio emitia suas impressões, dizendo que “(...) os gasparistas ou federalistas não deixam a primazia da barbaridade aos castilhistas, nem estes àqueles. Tão bárbaros uns como outros”. Essa violência teria origem nos “(...) descendentes dos portugueses massacradores do Oriente, e ainda misturados com os hespanhois desoladores da America. É o character de fera energia peninsular, dobrada com os

---

<sup>66</sup> Idem. p. 178. [despacho de 06.11.1892]

ódios partidários da ocasião”. Em sua opinião, “mouros e ibéricos não se batiam com mais raiva e maior violência”<sup>67</sup>.

As notícias dessas atrocidades prosseguiram no ano seguinte ampliando a sensação de desordem social. No relatório de 1 de Janeiro de 1893, Carlos Eugênio comentou que “os combates de guerrilhas, os ataques às casas particulares, os assassinatos e os fusilamentos sem julgamento, são todos os dias relatados nos jornais (...)”. E da mesma maneira que as violências eram cotidianas, a invasão dos federalistas a partir do Uruguai era igualmente alertada diariamente, porém, “a invasão prometida ainda se não efectuou, apesar de todos os dias anunciada; parece que os chefes federalistas esperam acção conjunta em outros Estados”<sup>68</sup>.

Para o Conde de Paço D’Arcos, militar de formação e monarquista conservador, a instabilidade estava relacionada com a forma de governo. A experiência de paz social que o segundo reinado trouxera para a sociedade brasileira havia sido abandonada com a instauração da República. Dessa forma, “(...) o cunho especial desta guerra interna dos rio-grandenses é a imitação dos costumes das republicas hespanholas, na barbaridade”<sup>69</sup>.

Em relatório de 1 de Março de 1893, a tão anunciada invasão dos federalistas foi comunicada para Portugal<sup>70</sup>. Porém, o que chama atenção, é que a invasão se deu em 2 de Fevereiro<sup>71</sup>, e só um mês depois que o Conde de Paço D’Arcos comunicou esse acontecimento<sup>72</sup>. A explicação para esse “atraso” pode ser encontrada na própria documentação do Conde de Paço D’Arcos em 8 de Abril de 1893. Nesse relatório, são fornecidas algumas pistas sobre como circulavam as informações durante a Revolução Federalista.

(...) os poucos telegramas, que aqui aparecem vindos de Buenos-Aires ou Montevidéu, e em que tôda a gente acredita apesar dos desmentidos, que quasi quotidianamente são dados pela folha oficial. Segundo o ‘Diário Oficial’ a campanha

---

<sup>67</sup> Idem. p. 179-180. [despacho de 20.11.1892]

<sup>68</sup> Idem. p. 182. [despacho de 01.01.1893]

<sup>69</sup> Idem. p. 186. [despacho de 11.02.1893]

<sup>70</sup> Idem. p. 189. [despacho de 01.03.1893] Sobre as relações entre os federalistas emigrados e políticos opositoristas uruguaios, assim como a diplomacia marginal entre Uruguai e o governo do Rio Grande do Sul, ver: RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999.

<sup>71</sup> LOVE, 1975. op. cit. p. 66. A invasão dos federalistas a partir do Uruguai, em 2 de Fevereiro de 1893, costuma ser o evento utilizado pela historiografia para sinalizar o início da Revolução Federalista. Contudo, Sérgio da Costa Franco, prefere utilizar como baliza a retomada do poder por Júlio de Castilhos em 17 de Junho de 1892. (Ver: FRANCO, 1993. op. cit.) Em nosso ponto de vista, a partir da documentação produzida pelo Conde de Paço D’Arcos, a periodização proposta por Sérgio da Costa Franco faz sentido por ser o retorno de Júlio de Castilhos um marco para radicalização política e perseguições pessoais.

<sup>72</sup> A única ressalva a ser feita, é que a invasão pode ter sido comunicada anteriormente por telegrama ou relatório, porém, não há, entre os documentos transcritos, nenhuma evidência nesse sentido.

estaria já finda e o Estado em paz, o que é evidentemente falso, e pelo exagero faz descrever de tudo que no mesmo Diário aparece sobre a luta no Rio Grande<sup>73</sup>.

No mês seguinte, em 6 de Maio, Carlos Eugênio prosseguiu tanto com a sua *interpretação original* do conflito, quanto em suas críticas às poucas e não confiáveis notícias recebidas sobre a marcha política no estado. Sobre as verdadeiras razões que moveriam a revolta no Rio Grande do Sul, destacou que, “(...) a guerra é entre dois homens e seus sequazes (...) Por enquanto não é senão questão de homens facciosos! Tira-te tu para eu subir!”. Em relação às notícias que chegavam à Capital, esse diplomata denunciou que “(...) telegramas e cartas são abafados pelo governo federal (...)”<sup>74</sup>.

A dificuldade em receber informações confiáveis sobre o desenrolar da Guerra Civil entre castilhistas e gasparistas, fez com que esse diplomata tivesse dificuldades em levantar hipóteses sobre o futuro dessa contenda. De acordo com ele,

A minha convicção, como já disse, é que desta conflagração do Rio Grande, pode sair *tudo*, em resultado final *conforme* as circunstâncias de ocasião o promovam! Ou a separação daquele Estado e dos Estados convisinhos, da Federação Brasileira, formando outra república! Ou a federação com as repúblicas independentes do Prata! Ou nova constituição dando o parlamentarismo à república do Brasil, em vez do *presidencialismo* que hoje há! Ou ainda – o que é muito mais duvidoso – a restauração monárquica, que é forçoso dizê-lo é avessa aos princípios e costumes americanos! Contudo os monárquicos são ainda numerosos no Brasil, tudo se pode supor; e eles continuam muito animados esperando pescar nas águas turvas deste descalabro governativo e político<sup>75</sup>.

A única certeza no mês de Junho era que as tropas federais, que estavam sendo enviadas para o estado, eram compostas quase que exclusivamente por indivíduos provenientes dos estados do norte do país e, em razão do “rigoroso inverno”, elas estavam sendo “vitimadas pela intempérie do clima”<sup>76</sup>. Para Carlos Eugênio, “a campanha do Rio Grande do Sul parece sustada pela ação do inverno”<sup>77</sup>.

Contudo, o mês de Julho reservou inúmeras novidades não só para o conflito riograndense, mas para a política nacional. O Almirante Wandenkolk, um dos signatários do Manifesto dos 13 Generais de Abril de 1892, desde Abril de 1893 havia se declarado contra o governo de Floriano Peixoto e se declarado a favor dos federalistas. Em Julho, ajudado por uma tripulação audaciosa a partir de Buenos Aires, ele se apossou de um navio mercante da Companhia Frigorífica e ameaçou a cidade de Rio Grande, interrompendo o porto dessa localidade. A ação havia sido combinada em conjunto com o General Gumercindo Saraiva, o

<sup>73</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 195. [despacho de 08.04.1893]

<sup>74</sup> Idem. p. 197-198. [despacho de 06.05.1893]

<sup>75</sup> Idem. p. 204. [despacho de 06.05.1893] (grifos no original)

<sup>76</sup> Idem. p. 214. [despacho de “junho” de 1893]

<sup>77</sup> Idem. p. 216. [despacho de 17.06.1893]

qual demorou em chegar por terra. Logo em seguida, o Almirante saiu navegando com rumo desconhecido, sendo esperado no Rio de Janeiro para revoltar a Armada. Entretanto, foi aprisionado no porto de Canasvieiras, uma praia no norte da ilha de Desterro, em Santa Catarina – que no futuro teria o seu nome mudada para Florianópolis, ou Cidade de Floriano – e seguiu escoltado até o Rio de Janeiro, onde permaneceu preso<sup>78</sup>.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o Almirante e sua tripulação ficaram presos na Fortaleza de Santa Cruz. Esse fato foi interpretado pela oficialidade da Marinha como uma afronta a essa instituição, porque a fortaleza era jurisdição do Exército, e Wanderkolk era senador, só podendo, portanto, ser preso com aprovação do Senado. A situação se agravaria ainda mais, pois, mesmo que o Almirante tivesse recebido um habeas-corpus do Supremo Tribunal, Floriano Peixoto se negou a soltá-lo, cumprindo a ordem só para os civis, mantendo preso os militares.

Carlos Eugênio acompanhou tudo com extrema atenção, e no fim de Julho ele noticiou à Portugal que,

a campanha no Rio Grande não acabou com a prisão de Wandenkolk. A barra do Rio Grande está livre, o porto desbloqueado; mas os generais federalistas, que não puderam chegar ao cerco da cidade a tempo de concorrer com o Almirante, internaram-se no Estado e continuam a guerra. Os telegramas de ontem anunciavam uma grande batalha em Jaguarão, onde o mais audaz e mais activo dos chefes gasparistas, o general e guerrilheiro Gumerindo Saraiva, desbaratara as forças do governo alcançado sobre elas grande victoria.

Ao mesmo tempo o velho e respeitado general Silva Tavares, o primeiro militar da revolução, avança com o grosso do exercito novamente sobre Pelotas onde se concentram as forças do governo<sup>79</sup>.

O fim da Revolução Federalista estava longe e tudo indicava que a situação política nacional poderia piorar.

---

<sup>78</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 112-116.

<sup>79</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 242. [despacho de 29.07.1893]

### 3.2 A Revolta da Armada

A documentação produzida pelo Conde de Paço D'Arcos é uma excelente fonte sobre a Revolta da Armada de 6 de Setembro de 1893, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Esse diplomata acompanhou de perto a primeira fase da insurgência naval contra o governo de Floriano Peixoto, e na condição de Ministro Plenipotenciário de Portugal, ele teve a oportunidade de circular entre os grupos dirigentes do Estado brasileiro<sup>80</sup>. Esses dois fatores conjugados (observador/diplomata) tornaram sua documentação valiosa para estudos posteriores.

Contudo, é preciso ser cauteloso na utilização desse acervo. Antes de tomarmos suas previsões, julgamentos e relatos como expressão de “sinceridade e franqueza”<sup>81</sup>, é prudente realizarmos a crítica da fonte e não deixarmos que a grande quantidade de informações e pequenos episódios, assumam preponderância sobre o exame documental. A partir desse exercício de pensar o objeto, elencamos a sua formação militar e orientação política conservadora, como dois elementos essenciais para compreendermos suas defesas da ordem social e da hierarquia militar.

A defesa da ordem é encontrada em sua constante preocupação com a possibilidade de bombardeamento da Capital Federal pela frota insurrecionada. Da mesma forma, a exigência do cumprimento das formalidades diplomáticas e militares está associada a sua intransigente defesa da hierarquia. Portanto, nossa análise será dividida em três momentos distintos.

No primeiro momento, vamos contextualizar o movimento revolucionário da Marinha. Em seguida, analisaremos a intervenção estrangeira na revolta. Por último, vamos discutir porque o governo brasileiro solicitou ao governo de Portugal a remoção desse diplomata.

---

<sup>80</sup> De acordo com Edgard Carone, a primeira fase da Revolta da Armada ficou marcada pela liderança do Almirante Custódio de Melo, e vai de 06.09.1893 até 09.12.1893. Nessa data o Almirante Saldanha da Gama aderiu ao movimento dando início a segunda fase da revolta, que terminou em 13.05.1894 quando os revoltosos pediram asilo diplomático nas embarcações portuguesas. A terceira fase compreende o período entre o asilo diplomático e a morte do Almirante Saldanha em 24.06.1895. Ver: CARONE, 1983. op. cit. p. 122. O nosso trabalho compreende apenas a primeira fase da revolta porque o Conde de Paço D'Arcos permaneceu como diplomata no Brasil até o dia 20 de Novembro de 1893.

<sup>81</sup> “Suas previsões são razoavelmente acertadas e os julgamentos, embora nem sempre imparciais, dão invariavelmente a impressão de sinceridade e franqueza”. Ver: COSTA, Sérgio Corrêa da. *Brasil, segredo de Estado: Incursão descontrada pela história do país*. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. (sobretudo os capítulos 10 e 12). Citação p. 217.

### 3.2.1 As primeiras contestações

Em 23 de Dezembro de 1891 o Conde de Paço D’Arcos enviou um relatório para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Valbom, detalhando a situação política brasileira após um mês do movimento liderado por Custódio de Melo e Floriano Peixoto, que depôs Deodoro da Fonseca. Nesse documento é explicitado que “a situação é demasiadamente tensa e não seria fora de propósito que estivessem na baía do Rio de Janeiro alguns navios de guerra das potencias européias”<sup>82</sup>.

A inquietação desse diplomata residia na questão da ordem social, sobretudo para os interesses financeiros de Portugal e dos seus súditos que residiam no Brasil<sup>83</sup>. Portanto, a instabilidade política gerou uma tensão diplomática, sendo inclusive cogitada naquela época a presença militar para salvaguardar os interesses estrangeiros. Os navios de guerra portugueses não vieram nesse primeiro momento. Contudo, a situação política brasileira continuou gerando desconfianças em Carlos Eugênio, que anteviu algumas dificuldades que o governo iria enfrentar para sedimentar a República.

O principal obstáculo à ordem era a Revolução Federalista que espalhava o caos pelo Rio Grande do Sul. Em 13 Abril de 1893 aconteceu a defecção de Wandenkolk, que partiu para sul do Brasil para apoiar aquela revolução. Nesse dia, foi publicado no *Jornal do Comércio* um “recado” do Almirante para Floriano Peixoto, que dizia, de acordo com Hélio Leôncio Martins, “General, nos encontraremos um dia!”<sup>84</sup>. O Conde de Paço D’Arcos enviou um relatório em Maio para Portugal com alguma diferença literal no conteúdo dessa carta explicitado por Martins. No documento que o diplomata comentou essa carta do Almirante, diz que “em breve nos veremos frente a frente Marechal!”<sup>85</sup>.

Porém, é significativo o comentário que Carlos Eugênio faz sobre essa defecção de Wandenkolk. “Diz-se que o Almirante vai unir-se a Gaspar Martins e revolucionar a marinha que compõe as esquadilhas do Sul”. Ou seja, já era nitidamente percebida e divulgada a idéia de que o Almirante estaria planejando uma revolta naval, que aconteceu de fato em Julho na tentativa de conquistar o porto da cidade de Rio Grande.

---

<sup>82</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 122. [despacho de 23.12.1891]

<sup>83</sup> A instabilidade política fazia com que a moeda brasileira desvalorizasse em relação à libra inglesa, o que atingia diretamente o valor das remessas de dinheiro enviadas para Portugal pelos portugueses que aqui residiam. Essas remessas eram uma fonte importante para o equilíbrio da balança comercial portuguesa. Portanto, a desvalorização cambial brasileira proporcionou o aumento da crise financeira portuguesa. Sobre esses aspectos ver: GONÇALVES, 1995. op. cit.

<sup>84</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997. p. 104.

<sup>85</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 200. [despacho de 06.05.1893]

Ainda no mesmo documento de 6 de Maio de 1893 outra importante crise política, igualmente com consequências diretas para a Revolta da Armada, é mencionada por Carlos Eugênio. Trata-se da incompatibilização dos projetos de Custódio de Melo e Floriano Peixoto para pacificar o Rio Grande do Sul. Enquanto o primeiro defendia a intervenção federal, o segundo dizia ser inconstitucional o envio de tropas do governo para o estado. No dia 27 de Abril ocorreu a demissão do Ministro Custódio de Melo da pasta da Marinha, e do ministro Serzedelo Correia da pasta das Finanças <sup>86</sup>.

O Conde de Paço D’Arcos comunicou os pedidos de demissão e teceu alguns comentários sobre as “cartas - manifesto” de Custódio de Melo e Serzedelo Correia. Para esse diplomata, “esta mania democrática” da publicação de cartas, explicando as razões de determinados atos públicos, como as demissões, “obriga-os como é natural a contradições flagrantes conforme as circunstâncias da ocasião em que são escritas” <sup>87</sup>. Dessa forma, essas duas cartas,

(...) não-de ficar célebres na história pelas acusações graves que fazem ao Vice-Presidente, dão evidentemente armas aos defensores dêste para atacar os demissionários perguntando-lhes “como é que eles acompanharam sempre o Marechal nos actos de que hoje o acusam, e não largaram há mais tempo as pastas, que só agora abandonaram porque lhes convém mudar de política, embora pela traição, quando vêem Floriano em posição difícil”!

Entre os atos de apoio à Floriano durante seu exercício ministerial, Carlos Eugênio destacou, sobretudo, o apoio para algumas das deposições dos governadores pró-Deodoro, quando esse deu o Golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891. O diplomata regozijava-se dizendo que “agora é que a imprensa faz esta acusação e reconhece o alvo que visa Custódio de Melo; mas há muito tempo eu já o tinha visto, e que apontei para essa Secretaria de Estado”, se referindo à ambição presidencial do Almirante <sup>88</sup>.

Dez dias mais tarde ocorreu a eleição do Contra-Almirante Eduardo Wandenkolk para presidente do Clube Naval por maioria de 276 votos. De acordo com Edgard Carone, esse ato foi uma nítida afronta contra a pessoa e a política de Floriano Peixoto <sup>89</sup>. Para o Conde de Paço D’Arcos, eleger Wandenkolk para presidente do Clube Naval “(...) é bem significativamente uma *desfeita* ao Marechal, a quem o Almirante despediu ao partir para o Sul a *flecha do partha* com a sua ameaça do ‘encontrar-nos-emos Marechal!’ ”. Dessa forma,

---

<sup>86</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 113-114.

<sup>87</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 202. [despacho de 06.05.1893]

<sup>88</sup> Idem. p. 203. [despacho de 06.05.1893]

<sup>89</sup> CARONE, 1983. op. cit. p. 114.

para esse diplomata progressivamente ia se configurando uma oposição ao Marechal Floriano que “(...) apesar de ter por si indubitavelmente o exército, não está muito seguro”<sup>90</sup>.

Em Junho de 1893, a Revolução Federalista continuava consumindo as forças militares e financeiras da República. Nesse contexto, o Almirante Wandenkolk ainda não havia obtido sucesso em sublevar a esquadra a partir do Rio Grande do Sul. Os comentários de Carlos Eugênio sobre o conflito riograndense deixaram explícito que havia uma divisão entre as classes militares do Brasil. Para esse diplomata, o governo parecia não querer empregar a Marinha nesse conflito porque não podia confiar nessa instituição.

A eleição de Wandenkolk para presidente do Clube Naval e o apoio dessa instituição às doações para feridos da Revolução Federalista tornavam “(...) a marinha suspeita ao Marechal, que de certo se receia que o façam largar o poder, aqueles mesmos que lho deram em 23 de Novembro de 1891”<sup>91</sup>. Essas suspeitas de Carlos Eugênio são acertadas, pois, de acordo com Hélio Leôncio Martins, desde Junho de 1893 já havia contatos da oficialidade da Marinha para que Custódio de Melo liderasse uma revolta contra o governo Floriano, porém, esse resistia em aceitar o convite<sup>92</sup>.

Em 9 de Julho, Wandenkolk, a bordo navio frigorífico *Júpiter*, tentou bloquear o porto da cidade de Rio Grande<sup>93</sup>. O diplomata inglês, Mr. Hugo Wyndham, comunicou ao Conde de Paço D’Arcos o envio de um navio de guerra inglês para proteger os súditos ingleses e os estrangeiros que não tivessem navios naquela localidade. O diplomata português agradeceu a gentileza do colega e comunicou à Lisboa que “graves acontecimentos [no] Rio Grande do Sul; navios armados pelos federalistas bloquear porto combater baterias”<sup>94</sup>. O telegrama prosseguiu comentando a atitude inglesa de proteger os demais estrangeiros, e expondo que no Rio de Janeiro era esperada uma revolução e a queda do Presidente da República “a qualquer momento”<sup>95</sup>.

O Conde de Paço D’Arcos não escondeu as dificuldades em detalhar o episódio. O telégrafo havia sido interrompido e havia notícias dizendo que o Almirante Eduardo Wandenkolk planejava uma invasão da cidade de Rio Grande com os seus homens. Outras informações diziam que o governo havia tomado providências para sufocar essa insurgência naval. A experiência militar fazia com que Carlos Eugênio duvidasse de tudo e de todos.

---

<sup>90</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 209. [despacho de 20.05.1893] (grifos no original)

<sup>91</sup> Idem. p. 215. [despacho de “junho” de 1893]

<sup>92</sup> MARTINS, 1997. op. cit. p. 153.

<sup>93</sup> Idem. p. 106-107.

<sup>94</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 230. [despacho de 13.07.1893]

<sup>95</sup> Idem. p. 231. [despacho de 13.07.1893]



Ora isto tudo é absurdo, muito mais pelas contradições! Como é que Wandenkolk, batendo-se com as fortificações e com a esquadilha tentaria uma desembarque da sua pouca gente, quer fossem trezentos, quer cem? Como é que com a esquadilha de boas canhoneiras, ainda auxiliadas pelo cruzador “República”, não aprisionaram Wandenkolk num simples navio mercante? E sobretudo, reflexão natural a todos que pensam como é que, com tão boas notícias o telegrafo não abre comunicações ao publico e à imprensa e pelo contrário o governo do Marechal está com a sua tropa em prevenção, artilhando e guarnecendo à pressa as fortificações e defendendo com a artilharia e tropas a praia de Copacabana, ao lado do Rio de Janeiro, mas que por ser de fácil acesso, fora das vistas das fortalezas e separada da cidade por montanhas que a abrigam dos tiros de quaisquer baluartes, é a que mais se presta a um desembarque audacioso para atacar a cidade pela rectaguarda?<sup>96</sup>

Para surpresa desse diplomata, em 17 de Julho ele noticiou para Lisboa o aprisionamento do Almirante Wandenkolk no porto de Canasvieiras, na cidade do Desterro<sup>97</sup>.

No dia 19, o Conde de Paço D’Arcos recebeu a notícia de que a corveta portuguesa *Mindelo*, comandada pelo Conselheiro Castilhos, estava a caminho do Brasil<sup>98</sup>. O envio dessa corveta demonstra que para o governo de Portugal a situação política do Brasil era crítica. O clima de desordem e insegurança que o diplomata português descreveu em seus relatórios, fez com que o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Hintze Ribeiro, tomasse essa atitude.

O relatório do dia 29 de Julho foi enviado, detalhando os recentes acontecimentos envolvendo Wandenkolk. O comentário dizia que “era geral a opinião de estar eminente uma grande revolução, que, ou brotaria espontaneamente na Capital Federal, ou esperaria o momento em que à barra aparecesse o temido almirante com seus navios mercantes (...)”<sup>99</sup>. Existiam boatos de que ao invés de aprisionar o *Júpiter*, o cruzador *República* poderia ter se unido a ele. Porém, alguns deputados da oposição atribuíam a captura do Almirante à traição de alguém de dentro do Clube Naval. Alguma pessoa teria enviado um telegrama ou ofício, dizendo para Wandenkolk não temer o *República*, pois esse seria o primeiro navio a unir-se a ele na revolta<sup>100</sup>.

O clima de conspiração no Rio de Janeiro ganhava contornos mais nítidos quando o Almirante foi preso na Fortaleza de Santa Cruz. A alta oficialidade da Marinha não concordou com o fato de um almirante estar preso em uma fortaleza cuja jurisdição era do Exército. Nesse contexto chegou ao Rio de Janeiro, em 11 de Agosto, a corveta portuguesa *Mindelo*<sup>101</sup>. Carlos Eugênio comunicou para o seu governo no início de Agosto, que “por mais que os

---

<sup>96</sup> Idem. p. 234-235. [despacho de 16.07.1893]

<sup>97</sup> Idem. p. 236. [despacho de 17.07.1893]

<sup>98</sup> Idem. p. 238. [despacho de 29.07.1893]

<sup>99</sup> Idem. p. 240. [despacho de 29.07.1893]

<sup>100</sup> Idem. p. 241. [despacho de 29.07.1893]

<sup>101</sup> Idem. p. 245. [despacho de 11.08.1893]

meus colegas (que se julgam mais bem informados) continuem a afirmar-me que alguma coisa grave se trama na sombra, o facto é que nada aparece (...)”<sup>102</sup>.

De acordo com o autor anônimo das *Notas de um revoltoso*, na noite do dia 12 de Agosto foi convocada uma reunião no Clube Naval à noite. Essa reunião foi amplamente divulgada para que, justamente em função da sua publicidade, não despertasse desconfiança no governo. Contudo, essa reunião foi dissolvida e aqueles oficiais que já haviam sido avisados antecipadamente, se encontraram no segundo andar do Clube para formar um Comitê Revolucionário<sup>103</sup>.

A ideia era fazer a revolta naquela noite. Entretanto, em função de incompatibilidades entre o Presidente do Comitê recém criado, o Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, e o vice-presidente do Clube Naval (o Presidente era Wandenkolk que estava preso), o Capitão de Fragata Alexandrino de Alencar, o movimento foi adiado. Após algumas discussões, ficou acertado que seria convidado o Almirante Custódio de Melo para liderar o movimento, embora ainda houvesse dúvidas sobre a confiabilidade do escolhido. Preferia-se abertamente que a insurgência fosse comandada pelo Almirante Saldanha da Gama, porém esse recusou o convite<sup>104</sup>.

Em 27 de Agosto de 1893, as vésperas, portanto, do início da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, a situação política brasileira era delicada. A conspiração dentro da Marinha era explícita, e o Conde de Paço D’Arcos acompanhava atentamente essas notícias. Para esse diplomata, o Vice-Presidente dava sinais de que não largaria o poder facilmente, pois,

Aperta muito as mãos para que largue facilmente as rédeas, e não ser que lhe cortem os dedos, o que por enquanto não é possível, porque, incontestavelmente, tem ganho muita autoridade com a sua reserva e atrevimento. Se não tem prestígio, tem força; se o não estimam, temem-o; e essa circunstância é de muito valor na governação dos povos!<sup>105</sup>

De fato, a conspiração se concretizou em 6 de Setembro de 1893. Esse movimento colocou em perigo o futuro do governo e exigiu dos representantes diplomáticos uma intensa participação. O maior objetivo a ser alcançado pela diplomacia era evitar o bombardeamento da cidade pela esquadra sublevada. Portanto, intensas negociações foram feitas tanto com os revoltosos quanto com o governo.

---

<sup>102</sup> Idem. p. 247. [despacho de 12.08.1893]

<sup>103</sup> [s.n.]. *Notas de um revoltoso: diários de bordo*. Rio de Janeiro: Typ. Moraes, 1895. p. 5-7 e 12. Para Hélio Leôncio Martins, esse livro contém algumas imprecisões de datas. Entre esses equívocos, Martins aponta que essa reunião do Clube Naval ocorreu em 18 de Julho de 1893, e não no dia 12 de Agosto. Ver: MARTINS, 1997. op. cit. p. 154 e 359. Porém, decidimos manter a data mencionada na publicação anônima porque as referências em que Martins se baseou para correção, não são citadas.

<sup>104</sup> O plano de revolta de Custódio de Melo é explicitado em: MARTINS, 1997. op. cit. p. 157-158.

<sup>105</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 253. [despacho de 27.08.1893]

### 3.2.2 Para manter a ordem: *Ville ouverte*

A Revolta da Armada iniciou em 6 de Setembro de 1893. Desde o início os representantes estrangeiros acompanharam o desenrolar dos acontecimentos mais como expectadores do que como atores. Contudo, com o desenrolar do conflito, a frota estrangeira presente no Rio de Janeiro passou a ter um papel preponderante na revolta. Como os comandantes estrangeiros eram subordinados aos diplomatas, igualmente, exigiu-se muito desses no transcorrer da contenda, transformando expectadores em atores.

Essa foi a realidade que o Conde de Paço D’Arcos enfrentou na qualidade de Ministro Plenipotenciário de Portugal. Evidentemente, a mudança não foi uma ruptura, uma vez que, mesmo participando da revolta, ele continuou a emitir impressões sobre a situação política. Sua atuação foi uma reação inerente a sua condição de diplomata frente às circunstâncias da insurreição. Portanto, nosso objetivo não é julgar a atuação do Conde de Paço D’Arcos, e sim mostrar que em função das situações em que foi confrontado, ele foi obrigado a tomar determinados posicionamentos<sup>106</sup>. Em nosso ponto de vista, essas escolhas foram pautadas pelas defesas da ordem e da hierarquia.

Quando a insurreição teve início da Baía da Guanabara, esse diplomata logo informou o governo de Portugal sobre o ocorrido. O telegrama enviado para Lisboa informou que as legações estrangeiras receberam do governo brasileiro uma notificação de que “parte da esquadra” havia se sublevado. O aviso assegurava que o governo brasileiro possuía forças para manter a ordem na cidade. Entretanto, não podia se responsabilizar caso houvesse um bombardeamento. Essa foi a estratégia de Floriano para tentar convencer representantes dos países que tinham navios no Rio de Janeiro em intervir na revolta.

Contudo, as informações recebidas do governo brasileiro se contrastavam com as notícias que o Comandante inglês havia enviado para o diplomata de sua nação<sup>107</sup>. De acordo com esse Comandante inglês, toda a Marinha havia se revoltado, inclusive algumas fortalezas. Dado o desencontro de informações, Carlos Eugênio solicitou que o Comandante da *Mindelo*

---

<sup>106</sup> Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves considera que “na verdade, ao longo da leitura da documentação atinente à correspondência trocada entre a Legação de Portugal no Rio de Janeiro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, relatando o evoluir da política brasileira e da posição das forças navais estrangeiras face ao conflito da Armada, *perpassa uma certa simpatia pelos revoltosos*, embora perante o governo legal se pretendesse transmitir uma imagem de equidistância face às partes em conflito”. IN: GONÇALVES, 1995. op. cit. p. 170. (grifos nosso). Amado Cervo vai mais longe e considera que a intervenção europeia como um todo, “embora se declarasse neutra, mal disfarçava sua simpatia pelos revoltosos, tanto é que logo provocou a hostilidade de Floriano e da opinião nacionalista da imprensa”. IN: CERVO; MAGALHÃES, 2000. op. cit. p. 215-216.

<sup>107</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 255 [despacho de 06.09.1893]

permanecesse agindo de acordo com o Comandante inglês, e que o Cônsul Geral de Portugal, atuasse em consonância com os Cônsules Gerais da Inglaterra e Alemanha<sup>108</sup>.

No dia 8 de Setembro, o Conde de Paço D’Arcosu enviou para Lisboa um relatório mais detalhado sobre as recentes ocorrências na Capital Federal. Esse documento mostra que a intenção inicial da diplomacia era permanecer neutra frente ao conflito interno. O primeiro destaque desse relatório foi que “(...) os colegas da Inglaterra e Alemanha, *sempre bem servidos pelas suas informações ocultas*, tinham razão em assegurar que alguma coisa grave se tramava na sombra!”<sup>109</sup>. O documento prosseguiu lembrando dois momentos políticos emblemáticos, que para o diplomata demonstravam “a força autoritária com que se considerava o Marechal (...)”<sup>110</sup>.

O primeiro foi a rejeição do habeas-corpus, ao Almirante Wandenkolk, pelo Supremo Tribunal Federal por dez votos a três. De acordo com Carlos Eugênio, até mesmo a imprensa governista clamava pela benevolência de Floriano em relação ao réu. Dessa forma, o Vice-Presidente planejava conceder a liberdade que o tribunal mais importante do país recusara<sup>111</sup>. O segundo foi o veto presidencial a um decreto do Congresso que visava proibir que o Vice-Presidente em exercício concorresse à Presidência<sup>112</sup>.

Esses dois eventos políticos deixavam transparecer, de acordo com a leitura política do Conde de Paço D’Arcos, que Floriano Peixoto não estava disposto a entregar o governo. A estratégia seria demonstrar a sua indispensabilidade ao poder, uma vez que não era alcançada a paz nos estados. Tudo fazia crer a esse diplomata que a ditadura estava próxima. Contudo, “a oposição levantou pois a cabeça começando a analisar os factos com acrimônia; mas ainda assim, nada fazia prever – aos que não fossem iniciados nos misterios da conspiração – que tão breve se desse qualquer acontecimento grave”<sup>113</sup>.

Ainda de acordo com o relatório do dia 8 de Setembro, o que chamou a atenção desse diplomata, é que no dia 4 de Setembro, apenas dois dias antes de iniciar a revolta naval, ele viu o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Diretor Geral “completamente despreocupados de cuidados”. Parecia que eles não estavam sabendo de nada do que se

---

<sup>108</sup> Idem. p. 256 [despacho de 07.09.1893]

<sup>109</sup> Idem. p. 257. [despacho de 08.09.1893] (grifos originais)

<sup>110</sup> Idem. p. 258. [despacho de 08.09.1893]

<sup>111</sup> Com o início da revolta, o Almirante Wandenkolk permaneceu preso.

<sup>112</sup> De acordo com Hélio Leôncio Martins, “Chamou-se ‘Lei da Inelegibilidade’ a que regularia o processo de eleição do presidente e do vice-presidente. Em seu art. 5º, dizia: ‘É inelegível para o cargo de presidente e vice-presidente da República o vice-presidente que suceda o presidente, verificada a falta deste’. O veto apostado por Floriano foi considerado, pelos revoltoso da Marinha, como em causa própria”. VER: MARTINS, 1997. op. cit. p. 363. [nota 15]

<sup>113</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 258. [despacho de 08.09.1893]

tramava. Ainda no mesmo dia 4, Carlos Eugênio encontrou Custódio de Melo em passeio público e conversou com o Almirante sobre a situação política do Brasil. Esse teria dito:

como este homem (o Marechal), tem conseguido tudo com a sua velhacaria a que dão o nome de política! Até reduz o tribunal mais superior! Note bem! Ao papel de capacho a que limpa as botas! Já não cae senão à força de bala! E o paiz não se levanta!... Isto está perdido<sup>114</sup>.

O que poderia ser interpretado como desânimo, segundo o Conde de Paço D’Arcos, era “a preocupação de espírito e a bem natural comoção de quem pouco mais de trinta horas depois ia lançar-se em nova e arriscada aventura, tentar um novo e audacioso golpe de mão”<sup>115</sup>. O relatório prosseguiu descrevendo com pormenores a visita de um enviado do governo brasileiro a todos os representantes estrangeiros na noite do dia 6 para o dia 7 de Setembro.

O emissário era o Primeiro Tenente da Marinha Henrique Sadok de Sá, ajudante de ordens do Marechal Floriano. Ele entregou um convite idêntico aos representantes de Inglaterra, Portugal, Itália, Alemanha, França e Estados Unidos. O documento expunha que o governo brasileiro tinha forças e recursos para reprimir a revolta, mas não para impedir o bombardeamento da Capital Federal. Portanto, era feito um convite aos representantes estrangeiros para apoiar o governo e impedir uma desgraça. Uma reunião para o dia seguinte era convocada com a participação de todos os diplomatas para resolvessem o que entendessem. O Conde de Paço D’Arcos teria respondido ao Primeiro Tenente nos seguintes termos:

Respondi “que a conferencia pedida, ou à qual era *convidado* pelo Snr. Marechal, considerava-a eu como um acto muito grave e de muita responsabilidade, para que ousasse aceder sem ter tido tambem primeiramente uma conferencia com os coelgas em que por *unanimidade* nos decidíssemos a aceitá-la. Que na falta dessa unanimidade, ou quando houvesse divergências, eu pela minha parte me julgaria obrigado a consultar o meu governo, facto esse, que a ter logar e acarretado forçadas demoras, bem pouco se coadunava com a urgência exigida. Que tendo o Marechal por si as fortalezas fieis e bem artilhadas, não precisava mais nada para evitar, ou fazer cessa de prompto, qualquer bombardeamento de poucos navios – que não constituíam uma potente esquadra e que não tinha onde ir buscar os recursos que o Marechal possuía! E que, finalmente, o apoio dado pelos ministros nunca poderia ser outra coisa mais do que a opposição feita pela força dos seus navios de guerra, o que se tornaria n’uma verdadeira intervenção nos negócios internos do Brazil, nas suas questões partidárias, acção que nenhum ministro praticaria sem ordem expressa do governo, por ser contraria a todas as leis do direito internacional”<sup>116</sup>.

No dia seguinte, todos os diplomatas se reuniram e compararam as cartas que haviam recebido e decidiram recusar o convite do Marechal Floriano. Dessa forma, cada um emitiu

---

<sup>114</sup> Idem. p. 258-259. [despacho de 08.09.1893]

<sup>115</sup> Idem. p. 259. [despacho de 08.09.1893]

<sup>116</sup> Idem. p. 262. [despacho de 08.09.1893] (grifos originais)

um telegrama com as suas palavras, para não parecer que pretendiam uma imposição coletiva<sup>117</sup>.

Esse relatório do dia 8 de Setembro demonstra, portanto, qual era o posicionamento dos representantes estrangeiros no início da Revolta da Armada. A princípio, o objetivo era não se intrometer diretamente no conflito, embora o governo brasileiro estivesse solicitando a intervenção abertamente.

Carlos Eugênio enviou mais notícias sobre o desenrolar do levante da Marinha em 10 de Setembro. As informações diziam que o comércio estava paralisado, pois a esquadra bloqueara a chegada de navios mercantes. Havia o receio de haver falta de gêneros de primeira necessidade, o que poderia desencadear uma revolta popular. A população do Rio de Janeiro convivia com o medo de um bombardeamento, o que poderia forçar o Marechal a renunciar o governo, ou abandonar a cidade aos revoltosos e constituir um governo no interior. Também era cogitada a possibilidade dos navios deixarem a Capital Federal e se dirigirem ao Sul do Brasil para se unir à Revolução Federalista. A descrição desse relatório mostrou o despreparo da cidade para enfrentar a situação<sup>118</sup>.

No dia 12 de Setembro o Almirante Custódio de Melo anunciou que no dia seguinte, às 9h da manhã, iniciariam os bombardeamentos às fortalezas que permaneceram fiéis ao governo. Nesse relatório, o Conde de Paço D'Arcos explicitou sua preocupação com a ordem social. O ataque às fortalezas se efetivou tal qual fora anunciado, porém algumas granadas arrebentaram dentro da cidade causando pânico à população.

Não se pintam as cenas de terror que por ali se deram! As lojas fechavam, as casas eram abandonadas pelas famílias! E pelas ruas e praças viam-se mulheres, crianças e homens enlouquecidos pelo terror, procuravam em desapoderada fuga alcançar os subúrbios da cidade, onde ao menos não ouvissem o troar da artilharia e o assobiar dos projéteis<sup>119</sup>.

Esse bombardeamento foi explorado pelos jornais governistas como um ataque direto à cidade. A idéia era associar o nome do Almirante Custódio com o terror do bombardeio. Contudo, aos olhos de Carlos Eugênio, um experiente militar, todos os tiros que chegaram a atingir a cidade, assim como as granadas que explodiram, ou eram tiros perdidos, ou uma resposta aos ataques governista. O documento descrevia que o governo havia colocado peças de artilharia em pontos estratégicos, e que essas faziam ataques provocativos às embarcações insurgentes.

---

<sup>117</sup> Idem. p. 263. [despacho de 08.09.1893]

<sup>118</sup> Idem. p. 264-267. [despacho de 10.09.1893]

<sup>119</sup> Idem. p. 270. [despacho de 16.09.1893]

Entre os dias 14 e 15 de Setembro aconteceram reuniões dos comandantes estrangeiros. Desses encontros foi elaborada uma proposta enviada para o Almirante Custódio de Melo, solicitando o aviso com algumas horas de antecedência, os horários das operações de guerra contra as fortalezas, para segurança dos navios e população estrangeiros. A resposta do Almirante foi negativa, pois considerava que não havia condições de estabelecer os horários dos combates, porque era impossível permanecer sem responder às provocações das artilharias que haviam sido colocadas no alto dos morros da cidade. O Conselho de Comandantes estrangeiros solicitou a intervenção diplomática para que as baterias de defesa do governo parassem de hostilizar os navios revoltosos, sob pena de não poder considerar o Rio de Janeiro *ville ouverte* (Cidade Aberta), segundo o Direito Internacional.

Os representantes diplomáticos de Portugal, Inglaterra, França e Itália foram até o Palácio do Itamaraty solicitar oficiosamente que o governo garantisse a suspensão das hostilidades à esquadra rebelde. O Conde de Paço D’Arcos relatou à Lisboa que o Ministro inglês tomou a palavra, como decano, e disse ao Ministro das Relações Exteriores, o Dr. João Filipe Pereira, o que pensavam os representantes estrangeiros. Os argumentos da diplomacia residiam em considerar os ataques das artilharias governistas como “(...) absolutamente inútil e ineficaz (...) e que “(...) só resultavam *terror, prejuízo e perigos!*”. Dessa forma, os diplomatas pediam oficiosamente, “(...), que se pezassem estas circunstâncias e que *por bem da humanidade*, para obviar a tantos males solicitávamos que fossem retirados aqueles inúteis canhões (...)”. Se o governo aceitasse esse pedido, os diplomatas garantiriam, através da frota estrangeira, o impedimento de qualquer bombardeio à Capital Federal pelos revoltosos<sup>120</sup>.

Para Sérgio Corrêa da Costa, essa “imposição era excessiva e injustificável. Se o objetivo era dar ao Rio o caráter de *cidade aberta*, não o alcançavam com a simples retirada das peças”. Segundo o autor, “o que expõe uma cidade ao bombardeio não é a existência de fortificações mas a *intenção de defesa e de resistência*”<sup>121</sup>. De acordo com essa leitura do Direito Internacional, o Rio de Janeiro jamais poderia ser considerado Cidade Aberta, uma vez que o governo jamais abdicou de se defender e resistir.

O Conde de Paço D’Arcos e os demais diplomatas estrangeiros foram, na manhã do dia 16 de Setembro, ao Ministério das Relações Exteriores receber do Ministro a resposta de Floriano Peixoto. João Felipe Pereira informou aos diplomatas que o Marechal julgava

---

<sup>120</sup> Idem. p. 274-275. [despacho de 16.09.1893] (grifos nosso)

<sup>121</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945. p. 53. (grifos no original)

impossível retirar a artilharia de cima dos morros, mas que prometia que não se faria fogo contra os navios revoltosos, ao menos que fossem praticados “atos hostis” contra à cidade.

A promessa do governo foi transmitida aos comandantes estrangeiros, que por sua vez, enviaram nota ao Almirante Custódio de Melo, dizendo confiar que não haveria “atos hostis” contra a cidade. Logo em seguida, os diplomatas retornaram ao Ministério por dois motivos. O primeiro motivo foi informar ao governo que os comandantes haviam enviado essa nota ao chefe revoltoso. O segundo foi ouvir a resposta do governo, ao pedido feito naquela manhã, de que as fortalezas cessassem o fogo durante algumas horas do dia, para facilitar a entrada e saída de navios estrangeiros da baía. O governo recusou essa solicitação, mas indicou que seria feita alguma sinalização às embarcações para essas operarem em segurança<sup>122</sup>.

O documento do dia 16 de Setembro é, portanto, indicativo dos objetivos que os países estrangeiros tinham no conflito. A questão central, que permeia todo relatório, é a preocupação em relação à possibilidade de bombardeamento da cidade pela frota insurrecionada. Os danos que seriam causados por esse ato “desumano” iriam provocar a desordem e o caos. Nesse sentido, o Conde de Paço D’Arcos externou sua preocupação em relação a essa possibilidade na sua documentação. Para ele, era imperioso que a ordem fosse mantida *à outrance*, e que o bombardeio fosse evitado. O seu posicionamento nos primeiros dias do conflito, em que ele teve que tomar decisões em nome do seu país, foi balizado pelo pressuposto da ordem. Em nosso ponto de vista, essa orientação foi um reflexo de sua formação político-profissional.

O seu posicionamento frente à revolta só foi referendado pelas ordens recebidas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal em 23 de Setembro, que dizia que,

O Governo de Sua Majestade não reputa o Governo brasileiro responsável pelos prejuízos que nas atuais lutas civis circunstâncias de força maior possam trazer aos nossos nacionais residentes no seu território, mas considera empenhada a responsabilidade daquele Governo desde o momento que se não empreguem todos os possíveis esforços para garantir a segurança da vida e bens dos súditos portugueses<sup>123</sup>.

No telegrama de 1º de Outubro, o Conde de Paço descreveu para o seu Ministro as recentes ocorrências na Capital Federal. O documento informava que há dois dias o Almirante Custódio estava atacando a ilha Caju para tomar conta do depósito de carvão da Estrada de Ferro Central. Isso teria causado uma “grande mortandade” e que havia “pânico geral [na]

---

<sup>122</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 276. [despacho de 16.09.1893]

<sup>123</sup> Idem. p. LV. [despacho de 23.09.1893]



cidade; todos receosos [da] possibilidade [de] saque pela canalha com armamento aperfeiçoado que deu [o] Marechal [a] pretexto [de] batalhões patriotas”<sup>124</sup>.

Esses acontecimentos fizeram com que os diplomatas e os comandantes estrangeiros se reunissem no dia 2 de Outubro. Desse encontro saiu a deliberação que, através de uma nota coletiva dos comandantes, seria feita uma intimação ao Almirante Custódio de Melo no sentido de impedir que ele praticasse qualquer ato hostil contra a cidade, sob pena de a esquadra estrangeira utilizar a força para se opor. Da mesma forma, o governo brasileiro foi notificado sobre a necessidade de retirar as artilharias de cima dos morros, sob pena de ser retirada a intimação feita a Custódio de Melo, o que significaria permitir o bombardeio à Capital Federal.

Joaquim Nabuco enfatizou que esse momento marcou uma alteração no posicionamento dos países estrangeiros com navios na baía de Guanabara. Até então, a política havia sido de neutralidade e não intervenção nos negócios internos do Brasil. Todos os contatos que haviam sido feitos com ambas as partes, até então, eram de caráter officioso. Contudo, a partir dessa conferência, de 2 de Outubro, ficou marcada a intervenção estrangeira na Revolta da Armada. Após trocas de notas e correspondências entre os representantes estrangeiros, os revoltosos e o governo, foi estabelecido aquilo que ficou conhecido como Acordo de 5 de Outubro.

Durante três mezes assistir-se-há na bahia do Rio de Janeiro a um verdadeiro duello de artilharia regulado, tiro por tiro, pelas testemunhas reunidas a bordo de um dos navios de guerra estrangeiros. São ellas que dirão, quasi diariamente, a cada um dos combatentes o que lhes é licito e o que lhes é defeso, o que cabe e o que não cabe no accôrdo que fizeram; são ellas que marcarão a raia do tiro; que observarão d’onde partem as provocações; que decidirão, em uma palavra, as questões occurrentes, tudo como os padrinhos em uma pendência de honra<sup>125</sup>.

De acordo com Joaquim Nabuco, o Acordo de 5 de Outubro alterou o equilíbrio de forças durante a revolta. Para ele, com essa intervenção o Governo economizou um exército, supriu a falta de uma esquadra, e ganhou tempo para organizar a defesa da cidade. Já os revoltosos eram paralisados com essa intervenção, sendo essa inação, em sua opinião, a causa primária do fracasso da revolta<sup>126</sup>.

Contudo, mesmo firmado o Acordo de 5 de Outubro, que regularia as relações bélicas entre governo e revoltosos, o Conde de Paço D’Arcos continuou a externar em seus relatórios sua preocupação com a ordem. No dia 6 de Outubro, ele informou à Lisboa que “quasi todos

---

<sup>124</sup> Idem. p. 279. [despacho de 01.10.1893]

<sup>125</sup> NABUCO, Joaquim. *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896. pg. 13-27. citação p. 27.

<sup>126</sup> Idem. p. 99, 112-113.

os dias há combates entre a esquadra revoltada e as fortalezas e as ballas ou granadas perdidas vêm cair na cidade e fazem estragos e causam mortes”. Nada parecia ter mudado, uma vez que “o pânico é geral!”. Da mesma forma que se temia um bombardeio, “não é menor o temor d’um saque por parte da canalha armada que a pretexto de batalhões de voluntários e guarda nacional faz a guarnição da cidade”. De acordo com esse diplomata, “todos receiam portanto que n’um acto de desespero, ao ver-se perdido se a revolução for vencedora, o governo do Marechal possa dar de rédeas a essa canalha que praticará horrores”<sup>127</sup>.

No final de Outubro, no relatório do dia 24, o Conde de Paço D’Arcos fez algumas reflexões sobre a Revolta da Armada que demonstram todo o seu conservadorismo e defesa da ordem social. Para ele, mais do que uma revolução, essa revolta era “uma luta de classe entre a marinha que está com o Almirante, e a força de terra que está com o Marechal”. O documento prossegue com uma caracterização dos grupos sociais que defendem o governo e o Almirante revoltoso. Nessa parte do documento, é interessante ver a forma distinta com que esse diplomata descreveu quem apoiava os revoltosos e quem defendia o governo, já que “o povo da cidade não se mette na luta”.

Ao lado dos revoltosos estariam “homens e mulheres de todas as posições, mas principalmente das classes mais elevadas”, uns se expressando abertamente a favor do Almirante, outros pela necessidade de “uma mudança radical”. Enquanto que do lado do governo, estão “os radicais avançados dos grupos dos três ministros – Fernando Lobo, Felisberto Freire e Felipe Pereira – é a canalha das ruas que forma os batalhões – Tiradentes, 23 de Novembro e Leaes Acadêmicos (com mais barbeiros e vadios do que estudantes)”. A descrição desse grupo de apoio à Floriano Peixoto prossegue com “a guarda nacional, em que com os capoeiras alistados e bem pagos, servem (obrigados à força de maus tratos) alguns homens de bem!”<sup>128</sup>.

Fica explícito nesse documento que, para o Conde de Paço D’Arcos, o grupo que defende o governo, paradoxalmente, é aquele que difunde a desordem social. Dessa forma, não é de se estranhar que alguns autores tenham interpretado que esse diplomata tivesse certa simpatia pelos revoltosos. Parece-nos que o argumento da simpatia não é o suficiente para caracterizar a leitura política desse diplomata. As tratativas diplomáticas para impedir o bombardeamento e o constante receio de saques pela “canalha armada” demonstram sua preocupação em defender a ordem social. Para nós, portanto, identificar a sua preocupação em

---

<sup>127</sup> SILVA, 1974. op. cit. p 281. [despacho de 06.10.1893]

<sup>128</sup> Idem. p. 296-297. [despacho de 24.10.1893]

defender a ordem é a maneira mais adequada de dimensionar os seus posicionamentos frente à revolta.

### 3.2.3 Os “bailes” da discórdia diplomática

Outro erro grave foram os *bailes*. Demos este nome, não só aos tiroteios nocturnos com as forças do littoral, como às expedições à Armação, para retirar munições. Muita valentia, muito pouco amor à vida, mas pouco ou nenhum resultado para o bom êxito da revolução <sup>129</sup>.

O Conde de Paço D’Arcos recebeu um telegrama na noite do dia 17 de Novembro, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hintze Ribeiro, nos seguintes termos: “Por motivo que explicar aqui convem que V. venha Lisboa sem demora. Faça comunicação Governo brasileiro ficar 1.º Secretário Encarregado de Negócios. (a) Hintze Ribeiro” <sup>130</sup>. No dia seguinte, ele comunicou o governo brasileiro que havia sido chamado em Lisboa e que ficaria Encarregado de Negócios, o Primeiro Secretário da Legação, Manoel Garcia da Rosa. Dessa forma, ele permaneceu como representante diplomático até o dia 20 de Novembro de 1893. Nessa data ele entregou oficialmente a Legação ao Secretário <sup>131</sup>.

Os motivos que levaram ao governo português chamar o seu diplomata de volta à Lisboa nunca foram explicitados para o Conde de Paço D’Arcos. Ele passou o resto de sua vida sem saber por que havia sido destituído do seu posto de diplomata. O seu filho, o Comandante Henrique Corrêa da Silva, ficou responsável de publicar a documentação concernente ao período em que o seu pai esteve à frente da Legação portuguesa no Rio de Janeiro. Contudo, nem o pai nem o filho ficaram sabendo a razão que motivou a remoção do diplomata.

Os netos do Conde de Paço D’Arcos ficaram responsáveis por terminar a compilação para publicar o livro. Entretanto, permanecia sem explicações o motivo da remoção desse diplomata. Após uma intensa pesquisa nos arquivos diplomáticos de Portugal, sem nunca encontrar nada, eles solicitaram ao representante diplomático brasileiro em Lisboa, que fosse buscado nos arquivos brasileiros alguma informação para desvendar o motivo da remoção. Foi a partir dessa investigação que foi encontrado o documento, datado de 18 de Novembro

---

<sup>129</sup> [s.n.], 1895. op. cit. p. 37.

<sup>130</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 337. [despacho de 18.11.1893]

<sup>131</sup> Idem. p. 339. [despacho de 20.11.1893]

de 1893, endereçado ao Ministro das Relações exteriores do Brasil, Alexandre Cassiano do Nascimento, e assinado pelo representante brasileiro em Portugal, Vianna de Lima<sup>132</sup>.

Nesse documento ficou explícito que o governo brasileiro solicitou ao governo de Portugal a remoção desse diplomata, porque ele estava se envolvendo abertamente na política brasileira. A reação de Hintze Ribeiro, que além de Ministro dos Negócios Estrangeiros era o Presidente do Conselho Ministerial de Portugal, foi acatar o pedido<sup>133</sup>.

Desde a publicação desse livro que contém a documentação analisada nesta dissertação, em 1974, essa versão foi repetida tanto pela historiografia brasileira quanto pela portuguesa<sup>134</sup>. Para nós, a remoção desse diplomata reside mais nos elementos explicativos da sua visão de mundo, do que na sua participação política efetiva. O Conde de Paço D’Arcos foi um militar da Marinha portuguesa e defendeu a necessidade de respeito à hierarquia militar.

A sua atuação durante a conflagração da revolta foi a causa primordial que desencadeou a solicitação brasileira. Para ele, a diplomacia deveria ser respeitada da mesma forma que a hierarquia militar. Portanto, no transcorrer do conflito ele permaneceu irredutível em suas exigências de reparações diplomáticas aos episódios de desacato à bandeira portuguesa, ou em casos de desrespeito às formalidades diplomáticas.

Evidentemente, o governo brasileiro não poderia requerer a remoção de um diplomata sem um bom motivo. Dessa forma, o argumento utilizado foi de que o representante português estava se envolvendo diretamente na política brasileira<sup>135</sup>. Contudo, o que a documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty deixa transparecer, é que o Conde

---

<sup>132</sup> Ver Anexo I.

<sup>133</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. VII-XV.

<sup>134</sup> Os livros de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Suely Robles Reis de Queiroz, e de Lincoln de Abreu Penna utilizaram a documentação do Conde de Paço D’Arcos para referendar a argumentação das suas respectivas teses. Contudo, nenhum deles analisou a fonte, apenas citaram esparsos documentos presentes na publicação de 1974. Na mesma situação se encontra o artigo de Adelar Heinsfeld. Ver: JANOTTI, 1986. op. cit.; QUEIROZ, 1986. op. cit.; PENNA, 1997. op. cit.; HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. IN: XXIV Simpósio Nacional de História. *Anais complementares...* São Leopoldo/RS, jul. 2007. O único trabalho que analisou a documentação foi a dissertação do autor português Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves. O autor citou as dificuldades diplomáticas que geraram o pedido de afastamento do Conde de Paço D’Arcos, contudo, de forma limitada, ele apenas reproduziu a visão da publicação de 1974. Ver: GONÇALVES, 1995. op. cit. Outros dois autores brasileiros também trabalharam com essa documentação recentemente. O primeiro foi Amado Cervo, que embora tenha acessado documentos de Portugal, igualmente, se limitou a reproduzir a mesma explicação existente na publicação de 1974. Ver: CERVO; MAGALHÃES, 2000. op. cit. O segundo autor brasileiro foi Sérgio Corrêa da Costa, que se contentou em reproduzir diversos trechos documentais sem fazer nenhuma reflexão sobre os mesmos. Embora o autor tenha citado a formação militar e política conservadora do Conde de Paço D’Arcos, em nenhum momento elaborou alguma explicação que articulasse que a visão política desse diplomata pudesse ser condicionada por esses elementos. Ver: COSTA, 2001. op. cit.

<sup>135</sup> Acrescenta-se o fato que no mês de Agosto de 1893 jornais de Portugal publicaram trechos de documentos do Conde de Paço D’Arcos em que esse comunicava à Lisboa suas impressões políticas sobre a República. Os jornais do Brasil reproduziram-nos causando péssima impressão e deixando o diplomata em uma situação constrangedora. Sobre esse episódio ele comentou que “lamento o facto, que produziu aqui o peor e o mais desagradavel efeito”. Ver: SILVA, 1974. op. cit. p. 249-252. [despacho de 12.08.1893]

de Paço D’Arcos não compreendeu a gravidade da situação em que o governo brasileiro se encontrava. Consequentemente, por ficar reivindicando pedidos de satisfações diplomáticas por escrito, progressivamente ele passou a ser tornar inconveniente para o governo brasileiro que tinha que responder às suas solicitações – embora o Conde de Paço D’Arcos estivesse no pleno exercício de seus direitos e funções.

Esses pedidos de satisfações diplomáticas iniciaram, mais precisamente, no dia 30 de Agosto de 1893. Ou seja, nas vésperas da Revolta da Armada já é possível identificar as diretrizes que esse representante conferiu para diplomacia portuguesa.

O Conde de Paço D’Arcos, no dia 30 de Agosto, enviou um documento para o Comandante Augusto de Castilho, da corveta *Mindelo*. Nesse documento, ele relatou que o diplomata inglês havia lhe comunicado que as autoridades da Marinha brasileira não estavam cumprindo “todas as formalidades do cerimonial marítimo” com o Comandante naval da Inglaterra. A situação havia chegado “ao ponto de não lhe serem pagas pessoalmente algumas visitas feitas com caráter oficial pelo referido comandante Lang; e que, embora esse comandante se não queixasse oficialmente, havia estranhado as faltas do devido cerimonial”. Dessa forma, o diplomata português solicitou ao Comandante Castilho que lhe informasse caso enfrentasse situações semelhantes.

No primeiro mês da Revolta da Armada, as negociações diplomáticas entre representantes estrangeiros, revoltosos e governo, assim como os relatórios enviados para Lisboa, ganharam as atenções desse diplomata. Somente em 10 de Outubro que ocorreu um incidente entre marinheiros brasileiros e portugueses, no Cais dos Mineiros no Arsenal da Marinha, que exigiu uma satisfação diplomática<sup>136</sup>. O Conde de Paço D’Arcos enviou uma nota ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, solicitando providencias para que não se repetissem as “desagradáveis ocorrências”. Para ele, os soldados e marinheiros eram “quasi sempre homens sem educação e sem conhecimento de conveniências políticas, podem a continuar as cousas como hontem se deram lançar-se em qualquer serio conflito, que venha criar graves embaraços”. Assim, Carlos Eugênio esperava

---

<sup>136</sup> O patrão do bote português, Felipe Dias do Amaral, relatou que no dia 10 de Outubro, às 17h, depois de ter começado o bombardeamento, o referido bote foi insultado com palavras e gestos obscenos por alguns soldados e outras praças graduadas que estavam no recinto do Arsenal da Marinha fronteiro ao cais. Os insultos, de acordo com o relato, não foram provocados ou respondidos pela marinhagem portuguesa. O patrão do bote, Felipe Dias do Amaral, desembarcou e foi reclamar para o capitão do exército, que efetivamente, repreendeu os soldados. Contudo, depois que o capitão se retirou, os insultos reiniciaram. Ver: Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 12 – 10.10.1893

que o governo brasileiro expedisse ordens para que a tropa fixada no Cais dos Mineiros não provocasse os marinheiros que ali se apresentassem<sup>137</sup>.

O Ministério das Relações Exteriores respondeu no dia 14 de Outubro ao Ministro Plenipotenciário de Portugal que o caso seria enviado para o Ministério da Guerra, “para que se tome na devida consideração”<sup>138</sup>. No dia 21 de Outubro, o Ministro Carlos de Carvalho comunicou o desfecho do caso. O documento revela que “das indagações a que o Ministério da Guerra mandou proceder resulta ser um sargento o responsável pelos atos que deram causa a referida queixa”. Esse sargento declarou que não tinha “intenção de offender os brios daquelles marinheiros nem o paiz da sua nacionalidade”. Porém, esse sargento foi “repreendido severamente pelo Capitão do destacamento, o foi também mais tarde pelo Major fiscal”. O Ministro concluiu o documento declarando estar certo de que não se reproduziriam fatos semelhantes daquele momento em diante<sup>139</sup>.

Após a solução desse episódio e a promessa do governo no sentido de não se repetir os desagradáveis acontecimentos, esse diplomata se dedicou inteiramente à questão da intervenção estrangeira na Revolta da Armada. Porém, no dia 2 de Novembro, aconteceu uma significativa ocorrência que exigiu que o Conde de Paço D’Arcos enviasse uma nota enérgica ao governo brasileiro. Esse documento (nota 1) declarava que com “muito sentimento” ele participava ao governo brasileiro “que um grave attentado foi cometido por forças do governo legal contra o respeito devido à bandeira portuguesa”. O documento prossegue narrando que,

(...) sobre uma embarcação do serviço da Corveta Mindello, com bandeira e flâmula arvoradas, com um official a bordo e ainda com claridade bastante para que tudo bem podesse ser visto, forças armadas dos postos do littoral atiraram duas descargas sobre a referida embarcação.

Este facto, embora praticado por subalternos, *é de tal maneira attentatorio à dignidade de Portugal, que o abaixo assignado não pode deixar de pedir para elle reparação própria à desafronta da nação que representa e confiadamente espera na lealdade do Governo Brasileiro que ella lhe seja dada*<sup>140</sup>.

Essa nota foi recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, que respondeu ao diplomata português no dia 4 (resposta 1). Nessa resposta, foi informado que o Ministério da Guerra seria acionado para prestar os “necessários esclarecimentos”<sup>141</sup>. Contudo, no dia 7 de Novembro o Conde de Paço D’Arcos ainda não

---

<sup>137</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 283. [despacho de 11.10.1893]

<sup>138</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 04/ Maço 08 – 14.10.1893

<sup>139</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 04/ Maço 08 – 21.10.1893

<sup>140</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 316. [despacho de 02.11.1893] (grifos nosso). Original em: Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 12 – 02.11.1893

<sup>141</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 04/ Maço 08 – 04.11.1893

havia recebido nenhuma satisfação diplomática sobre o episódio. Dessa forma, ele enviou nova circular (nota 2) ao governo brasileiro lembrando que na ocasião da entrega da primeira reclamação (nota 1), o próprio Ministro Cassiano do Nascimento lhe assegurou verbalmente que “a mais completa reparação seria dada com brevidade; porque o Governo Brasileiro não permittia que os seus subalternos, ainda mesmo por ignorancia, praticassem actos de desacato para com uma nação amiga”. Para esse diplomata,

*Não parece ao abaixo assignado, que em assunto de tal gravidade seja justificável esta demora na reparação própria e menos ainda que em vista da sua nota acompanhada e comprovada com a representação do Commandante e participação do respectivo official, sejam ainda necessárias outras informações, que só podem servir para dilatar o acto da reparação que é devida à Nação que representa, ou diminuir o alcance político da mesma reparação.*

O abaixo assignado confia na lealdade do Governo Brasileiro, *que se apressará a resolver este assumpto na forma devida (...)*<sup>142</sup>.

A situação se agravou porque no dia 8 de Novembro o Conde de Paço D’Arcos enviou nova nota de protesto sobre um incidente ocorrido no dia 6 de Novembro de 1893 (nota 3). Esse documento apontou para outros dois acontecimentos. O primeiro é que o Comandante Castilho recebeu a notícia que “uma lancha arvorando ilegalmente a bandeira portugueza, passara da Gamboa para a bahia de Bota-Fogo conduzindo – ao que lhe afirmavam – munições de guerra para as fortalezas do governo”. A reação desse Comandante foi enviar uma lancha à vapor, e um escaler, armados em guerra, para prender a dita lancha, no “uso incontestável do pleno direito de fiscalização à sua bandeira nacional”. Contudo, a lancha não foi aprisionada. Dessa forma, ao retornar para perto da corveta Mindelo, ocorreu o segundo fato: “No regresso para bordo, às 5 horas da tarde, foram as embarcações da Corveta atacadas por seguido fogo de fusilaria que lhe foi feito da praia, ou caes da Glória, pelas forças militares do governo da República”.

O documento seguiu fazendo uma enérgica cobrança ao governo brasileiro, nos seguintes termos:

Abstraindo mesmo do caso – que aliás não está provado – de uma lancha do serviço do Governo arvorar indevidamente a bandeira portugueza, resta o *facto inaudito e inqualificavel de um posto militar do Governo legal ter feito fogo sobre embarcações de guerra portuguezas*, com perfeito conhecimento da offensa que se praticava à luz do dia sobre a bandeira de uma Nação amiga e allianda, completamente neutral na lucta intestina do Brazil, *lucta que não justifica nem desculpa este attentado ao direito internacional.*

O abaixo assignado, forte com o seu direito de representante de Portugal *protesta em nome do seu Governo contra o facto citado do qual pede reparação condigna e breve com lhe é devida.*

---

<sup>142</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 317. [despacho de 07.11.1893] (grifos nosso). Original em: Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 12 – 07.11.1893

Aproveitando esta ocasião *faz lembrar que ainda espera resposta e reparação de um igual caso (...)*<sup>143</sup>.

O Conde de Paço D’Arcos enviou outras duas notas de caráter urgente no mesmo dia 8 de Novembro. A primeira foi para o Comandante Castilho, informando que havia enviado para o governo brasileiro a reclamação sobre os recentes acontecimentos envolvendo a embarcação portuguesa (nota 3). Também declarou para esse comandante que só não levou pessoalmente o protesto ao Itamaraty porque estava incomodado de saúde, mas garantiu que “não abandono porem a questão, que ainda espero será resolvida de forma que não nos seja desagradável”<sup>144</sup>. O segundo telegrama foi para o governo de Portugal, comentando que as forças armadas do governo brasileiro haviam atirado duas vezes descargas de fuzilaria contra os escaleres da Corveta Mindelo. E que “já está feita reclamação muito energica”<sup>145</sup>.

A situação, que já estava delicada em função das notas de protesto (1, 2 e 3) expedidas pelo Ministro Plenipotenciário de Portugal, deteriorou-se quando esse diplomata enviou um relatório para o Itamaraty, no dia 9 de Novembro, descrevendo uma nova ocorrência (nota 4). De acordo com o Conde de Paço D’Arcos, no dia 7 de Novembro, houve uma discussão entre o Comandante Augusto de Castilho e o Vice-Almirante Coelho Netto.

A contenda girava em torno do lugar correto para as embarcações estrangeiras atracarem no Arsenal da Marinha. O primeiro defendia que uma ponte de madeira fazia parte do Arsenal, podendo, portanto, atracar nesse ponto. O segundo dizia que foi determinado que os barcos estrangeiros só atracassem num cais de pedra – que ficava fora da esplanada do Arsenal. Dessa forma, estabeleceu-se uma discussão entre ambos. O Conde de Paço D’Arcos relatou que o Vice-Almirante disse de uma maneira severa que “se o Comandante *desobedecesse* ficava sujeito às consequências!”. O documento prossegue da seguinte forma:

*A tão injustificável agressão que lher era feita por pessoa de tão elevado grau social, por militar da mais elevada patente! Que assim faltava num momento de nervoso despeito às mais elementares atenções para com um official superior, um Commandante estrangeiro! Este só replicou com toda a calma e cordura e ainda com o respeito militar e social convenientes à alta hierarquia do Exmo. Snr. Coelho Netto “que estava preparado para todas as consquencias, mas que lhe declarava que se ia queixar da gratuita affronta que lhe era feita”.*

Eis o caso relatado na sua maior singeleza.

Snr. Ministro, expondo este desagradável conflicto, não pode o abaixo assignado deixar de chamar para o mesmo a mais seria attenção de V. Ex.<sup>a</sup>. Sem razão alguma, imprudentemente e *fora de todas as formulas normaes da mais simples delicadeza official e militar*, um official da marinha portugueza commandante das forças navaes da sua nação no Rio de Janeiro, foi, dentro de um estabelecimento do Estado bruscamente tratado por um general da Armada brasileira da mais elevada patente e

<sup>143</sup> SILVA, 1974, op. cit. p. 318-319. [despacho de 08.11.1893] (grifos nosso). Original em: Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 02/ Maço 12 – 08.11.1893

<sup>144</sup> Idem. p. 318. [despacho urgente de 08.11.1893]

<sup>145</sup> Idem. p. 319. [despacho de 08.11.1893]



em acto de serviço. Não se trata duma offensa particular de que se tome desforço pessoal segundo as praxes sociais, *trata-se duma affronta feita sem causa que a justifique a um official estrangeiro com vexame a menos preço da Nação que representa.*

Chamando para o caso a atenção do Governo, *o abaixo assignado espera que condignamente seja reparada a affronta gratuitamente feita a um official da sua Nação*<sup>146</sup>.

Evidentemente, essa avalanche de notas de protestos não teve uma boa repercussão no Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A nossa análise se confirma quando verificamos que no dia em que foi elaborada a resposta (resposta 2) à primeira ocorrência (notas 1 e 2), foi enviado um telegrama confidencial ao diplomata brasileiro em Lisboa, Vianna de Lima, com instruções para solicitar ao governo de Portugal a remoção de Carlos Eugênio Corrêa da Silva do Brasil, pois esse estaria se envolvendo abertamente na política<sup>147</sup>.

A resposta aconteceu no dia 10 de Novembro de 1893 (resposta 2). Por considerarmos esse documento essencial para compreender os motivos que causaram a remoção do Conde de Paço D’Arcos de suas funções no Brasil, resolvemos transcrever a maior parte no corpo do texto.

*Não posso occultar ao Snr. Ministro a estranheza que causou-me a celeridade que reclama na solução deste assumpto, nas circunstâncias atuais.*

Ao Ministério a meu cargo cumpria, como o fez, pedir esclarecimento às autoridades competentes. Se para o senhor Ministro a representação do Comandante da corveta Mindello e a parte de um dos seus officiaes sobre o occorrido são provas suficientes, não eram dispensáveis para o governo do Brasil as informações das suas autoridades que lhe merecem plena confiança. *Dahi a demora, que considero justificável.*

Passo agora a expor ao senhor ministro o que consta das partes officiaes.

O Comandante que estava a serviço no litoral da Gamboa no dia 1 do corrente, fez fogo sobre a lancha que se trata, por julga-la pertencer aos revoltosos, não só pela distancia em que a mesma se achava, já porque, sendo bastante escuro, não pode divulgar todas as cores da bandeira portuguesa, parecendo-lhe pela cor branca, ser o distintivo da esquadra revoltosa. Além disso a lancha muito se assemelha a de um nome “Gloria” em poder da mesma esquadra, e é pintada com esta das cores branca e preta. Acresce que a referida lancha da corveta Midello não atendeu à intimação que lhe foi feita, pelo que o Comandante já mencionado, receiando uma aggressão, mandou fazer fogo duas vezes para o ar, como meio mais seguro de afasta-la da terra.

*\* Mas não houve offensa à bandeira portuguesa, e, para prova-lo, cabe-me ponderar ao senhor Ministro que o dito Comandante só teve conhecimento que a lancha era portuguesa, depois da comunicação deste Ministério.*

Tenho a honra(...) Cassiano do Nascimento.

*\* Peço permissão para retificar a parte da nota do senhor Conde que se refere a reparação por mim prometida. Em conferência assegurei que o governo do Brasil a faria completa no caso de [julgar] convencido que se dera um desacato*<sup>148</sup>.

A relação entre o Conde de Paço D’Arcos e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil estava, portanto, tensa. O diplomata, sempre fiel aos preceitos de defesa da ordem e hierarquia, reclamou com veemência por notas de protesto (notas 1, 2, 3 e 4). Ele estava no

<sup>146</sup> Idem. p. 322. [despacho de 09.11.1893] (grifos nosso)

<sup>147</sup> Ver Anexo 1.

<sup>148</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288/ Prateleira 04/ Maço 08 – 10.11. 1893 (grifos nosso)

seu direito incontestável de exigir reparações diplomáticas aos episódios que desonraram a Marinha portuguesa. Porém, ele não soube dimensionar corretamente a gravidade do momento enfrentado pelo governo brasileiro. O perigo eminente de um bombardeio ou invasão pelos revoltosos consumiam as energias governamentais no sentido de evitar essas contingências. Dessa forma, as suas notas de protesto não foram bem recebidas no transcorrer de uma situação delicada. Contudo, o diplomata português permaneceu irredutível em suas exigências de reparações.

Depois de receber essa nota do governo brasileiro (resposta 2), o Conde de Paço D’Arcos persistiu em seu intento. No dia 11 ele comunicou ao Comandante Augusto de Castilho a resolução que o governo havia conferido ao primeiro caso (nota 1 e 2). O seu comentário é de que “não occulto a V. Ex.<sup>a</sup> que esta resposta não me satisfaz. Sem negar o facto em absoluto, desculpa-se com a escuridão e com terem sido as descargas da fusilaria feitas para o ar!”. A sua idéia era esperar as respostas do governo sobre os outros dois conflitos (notas 3 e 4) para depois se pronunciar novamente. O representante português estava tão resoluto em enfrentar essa crise diplomática que confessava à Castilhos que “veremos se, como é de se esperar, o nosso Governo entende dar-me algumas instrucções; *mas quer as tenha, quer não, eu não abandono esta questão, que considero de dignidade nacional*”<sup>149</sup>.

As instruções do governo de Portugal vieram por telegrama às 16h de 16 de Novembro de 1893. Dizia que “convem na anormal situação desse paiz defender interesses nossos súbditos evitando quanto possível incidentes difficeis liquidar-se. (a) Hintze Ribeiro”<sup>150</sup>.

Para Amado Cervo, essa ordem expedida pelo governo português deixava dúvidas sobre a atitude a ser tomada frente às dificuldades<sup>151</sup>. A opinião de Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves é de que esse telegrama era um “aviso” aos protestos enérgicos que o Conde de Paço D’Arcos vinha fazendo ao governo brasileiro<sup>152</sup>. No ponto de vista de Sérgio Corrêa da Costa, o telegrama de Hintze Hibeiro pegou o diplomata “desprevenido”<sup>153</sup>.

Em nosso ponto de vista, as instruções do governo português são claras. O Brasil atravessava um momento político atípico. Dessa forma, não era o momento de criar incidentes diplomáticos que fossem difíceis de solucionar<sup>154</sup>. O principal objetivo naquele momento era

---

<sup>149</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 323. [despacho de 11.11.1893]

<sup>150</sup> Idem. p. 328. [despacho de 17.11.1893]

<sup>151</sup> CERVO; MAGALHÃES, 2000. op. cit. p. 218.

<sup>152</sup> GONÇALVES, 1995. op. cit. p. 148.

<sup>153</sup> COSTA, 2001. op. cit. p. 240.

<sup>154</sup> O filho do Conde de Paço D’Arcos, o Comandante Henrique Corrêa da Silva, autor do prefácio do livro que contém a documentação analisada nessa dissertação, salientou um episódio ocorrido no dia 8 de Setembro, que

garantir os interesses dos súditos portugueses que residiam naquela Capital Federal. Contudo, para um individuo defensor da ordem social e da hierarquia militar, as reparações diplomáticas eram primordiais e não poderiam ser relevadas ou esquecidas.

Convém lembrar outro ponto importante. Esse telegrama foi expedido no transcorrer do dia 16 de Novembro, e chegou às mãos do Conde de Paço D’Arcos por volta das 16h (telegrama 1). De acordo com o documento de Vianna Lima, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal passou em sua casa por volta das 18h do dia 16 de Novembro, somente então, Hintze Ribeiro ficou ciente que o seu diplomata no Rio de Janeiro estava “se envolvendo na política nacional”. Ainda segundo o mesmo documento, só no dia 17 que Hintze Ribeiro enviou ordens (telegrama 2) para o retorno de Carlos Eugênio Corrêa da Silva para Portugal <sup>155</sup>.

Assim, é necessário contextualizar o telegrama em que Hintze Ribeiro instruiu o seu diplomata sobre qual procedimento adotar perante as queixas diplomáticas (telegrama 1). Ou seja, quando foi expedido esse telegrama, o Ministro não imaginou que duas horas mais tarde seria solicitada a remoção daquele diplomata do Rio de Janeiro. Portanto, pode-se inferir que as instruções eram no sentido de pacificar as relações entre diplomata e governo.

Essa contextualização reforça nosso argumento de que o Conde de Paço D’Arcos não soube dimensionar corretamente a situação política brasileira. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, um experiente político, considerou que naquele momento o ideal era não criar incidentes difíceis de solucionar. Dessa forma, parece-nos que as defesas da ordem e da hierarquia militar, que sempre pautaram a leitura política desse diplomata, acabaram por atrapalhar o seu discernimento político.

O documento que foi enviado para Portugal no dia 17 de Novembro – o Conde de Paço D’Arcos recebeu o telegrama (telegrama 2) no dia 17 à noite – demonstra que até o último momento, ele permaneceu irredutível. Esse diplomata discordava da opinião do seu

---

foi assim informando para Lisboa pelo seu pai: “Hontem força armada de terra fez fogo sobre escaler guerra italiano transportar seu cônsul, matar um marinheiro. Vice-Presidente da Republica deu satisfação faz enterro pomposo”. (SILVA, 1974. op. cit. p. 264. [despacho de 08.09.1893]) Para o Comandante Henrique, “o governo brasileiro tendo adotado com a grande nação italiana procedimento diametralmente oposto àquele que, de colaboração com o Ministério dos Estrangeiros de Lisboa, adoptou com a pequena mas não menos nobre pátria portuguesa, não ganhou louro algum para o seu brasão” (SILVA, 1974. op. cit. p. LVII). Contudo, note-se que todos os casos de pedidos de reparação diplomática enviados pelo Conde de Paço D’Arcos foram baseados em: insultos, ofensas, dignidade, desafronta, (des) respeito, (in) delicadeza, etc. Todos esses argumentos são válidos para se exigir reparação diplomática. Entretanto, desde o dia 11 de Setembro passou a vigorar Estado de Sítio, que suspendeu todas as garantias constitucionais, salientando a gravidade da situação política interna. Isso explica a pronta reparação diplomática no caso italiano, ocorrido no dia 8 de Setembro, e a lentidão nos casos envolvendo Portugal.

<sup>155</sup> Ver Anexo 1.

superior que pensava que a situação política brasileira era anormal (telegrama 1). Para Carlos Eugênio,

Os casos que agora se deram não podem ser considerados simplesmente como acontecimentos fortuitos deste estado anormal de cousas. São antes revelações manifestas da má vontade de certas classes da população brasileira contra os portugueses, quer por força do espírito de *nativismo* (como aqui se diz) quer por inveja a homens que prosperam pelo seu incessante labor tão contrário à índole e gênio deste povo, quer mesmo por ódio aos antigos dominadores; e tudo isso exacerbado nestas ultimas épocas pela propaganda de rivalidades e de raiva levantada pela imprensa demagogica – em que infelizmente predomina o elemento *renegado*, para nós o mais perigoso e prejudicial – vociferando contra tudo e todos do Portugal monarchico<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 328-329. [despacho de 17.11.1893] (grifos no original)

## CONCLUSÃO

A documentação produzida pelo Conde de Paço D'Arcos em sua Missão Diplomática no Brasil é uma excelente fonte para o estudo do período de consolidação do regime republicano. Esse diplomata chegou ao Rio de Janeiro no dia 2 de Junho de 1891, e exerceu suas funções como Ministro Plenipotenciário de Portugal até o dia 20 de Novembro de 1893.

A sua Missão não era fácil de ser cumprida. Esse diplomata estava representando a mesma casa dinástica do Imperador que havia sido banido do Brasil quando fora proclamada a República. Esse posto deve ser encarado como “cargo de confiança” para o governo de Portugal. É natural (ou deveria ser) que o historiador desse período questionasse sobre quem havia sido o enviado português. Entretanto, essa pergunta nunca foi respondida de forma satisfatória nem pela historiografia brasileira, nem pela portuguesa.

Sérgio Corrêa da Costa foi o único que tentou responder essa pergunta, mesmo que de uma forma “descontraída”, como sugere o título de seu livro <sup>1</sup>. De acordo com ele, a Missão do Conde de Paço D'arcos foi uma “missão relâmpago de um aristocrata”. Os únicos elementos utilizados por Costa para caracterizar esse indivíduo foram: a origem “liberal” da sua família; a sua profissão militar; os governos ultramarinos em Timor e Macau, Moçambique e Índia; e o governo civil de Lisboa. Contudo, essas informações foram somente citadas <sup>2</sup>. Em nenhum momento foi respondido de que forma essas características poderiam influenciar na visão de mundo desse diplomata, sobretudo, na percepção política da República brasileira.

Dessa forma, no transcorrer desta dissertação, defendemos que a leitura política do Conde de Paço D'Arcos deve ser problematizada. Muitas de suas observações sobre política, sociedade, conflitos ou grupos políticos, devem ser analisadas a partir de um cuidado metodológico fundamental à pesquisa histórica. Trata-se de levar em consideração a historicidade do indivíduo <sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves e Amado Cervo trabalharam com a documentação do Conde de Paço D'Arcos, porém, nenhum buscou explicar a leitura política desse indivíduo. Ver: GONÇALVES, 1995. op. cit; CERVO;MAGALHÃES, 2000. op. cit.

<sup>2</sup> COSTA, 2001. op. cit. p. 205.

<sup>3</sup> Nós já explicitamos essa preocupação sobre a historicidade da documentação do Conde de Paço D'Arcos em: SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. “A historicidade da produção documental do diplomata português o Conde de Paço D'Arcos entre os anos de 1891-1893”. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em: [http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212346482\\_ARQUIVO\\_Artigoeventoanpuh-rsjulho08-versaofinal\\_.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212346482_ARQUIVO_Artigoeventoanpuh-rsjulho08-versaofinal_.pdf)

Portanto, antes de realizar uma leitura nessa documentação e se utilizar instrumentalmente dela, a tarefa do historiador é buscar contextualizar esse indivíduo para compreender sua visão de mundo. Esse exercício metodológico ajuda a perceber que muitas vezes o que o sujeito relatou ou percebeu, é condicionado por tudo àquilo que lhe foi ensinado ou vivido.

A respeito desse exercício metodológico em relação ao indivíduo, Marc Bloch já alertava que “(...) o seu testemunho, como tantos outros, informa não sobre o que ele viu na realidade, mas sobre o que, em sua época, era estimado natural ver”<sup>4</sup>. Entretanto, nos parece que a tradição dos *Annales*, tão preocupada em se afastar de uma história tradicional, praticamente excluiu a possibilidade de se fazer um estudo sobre um diplomata, mesmo num viés biográfico. Nesse sentido, pensamos que o estudo dessa documentação diplomática, de certa forma, ajuda a reabilitar o seu status de fonte para história.

A partir dessa premissa, no primeiro capítulo, contextualizamos Carlos Eugênio Corrêa da Silva no processo histórico de afirmação do liberalismo em Portugal. Relacionar a trajetória do indivíduo com a conjuntura histórica portuguesa nos auxiliou a identificar elementos explicativos de sua leitura política. Em nossa opinião existem dois elementos essenciais para compreensão da visão de mundo desse personagem, e ambos estão relacionados com suas experiências passadas vinculados à trajetória político-profissional.

O primeiro deles é sua formação militar e sua carreira dentro da Marinha portuguesa. O fato de ter estudado em instituições de elite como a Escola Politécnica e a Escola Naval, fez com que esse sujeito fosse treinado para respeitar a ordem social, sobretudo a militar. Portanto, em suas viagens marítimas, nas quais foi responsável por diversas embarcações, o respeito pela hierarquia militar se tornou primordial. Da mesma forma, a defesa da ordem se tornou essencial em suas experiências administrativas no império colonial português.

Evidentemente, a sua formação se deu em um determinado espaço e tempo. Isso faz com que o contexto em que se deu sua formação seja relevante para entendermos o segundo elemento explicativo de sua visão de mundo, a opção política pelo Partido Regenerador de Portugal. Dessa forma, no capítulo primeiro, além de contextualizar a formação profissional desse sujeito, analisamos as disputas políticas de Portugal desde a Revolução Liberal de 1820 para dimensionar o significado dessa opção pelos Regeneradores.

Em um primeiro momento explicitamos o embate entre *pedristas* e *miguelistas*, que podem ser vistos como o confronto entre os projetos políticos dos liberais e dos absolutistas, respectivamente. Em seguida, com a vitória dos primeiros, buscamos historiar as querelas

---

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 107.

existentes dentro desse grupo, mais especificamente entre os moderados *cartistas* e os radicais *setembristas*. Após um longo período marcado por convulsões e até mesmo guerra civil, essas diferenças entre os grupos “liberais” terminaram em 1851, com a ascensão do Marechal Saldanha ao poder, naquilo que ficou conhecido na historiografia portuguesa como Revolução Regeneradora de 1851.

Essa *Regeneração* reduziu os conflitos entre facções políticas, os restringindo aos períodos eleitorais. Dessa forma, iniciou uma fase de estabilidade política que sedimentou a ordem social em Portugal. Nesse contexto, Carlos Eugênio concluiu sua formação profissional. Portanto, a afirmação da disciplina social foi um atrativo para que esse indivíduo optasse pelo Partido Regenerador. Esse partido representava os valores da ordem e da disciplina social, exatamente os mesmos que esse indivíduo aprendeu a respeitar em sua formação profissional.

No transcorrer da política partidária portuguesa na segunda metade do século XIX, progressivamente, o Partido Regenerador passou a ser o partido mais conservador de Portugal. A oposição “moderada” atuava pelo Partido Progressista, e a “radical”, aos poucos, compunham as fileiras do Partido Republicano Português. Dessa forma, na década de 1890, ser um político vinculado aos Regeneradores representava ser membro da agremiação mais conservadora do liberalismo português. Carlos Eugênio Corrêa da Silva, que nesse momento já havia sido feito Visconde de Paço D’Arcos, assumiu mandatos parlamentares pelos Regeneradores na Câmara dos Deputados, na Câmara dos Pares, e chegou a ser Governador Geral de Lisboa.

Assim, quando o Conde de Paço D’Arcos veio representar Portugal no Brasil como Ministro Plenipotenciário, ele trouxe consigo uma visão de mundo particular. Em nossa opinião, para compreendermos o conservadorismo de suas análises políticas é essencial termos claro que os argumentos que preponderaram em sua análise foram: a defesa da ordem social e da hierarquia militar.

A nossa leitura é referenda no transcorrer dos capítulos seguintes em que realizamos uma análise da documentação produzida por esse diplomata no transcorrer de sua Missão no Brasil, e dialogamos com a historiografia do período. No capítulo segundo, portanto, destacamos de que forma esse diplomata percebeu as reviravoltas políticas nos estados, sobretudo após o Golpe de Estado de Deodoro da Fonseca. O panorama descrito em seus relatórios ressaltam a desordem social em que o Brasil atravessava, sobretudo após 3 de Novembro e o Contra-Golpe de 23 de Novembro de 1891. O cenário de “caos” fazia com que o Conde de Paço D’Arcos declarasse que “Tudo isto que se passa seria por demais caricato se

não fosse terrível! O Brazil é grande e novo, salvar-se-ha! Mas parecem todos apostados em o perder!”<sup>5</sup>.

Em um segundo momento, destacamos a sua defesa da ordem no meio militar. O fato do próprio Conde de Paço D’Arcos ter sido militar de carreira, fez com que em diversos momentos ele relatasse episódios de quebra da hierarquia, manifestações políticas, conspirações e insurreições. Todas essas manifestações eram acompanhadas de perto por ele, que declarava abertamente seu desagrado com a participação militar na política.

É sabido que a República, nascida inesperadamente duma sedição de quartéis, que um governo de força, ou menos *filosofia* (grifo original) por parte do império, teria facilmente esmagado no momento, foi devida à traição de generais, à ambição de oficiais subalternos, à propaganda feita entre os cadetes das escolas pelos seus lentes de idéias avançadas, como Benjamim Constant, e *enfim à influência dos militares metidos na política*<sup>6</sup>.

No final do capítulo segundo, destacamos a avaliação que Carlos Eugênio Corrêa da Silva fez de dois grupos políticos daquele período. Os “jacobinos” foram vistos como um grupo de radicais, exaltados, que identificavam nos emigrantes portugueses todos os males da República. Esses “anarquistas”, como o Conde de Paço D’Arcos os definia, eram vistos como os artífices da desordem social. Do outro lado estavam os monarquistas. Esse grupo político era acompanhado com atenção justamente por defender a restauração monárquica da mesma casa dinástica da qual ele era o representante. A monarquia era associada à ordem social interna desfrutada, sobretudo, no segundo reinado. Dessa forma, por mais que o diplomata reconhecesse os limites de ação desse grupo, os boatos de restauração eram relatados à Lisboa.

Nesse clima de instabilidade política em âmbito nacional que se inserem as duas grandes insurreições que dificultaram a sedimentação da República. O capítulo terceiro foi dedicado às apreciações do Conde de Paço D’Arcos sobre esses dois levantes. Em um primeiro momento procuramos mapear as disputas políticas partidárias no Rio Grande do Sul desde o início da República. Essa contextualização se fez necessária para enfatizar a originalidade da interpretação política desse diplomata sobre a Revolução Federalista.

Para o Ministro Plenipotenciário de Portugal, o Golpe de Estado de Deodoro, que fechou o Congresso, foi um atentado contra a ordem. No Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos apoiou o Marechal usando o pretexto de manutenção da ordem. Contudo, quando o Golpe de Estado falhou e Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República, para esse diplomata, a ordem se restabeleceu no Brasil e no Rio Grande do Sul, uma vez que Júlio de

---

<sup>5</sup> SILVA, 1974. op. cit. p. 140 [despacho de 14.03.1892]

<sup>6</sup> Idem. p. 217. [despacho de 17.06.1893] (grifos nosso)



Castilhos foi deposto do cargo de Governador. Entretanto, em 17 de Junho de 1892, o líder do PRR retornou ao governo estadual a partir de um golpe que contou com o apoio de Floriano.

A leitura política do Conde de Paço D’Arcos sobre esse retorno de Júlio de Castilhos foi aquilo que chamamos de *interpretação original*. Para esse diplomata, o grupo político deposto por Júlio de Castilhos representava a ordem porque foi o grupo que defendeu o Congresso Nacional contra o a ditadura de Deodoro. Seguindo esse raciocínio, Júlio de Castilhos e o PRR, que reassumiram o governo do estado, representavam a vitória da desordem, uma vez que eram os mesmo que apoiaram a ditadura de Deodoro. O nosso ponto de vista, de ser essa interpretação “original”, sustenta-se uma vez que o diplomata português não alterou seu ponto de vista até o último momento em que esteve no Brasil.

Na segunda parte, analisamos as percepções políticas e a participação do Conde de Paço D’Arcos na Revolta da Armada. Esse diplomata acompanhou toda “gestação” da insurreição naval no Rio de Janeiro, e constantemente alertou Lisboa sobre a possibilidade de estourar um grande movimento de contestação ao governo de Floriano Peixoto, à semelhança daquele ocorrido contra Deodoro da Fonseca. Da mesma forma que ele representava Portugal no Brasil, outros diplomatas representavam os seus respectivos governos<sup>7</sup>.

No transcorrer da revolta as atuações dos diplomatas e dos comandantes estrangeiros foram sempre conjunta<sup>8</sup>. Foi a partir dessa ação coletiva estrangeira que se estabeleceu o Acordo de 5 de Outubro de 1893, que definiu a cidade do Rio de Janeiro como “Cidade Aberta” impedindo os rebeldes de bombardearem a Capital Federal. Essa intervenção estrangeira na Revolta da Armada foi justificada pela necessidade humanitária de se impedir um ataque que poderia trazer conseqüências devastadoras. Esse Acordo estabeleceu regras, tanto para os revoltosos quanto para o governo, para evitar a desordem social que poderia se institucionalizar no caso de uma ofensiva dos rebeldes. Nesse sentido, a diplomacia se mobilizou para exigir de ambas as partes do conflito o compromisso de não hostilizar o adversário “além do permitido”.

Nesse cenário de anormalidade política ocorreram alguns episódios entre militares brasileiros e portugueses. As tropas governistas que guarneciam o litoral da cidade sitiada pela frota naval insurrecionada, em algumas ocasiões, entraram em choque com marinheiros,

---

<sup>7</sup> De acordo com Sérgio Corrêa da Costa, “nominalmente, o total de missões diplomáticas, em 1893, era 19, sendo oito da América (EUA, Argentina, Bolívia, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai) e 11 da Europa (Império Alemão, Áustria-Hungria, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Portugal, Rússia, Santa Sé e Suécia-Noruega). Entretanto, na prática, o número era menor. A da Suécia-Noruega tinha caráter de missão especial. Em 1892, por exemplo, não havia nenhum representante da Bolívia, do Paraguai, nem da Rússia. Em 1894, nenhum da Suécia, do México ou do Paraguai”. Ver: COSTA, 2001. op. cit. p. 264.

<sup>8</sup> Com exceção do representante da Alemanha, que recebeu ordens para seguir uma diplomacia paralela.

oficiais e embarcações portuguesas. Esses acontecimentos variaram em grau de importância de acordo com os personagens neles envolvidos. Porém, sempre foram de alcance limitado nessa primeira fase da Revolta da Armada<sup>9</sup>.

Entretanto, para o Conde de Paço D’Arcos esses acontecimentos eram inaceitáveis. Na ótica de um defensor da ordem social e da disciplina militar, era inconcebível aceitar que os militares portugueses fossem insultados, desrespeitados ou acuados pelas tropas brasileiras. Nesse sentido, esse diplomata enviou notas de protesto para o governo brasileiro exigindo reparações diplomáticas para essas ocorrências. Contudo, o momento político em que o governo brasileiro atravessava, fez com que esses sucessivos ofícios diplomáticos fossem mal recebidos no Itamaraty. Dessa forma, o governo brasileiro solicitou ao governo de Portugal que fosse dado outro destino para o Conde de Paço D’Arcos.

Em nosso ponto de vista, analisando as notas de protestos elaboradas por esse diplomata e as respostas oficiais do governo brasileiro, houve um erro de cálculo político por parte de Carlos Eugênio Corrêa da Silva. Parece-nos que a sua intransigente defesa da ordem e da disciplina militar, presentes em toda sua Missão Diplomática, nesse caso, fizeram com que esse diplomata não considerasse corretamente o estado de anormalidade política do Brasil. Dessa forma, ele exigiu o que lhe parecia correto e digno para o seu país, no claro exercício de suas funções. Contudo, tornou-se um inconveniente político para o governo brasileiro, que enfrentava uma situação de risco para a República e precisava dar resposta aos ofícios que recebia desse representante diplomático.

A documentação produzida pelo Conde de Paço D’Arcos no transcorrer de sua Missão Diplomática no Brasil é, portanto, essencial para o estudo do período de consolidação do regime republicano. Contudo, a leitura política que esse representante de Portugal fez da política brasileira deve ser contextualizada para compreendermos sua visão de mundo e não reproduzir suas impressões inconseqüentemente. Metaforicamente se aproxima muito da Esfinge inquiridora de Édipo. “Decifra-me, ou te devoro!”.

---

<sup>9</sup> Em 13 de Março de 1894 as embarcações portuguesas concederam asilo diplomático a mais de 500 revoltosos da Armada brasileira. Em 13 de Maio, parte desses revoltosos fugiram de dentro das embarcações portuguesas e entraram em território brasileiro, através do Uruguai, aumentando as fileiras federalistas que lutavam contra o governo de Júlio de Castilho, que contava com o apoio do governo federal. A partir desse episódio, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com Portugal até o ano seguinte. Sobre esse episódio ver: NABUCO, 1896. op. cit; COSTA, 1945. op. cit; CARONE, 1983. op. cit; GONÇALVES, 1995. op. cit; CERVO;MAGALHÃES, 2000. op. cit; COSTA, 2001. op. cit. Adelar Heinsfeld interpretou esse rompimento diplomático com Portugal como afirmação da política americanista recém adotada pelo governo republicano do Brasil. Ver: HEINSFELD, 2007. op. cit. Sobre a política de americanização do Brasil, ver: SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

## REFERÊNCIAS

### *Fontes Manuscritas*

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul – seção de consulados, maço CN 21, caixa 11.

Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ – Estante 288 – Prateleiras 2 e 4 – Maços 8, 11 e 12.

### *Fontes Impressas*

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (coord.). *Arquivo diplomático do reconhecimento da República/IIº Volume*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Trad., prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.

OLIVEIRA, José Manuel Cardoso de. *Actos Diplomáticos do Brasil*. Tomo II. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

SILVA, Henrique Corrêa da Silva (org.). *Missão Diplomática do Conde de Paço D’Arcos no Brasil (1891-1893)*. Lisboa, 1974.

### *Fontes iconográficas*

FIGURA 1 – disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:1conde\\_PA.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:1conde_PA.jpg)

FIGURA 3 - Gravura publicada na Revista Universal Impressa em Paris, 1891, v. 8. Fonte: <http://www.arqnet.pt/portal/imagemsemanal/janeiro0204.html>.

### *Fontes digitais*

<http://escolanaval.marinha.pt/>.

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=21129](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=21129)

[http://www.marinha.pt/Marinha/PT/Menu/DescobrirMarinha/Historia/combates\\_navais/](http://www.marinha.pt/Marinha/PT/Menu/DescobrirMarinha/Historia/combates_navais/).

<http://www.marinha.pt/Marinha/PT/Menu/DescobrirMarinha/Historia/historiamarinha/>.

<http://www.lexico.pt/patear/>

[http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212346482\\_ARQUIVO\\_Artigoeventoanpuh-rsjulho08-versaofinal.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212346482_ARQUIVO_Artigoeventoanpuh-rsjulho08-versaofinal.pdf)

## Obras consultadas

- [s.n.]. *Notas de um revoltoso: diários de bordo*. Rio de Janeiro: Typ. Moraes, 1895.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de. *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.
- AXT, Günter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. [Tomo I – Francisco da Silva Tavares; Tomo II – General Joca Tavares.]
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONGIOVANNI, Bruno. “Jacobinismo”. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. 11ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 653-655.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “A guerra de todos contra todos: ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração”. IN: *Análise Social*. Vol. XXVII (115), 1992 (I.º). p. 91-134.
- \_\_\_\_\_. “A Revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos”. IN: *Análise Social*. Vol. XVIII (71). 1982 (II.º). p. 331-370.
- \_\_\_\_\_. “Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário”. IN: *Análise Social*. Vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º - 5.º). p. 1043-1091.
- \_\_\_\_\_. “Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)”. IN: *Análise Social*. Vol. XVII (65), 1981 (I.º). p. 29-65.
- \_\_\_\_\_. “Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851). IN: *Análise Social*. Vol. XXXII (142), 1997 (3.º). p. 537-556.
- \_\_\_\_\_. *Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História da Guerra Civil da Patulêia 1846-47*. Lisboa: Estampa, 1993.
- BRANCATO, Braz Augusto Aquino. *Don Pedro I de Brasil, possible rey de Espana (uma conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A Espanha e a questão sucessória portuguesa – 1826”. IN: *História Debates e Tendências*. Passo Fundo: Ed. UPF. v. 3, n. 1. Julho de 2002. p. 43-53.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

- CARONE, Edgard. *A República Velha: A Evolução Política (1889-1930)*. 4ed. São Paulo: DIFEL, 1983. 2v.
- CARRILHO, Maria. “Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX”. IN: *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1982 - 3.º - 4.º - 5.º. p. 1155-1164.
- CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador”. IN: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 13-61.
- \_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- CASTRO, Celso. “Revolutas de soldados contra a República”. IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 301-313.
- \_\_\_\_\_. *O Espírito Militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da UnB, 2001.
- CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. “O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina 1893-1894”. IN: *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. X. N.º 2. Dezembro de 1984. p. 55-67.
- \_\_\_\_\_. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil 1893-1894*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 10ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978. p. 64-125.

\_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *Brasil, segredo de Estado: Incursão descontraída pela história do país*. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.

DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da metrópole”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DIDONET, Zilah C. *O Positivismo e a Constituição Riograndense de 14 de Julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FALCON, Francisco José Calazans. *Mercantilismo e transição*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. “historiografia republicana, historiografia da República. IN: HOMEM, Amadeu Carvalho; ISAÍÁ, Artur César; SILVA, Armando Malheiro da. (coords). *Progresso e Religião: A República bo Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. p. 389-409.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

FERREIRA, João. “Pedristas X Miguelistas: A luta continua”. IN: *História Viva*. Ano 1. Nº 1. Nov 2003. p. 88-94.

FLORES, Alberto Vivar. *El Liberalismo en Iberoamerica. Um pensamento “fuera” de lugar: El caso de la Constitucion Política del Imperio de Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (tese de doutorado)

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

\_\_\_\_\_. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GINZBURG, Carlo. “SINAIS: Raízes de um paradigma indiciário”. IN: GINZBURG, C. *A Micro-História e outros Ensaio*s. Lisboa: DIFEL, 1989.

- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989. p. 244-280.
- GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.
- HAHNER, June E. *Jacobinos versus Galegos: Urban Radical versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 18. Nº. 2. May 1976.
- \_\_\_\_\_. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. IN: XXIV Simpósio Nacional de História. *Anais complementares...* São Leopoldo/RS, jul. 2007.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. “Jacobinos, Liberais e Democratas na edificação do Portugal contemporâneo”. IN: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 263-281.
- \_\_\_\_\_. “Liberalismo, democracia e socialismo na História Contemporânea de Portugal”. IN: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, et al (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e ideologia*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 15-28.
- \_\_\_\_\_. *A Propaganda Republicana 1870-1910*. Coimbra: EDILIBER, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JULLIARD, Jacques. “A política”. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-198.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. “O Republicanismo fluminense”; “A disputa de Poder”; “A Oligarquia no Poder”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 27 a 93.
- \_\_\_\_\_. *Benjamin Constant: Vida e História*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.
- LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. IN: RÈMOND, René. *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Idem. p. 141-184.

- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LORIGA, Sabrina. “A biografia como problema”. IN: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. 3 ed. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, LDA. 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000. 4v. [3ºvolume].
- MARQUES, Fernanco Pereira. *Um Golpe de Estado: Contributo para o Estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Fragmentos, 1989.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- MATOS, Rita Cortez de. “O Cosmógrafo-Mor: O Ensino Nautico em Portugal nos séculos XVI e XVII”. IN: Revista *Oceanos: Navios e Navegações. Portugal e o Mar*. Lisboa. Número 38. Abril/Junho de 1999. p. 55-64.
- MORÍTZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Gande do Sul (1889-1891)*. Porto Alegre: Tipografia Thurmann, 1939.
- NABUCO, Joaquim. *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.
- \_\_\_\_\_. *Balmaceda*. São Paulo: Inst. Processo Editorial, 1949.
- NETTO, José Paulo. *Portugal: do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Pelotas: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1930.
- PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: Fronteira platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- PEREIRA, Gaspar Martins. “Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa”. IN: *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. Série III, Volume I, 2000. p. 113-125.



- PEREIRA, Mirian Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século XIX*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Rui (coord.). *A Segunda Fundação (1890-1926)*. IN: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Edição revisada e actualizada. Lisboa: Editorial Estampa. 2001. [v.6].
- \_\_\_\_\_. “A causa da História do Ponto de Vista Político”. IN: *Penélope*. n.º5, Lisboa, 1991. p. 27-47.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- RÉMOND, René. “Uma História Presente”. IN: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.13-36.
- REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. IN: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 7-37.
- \_\_\_\_\_. “Microanálise e construção do social”. IN: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.
- RIBEIRO, Gládis Sabyna. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “A Regeneração e o seu significado”. IN: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coordenadores.). *O Liberalismo*. IN: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998. [V.5].
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.15, n. 30, 1995, p. 9-22.
- SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. “A historicidade da produção documental do diplomata português o Conde de Paço D’Arcos entre os anos de 1891-1893”. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008.
- SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, 1978. [coleção saber]

- SARDICA, José Miguel. “A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração”. IN: *Análise Social*. Vol. XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º). p. 747-777.
- SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SILVA, Armando B. Malheiro da. “Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918)”. IN: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, et al. (orgs.) *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 49-86.
- SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SOUSA, Fernando de. “O jornal de notícias e a revolta de 31 de janeiro de 1891”. IN: *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. Série II, Volume VII, 1990. p. 255-264.
- SOUZA, Adriana Barreto de. “A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)”. IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 159-178.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TRINDADE, Hégio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937)”. IN: ANTONACC, Maria Antonieta; et all. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.
- VALENTE, Vasco Pulido. *Os militares e a política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre e Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado. IFCH/UFRGS, 2007.

## ANEXO 1<sup>1</sup>

Legação dos Estados Unidos do Brasil.  
Lisboa 18 de Novembro de 1893.

Confidencial

S. Ex.<sup>a</sup> o Snr. Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup> que no dia 15 de corrente recebi do Snr. Gabriel de Piza um officio confidencial communicando-me o telegrama cifrado que V. Ex.<sup>a</sup> lhe dirigira em data de 10 de Novembro, nos seguintes termos:

<Diga por escripto Vianna Lima que verbalmente communique Ministro Estrangeiros que Paço d'Arcos envolve-se abertamente politica Brasil tornando-se incompatível Presidente. Pede se lhe dê outro destino.>

Logo que recebi essa communicação procurei o Snr. Cons.<sup>o</sup> Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não o encontrei na Secretaria, pos celebrando-se n'esse dia o anniversario natalício do Infante D. Manuel S. Ex.<sup>a</sup> havia ido ao Cortejo no Paço e depois d'essa cerimonia presidido a um Conselho de Ministros. Dirigi portanto ao Snr. Hintze Ribeiro uma carta particular, perguntando a que horas eu poderia velo no dia seguinte para fazer-lhe uma communicação de grande urgência. S. Ex.<sup>a</sup> teve a amabilidade de responder-me que me procuraria em minha casa às 6 horas da tarde. Assim fez e tendo-lhe eu referido que o Conde de Paço d'Arcos se envolvia abertamente na politica brasileira, de modo a tornar-se incompatível com o Ex.<sup>o</sup> Snr. Vice-Presidente da República, o Snr. Hintza Ribeiro mostrou-se muito surprehendido e magoado. Declarou-me S. Ex.<sup>a</sup> que em todos os telegramas, officios e relatórios que recebera do Conde de Paço d'Arcos nunca notara o menos sentimento de hostilidade ou antipathia ao Governo legal, limitando-se a relatar os factos occorridos sem jamais manifestar sympathias pelos rebeldes.

S. Ex.<sup>a</sup> declarou-me outrosim que desde o principio da insurreição da esquadra dera as mais precisas e terminantes ordens ao Ministro no Rio de Janeiro e ao Comandante da <Mindello> de abster-se rigorosamente de toda e qualquer manifestação de character politico, e de cingir-se à proteção dos súbditos e das propriedades portuguezas, procedendo sempre de accordo com os commandantes dos navios inglezes, francezes e italianos. Essas instruções, segundo me asseverou o Snr. Ministro, forão varias vezes reiteradas, entre outras por occasião do boato relativo à partida do príncipe D. Augusto.

Finalmente S. Ex.<sup>a</sup> disse-me que o pedido que eu lhe fazia, em nome do meu Governo, relativamente a dar-se outro destino ao Conde de Paço d'Arcos, seria atendido, com quanto muito lhe magoasse tomar essa resolução.

Declarei a S. Ex.<sup>a</sup> que eu estava convencido que a exigência do Exmo. Snr. Vice-Presidente da Republica era fundada em motivos ponderosos.

O Snr. Hintze Ribeiro ao despedir-se de mim prometteo dar-me prontamente uma resposta definitiva sobre a resolução d'esse assumpto. De facto honten recebi uma carta de S. Ex.<sup>a</sup> pedindo-me que fosse à Secretaria, e ahi me communicou que hontem mesmo havia expedido um telegramma ao Conde de Paço d'Arcos chamando-o a Lisboa.

Nessa conformidade tive a honra de dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte telegrama cifrado:

<Governo chamou Paço d'Arcos Lisboa>

Saúde e fraternidade.

C.A Vianna de Lima.

---

<sup>1</sup> IN: SILVA, 1974. op. cit. p. XIII-XIV.